



Universidade Federal de Minas Gerais  
Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública

## **Mapeamento Estadual da Qualidade e Efetividade das Medidas Sócio-Educativas em Meio Aberto em Minas Gerais: Relatório Quantitativo**

---

Belo Horizonte, Abril de 2009.

Superintendência de Avaliação e Qualidade do Sistema de Defesa Social (SASDS)  
Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública (CRISP)

Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS)  
Superintendência de Avaliação e Qualidade do Sistema de Defesa Social (SASDS)  
Subsecretaria de Atendimento às Medidas Sócio-educativas (SUASE)  
Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP)

Relatório Quantitativo feito a partir dos dados obtidos do survey com os adolescentes em atendimento nos programas de meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade).

## **FICHA TÉCNICA**

---

### **Secretária de Estado de Defesa Social (SEDS)**

Secretário de Estado de Defesa Social

Maurício Campos Jr.

Secretário-Adjunto de Estado de Defesa Social

Moacyr Lobato de Campos Filho

### **Superintendência de Avaliação e Qualidade do Sistema de Defesa Social (SASDS)**

Superintendente de Avaliação e Qualidade da Atuação do Sistema de Defesa Social

José Francisco da Silva

Diretora de Análise e Avaliação do Desempenho Operacional

Juliana Maron

Psicóloga da Diretoria de Análise e Avaliação do Desempenho Operacional

Rhona Kayello

### **Subsecretaria de Atendimento às Medidas Sócio-educativas (SUASE)**

Subsecretário de Atendimento às Medidas Sócio-educativas

Ronaldo Araújo Pedron

Superintendente das Medidas em Meio Aberto e Semiliberdade (SGAS)

Ludmilla F. Faria

Adriana Nunes Vasconcelos - Gerente da Diretoria de Semiliberdade e Meio Aberto (DAS)

Daniela Rezende - Diretora Diretoria de Gestão da Informação e Pesquisa (DIP)

Karina Cursino - Assessora técnica da Diretoria de Gestão da Informação e Pesquisa (DIP)

Mariana P. Almeida - Assistente técnica da DIP.

Superintendência de Avaliação e Qualidade do Sistema de Defesa Social (SASDS)  
Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública (CRISP)

### **COORDENADOR GERAL do CRISP**

**Cláudio C. Beato F., DR. - Dpto Sociologia - Fafich / UFMG**

### **Coordenação da Pesquisa**

Frederico Couto Marinho, Doutorando em Sociologia UFMG.

### **Pesquisadores**

Cristiane Kasuko Torisu, Mestre em sociologia – CRISP/UFMG

Klarissa Almeida Silva, Doutoranda em sociologia – UFRJ

Diogo Alves Caminhas, Mestrando em sociologia – CRISP/UFMG

Bráulio Alves Figueiredo Silva, Mestre em sociologia – CRISP/UFMG

### **Estagiários**

Mateus Rennó – CRISP/UFMG

Michael Abraão Soares Miranda– CRISP/UFMG

Danilo Brasil Soares– CRISP/UFMG

Aline Nogueira Menezes Mourão– CRISP/UFMG

Luiza Lobato Andrade– CRISP/UFMG

### **Colaboraram na Pesquisa**

José Nery

Simone Viana

Daniele Viana

Introdução .....	6
Objetivo Geral da Pesquisa.....	7
Referencial Teórico: Juventude, violência e Políticas Públicas no contexto brasileiro. ....	8
Juventude e Criminalidade .....	10
A Construção Social da Adolescência, Delinquência e da Justiça Juvenil. ....	11
A Sociologia do Sistema de Justiça Criminal no Brasil: Questões Gerais.....	15
Discussão Metodológica da Pesquisa (Geral) .....	17
Processo de seleção dos municípios pesquisados, segundo a existência dos programas de meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade). ....	19
Coleta de dados quantitativos e qualitativos .....	24
Dimensões e Variáveis Abordadas no Instrumento de Pesquisa (Questionário).....	26
Diagnóstico das medidas sócio-educativas em meio aberto: Survey com os adolescentes em atendimento nos programas de meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade) .....	30
Perfil sócio-econômico dos adolescentes .....	31
Perfil sócio-econômico dos adolescentes: experiências de profissionalização .....	40
Perfil sócio-econômico dos adolescentes: experiências com escolarização.....	44
Perfil sócio-econômico dos responsáveis pelos adolescentes em conflito com a lei .....	53
O adolescente, o ato infracional e sua responsabilização.....	61
Inserção e adesão dos adolescentes às medidas sócio-educativas de meio aberto .....	65
Avaliação dos alcances e limites dos programas de meio aberto .....	69
Avaliação da equipe de atendimento dos programas de meio aberto.....	74
Avaliação dos encaminhamentos e ações oferecidas pelos programas de meio aberto ...	83
Participação e apoio recebido pelos adolescentes dos familiares e amigos .....	97
Violação de direitos e violência institucional contra os adolescentes em conflito com a lei .....	112
Auto-estima dos adolescentes em conflito com a lei em relação ao ambiente familiar, profissional e aos amigos.....	119
Exposição à violência e a fatores de risco no bairro de residência dos adolescentes em conflito com a lei. ....	128
Survey organizacional dos programas de meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade) .....	135
Recomendações para aperfeiçoamento dos programas de meio aberto e para novas avaliações.....	151
Referências Bibliográficas.....	160

## **Introdução**

Este documento tem como objetivo apresentar os resultados quantitativos da pesquisa **“Mapeamento Estadual da Qualidade e Efetividade das Medidas Sócio-educativas em Meio Aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade) em Minas Gerais”** realizada pelo Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública (CRISP) da Universidade Federal de Minas Gerais, em dezenove municípios do estado.

Foram coletadas nas cidades selecionadas informações qualitativas sobre os programas através de entrevistas junto à equipe técnica e os adolescentes atendidos. Além das entrevistas, foram coletados dados quantitativos através de questionários auto-aplicados para os programas (respondido pela equipe técnica) bem como para todos os adolescentes em atendimento.

Ao final deste documento, apresentamos uma série de recomendações de políticas elaboradas pelo CRISP, que realizou uma oficina para discussão dos resultados da pesquisa e elaboração de recomendações.

Essa pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de subsidiar os trabalhos da Superintendência de Avaliação e Qualidade do Sistema de Defesa Social (SASDS) e da Subsecretaria de Atendimento às Medidas Sócio-educativas em Meio Aberto (SUASE), visando à adequação, dos programas pesquisados às normativas preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pelo SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo). A SASDS, com o objetivo de conhecer a qualidade e efetividade dos programas que executam as medidas sócio-educativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade, aplicadas para os adolescentes em conflito com a lei, instituiu uma parceria com o Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública (CRISP), com as atribuições de: (a) avaliar a situação das medidas sócio-educativas em meio aberto; (b) propor medidas de adequação dos programas às diretrizes preconizadas pelo ECA; e (c) encaminhar os resultados para a Superintendência de Avaliação e Qualidade do Sistema de Defesa Social, após as conclusões dos trabalhos.

### **Objetivo Geral da Pesquisa**

O objetivo geral da pesquisa é servir como subsídio para a crítica e aperfeiçoamento das medidas sócio-educativas em meio aberto, executadas nos municípios do Estado de Minas Gerais, visando o respeito aos direitos humanos, como preconizados no ECA e o aumento da sua eficiência no tratamento e atendimento aos adolescentes atendidos. Assim, vários objetivos serão alcançados com a descrição e análise desses programas; o que inclui sua estrutura física, recursos, características dos jovens atendidos e da equipe de funcionários e a mensuração das condições e recursos materiais disponíveis.

### **Objetivos específicos da parte quantitativa**

Os objetivos da avaliação quantitativa dos programas que executam as medidas de meio aberto (liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade) são:

- coletar informações junto aos adolescentes em atendimento, identificando seu perfil sócio-econômico, sua inserção escolar e no mercado de trabalho, sua percepção sobre as razões do cometimento do ato infracional e sua experiência ao longo do sistema de justiça juvenil (vitimização);
- mensurar suas percepções e críticas aos elementos que compõem o programa, além do perfil sócio-econômico dos responsáveis.

### **Referencial Teórico: Juventude, violência e Políticas Públicas no contexto brasileiro.**

No Brasil, sobretudo desde o início da década de 80, ao menos nas grandes cidades brasileiras, a existência de adolescentes vagando pelas ruas, se envolvendo com a delinquência (como autores e vítimas), consumindo e vendendo drogas ilegais, vem sendo percebida como problema social. As explicações para o fenômeno seguem em várias direções, passando pelas questões da delinquência, a exclusão social, a cultura adolescente até o crime organizado. Pouco a pouco, uma opinião pública inquieta, certamente influenciada pelo impacto do rápido crescimento da criminalidade urbana violenta, passa a temer a associação entre adolescência e criminalidade (especialmente entre os setores mais pauperizados). Tudo isso leva a que adolescentes e a delinquência a eles associada ganhem cada vez mais espaço na mídia, aparecendo no cenário nacional como uma grande ameaça à ordem social (Adorno, 1999).

A introdução de recentes mudanças na legislação de proteção às crianças e adolescentes tem contribuído para acirrar o debate público e mesmo polarizar as opiniões a propósito das soluções possíveis para conter a delinquência juvenil. A partir da Constituição de 1988, desenhou-se uma nova política de proteção e de atendimento à infância e à adolescência, que, ao contrário da anterior, considera crianças e adolescentes titulares de direitos: direito à existência digna, à saúde, à educação, ao lazer, ao trabalho e sobretudo ao amparo jurídico. Dois anos mais tarde, os preceitos constitucionais foram regulamentados através da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, a qual revogou o Código de Menores (1979) e instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Casos de delitos cometidos por indivíduos com até dezoito anos de idade passaram a ser tratados como demanda de intervenções sócio-educativas. A suposição assumida é a de que não se pode exigir de pessoas muito jovens os mesmos padrões comportamentais esperados dos adultos, e que o papel destes últimos é educar, ou seja, ensinar e atrair as crianças e adolescentes para viverem em concordância com tais padrões de conduta. Assim, no campo normativo, institui-se que nem o sistema de justiça juvenil, e nem mais o juizado da infância e juventude, teria por atribuição um papel repressivo (Ilanud, 2002).



Com relação à criança, ou seja, a pessoa até doze anos de idade incompletos<sup>1</sup>, se aplica a *inimputabilidade* e a *irresponsabilidade* penal. Os atos desviantes praticados por crianças que, se cometidos por adultos seriam considerados crimes, não são enviados ao Juizado. Quanto ao adolescente em conflito com a lei, este deve ser apresentado a uma justiça específica, o juizado da infância e da juventude, e embora seja acusado por um promotor, defendido por um advogado e julgado por um juiz, a ele não serão aplicadas as penas do código penal e sim medidas sócio-educativas.

Trata-se, portanto, de um processo de desjudicialização, que foi percebido e defendido por atores políticos e sociais relevantes e especialistas como condição importante para o estabelecimento e o exercício da cidadania infanto-juvenil (Sposato, 2006). O que não impediu que polêmicas tenham sido geradas – sobretudo a partir da edição do ECA. Tais polêmicas, repetindo de modo resumido, têm sido centradas nas discussões em torno da eficácia do estatuto em garantir a proteção aos adolescentes sem que isto implique em ausência de punição que, por sua vez, levaria ao incremento do crime entre os jovens (Cavallieri, 1995).

Assim, os debates seguem acalorados e divididos em duas frentes: uma delas defendendo que o aumento da criminalidade juvenil é consequência da falta, por parte do Estado, da elaboração de uma política eficaz no combate a esse tipo de infração penal. Defendem o recrudescimento dos instrumentos legais que inibem a ação desviante dos adolescentes, a diminuição da idade penal, bem como a severidade das aplicações das penas. Outra frente segue discutindo o Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado em 1990 e sua real aplicação por parte do Estado. Acusam o Estado de omissão em relação ao Estatuto e de não desenvolver políticas preventivas e de tratamento adequadas aos adolescentes infratores (Sierra, 2004).

Há um acúmulo de estudos e pesquisas brasileiros sobre jovens em conflito com a lei (Misse et alii, 1973; Araújo, 1984; Zaluar, 1990; Cardia, 1997; Mello Jorge, 1998; Waiselfisz, 1998; Adorno, 1999; CRISP, 2005). Apesar deste acúmulo, pouco ainda se sabe sobre a evolução das recentes mudanças na justiça juvenil no contexto do Estado de Direito (Adorno, Bordini e Lima, 1999), tanto no plano constitucional quanto institucional e menos ainda sobre seu impacto sobre os adolescentes infratores. Também carece de investigação a

---

<sup>1</sup> Como definido no art.2 do ECA.

relação entre estas mudanças no plano normativo e o alcance efetivo que vêm tendo as medidas adotadas pelo poder público em suas atribuições de conter o crime juvenil e oferecer aos jovens atendidos alternativas de ressocialização.

Diante deste cenário, o presente relatório procura contribuir não apenas para a compreensão da associação entre adolescência e criminalidade, mas também para a compreensão dos modos como esse fenômeno tem sido categorizado e tratado na rede que envolve a justiça juvenil e instituições associadas, sem deixar de lado análises de natureza comparativa, ao considerar como o fenômeno e sua apreensão pelos agentes responsáveis por sua contenção têm sido abordados em contextos distintos. Espera-se, portanto, realizar contribuições que se justificam nos planos acadêmico e social.

## **Juventude e Criminalidade**

Diversas teorias competem na explicação da associação entre adolescência e crime. Para a teoria da desorganização social, cujo cerne do problema se encontra no nível das comunidades, os conflitos são produzidos em função da deterioração comunitária, envolta em mudanças constantes da população e por intensa mobilidade. Esses fatos somados levam a um processo de transição que culminaria nas atividades criminosas dos adolescentes (Freitas, 2002). Para a teoria da anomia, a delinquência derivaria da impossibilidade de atingir níveis de consumo que são socialmente estimulados. O hiato entre as aspirações, inchadas por uma sociedade consumista, e as realizações, limitadas pela desigualdade e pela pobreza, seria a principal explicação para o crime (Merton, 1968). Para as teorias subculturais e do aprendizado o crime não é resultante de uma estrutura sócio-cultural desorganizada, mas da divisão da sociedade em grupos distintos que têm e perseguem metas próprias, que são estabelecidas de forma independente da cultura dominante (Marinho, 2003).

Diferentemente das teorias que visualizam o crime como consequência de um sistema mal integrado, a teoria do controle social enfatiza o papel da família, da escola, da religião e de outras instituições na prevenção da delinquência juvenil. Em vez de propriedade intrínseca do ato ou atributos do agente, nas teorias da reação social (criminologia crítica, interacionismo simbólico, teoria dos rótulos), as relações

desenvolvidas entre desviantes e as agências de controle moldam o fenômeno do crime. (Marinho, 2003). Essas teorias não se excluem mutuamente, pelo contrário, elas se interligam pela questão socioeconômica presente em todas elas.

O conhecimento dos universos empíricos (análise dos dados secundários das instituições de controle e dos dados primários através do acesso a equipe técnica dos programas e aos adolescentes em cumprimento das medidas sócio-educativas não restritivas de liberdade) alcançáveis pela metodologia proposta possibilitará uma abordagem sociológica onde a criminalidade só pode se dar em situações sociais específicas. A explicação sociológica destas manifestações se dará através do emprego de teorias causais do crime partindo de três pressupostos: relações causais entre situação econômico-social e criminalidade; entre processo de socialização e criminalidade; e grupos de referência e seus valores e criminalidade.

### **A Construção Social da Adolescência, Delinquência e da Justiça Juvenil.**

A sociologia de Norbert Elias proporciona abordagem pertinente ao tema do controle social e estatal sobre a adolescência. O exercício feito no “Processo Civilizador” (Elias, 1990) pode ser por nós aplicado de modo análogo: da mesma forma que nos conceitos de Civilização e Cultura, há uma variação histórica na definição dos conceitos de adolescência, crime, justiça juvenil e direitos dos adolescentes, variação essa que pode ser relacionada à própria estrutura da sociedade. O interessante em relação a esse ponto é a possibilidade de percebermos os valores sociais subjacentes; em outras palavras, a intenção não é apenas examinar a violência em si, ou como problema social, mas também, estudar a relação flexível e largamente variável entre adolescência, criminalidade e controle estatal.

Aos olhos da sociologia processual<sup>2</sup>, o controle exercido pelo Estado sobre a delinquência juvenil não é algo dado, que possa ser definido à revelia de mudanças sócio-históricas e das práticas dos atores sociais que executam as políticas públicas. A atribuição da responsabilidade pela conduta desviante depende de procedimentos e interpretações

---

<sup>2</sup> Empregamos aqui a noção de processo no sentido definido por Elias, da transformação histórica de determinados padrões de inter-relação e interdependência. Busca-se recuperar a dimensão processual da justiça juvenil através da perspectiva histórica e comparativa. Partilhamos assim da crítica deste autor ao “refúgio no presente” que caracterizaria algumas análises, como se as situações investigadas pudessem ser pensadas de forma isolada no tempo. Ver Waizbort, 2001.

contextuais que possibilitam e justificam o controle do significado da ação. Os procedimentos dos atores do sistema de justiça obedecem a imperativos práticos diversos e freqüentemente contraditórios (punição – responsabilização – educação)

Condição necessária para estudar os conceitos de adolescência e crime, partindo da visão de Elias (2005), é aceitar a premissa de que seu significado é dinâmico, assim como a própria história; esta última permite a criação de novas formas de sobrevivência e novos modelos familiares, novas culturas, novas imagens e modelos de juventude. Adotar tal perspectiva implica em abandonar tanto as visões naturalizantes presentes no Direito, quanto a clássica oposição entre explicações micro e macro com seus conseqüentes reducionismos, em direção à compreensão da criminalização e punição da adolescência como um processo de construção sob condições histórico-culturais-sociais específicas.

Além disto, seu conceito de outsider (Elias, 2000) permite que sejam consideradas tanto as perspectivas fornecidas pelos grupos homogêneos quanto aquelas cunhadas pelo grupo marginalizado sobre si mesmo. Ocupar-se apenas do “outsider”, de seus problemas de adaptação, das conseqüências da exclusão para sua vida, como se ele não interagisse com os demais membros da sociedade, não evidenciaria os mecanismos geradores da exclusão. Do mesmo modo, ocupar-se apenas da sociedade, ou dos grupos, como se eles, devido a um espírito imanente de maldade, agissem intencionalmente para oprimir o outsider, também não traria a dimensão necessária para a compreensão das questões de estigmatização e exclusão. É precisamente esta relação de interdependência, sujeita a um processo de constante transformação, o ponto cardinal da Teoria da Figuração ou Configuração desenvolvida por Elias.

O enquadramento analítico adequado do fenômeno da justiça juvenil no país supõe, além da abordagem do contexto histórico que molda suas transformações (nível macro sociológico) e do contexto institucional, onde os operadores executam as leis (nível micro sociológico) a comparação entre diversas realidades para alcançarmos uma perspectiva generalizante. A interpretação da criminalização e do controle estatal da violência, através das configurações sociais, amplia a perspectiva da análise ao considerar distintos desenvolvimentos dos objetos envolvidos, e não apenas particularidades da constatação de um fenômeno.

Tal perspectiva teórica ajudará a compreender, no nível macro, o modo como as transformações sociais, políticas e culturais contemporâneas redefinem as funções da justiça juvenil e de seus agentes bem como suas reações (interpretação e execução) frente às demandas atuais. A ordem social é compreendida em dois planos: o plano constitucional (ou de decisões coletivas sobre regras) e o plano institucional (ação efetiva das instituições públicas, que viabilizam o sistema de ordem coletiva tanto material quanto simbolicamente).

Autores como Philippe Ariès (1981), Alvim e Valladares (1988) e Priore (1991) também colocam que as representações sociais acerca da criança e do adolescente estão revestidas de historicidade e que as relações que se estabelecem entre estes com a sociedade, a justiça e as políticas públicas, por sua vez, também estão inseridos em determinado contexto econômico, político cultural e religioso, bem como delineiam de forma diversificada as percepções sobre a infância e a juventude, ao longo da história humana. Neste sentido, juventude não é simplesmente uma categoria etária ou biológica.

A associação entre adolescência e criminalidade, por sua vez, não é inquietação exclusivamente própria de sociedades com acentuadas desigualdades sociais e em que as políticas sociais governamentais, ainda que se esforcem por minimizá-las, não logram assegurar direitos sociais fundamentais para grandes parcelas da população urbana ou rural, cujo ônus recai preferencialmente sobre crianças e adolescentes, como sugerem vários estudos (Waiselfisz, 1998; Mendez, 1998; Adorno, 1999). Mesmo em sociedades caracterizadas por elevados indicadores de desenvolvimento humano, condições e qualidade de vida, a preocupação com o envolvimento de crianças e adolescentes com o mundo do crime não é recente e revela, não raro, traços não muito distantes do modo como o problema é percebido e focado na sociedade brasileira contemporânea (Harris, Welsh e Butler, 2000). Tanto nos Estados Unidos quanto em vários países europeus – especialmente, Inglaterra, França, Alemanha e Itália –, essas inquietações sociais têm sido constantes desde a segunda metade do século XIX, embora adquiram colorido mais dramático em determinadas conjunturas histórico-sociais (Bailleau e Cartuyvels, 2002; Doob e Tonry, 2004).

O século XX viu a emergência de uma justiça juvenil específica e autônoma da justiça penal dos adultos na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil. Ela se desenvolveu segundo o ritmo e as modalidades dos países, oscilando de forma não linear entre modelos punitivos e protetivos, conhecendo episódios regressivos, associados aos sistemas políticos e ideológicos. Um dos aspectos centrais destas mudanças é a tentativa de reconciliar a tensão entre princípios e práticas punitivas e protetivas no controle do crime juvenil (Doob e Tonry, 2004). Oscilando entre objetivos de normalização, assistência e punição, menos formalizada que a justiça dos adultos, ela se caracteriza por grande variação.

No Brasil, a partir dos anos 80 do século XX, a pressão dos movimentos sociais pelo reconhecimento dos direitos das crianças e dos adolescentes resultou na promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069) em 1990. Ao contrário das legislações anteriores, o ECA ao adotar as regras estabelecidas pela Convenção da ONU de 1989, destaca-se por contemplar, não mais apenas a questão da delinquência e da justiça juvenil, mas os direitos da criança e do adolescente em todas as esferas da vida social e por atribuir à família, à comunidade, à sociedade e ao poder público a responsabilidade pela efetivação destes direitos, materializando os anseios preteridos nas legislações passadas. Contudo, verifica-se que o ECA enfrenta dificuldade de se afirmar em uma época de aumento do sentimento de insegurança e frente as exigências de demandas repressivas patrocinadas por alguns segmentos da sociedade e pela mídia.

Esta tendência representa uma séria ameaça à aplicação e manutenção dos dispositivos do ECA, e revela que apesar dos avanços, a legislação para infância e juventude continua se defrontando com o paradoxo da proteção dos direitos da infância e juventude, especialmente pobres, frente à defesa da sociedade. Nesse sentido, justifica-se uma avaliação e melhor conhecimento da aplicação do ECA e execução das medidas sócio-educativas pela justiça juvenil (Rizzini, 2000).

Apesar da diversidade dos percursos e respostas da justiça juvenil, podemos identificar algumas tendências estruturais. Quanto ao fundo, há uma priorização da educação e da proteção dos adolescentes em situação de risco, buscando um equilíbrio do binômio educação-punição. No contexto securitário, o controle sobre a delinquência juvenil torna-se prioridade respondendo as pressões dos grupos sociais que se sentem ameaçados e satisfazendo as demandas de eficácia das intervenções da justiça. No plano formal, a

evolução atual traduz-se pela passagem progressiva de uma intervenção piramidal (hierárquica) a uma lógica de ação descentralizada, constatando-se de forma geral uma horizontalização da justiça juvenil, com a emergência de novos atores. Isto pode ser traduzido em um esforço de desjudicialização das intervenções, favorecendo intervenções fora do judiciário. (Sposato, 2006).

### **A Sociologia do Sistema de Justiça Criminal no Brasil: Questões Gerais**

Os estudos contemporâneos sobre o sistema de justiça criminal no Brasil têm, desde os anos 1980, sido marcados pela reflexão a respeito das rupturas e continuidades no contexto do processo de democratização do Estado e da sociedade, no que tange à organização, atribuições legais e práticas na administração dos conflitos conforme atestam as revisões bibliográficas sobre o tema (Adorno, 1993; Lima, Misse e Miranda, 2000; Zaluar, 2004) Tais estudos mostram que a transição democrática não pode ser desvinculada do impacto das mudanças do fenômeno da violência e das reações da sociedade brasileira frente a estas mudanças. Trata-se da constatação de que o retorno à democracia não significou o aumento do controle sobre a violência, o crime e a desordem.

Quanto à avaliação dos resultados e dos prognósticos para as reformas democratizantes do sistema de justiça, duas visões da realidade se distinguem entre os principais autores do campo: a que valoriza a ruptura e a mudança nas instituições diante de novas atribuições legais, da politização da atuação judicial, da reorientação das identidades corporativas, da emergência de práticas inovadoras, de transformações na cultura jurídica do país, de um lado; de outro, há a tendência que enfatiza os obstáculos à democratização e a incorporação na cultura jurídica de demandas e calores democratizantes, que analisa a persistência de valores e práticas hierarquizantes e excludentes, que relata o aprisionamento de inovações a padrões mentais persistentes (Lima, Misse e Miranda, 2000).

No entanto, o panorama construído por todas essas pesquisas concordam em afirmar que há fortes tensões e contradições entre os potenciais inovadores das experiências de reforma e a reprodução de culturas jurídicas hierarquizantes, na qual as hierarquias sociais (diferenças étnicas, de gênero e ocupação) são reproduzidas e reforçadas, as lógicas punitivas ou ainda racionalidade burocrática que prioriza a eficiência as custas da supressão das garantias processuais. Os estudos desde os anos de 1990 mostram a enorme dificuldade

de reconhecer rupturas e mudanças estruturais introduzidas pela democratização política no sistema de justiça criminal.

O presente relatório terá que se situar nesse debate sobre os efeitos das mudanças do sistema de justiça juvenil, a partir dos resultados que serão produzidos pela pesquisa. Irá reforçar ou refutar a hipótese de que às transformações da justiça juvenil, com sua horizontalização e inserção de novos atores tenha um impacto no controle e prevenção da delinquência juvenil, bem como verificar em que medida ela vem sendo capaz de superar práticas punitivas que vem tradicionalmente se dando fora do Estado de Direito no Brasil e contribuindo, de fato, para a consolidação da cidadania infanto-juvenil no país.



## **Discussão Metodológica da Pesquisa (Geral)**

O processo de pesquisa, na maior parte das vezes complexo e dinâmico, busca a investigação de fenômenos que exigem a combinação de referenciais teóricos e técnica de coleta de informação que dêem conta de apreender a questão colocada como objeto de investigação. A precariedade das informações disponíveis sobre as instituições e os programas que executam as medidas sócio-educativas em meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade), nos municípios selecionados em Minas Gerais, determinou que o desenvolvimento da pesquisa fosse baseado principalmente no uso de dados primários. Nesse sentido, os dados processados e analisados são provenientes de realização de entrevistas e aplicação de questionários com os adolescentes em atendimento e as equipes dos programas.

Buscando-se uma compreensão mais abrangente e aprofundada acerca da aplicação das medidas sócio-educativas em meio aberto em Minas Gerais, a pesquisa compôs-se dos seguintes momentos.

a) Primeiro Momento: mapeamento dos municípios e definição da amostra: este momento reuniu aquelas informações mais gerais que tratam dos arranjos institucionais e recursos aplicados pelos programas em cada município para a implementação da política de atendimento sócio-educativo em meio aberto ao adolescente em conflito com a lei, em maior ou menor consonância com o ECA. Nesse sentido, foram pesquisadas questões sobre a concepção da política, sua implementação; a organização dos programas no âmbito da proposta de descentralização (municipalização das medidas sócio-educativas, artigo 88, inciso I do ECA); a articulação do sistema quanto à aplicação das medidas não privativas de liberdade e a rede de parceiros - profissionalização, educação, saúde - (incompletude institucional, artigo 86, do ECA); e as características básicas das suas propostas pedagógicas.

b) O segundo momento refere-se à pesquisa de campo, em que reuniu análises quantitativas e qualitativas<sup>3</sup> sobre a percepção dos adolescentes em cumprimento de medida

---

<sup>3</sup> Como neste relatório especificamente trataremos apenas dos dados quantitativos, detalharemos melhor os procedimentos metodológicos qualitativos no relatório qualitativo desta pesquisa.

de meio aberto e dos técnicos responsáveis por seu atendimento. Para realizar-se o diagnóstico da aplicação e gerência dessas medidas foram utilizadas estratégias de coleta de informação quantitativas (com técnicos e adolescentes em 16 municípios) e qualitativas (entrevistas com adolescentes e técnicos em doze municípios).

No âmbito quantitativo, a forma de coleta de dados se baseou em um survey auto-aplicado. Conforme sugere Babbie (ibidem), o survey com entrega dos questionários via correio é a forma típica de pesquisa auto-administrada, sendo conveniente administrá-lo a um grupo de respondentes reunidos num único local ao mesmo tempo.

Desta forma, aplicamos exatamente este tipo de survey como forma de coleta de dados quantitativos para esta pesquisa. O CRISP enviou questionários a todos os municípios selecionados em Minas Gerais e a todos os adolescentes atendidos por esses programas. Entretanto, do total de trinta e quatro municípios aos quais foi enviado o material, somente dezoito o devolveram respondido.

Aparentemente esse percentual de retorno pode parecer baixo, no entanto, é importante lembrar que neste caso estamos lidando com uma pesquisa exploratória, onde não há de como saber o tamanho exato do universo de programas, nem dos jovens atendidos em Minas Gerais. Além disso, segundo Babbie (1999, p. 253), “uma taxa de resposta de pelo menos 50% é geralmente considerada adequada para análise e relatórios. Uma taxa de resposta de pelo menos 60% é considerada boa e uma taxa de pelo menos 70% é considerada muito boa”. Logo, temos resposta considerada adequada para o tipo de pesquisa proposta.

Os questionários foram respondidos pelas equipes técnicas e adolescentes das seguintes cidades: Curvelo, Araxá, Alfenas, Sete Lagoas, São Sebastião do Paraíso, Araguari, Lavras, João Monlevade, Paracatu, Contagem, Betim, Janaúba, Ipatinga, São João Del Rey, Nova Lima e Uberlândia. Simultaneamente foram visitadas 12 cidades dentre as 16 mencionadas anteriormente para a coleta das informações qualitativas por meio de entrevistas semi-estruturadas. Essas cidades foram Santa Luzia, João Monlevade, Itaúna, Betim, Mariana, Contagem, Sete Lagoas, Lavras, Nova Lima, Paracatu e Ipatinga e São João Del Rey.

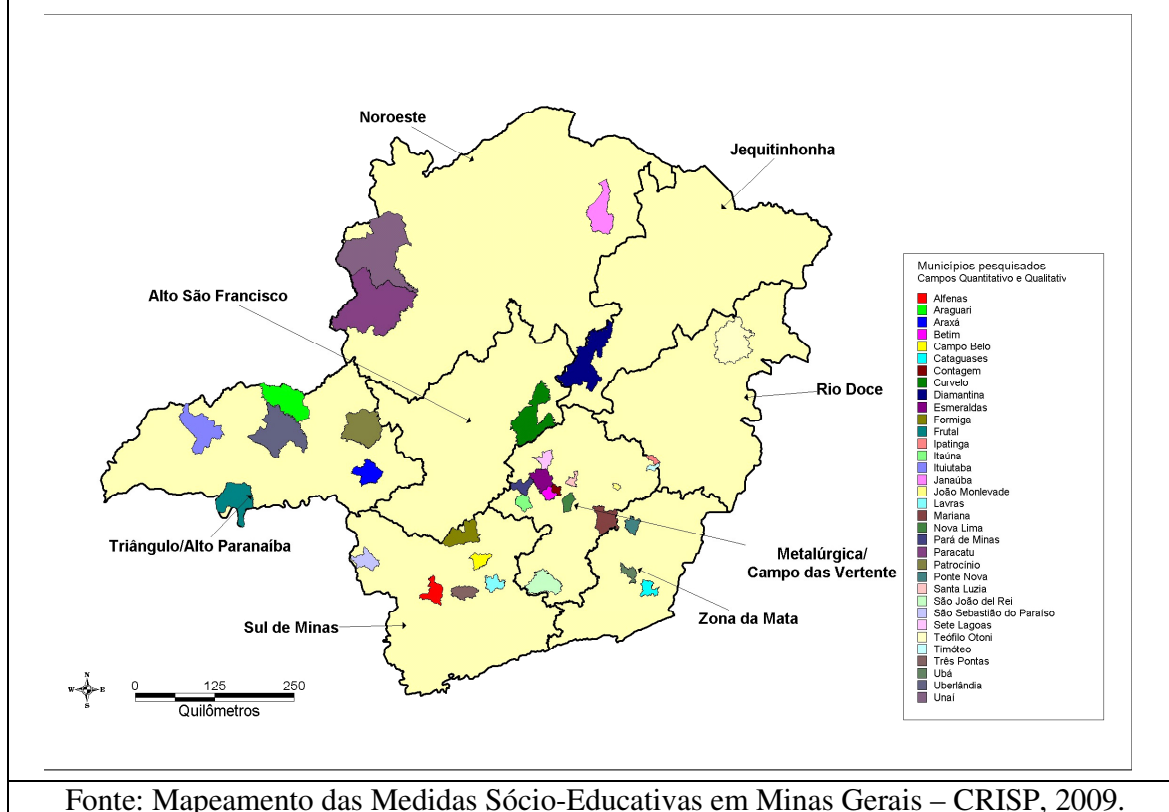
**Processo de seleção dos municípios pesquisados, segundo a existência dos programas de meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade).**

O processo de seleção dos municípios adotado pela pesquisa para realização da pesquisa teve como critério um sistema de classificação dos municípios do Estado de Minas Gerais desenvolvido pela Subsecretaria de Atendimento às Medidas Sócio-educativas em Meio Aberto (SUASE). Esse sistema de classificação desenvolvido pela SUASE foi ponderado segundo a existência e a efetividade tanto das medidas sócio-educativas de meio aberto quanto das medidas sócio-educativas de meio fechado nos municípios do Estado.

A triagem dos municípios que compuseram o universo da pesquisa quantitativa foi realizada a partir dos contatos e solicitações de informações junto às Prefeituras, Varas Judiciais e nas entidades executoras das medidas sócio-educativas. O processo de apresentação da pesquisa e de solicitação de informações (via telefone, e-mail e ofícios) acabou gerando um processo de seleção dos municípios pautado em certos critérios, como: existência dos dois programas de meio aberto, a autorização para aplicação dos questionários e o acesso aos entrevistados segundo a agenda e cronograma de atividades dos respectivos programas. Cabe ressaltar que esse processo foi bastante trabalhoso, por tratar-se de uma pesquisa exploratória, uma vez que praticamente não existiam informações a respeito dos programas que executam medidas de meio aberto no Estado de Minas Gerais.

Os municípios selecionados para a execução do campo quantitativo dentre o ranking definido pela SUASE foram destacados na figura abaixo:

Conjunto de 32 municípios selecionados para aplicação do survey organizacional com os programas de meio aberto e do survey com os adolescentes em atendimento.



A falta de bases de dados com informações sobre as cidades do Estado que executam programas de meio aberto, bem como sobre os adolescentes que cumprem tais medidas, implicou na coleta de dados primários em cada um dos 34 municípios selecionados no projeto, tanto nas prefeituras, quanto nas comarcas, juizados e nas varas da infância e juventude.

A seleção dos municípios para execução do campo quantitativo seguiu três fases:

- triagem das cidades que executavam as medidas de meio aberto; definidas as cidades, procedeu-se ao levantamento dos dados secundários de cadastramento dos programas
- triagem das cidades que executavam tanto a medida sócio-educativa liberdade assistida quanto prestação de serviço à comunidade; definidas as

idades, procedeu-se ao levantamento dos dados secundários de cadastramento dos programas

- seleção dos programas que executavam a medida sócio-educativa de meio aberto, liberdade assistida,
- seleção dos programas que executavam a medida sócio-educativa de meio aberto prestação de serviço à comunidade.

A população alvo da pesquisa definida foi o universo dos adolescentes em atendimento nos programas de meio aberto nos 32 municípios selecionados. A abrangência dos questionários foi pautada por critérios de acesso aos entrevistados dentro do prazo para execução do campo qualitativo (entre o mês de novembro de 2008 e março de 2009). Neste sentido, tais critérios foram a autorização dos coordenadores dos programas para a realização dos questionários, o interesse e compromisso tanto das equipes quanto dos adolescentes dos programas em participar do campo quantitativo e a disponibilidade de aplicação dos questionários segundo o cronograma de atividades dos programas dentro do prazo fixado pra execução do campo.

Ao final do campo quantitativo conseguiu-se atingir uma representatividade significativa do universo pesquisado. Foram respondidos 405 questionários em 19 municípios, de um total de 1335 adolescentes em atendimento, segundo informado pelos programas, representando 30,3% do total.

Superintendência de Avaliação e Qualidade do Sistema de Defesa Social (SASDS)  
Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública (CRISP)

Conjunto de 16 municípios que responderam o survey organizacional e o survey com os adolescentes									
Município	Quest. Recebidos-Adolescentes				Número de casos informados				(%) Recebidos/Informados
	PSC	LA	PSC + LA	Total	PSC	LA	PSC + LA	Total	
Curvelo	1	4	11	16	8	6	13	27	59,3
Araxá	0	10	0	10	0	50	0	50	20,0
Alfenas	0	9	0	9	0	18	0	18	50,0
Sete Lagoas	5	9	0	14	12	13	5	30	46,7
São Sebastião do Paraíso	0	35	0	35	0	76	10	86	40,7
Araguari	10	0	0	10	24	0	6	30	33,3
Lavras	14	23	3	40	15	55	6	76	52,6
João Monlevade	14	22	8	44	82	69	42	193	22,8
Paracatu	0	9	0	9	0	22	0	22	40,9
Contagem	12	20	10	42	62	90	303	455	9,2
Betim	15	16	12	43	42	55	23	120	35,8
Janaúba	0	15	0	15	0	20	0	20	75,0
Ipatinga	15	15	7	37	22	25	18	65	56,9
São João Del Rey	0	11	0	11	0	20	0	20	55,0
Uberlândia	20	20	15	55	50	28	22	100	55,0
Nova Lima	5	8	2	15	9	10	4	23	65,2
<b>Total</b>	<b>PSC</b>	<b>LA</b>	<b>PSC + LA</b>	<b>Total Geral</b>	<b>PSC</b>	<b>LA</b>	<b>PSC + LA</b>	<b>Total Geral</b>	
	111	226	68	405	326	557	452	1335	

Fonte: Mapeamento das Medidas Sócio-Educativas em Minas Gerais – CRISP, 2009.

Superintendência de Avaliação e Qualidade do Sistema de Defesa Social (SASDS)  
Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública (CRISP)

Survey com os adolescentes sob medida sócio-educativa de meio aberto				
Survey com os Adolescentes que cumprem Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade				
Município		Número de questionários	Número de adolescentes	Percentual de questionários
		recebidos	informados	recebidos sobre o informado
1	Uberlândia	55	100	55,0
2	Ipatinga	37	65	57,0
3	João Monlevade	44	193	22,8
4	Betim	43	120	35,8
5	Contagem	42	455	9,2
6	Lavras	40	76	52,6
7	São Sebastião do Paraíso	35	86	40,7
8	Curvelo	16	27	59,3
9	Janaúba	15	20	75,0
10	Nova Lima	15	23	65,2
11	Sete Lagoas	14	30	46,7
12	Araxá	10	50	20,0
13	Araguari	10	30	33,3
14	Alfenas	9	18	50,0
15	Paracatu	9	22	40,9
16	São João Del Rey	11	20	55,0
<b>Total</b>		<b>405</b>	<b>1335</b>	<b>30,3</b>

Fonte: Mapeamento das Medidas Sócio-Educativas em Minas Gerais – CRISP, 2009.

Survey com os adolescentes sob medida sócio-educativa de meio aberto			
Survey com os Adolescentes em cumprimento de medida sócio-educativa			
Natureza da medida sócio-educativa	Total de questionários	Total de adolescentes	Percentual entre a quantidade
	recebidos	informados	recebida e informada
<b>Prestação de Serviço à Comunidade</b>	<b>111</b>	<b>326</b>	<b>34,0</b>
<b>Liberdade Assistida</b>	<b>226</b>	<b>557</b>	<b>40,6</b>
<b>P.S.C. e L.A.</b>	<b>68</b>	<b>452</b>	<b>15,0</b>
<b>Total Geral</b>	<b>405</b>	<b>1335</b>	<b>30,3</b>

Fonte: Mapeamento das Medidas Sócio-Educativas em Minas Gerais – CRISP, 2009.

### **Coleta de dados quantitativos e qualitativos**

Após o mapeamento dos municípios que aplicam as medidas de PSC e LA, foram realizadas as seguintes etapas de coleta de dados quantitativos e qualitativos que compõem a pesquisa:

**Etapla 1:** Survey organizacional com os programas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade.

**Etapla 2:** Survey com os adolescentes em atendimento no programa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade nas trinta e quatro cidades que compõe o universo da pesquisa.

**Etapla 3:** Entrevistas semi-estruturadas com os adolescentes em atendimento no programa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade em 7 cidades que fizeram parte da amostra qualitativa da pesquisa.

**Etapla 4:** Entrevistas semi-estruturadas com a equipe técnica responsável pelo programa Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade em 12 cidades que fizeram parte da amostra qualitativa da pesquisa.

O total de questionários e entrevistas realizados para esta pesquisa, por medida sócio-educativa foi:

1. Aplicação de questionário organizacional em 10 programas de Liberdade Assistida;
2. Aplicação de questionário organizacional em 10 programas de Prestação de Serviço à Comunidade;
3. Aplicação de questionário a 226 adolescentes em cumprimento de medida sócio-educativa de Liberdade Assistida;
4. Aplicação de questionário a 111 adolescentes em cumprimento de medida sócio-educativa de Prestação de Serviço à Comunidade;



Superintendência de Avaliação e Qualidade do Sistema de Defesa Social (SASDS)  
Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública (CRISP)

5. Aplicação de questionário a 68 adolescentes em cumprimento de medida sócio-educativa acumulada de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade;

6. Entrevistas com 11 adolescentes em cumprimento de medida sócio-educativa de Liberdade Assistida;

7. Entrevistas com 8 adolescentes em cumprimento de medida sócio-educativa de Prestação de Serviço à Comunidade;

8. Entrevistas com 14 técnicos do programa de Liberdade Assistida;

9. Entrevistas com 9 técnicos do programa de prestação de serviço à comunidade.

### **Dimensões e Variáveis Abordadas no Instrumento de Pesquisa (Questionário)**

A inserção dos indivíduos na estrutura social diz respeito às condições econômicas familiares. A suposição de senso comum é a de que contextos familiares onde há dificuldade de inserção no mercado de trabalho, baixa renda, condições precárias de moradia e acesso precário ou restrito à aquisição de bens de consumo leva a uma maior probabilidade de comportamentos delinquentes. A pesquisa deverá investigar a importância desses elementos na determinação do cometimento de atos infracionais. Por outro lado, o nível estrutural de análise também leva em consideração a violência percebida pelo adolescente na sua comunidade imediata.

Uma dimensão a ser abordada refere-se à caracterização dos elementos sócio-psicológicos. O que se supõe nesse nível de análise é a existência de relação entre ações que geram conflito com a lei e pertencimento a determinados grupos sociais. Assim, serão levados em consideração elementos como tipo de estrutura e relação familiar – onde há a precariedade ou inexistência de relações afetivas e exposição à violência – ausência de opções de lazer, ou opções que se desenvolvem em ambientes violentos, convivência com indivíduos em conflito com a lei e natureza do relacionamento com instituições como a escola.

Finalmente, o nível individual deverá considerar aspectos como auto-estima, uso de drogas, princípios éticos frente a transgressões.

Com o intuito de contemplar as três dimensões pormenorizadas acima, o questionário contém os seguintes tópicos:

- Variáveis sócio-econômicas (nível estrutural)
- Variáveis de percepção de violência na comunidade em que vive ( nível estrutural)
- Variáveis relativas à estrutura familiar (nível sócio-psicológico)
- Variáveis relativas ao relacionamento familiar (nível sócio-psicológico)
- Inserção escolar e expectativas em relação à escola (nível sócio-psicológico)
- Relacionamento com pares (nível sócio-psicológico)

Superintendência de Avaliação e Qualidade do Sistema de Defesa Social (SASDS)  
Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública (CRISP)

- Variáveis relativas ao adolescente (nível individual) – auto-estima, uso de drogas, percepções sobre o ato infracional e sua responsabilização.

Além disso, o questionário contém uma bateria de questões acerca do nível de aceitação e adesão dos adolescentes às atividades implementadas pelos programas de meio aberto, considerando os seguintes tópicos:

- Atendimento recebido no Programa
- Vínculo com o Técnico
- Vínculo com o Orientador
- Resultados alcançados pela participação no Programa
- Empenho do Técnico e do Orientador em apoiar o adolescente
- Empenho em conseguir encaminhamentos para cursos, estágios e outras atividades

**Os conjuntos de variáveis presentes no questionário encontram-se especificado nos quadros a seguir.**

Conjunto A - Variáveis sócio-econômicas	
1. Idade	7. Estado civil
2. Sexo	8. Se tem filhos
3. Cidade natal	9. Escolaridade dos pais
4. Bairro de residência	10. Ocupação dos pais
5. Raça ou cor	11. Ocupação do adolescente
6. Religião	12. Situação de residência

Conjunto B - Variáveis de percepção sobre a comunidade
13. Percepções sobre violência no bairro
14. Percepções sobre desordem no bairro
15. Relacionamento com vizinhos
16. Relacionamento com os colegas / amigos

Superintendência de Avaliação e Qualidade do Sistema de Defesa Social (SASDS)  
Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública (CRISP)

Conjunto C - Variáveis sobre inserção no mercado de trabalho
17. Está trabalhando
18. Razões para não estar trabalhando
19. Percepções e expectativas sobre o trabalho
20. Auto-avaliação do desempenho no trabalho

Conjunto D - Percepções em relação à escola
21. Vínculo escolar
22. Série
23. Porque parou de estudar
24. Pretende voltar a estudar
25. Grau de dedicação
26. Grau de satisfação com a escola
27. Expectativas em relação a escola

Conjunto E – Responsabilização frente ao ato infracional
28. Tipo de ato infracional
29. Descrição do evento
30. Considera-se culpado
31. Porque se considera culpado
32. Considera-se inocente
33. Porque se considera inocente

Superintendência de Avaliação e Qualidade do Sistema de Defesa Social (SASDS)  
Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública (CRISP)

Conjunto F - Nível individual
F.1 - Auto-estima
34. Percepção do desempenho nas atividades cotidianas
35. Frequência com que recebe elogios
36. Sentimentos frente aos outros
37. Auto-imagem
F.2 - Tempo no Programa de Meio Aberto
38. Tempo
39. Reincidente ou não
F. 3 - Adesão ao Programa de Meio Aberto
40. Opinião sobre o técnico
41. Opinião sobre o orientador
42. Opinião sobre as atividades
43. O que acredita que mudou com a participação
44. Opinião geral sobre o Programa
45. Apoio externo recebido (pais, escola, etc.).

Conjunto G - Variáveis sobre o relacionamento familiar
46. Quem são os responsáveis pelo adolescente
47. Relacionamento com pais
48. Relacionamento com companheiro(a)

Conjunto H - Vitimização sofrida no atendimento da Justiça Juvenil
49. Avaliação do tratamento recebido durante a apreensão
50. Tipo de violência
51. Avaliação do tratamento recebido na delegacia
52. Tipo de violência
53. Avaliação do tratamento recebido no Juizado da Infância
54. Tipo de violência

**Diagnóstico das medidas sócio-educativas em meio aberto: Survey com os adolescentes em atendimento nos programas de meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade)**

Foram informados pelo conjunto de dezenove municípios (aqueles que retornaram os questionários enviados) em Minas Gerais que existem cerca de 1377 adolescentes em atendimento em programas de meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade). Trabalhamos com um tipo de metodologia de pesquisa (aplicação de questionário, no formato survey) que seria o mais adequado para o tamanho do universo que o trabalho logrou atingir.

Procuramos favorecer a indicação de tendências que podem funcionar como subsídios para a formulação de hipóteses, passíveis de comprovação através da utilização dos instrumentos metodológicos usados.

Compilando as informações levantadas no segundo conjunto de informações sobre o perfil dos adolescentes que cumprem medidas sócio-educativas de meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade) nos municípios pesquisados em Minas Gerais, obtém-se as seguintes análises.

### Perfil sócio-econômico dos adolescentes

De posse dos dados tabulados, verificou-se que os adolescentes em sua maioria são, do sexo masculino (87%); com idade entre 15 e 18 anos (64%); da raça parda (45,4%); são solteiros (84%); não têm filhos (89%); têm renda familiar de até um salário mínimo (40%); são católicos, (49%); não freqüentam a escola (59%) e não concluíram o ensino fundamental (quase 74,6%); sendo que 55% não trabalhavam quando em cumprimento da medida sócio-educativa de meio aberto.

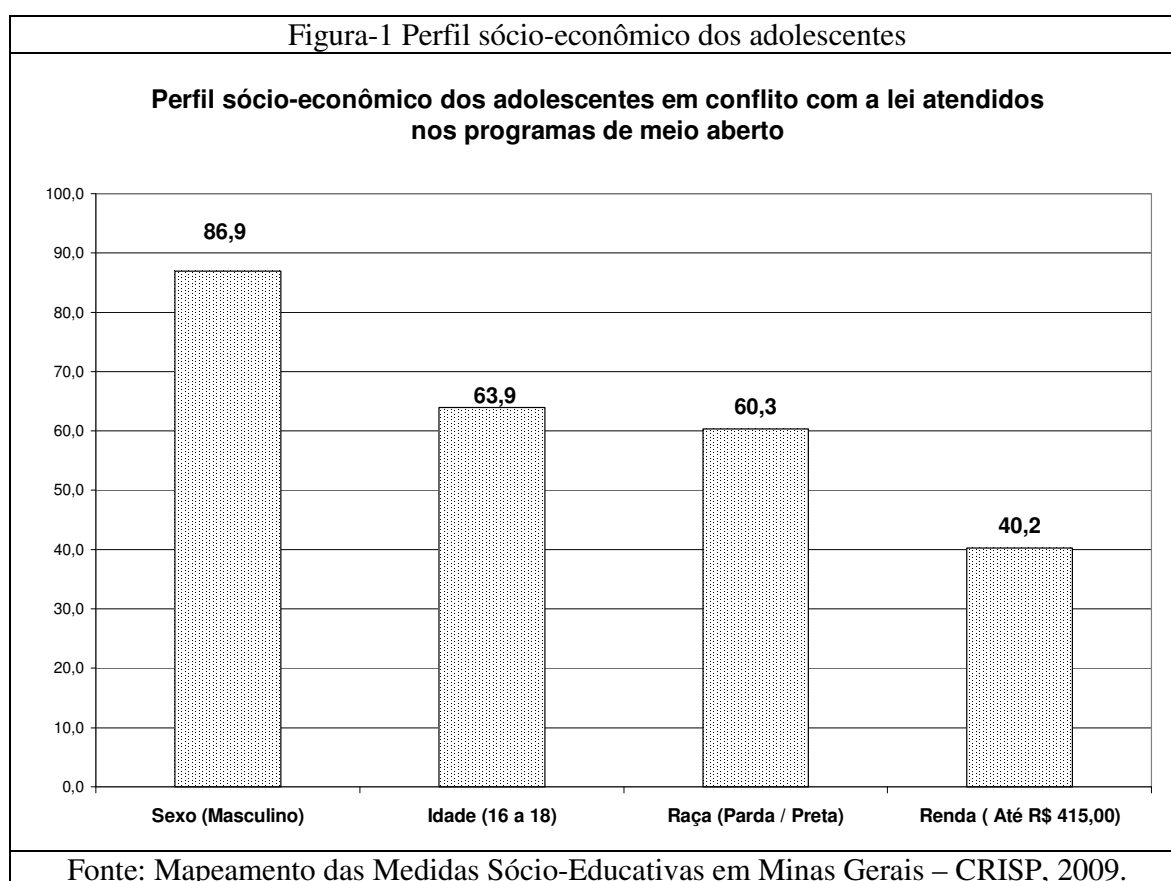


Figura-2 Perfil sócio-econômico dos adolescentes

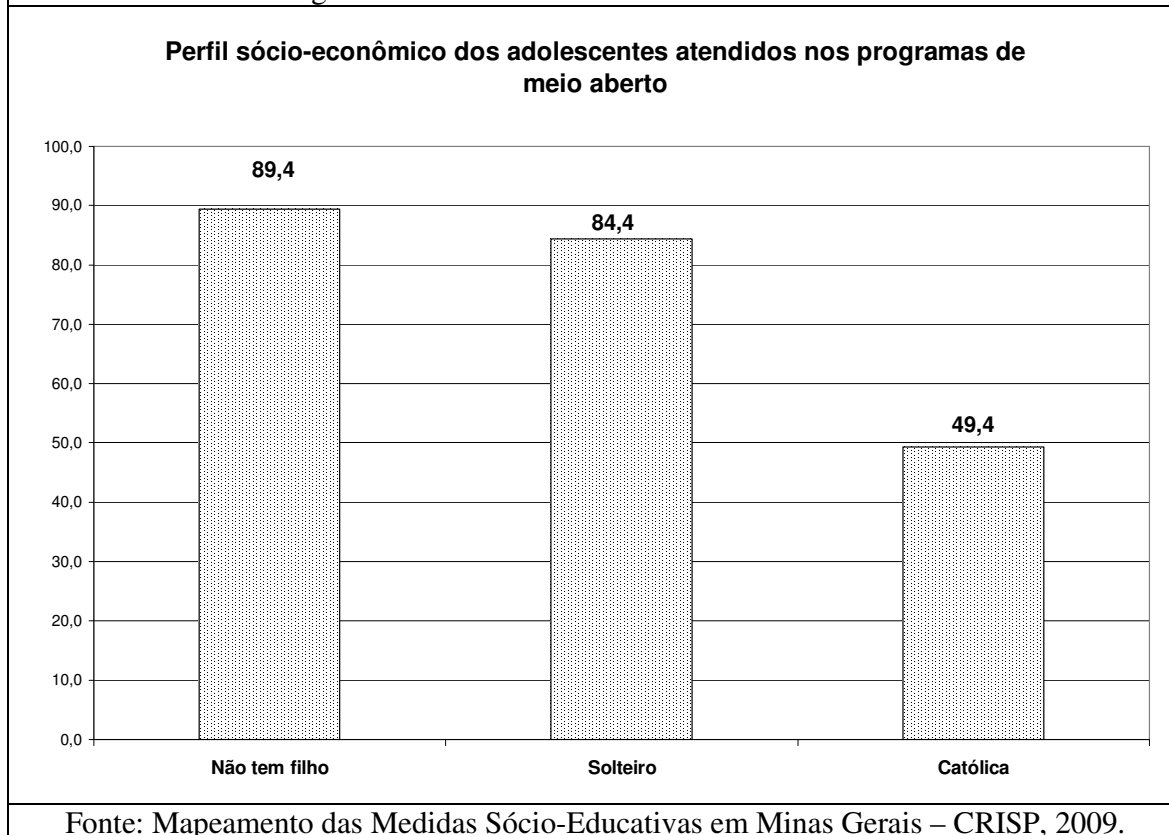




Figura-3 Sexo dos adolescentes

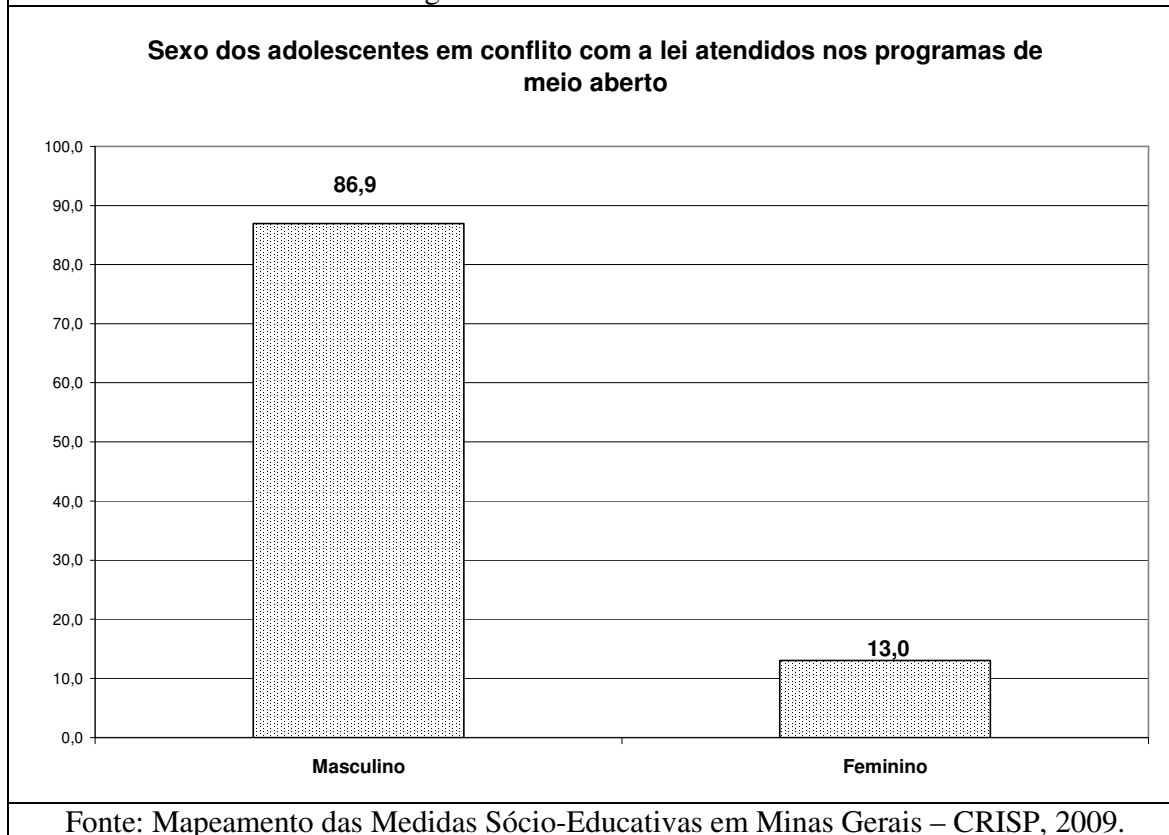
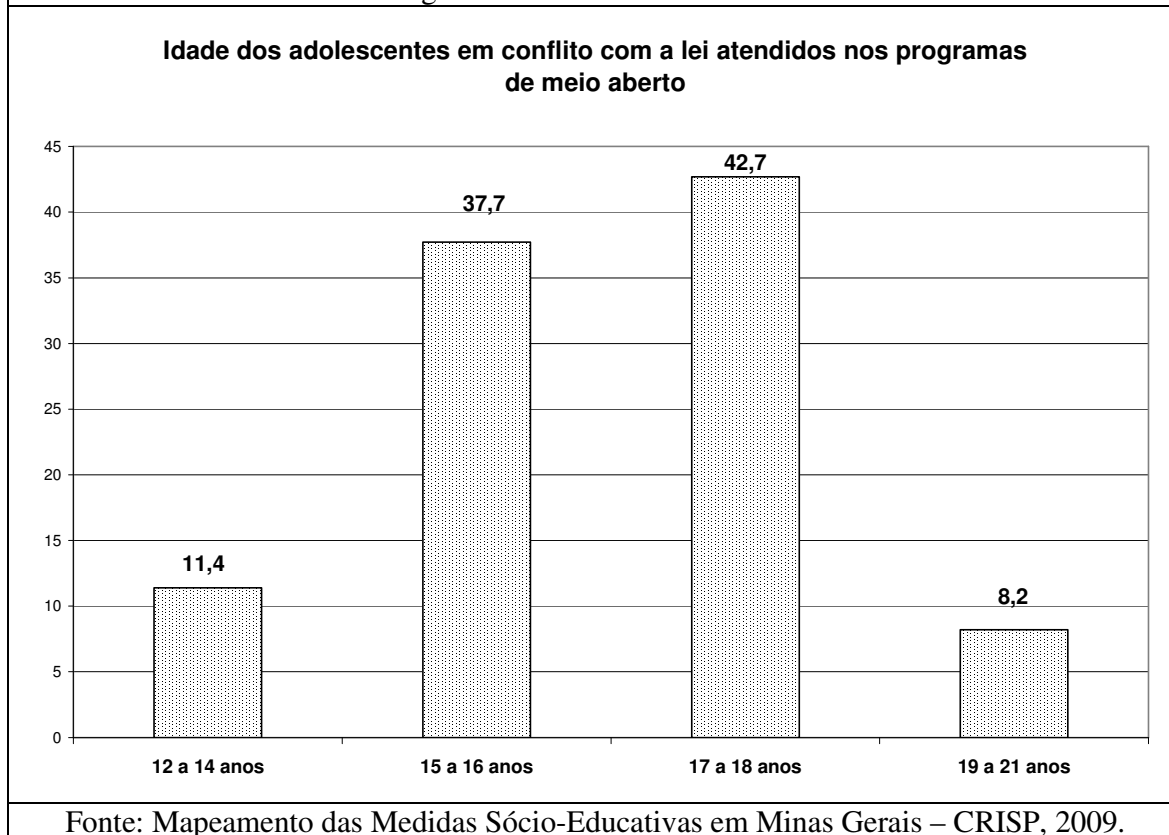


Figura-4 Idade dos adolescentes

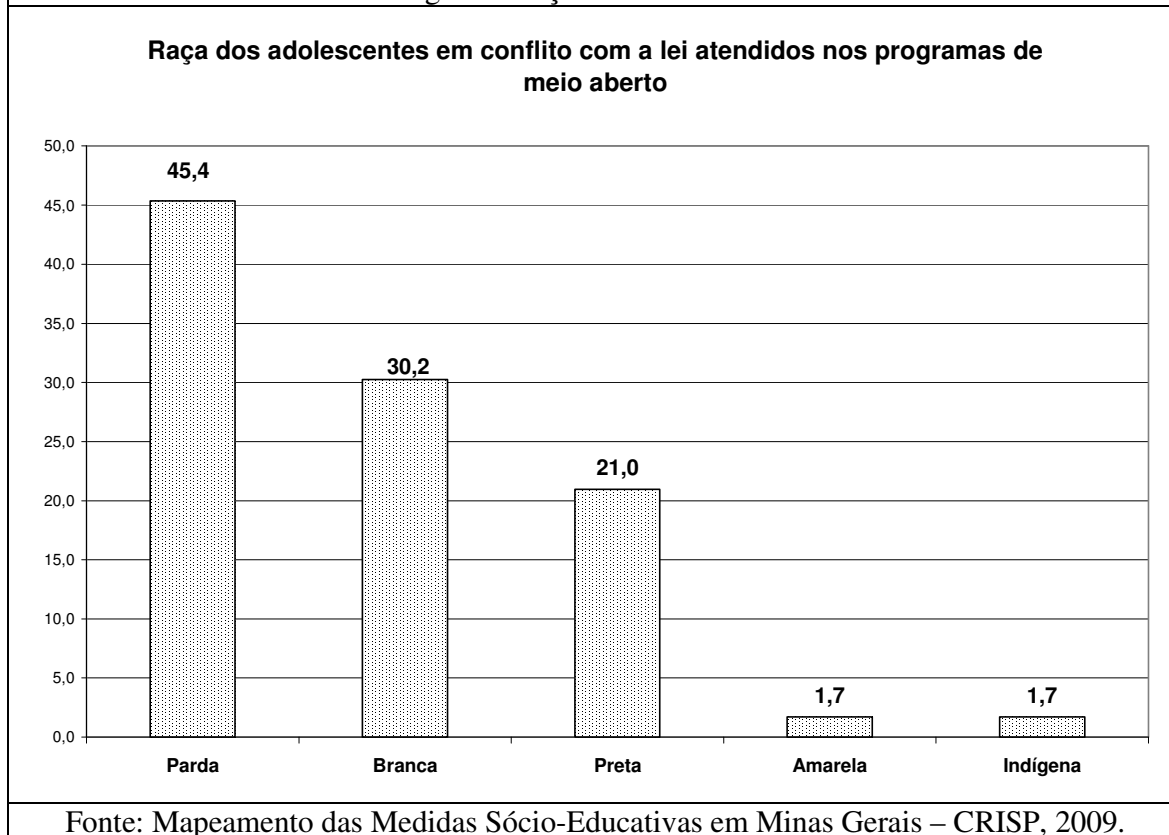


Tomando por referência o ECA, à criança, ou seja, à pessoa até doze anos de idade incompletos, se aplica a inimizabilidade e a irresponsabilidade penal. Os atos desviantes praticados por crianças, que caso cometidos por adultos seriam considerados enquanto crime, não são enviados ao Juizado. Se parte, como já citado, da concepção que se está tratando um indivíduo em condição peculiar de desenvolvimento, e que deve antes de tudo ser assistido, ao invés de punido. Já o adolescente que comete atos que, de acordo com o Código Penal, são definidos como criminosos, deve ser encaminhado às medidas sócio-educativas. Quem tem entre doze e dezoito anos não é considerado imputável, mas apenas responsável penalmente. O que significa essa responsabilidade penal do adolescente? Ele tem que responder perante o tribunal, tem que responder perante a lei quando comete ato infracional, ou seja, aquilo que, se fosse cometido por adulto, seria considerado crime ou contravenção. Assim, o adolescente infrator deve ser apresentado perante a justiça, ser acusado por um promotor, defendido por um advogado, e julgado por um juiz. Porém, quando se for aplicar as medidas, não serão aplicadas as penas do código penal, pois ele é

responsável penalmente, mas é inimputável, são então aplicadas as medidas sócio-educativas.

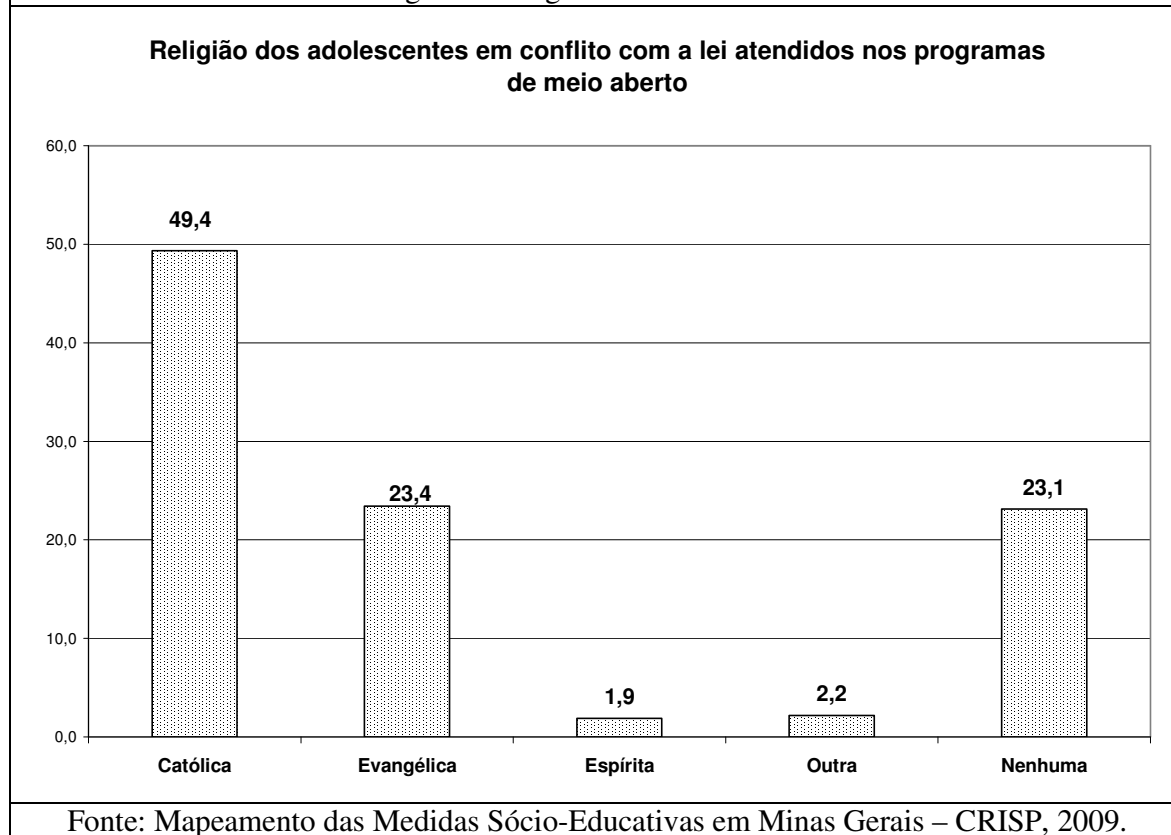
A distribuição etária dos jovens participantes do programa segue basicamente as regras descritas acima, já que não há ninguém com menos de doze anos que participe de um de PSC ou LA. Quase todos os adolescentes atendidos têm de 12 a 18 anos (91,8%), com a maior parte desses concentrada entre os 15 e 18 anos (80,4%), o que coloca a faixa etária dos 12 a 14 anos com uma minoria de jovens (11,4%). Há também uma pequena proporção de adultos na amostra que cumprem alguma medida socio-educativa (8,2%). Isso acontece porque é possível um jovem ter uma pena que se estende para a idade adulta, mas apenas se o ato infracional cometido ter ocorrido ainda enquanto ele era um adolescente.

Figura-5 Raça dos adolescentes



Quanto à raça, observa-se que a maioria se declarou negro (66,4%), sendo desses 45,4% pardos e 21% pretos. O restante dos adolescentes são majoritariamente brancos (30,2%), com pequena proporção de amarelos e indígenas (ambos com 1,7%). Para esta questão foram usadas as categorias do IBGE e tomado como resposta a raça/ cor auto-declarada pelo adolescente.

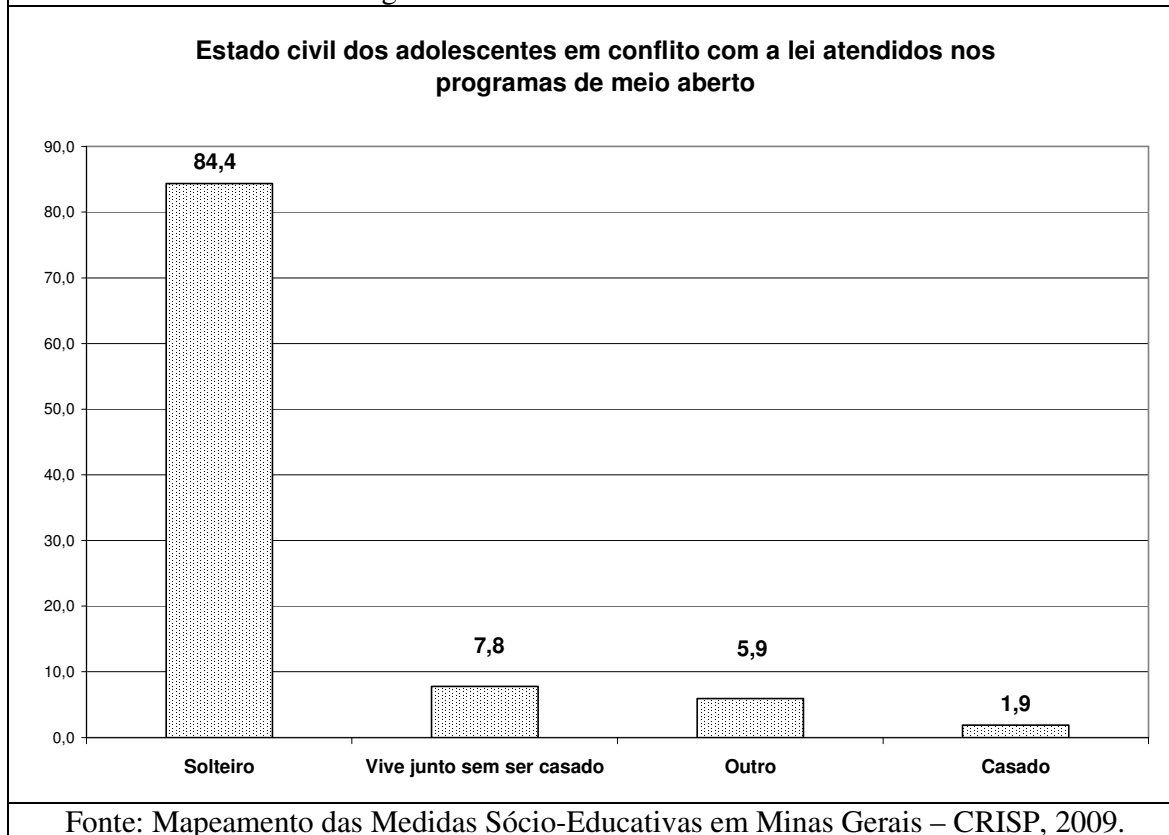
Figura-6 Religião dos adolescentes



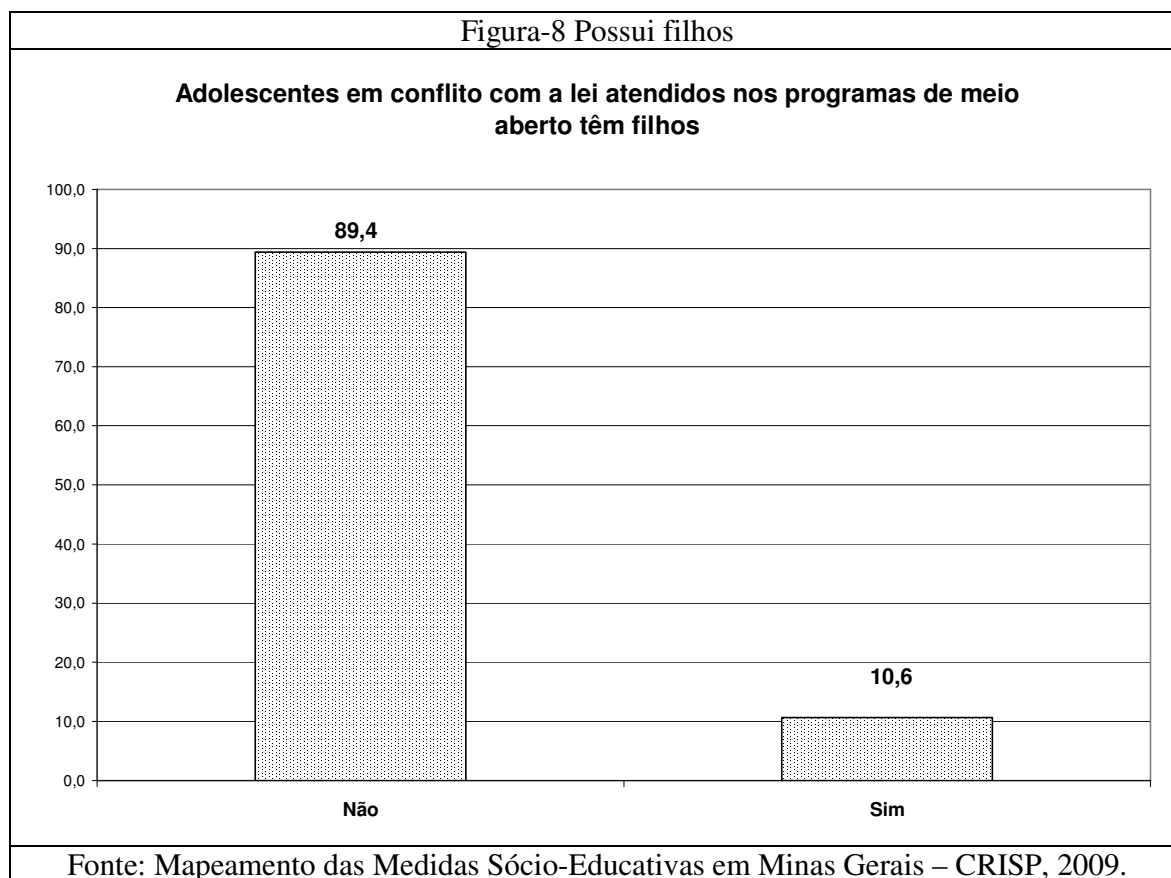
Quase a metade dos jovens se declarou católica (49,4%), categoria com maior proporção de respondentes, seguido pelos evangélicos (23,4%) e depois pelos que não têm religião (23,1%). Bem menos expressivo foram os espíritas (apenas 1,9%) e aqueles com outra religião que não as especificadas no questionário (2,2%).

Comparando os dados dos jovens com os de todo o estado de Minas Gerais, vemos nos primeiros uma proporção bem maior de evangélicos e daqueles que não têm religião (para o estado são 13,6% e 4,5% respectivamente), compensada por uma quantidade proporcionalmente inferior de católicos (são 78,7% em Minas). (IBGE - Censo 2000)

Figura-7 Estado civil dos adolescentes

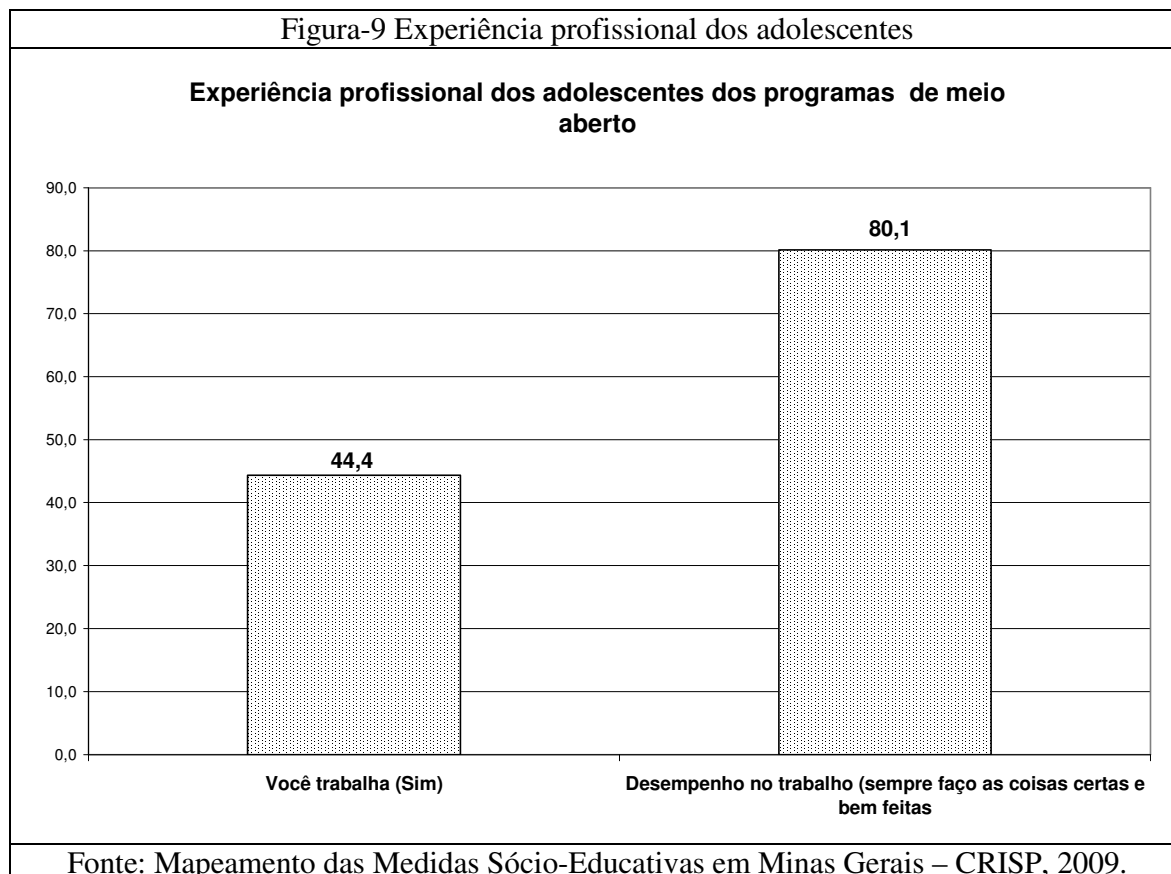


Relativo ao estado civil dos jovens, se constata que a grande maioria (84,4%) está atualmente solteira. Existe uma proporção também relevante de adolescentes que vivem juntos sem matrimônio (7,8%), que é mais de quatro vezes maior do que a daqueles que são oficialmente casados (1,9%).

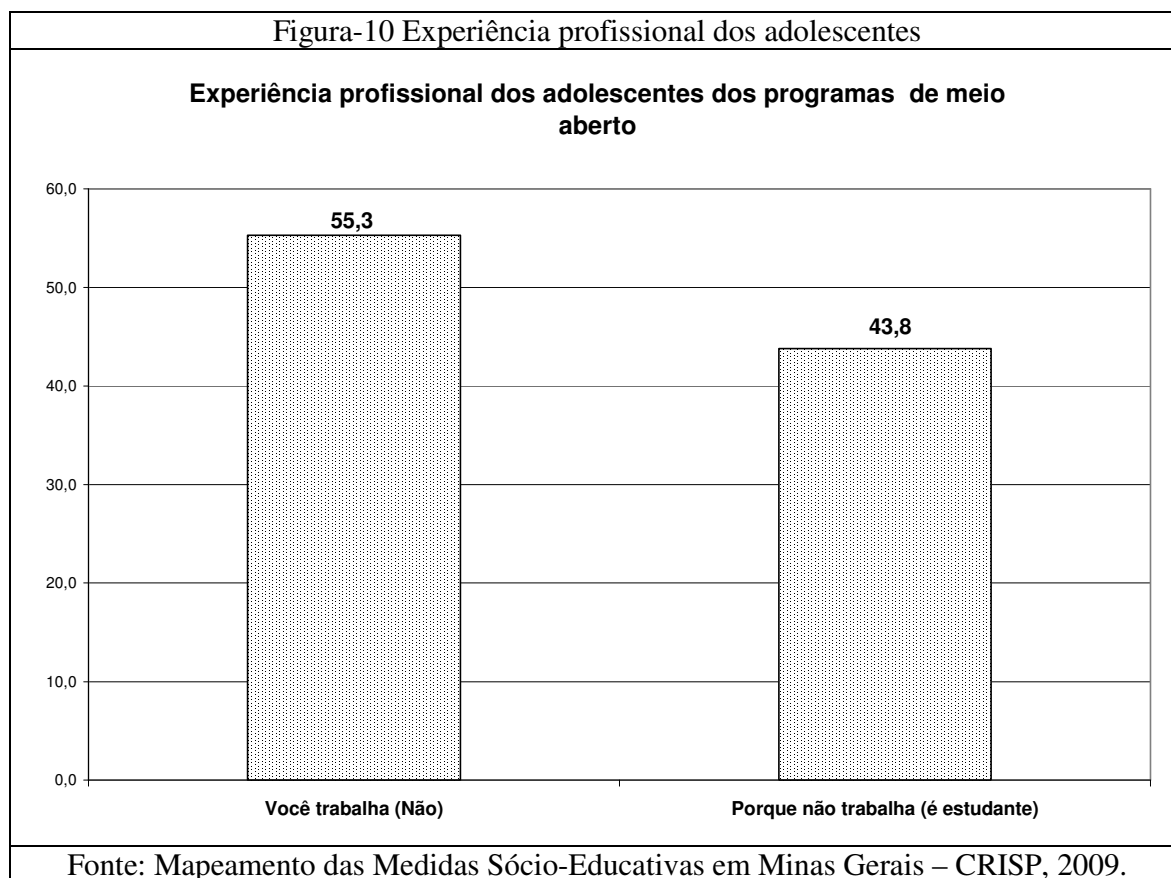


Cerca de 10% do total da amostra de adolescentes têm filhos. Cruzando esta variável com o estado civil, se observa que são 6,7% dos solteiros, 66,7% dos casados e 40% dos amigos aqueles que já são pais, o que indica uma correlação do matrimônio com a paternidade, sem que haja forma de se precisar qual foi anterior.

### Perfil sócio-econômico dos adolescentes: experiências de profissionalização

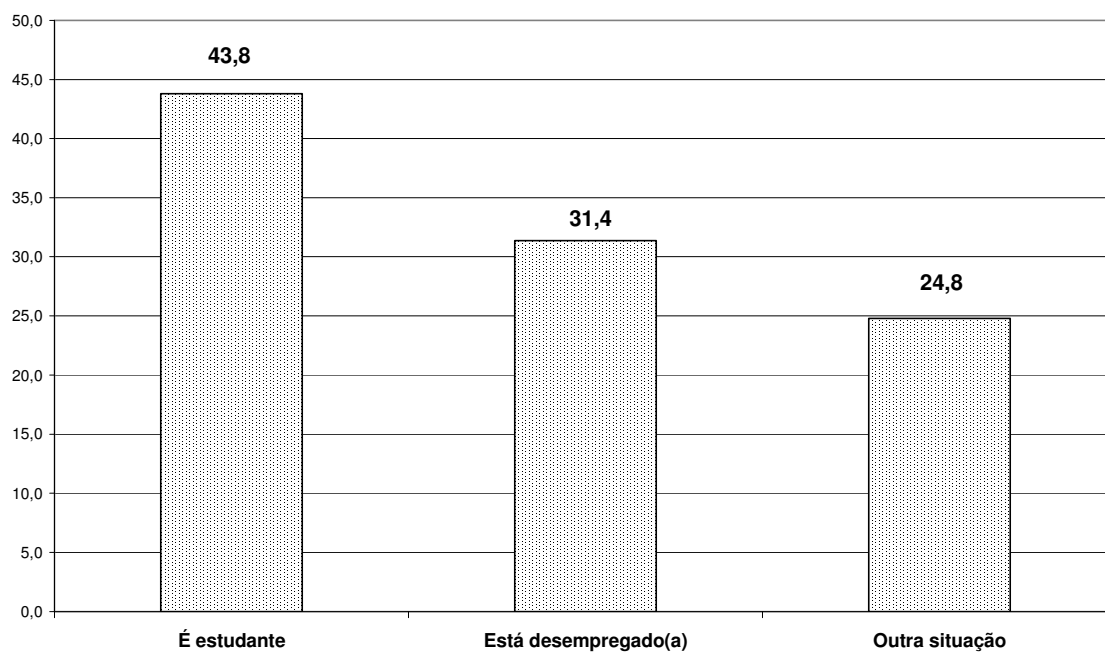






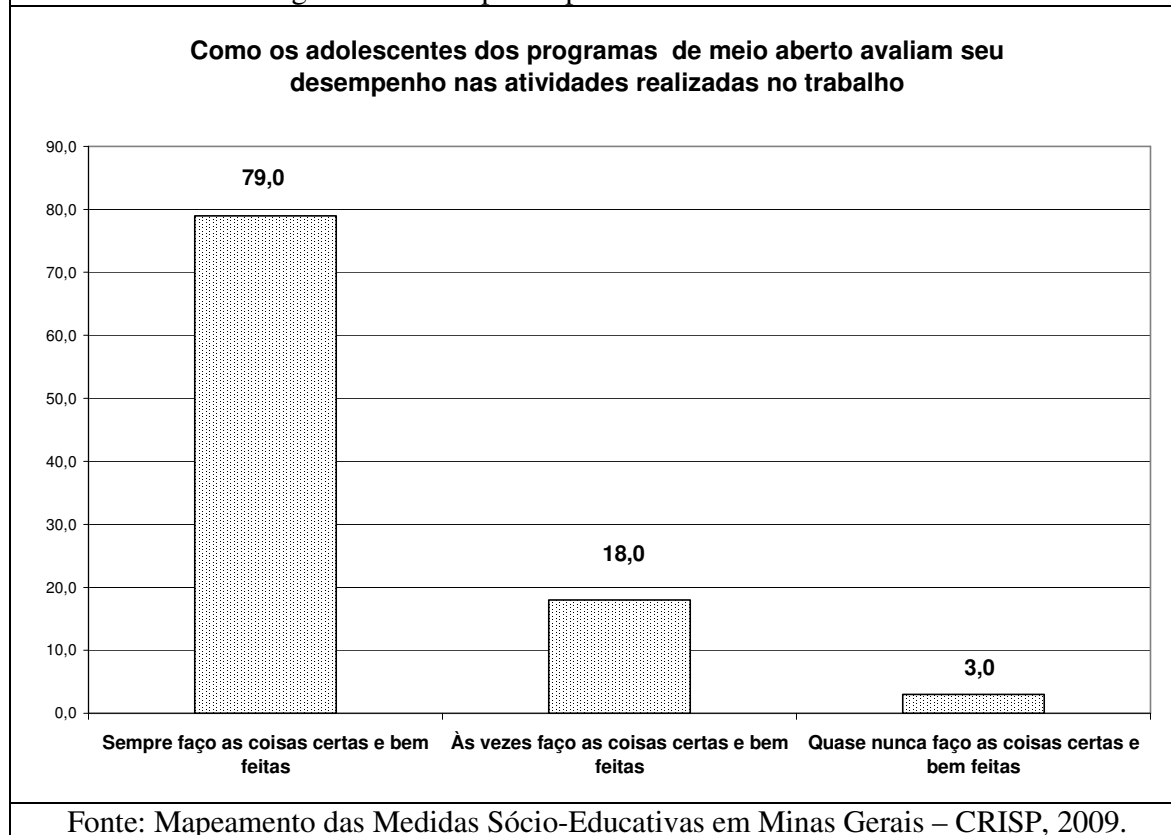
**Figura-11 Experiência profissional dos adolescentes**

**Os adolescentes dos programas de meio aberto não estão trabalhando atualmente porque...**



Fonte: Mapeamento das Medidas Sócio-Educativas em Minas Gerais – CRISP, 2009.

Figura-12 Desempenho profissional dos adolescentes



Quanto às experiências e a visão própria do jovem como profissional, o que se constata é que pouco mais da metade deles não está trabalhando (55,3%), sendo que 31,4% deste total de desocupados se declarou desempregado, ou seja, estar procurando emprego no momento da pesquisa. Os outros que não estão trabalhando não o fazem ou porque são estudantes (43,8%), ou por alguma outra situação mais específica.

Ao serem pedidos para avaliar suas atividades, a maior parte dos jovens (79,0%) afirmou que sempre as fazem de forma correta e bem feita. Apenas 3,0% dos adolescentes disse quase nunca exercer suas atividades de forma positiva.

**Perfil sócio-econômico dos adolescentes: experiências com escolarização**

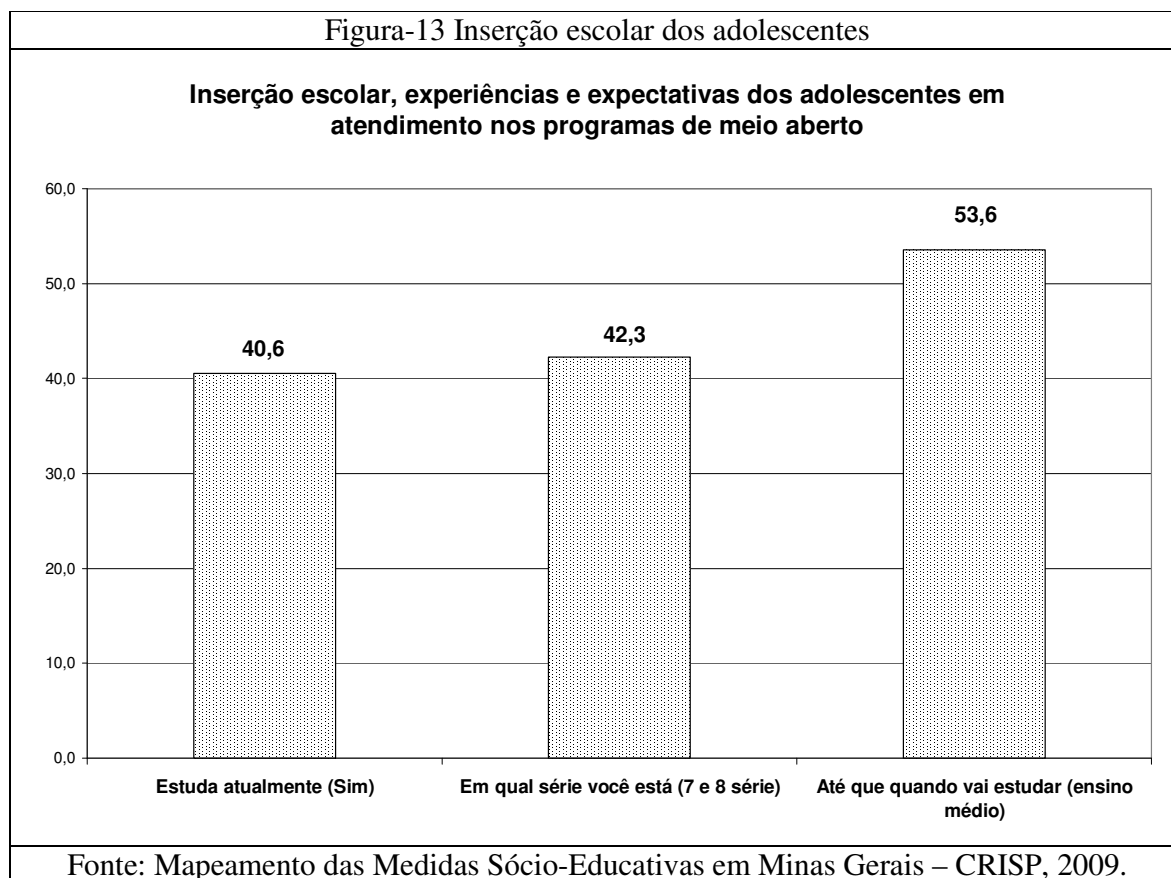
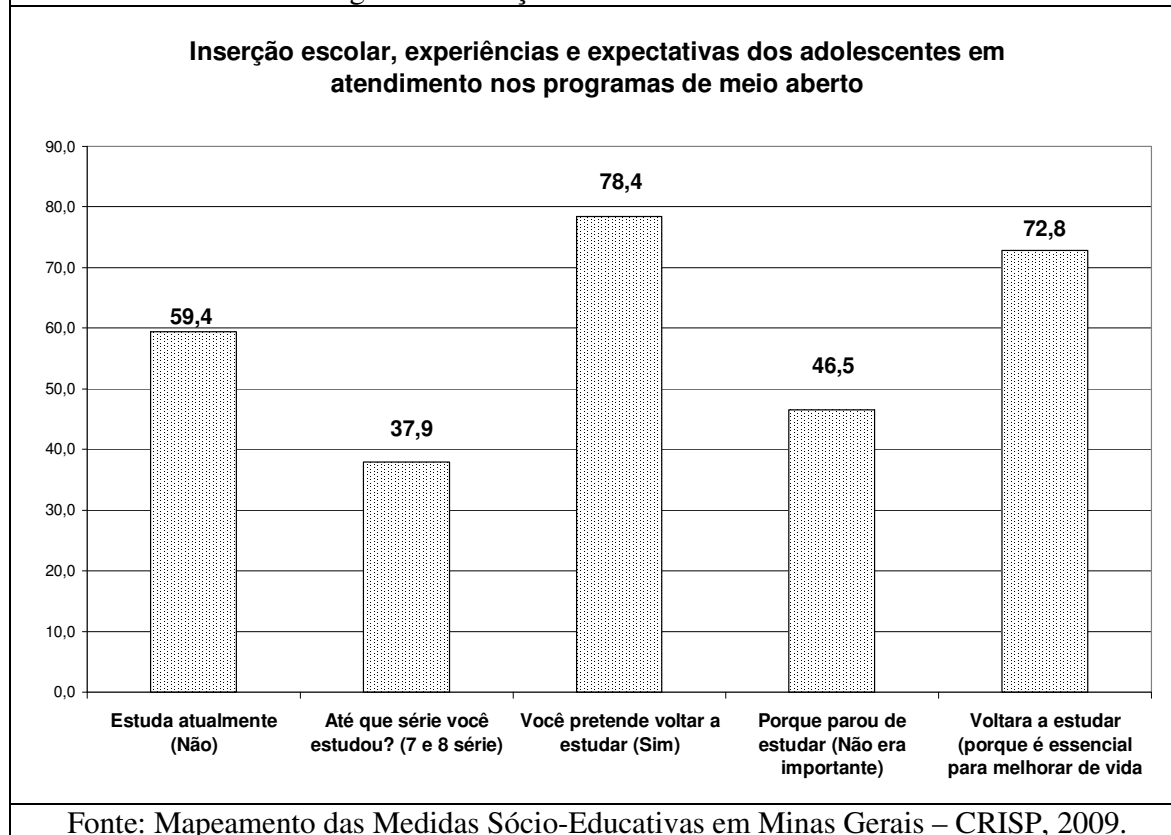


Figura-14 Inserção escolar dos adolescentes



Menos da metade dos jovens entrevistados estão estudando (40,6%). Desses, 42,3% estão na 7ª ou 8ª série e 53,6% antecipam que vão chegar a concluir o ensino médio.

Ao mesmo tempo, entre os adolescentes que não estão estudando (59,4% da amostra), a grande maioria (78,4%) afirmam que pretendem um dia voltar a estudar, principalmente porque acham que o estudo é algo essencial para melhorar a vida (72,8%).

Figura-15 Inserção escolar dos adolescentes

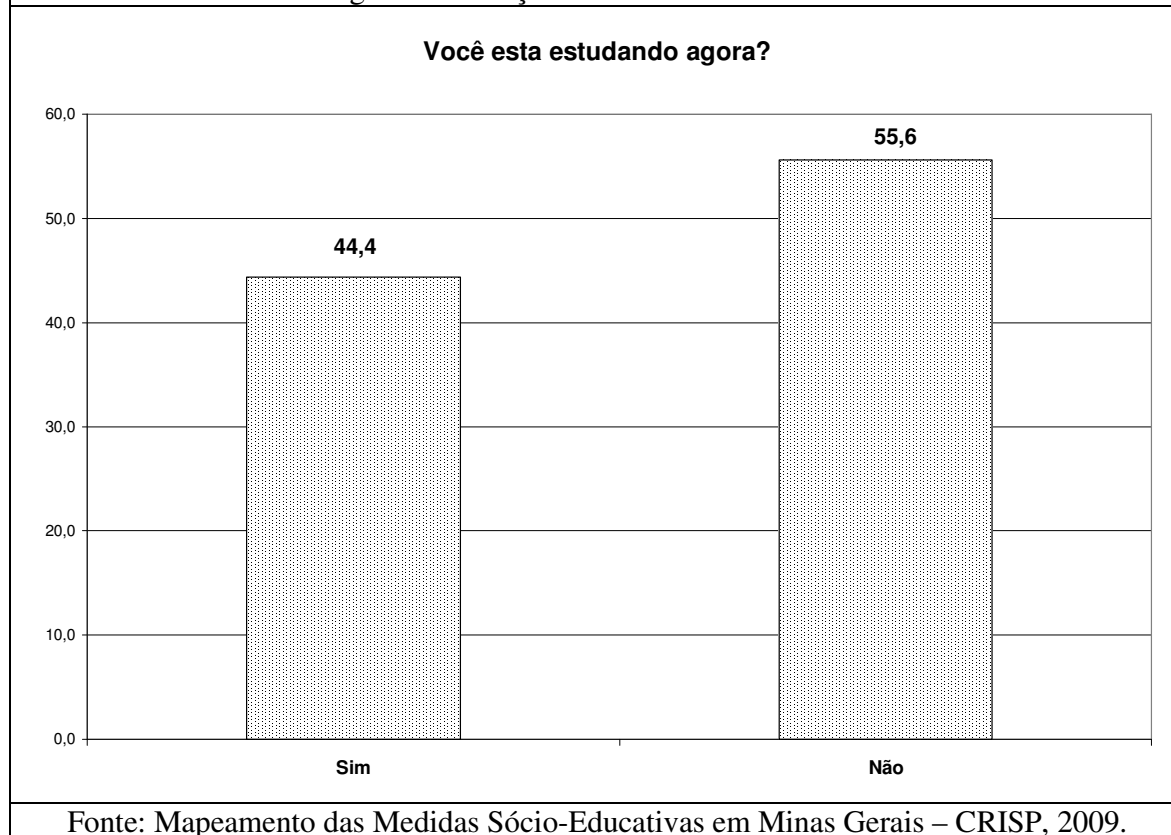
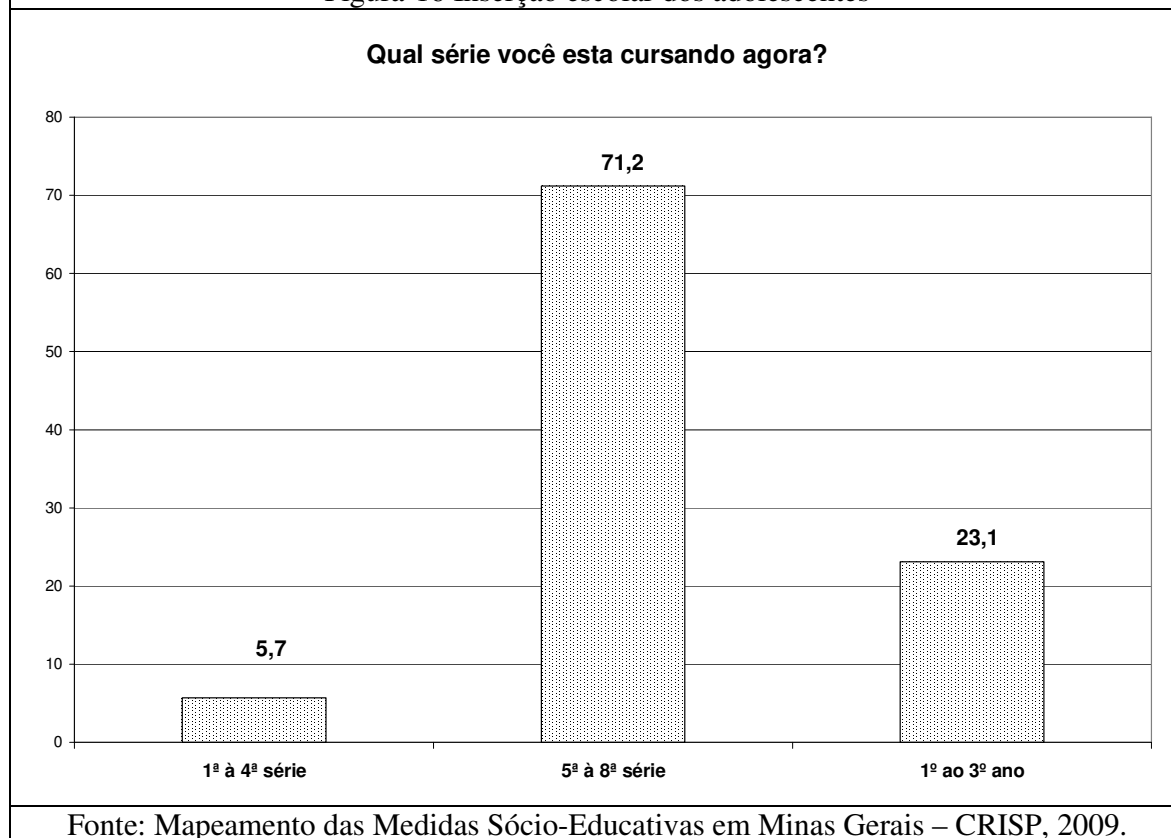


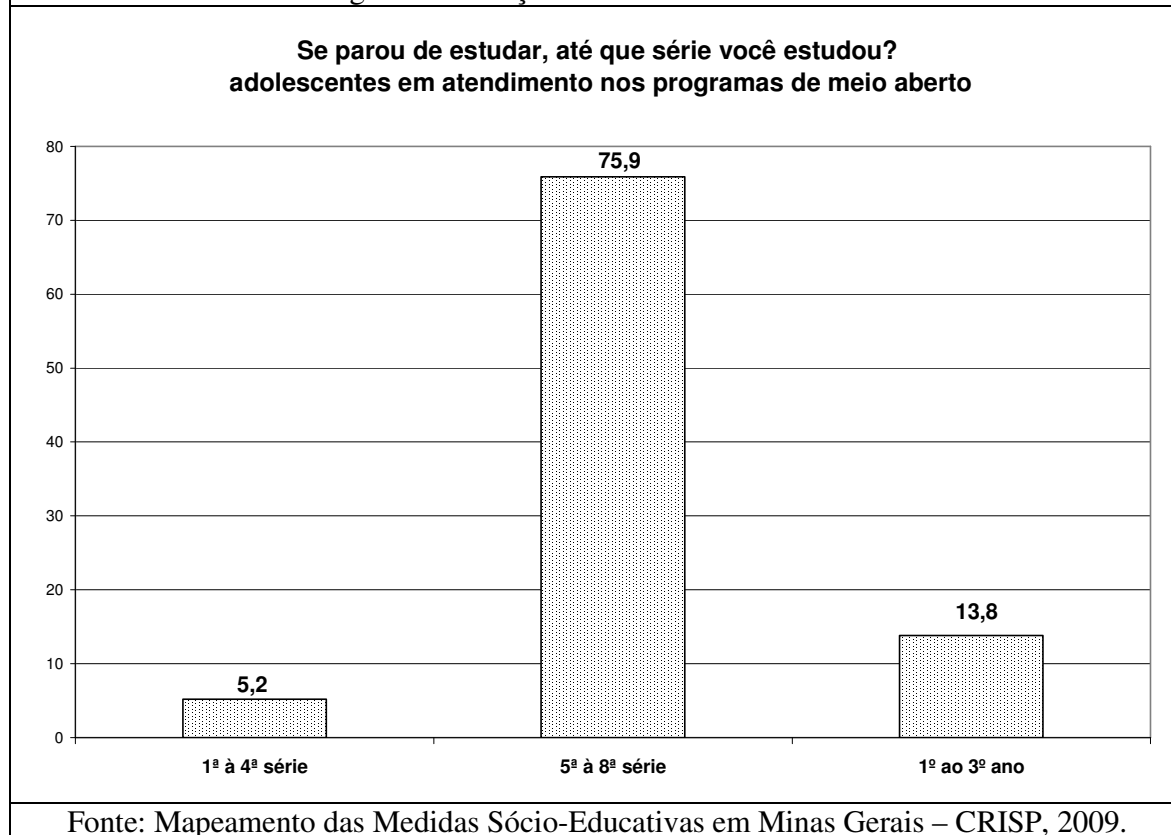
Figura-16 Inserção escolar dos adolescentes



Entre os adolescentes que estão estudando, a grande maioria está atualmente cursando entre a 5ª e a 8ª série (2ª parte do ensino fundamental), com proporção grande também entre o 1º e o 3º ano do ensino médio (23,1%) e apenas 5,7% entre a 1ª e a 4ª série.

Ao comparar a atual série que se encontra o jovem pesquisado com sua idade, constata-se uma grande defasagem entre sua faixa etária e a expectativa de escolaridade para aquela faixa. Apenas 39,4% dos jovens entre 17 e 18 anos (que já poderiam estar no 3º ano) estão cursando o ensino médio. Além disso, 76,2% dos adolescentes com idade entre 15 e 16 anos ainda estão no ensino fundamental.

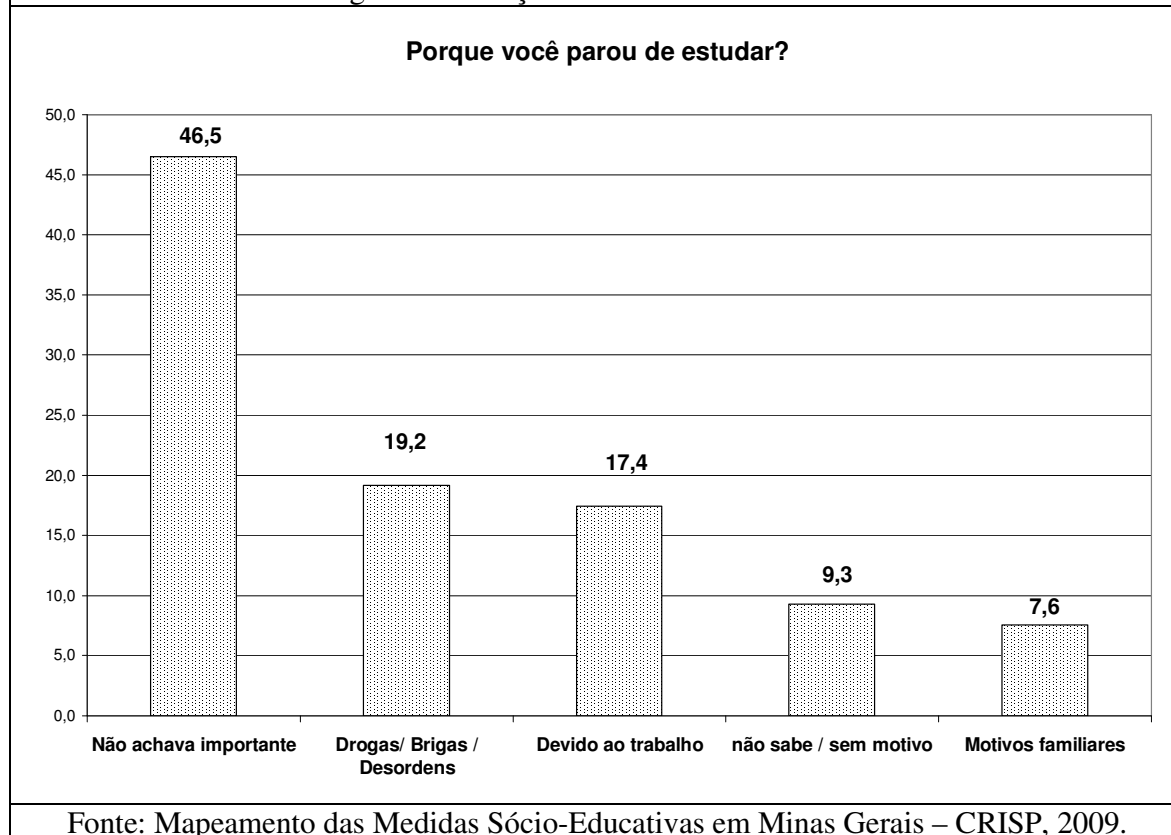
Figura-17 Inserção escolar dos adolescentes



Com relação aos jovens que pararam de estudar, no geral é percebido que eles chegam a entrar no ensino fundamental, mas são raros aqueles que conseguem concluí-lo e mais raros ainda aqueles que permanecem estudando para cursar o ensino médio (13,8%). Apesar disso, é raro o jovem que não chegou a concluir a quarta série (5,2%) e não foi constatado caso algum em que ele sequer tivesse chegado a estudar. Todos que não estudam, em algum momento evadiram à escola.

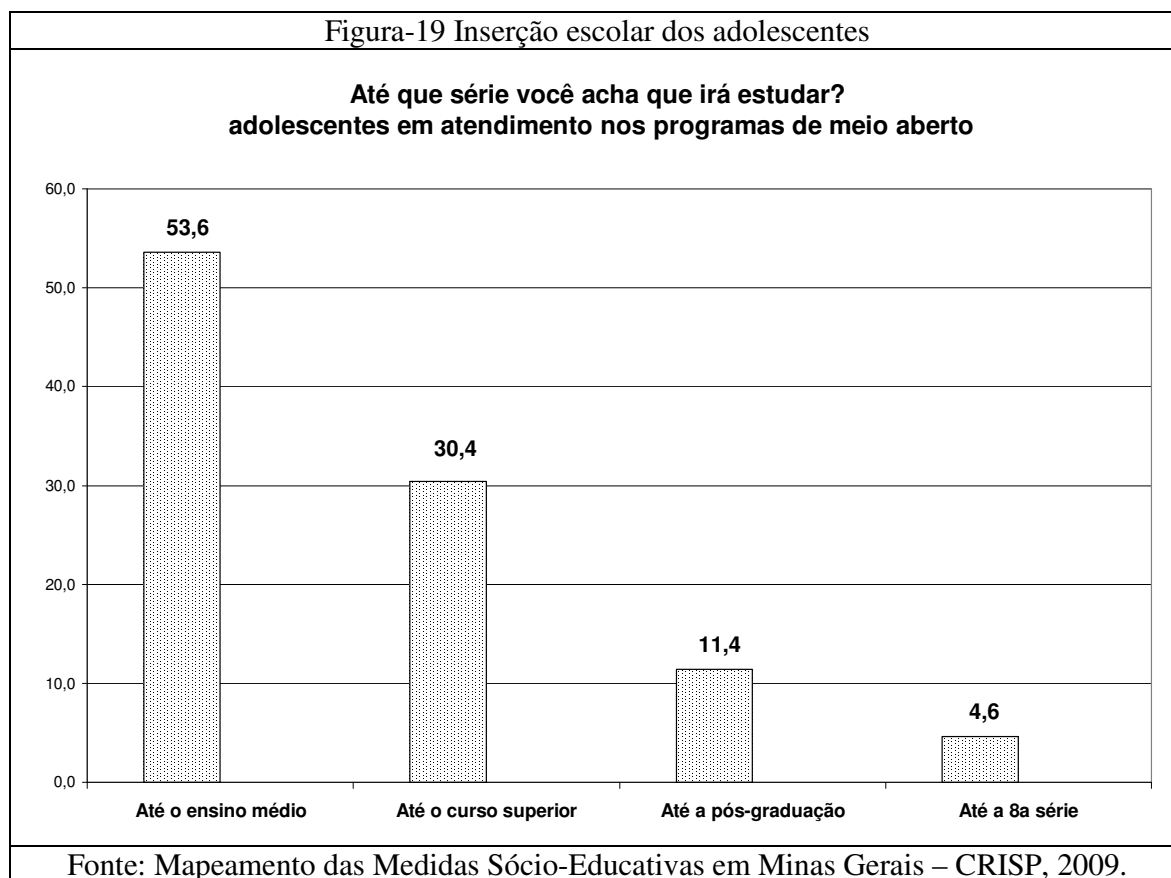


Figura-18 Inserção escolar dos adolescentes



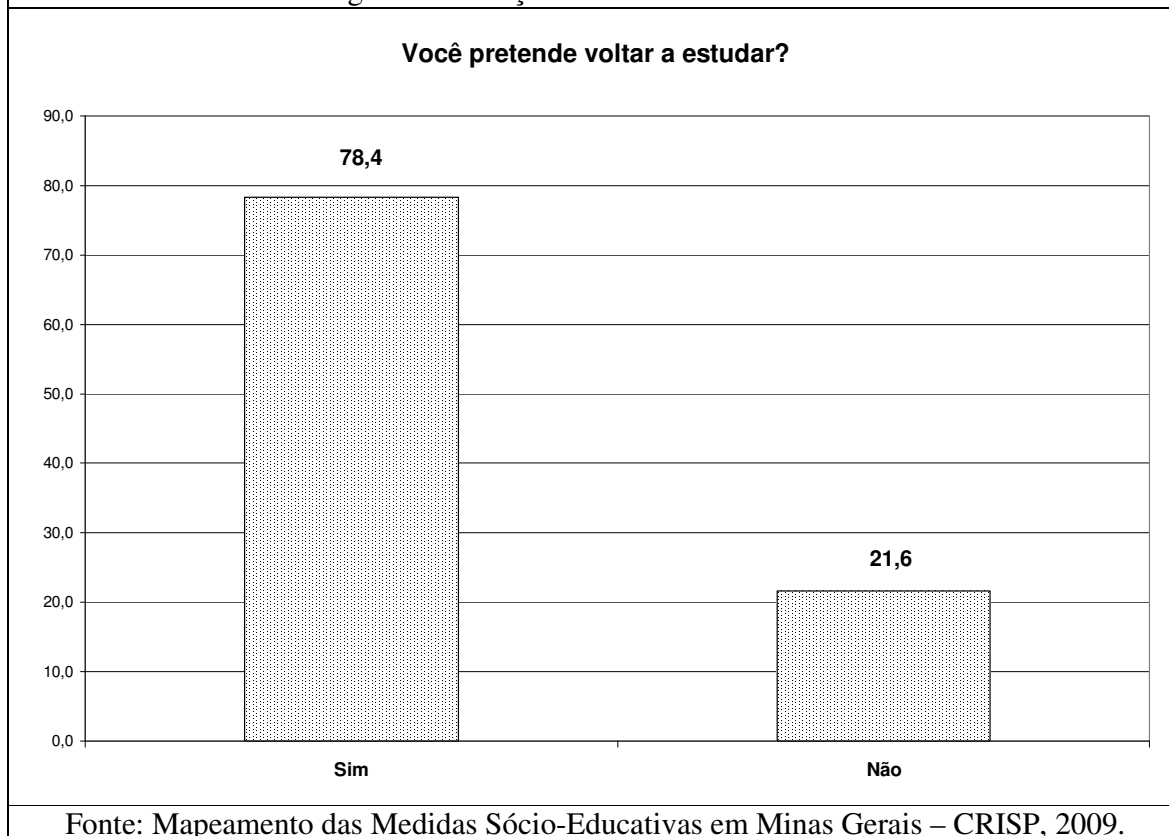
Está evasão foi prioritariamente explicada pelos jovens como uma desvalorização do estudo não mais tinha importância (46,5%), apesar de também haver aqueles que saíram por razões externas ligadas a drogas, bebidas e desordens (19,2%), alguns que começaram a trabalhar (17,4%) e, em menor proporção, aqueles que evadiram por algum motivo familiar (7,6%), como doença, mudança, óbito, etc.

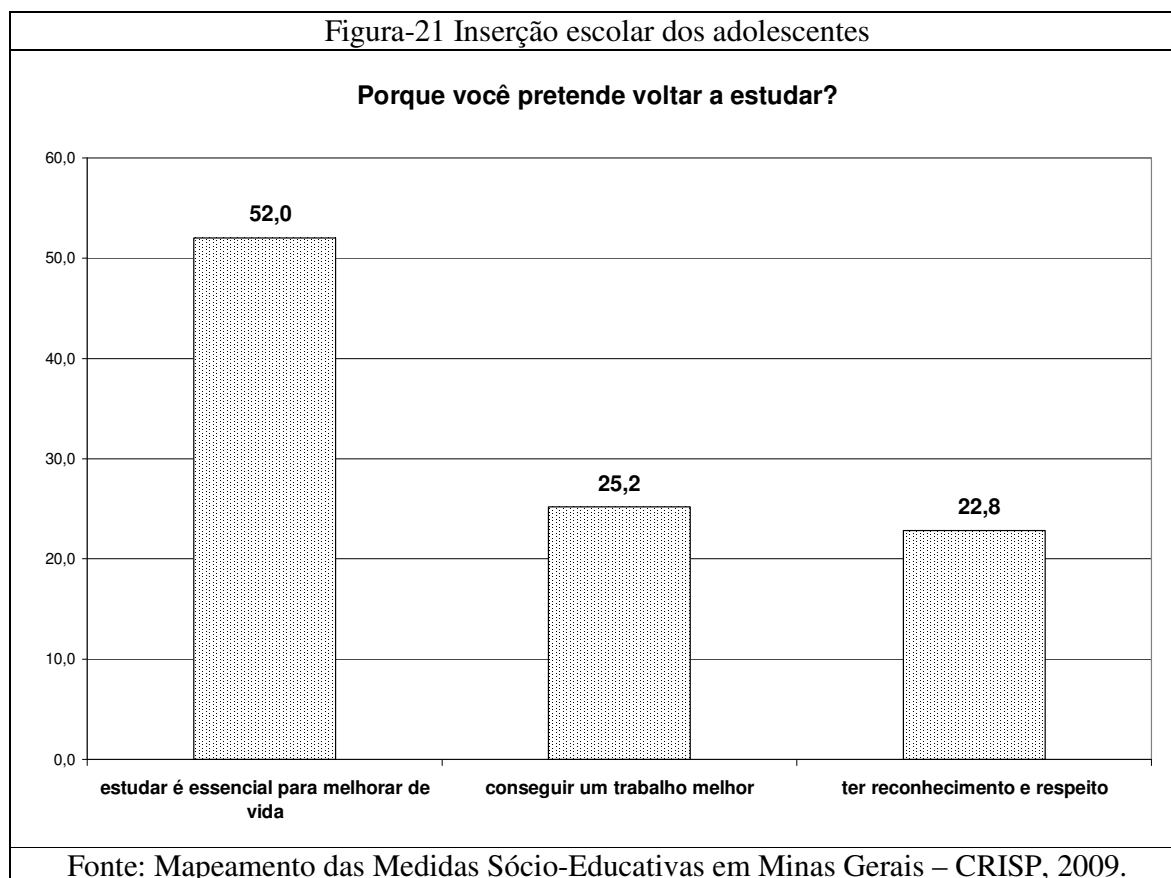
Figura-19 Inserção escolar dos adolescentes



Ainda sobre os jovens que estão estudando, o gráfico acima mostra que a expectativa de mais da metade deles é de chegar a concluir o ensino médio (53,6%), com outro grupo menor, mais ainda expressivo, de jovens que pretendem cursar o ensino superior (30,4%) e até mesmo alguns que pensam em chegar a ter pós-graduação (11,4%). Há também uma pequena minoria de jovens que pretendem apenas concluir o ensino fundamental (4,6%), sem maiores pretensões de escolarização.

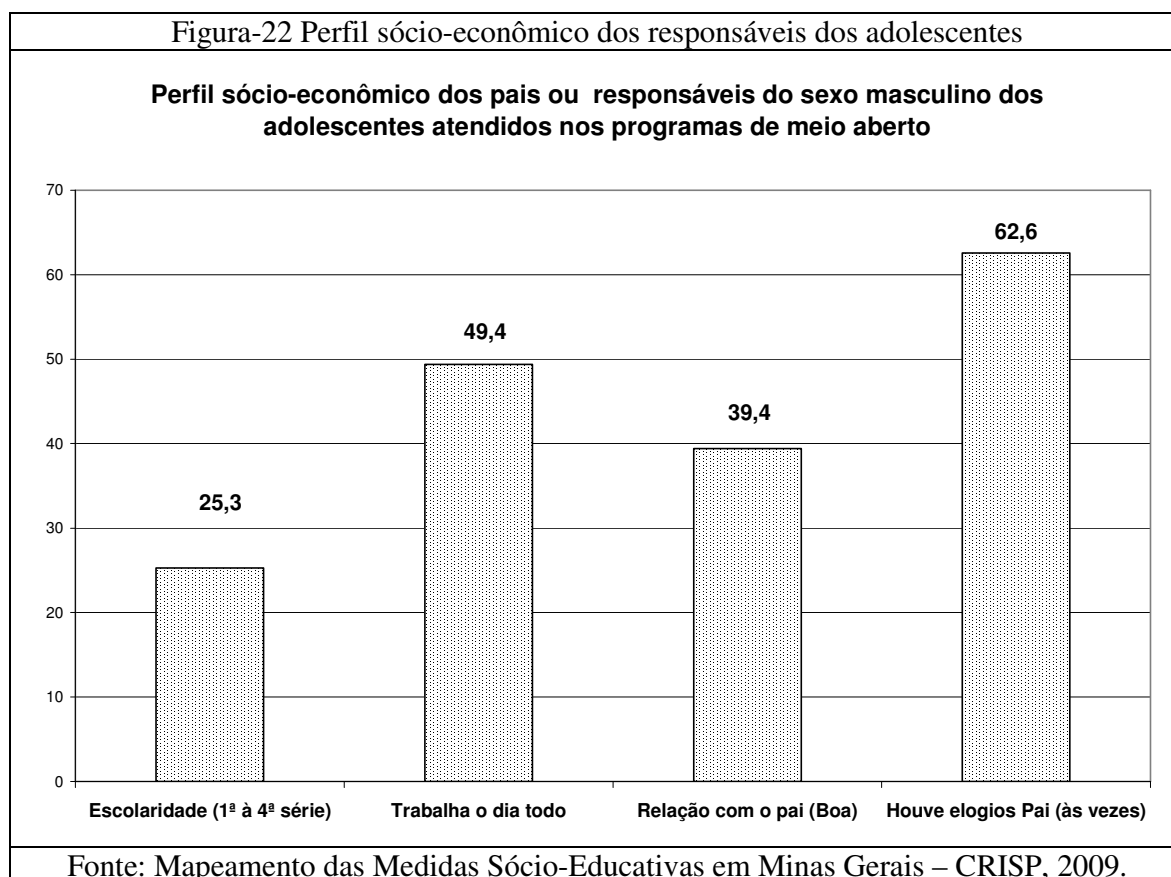
Figura-20 Inserção escolar dos adolescentes





Apesar de termos visto anteriormente um alto percentual de jovens que evadiram a escola por não achá-la importante, notamos que 78,4% deles pretendem voltar a estudar. Conforme podemos ver na tabela acima, o argumento mais comum para este aparente paradoxo é que tais adolescentes acreditam que estudar é essencial para melhorar sua qualidade de vida (52%), para conseguir um trabalho melhor (25,2%) ou para obter reconhecimento e respeito (22,8%), reconhecendo assim importância nos estudos que antes eles não acreditavam ter.

### Perfil sócio-econômico dos responsáveis pelos adolescentes em conflito com a lei



O perfil sócio-econômico dos responsáveis do sexo masculino aponta um grau de escolarização baixo, uma vez que  $\frac{1}{4}$  dos respondentes afirmaram que estudaram até a quarta série. O grau de inserção no mercado de trabalho dos responsáveis do sexo masculino pelos adolescentes está associado com a baixa escolaridade, uma vez que menos da metade dos respondentes tem um vínculo de trabalho durante todo o dia todo.

Quanto à avaliação da relação feita pelos adolescentes com seus responsáveis do sexo masculino, pouco mais de  $\frac{1}{3}$  dos jovens classificaram a relação como boa. Quanto a receber elogios dos responsáveis do sexo masculino, quase  $\frac{2}{3}$  dos adolescentes afirmaram que recebem elogios apenas às vezes.

Figura-23 Perfil sócio-econômico dos responsáveis dos adolescentes

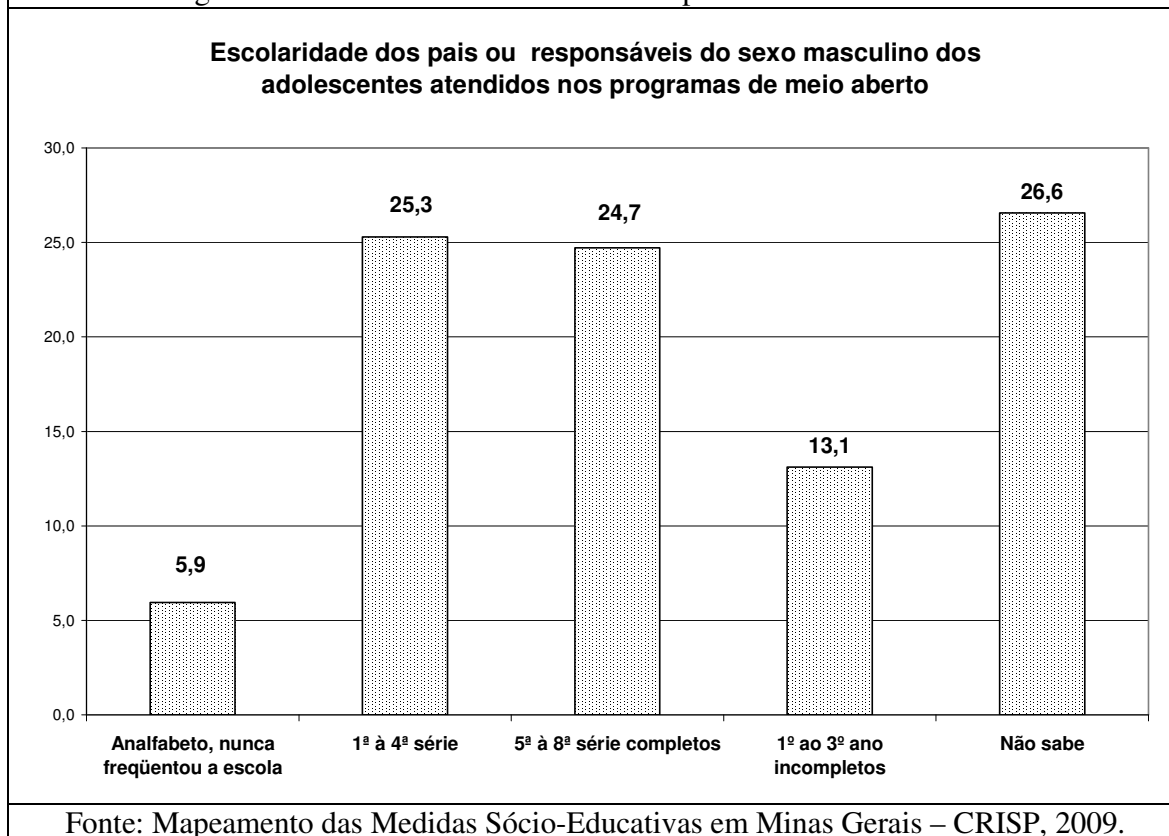
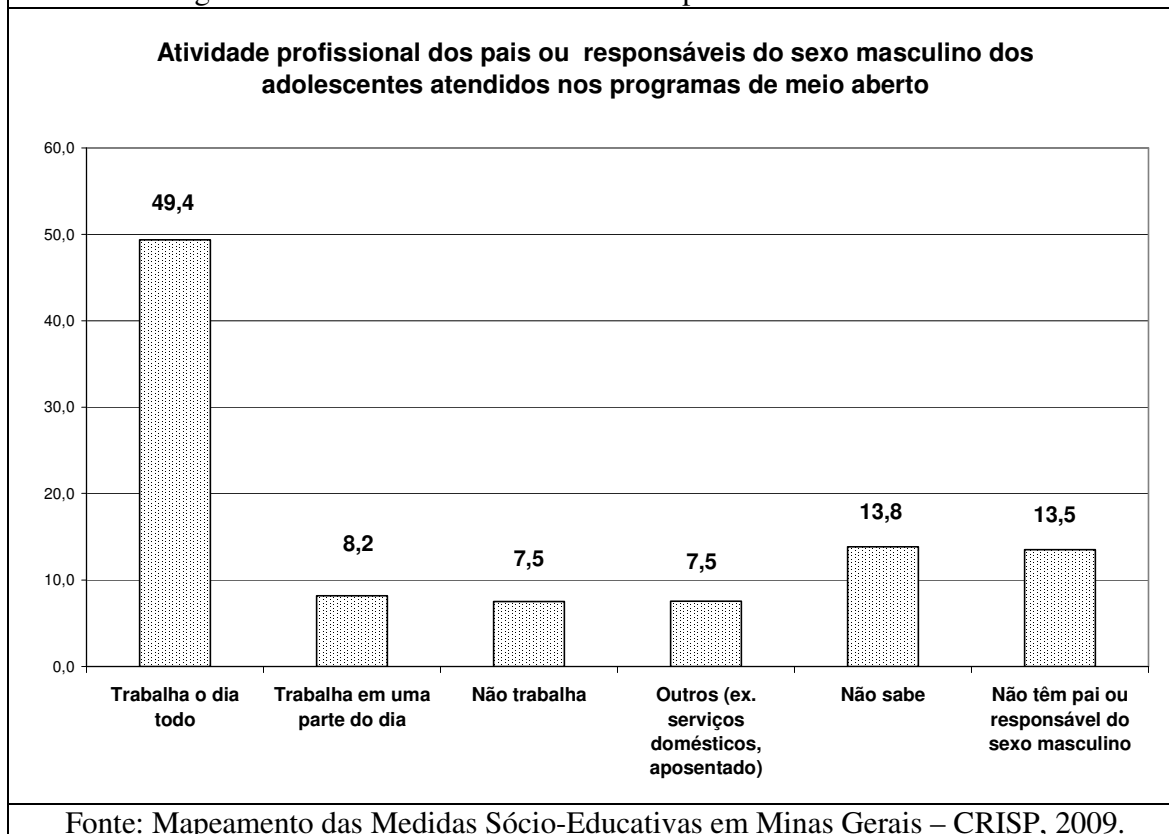
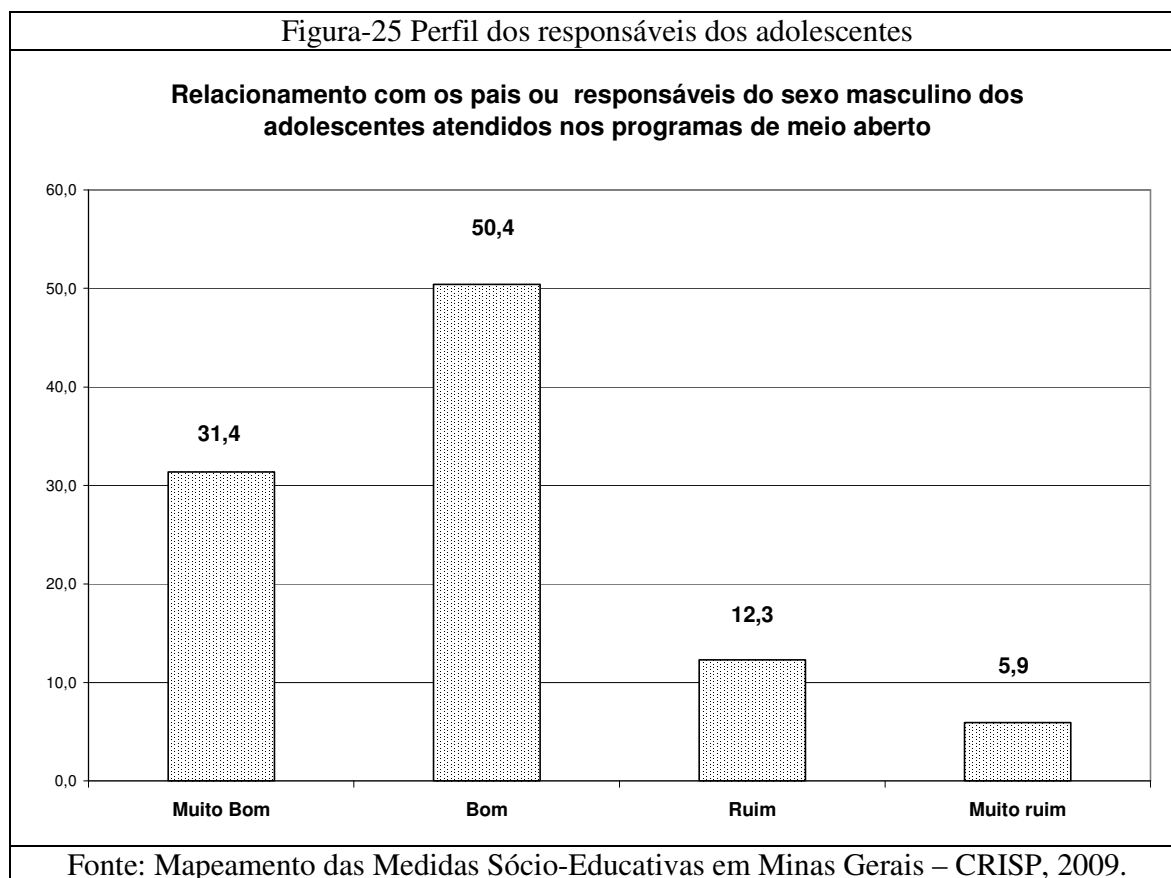
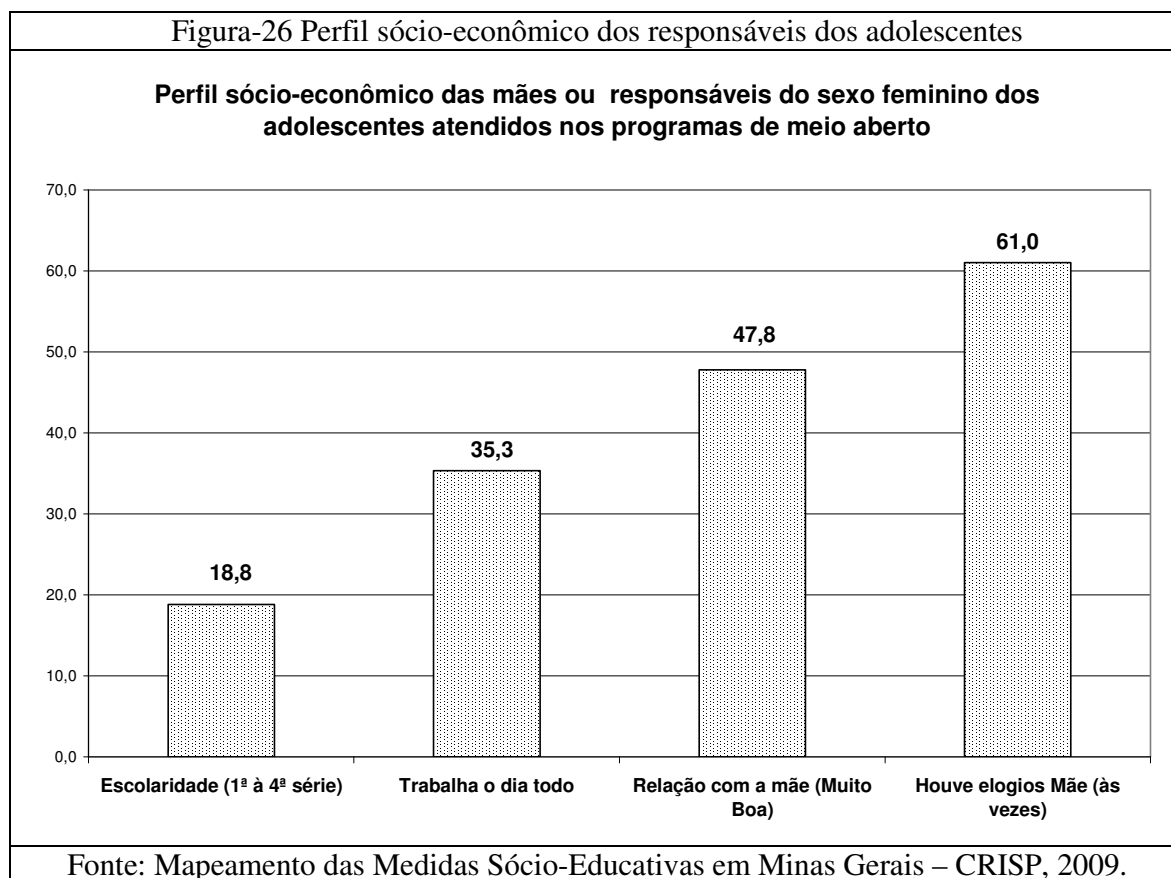


Figura-24 Perfil sócio-econômico dos responsáveis dos adolescentes









O perfil sócio-econômico dos responsáveis do sexo feminino aponta um grau de escolarização baixo, uma vez aproximadamente um 1/5 das respondentes afirmaram que estudaram até a quarta série. O grau de inserção no mercado de trabalho dos responsáveis pelos adolescentes do sexo feminino está associado com a baixa escolaridade, uma vez que pouco mais de 1/3 das respondentes tem um vínculo de trabalho durante todo o dia todo.

Quanto à avaliação da relação feita pelos adolescentes com seus responsáveis do sexo feminino, quase a metade dos jovens classificaram a relação como muito boa. Quanto a receber elogios dos responsáveis do sexo masculino, quase 2/3 dos adolescentes afirmaram que recebem elogios apenas às vezes.

Figura-27 Perfil sócio-econômico dos responsáveis dos adolescentes

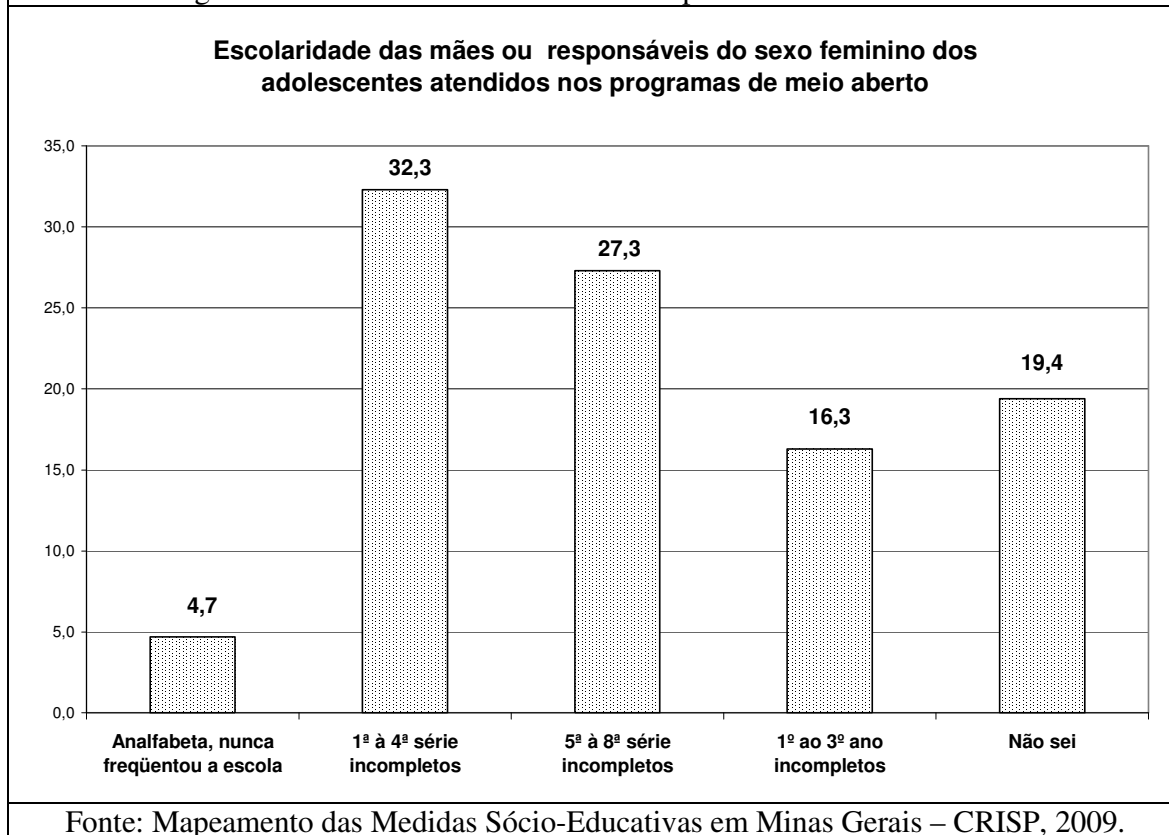
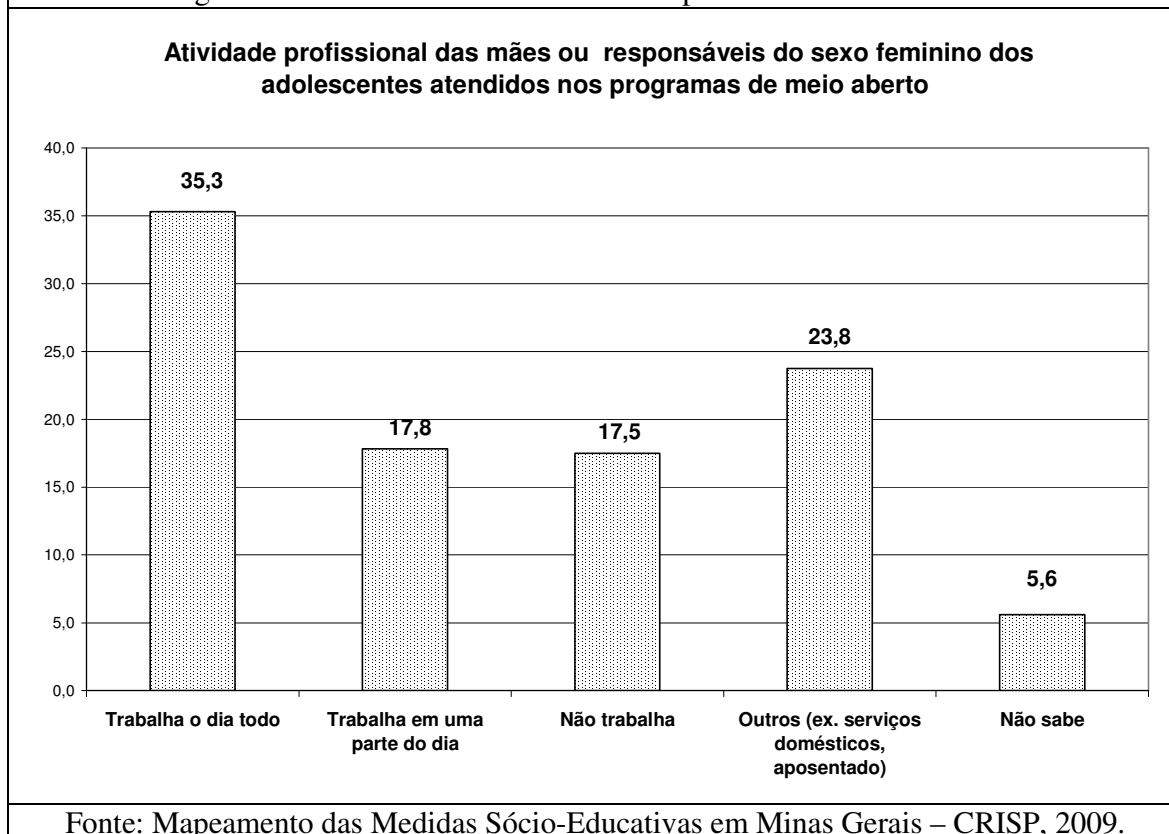
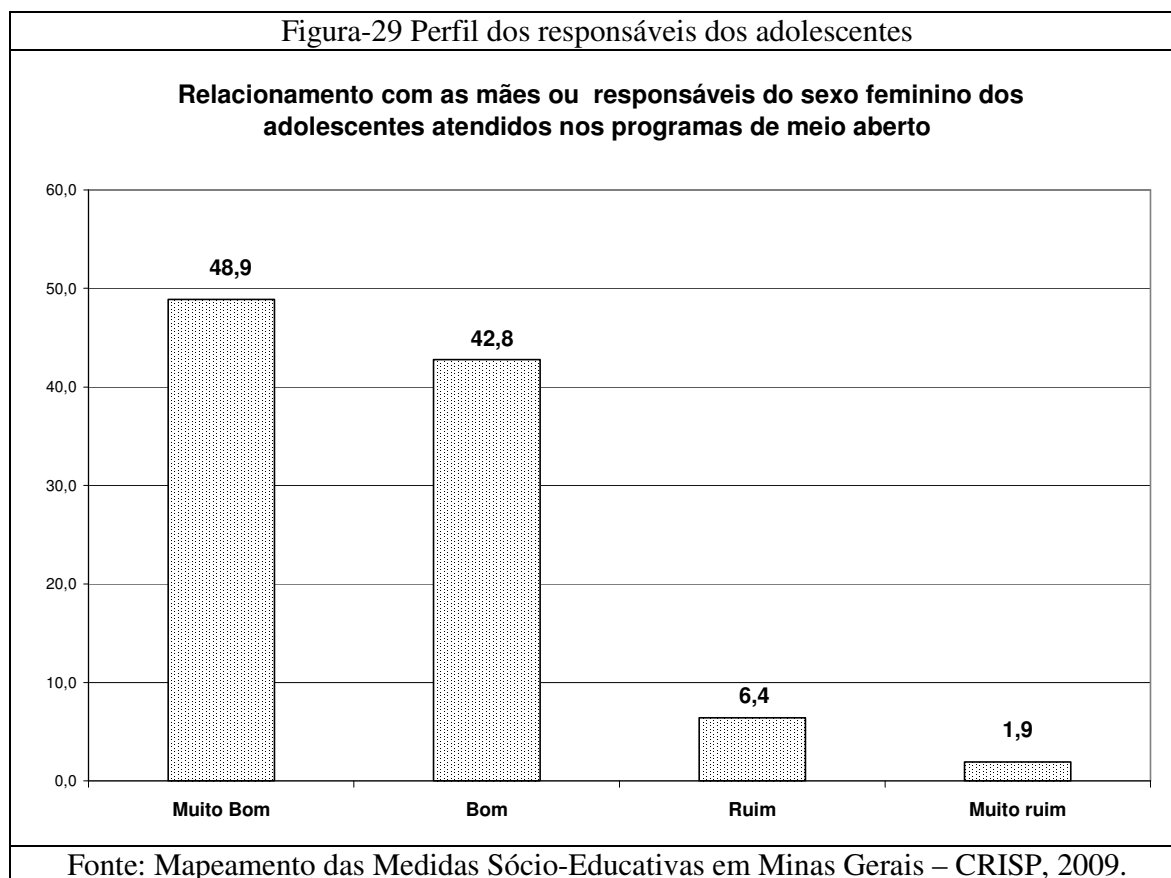


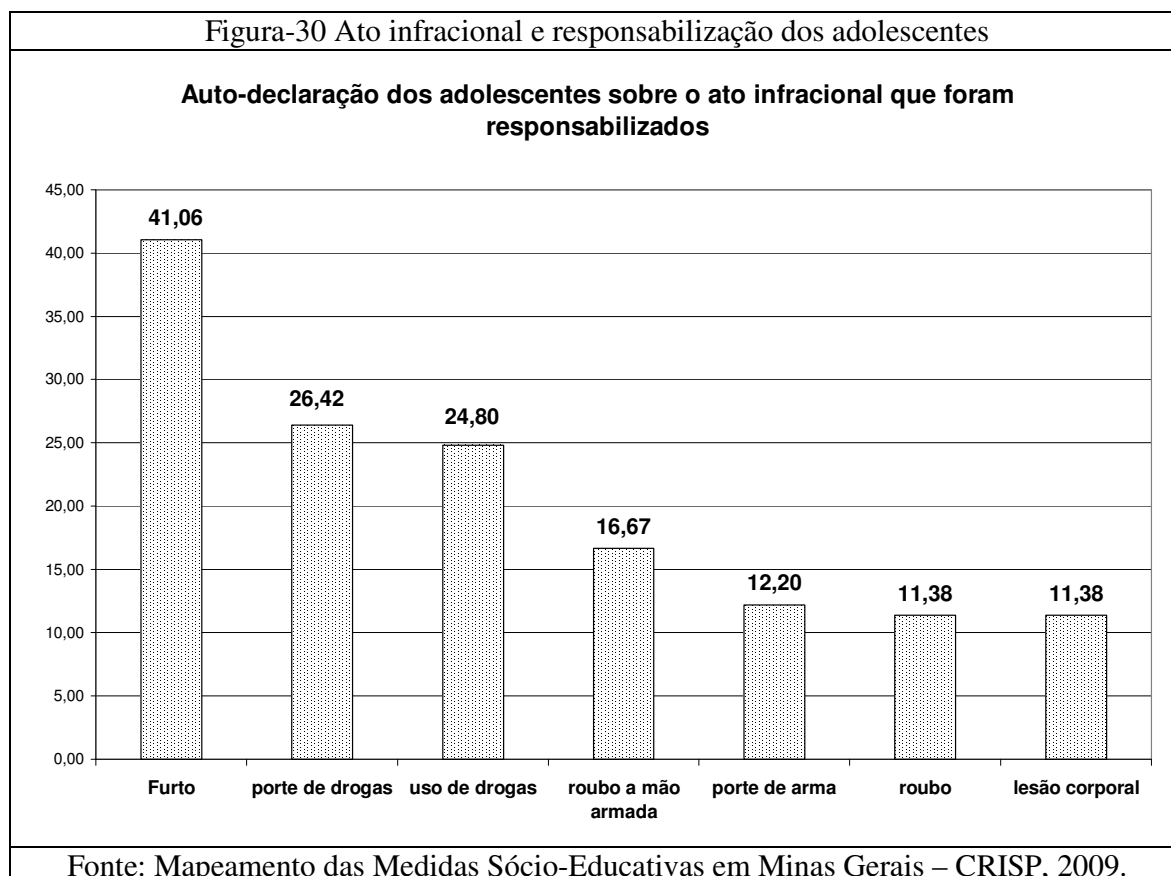
Figura-28 Perfil sócio-econômico dos responsáveis dos adolescentes



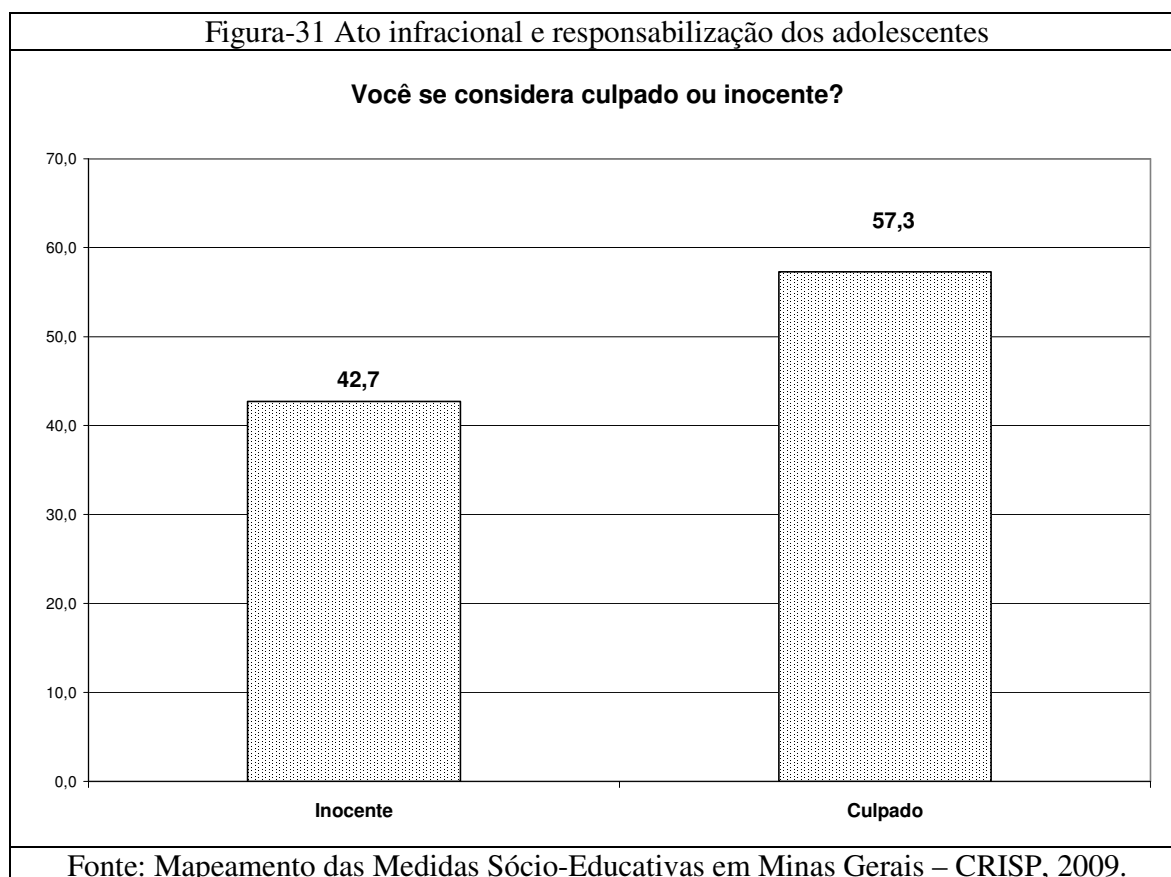


### O adolescente, o ato infracional e sua responsabilização.

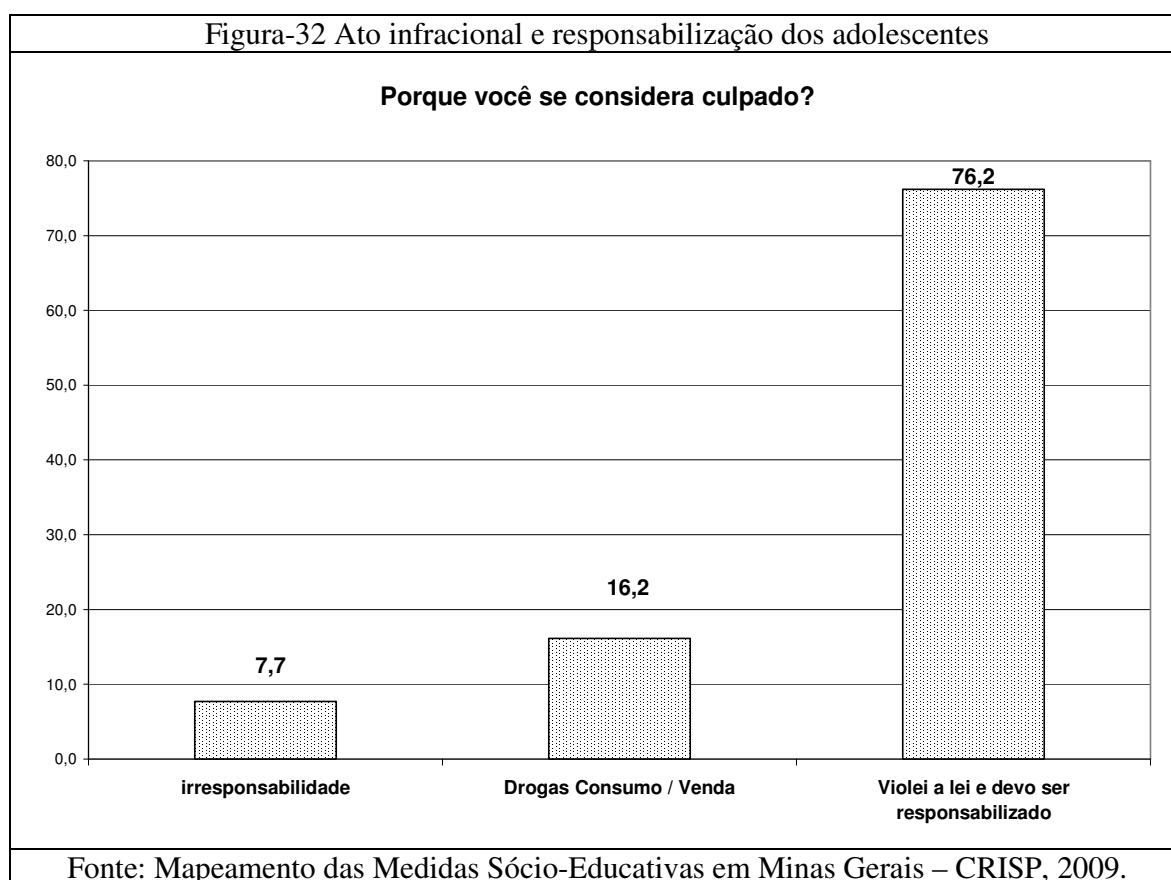
Os principais atos infracionais auto-declarados por esses adolescentes foram: furto (41%); porte de drogas (26%); uso de drogas (25%) roubo a mão armada (17%) e porte de arma (12%).



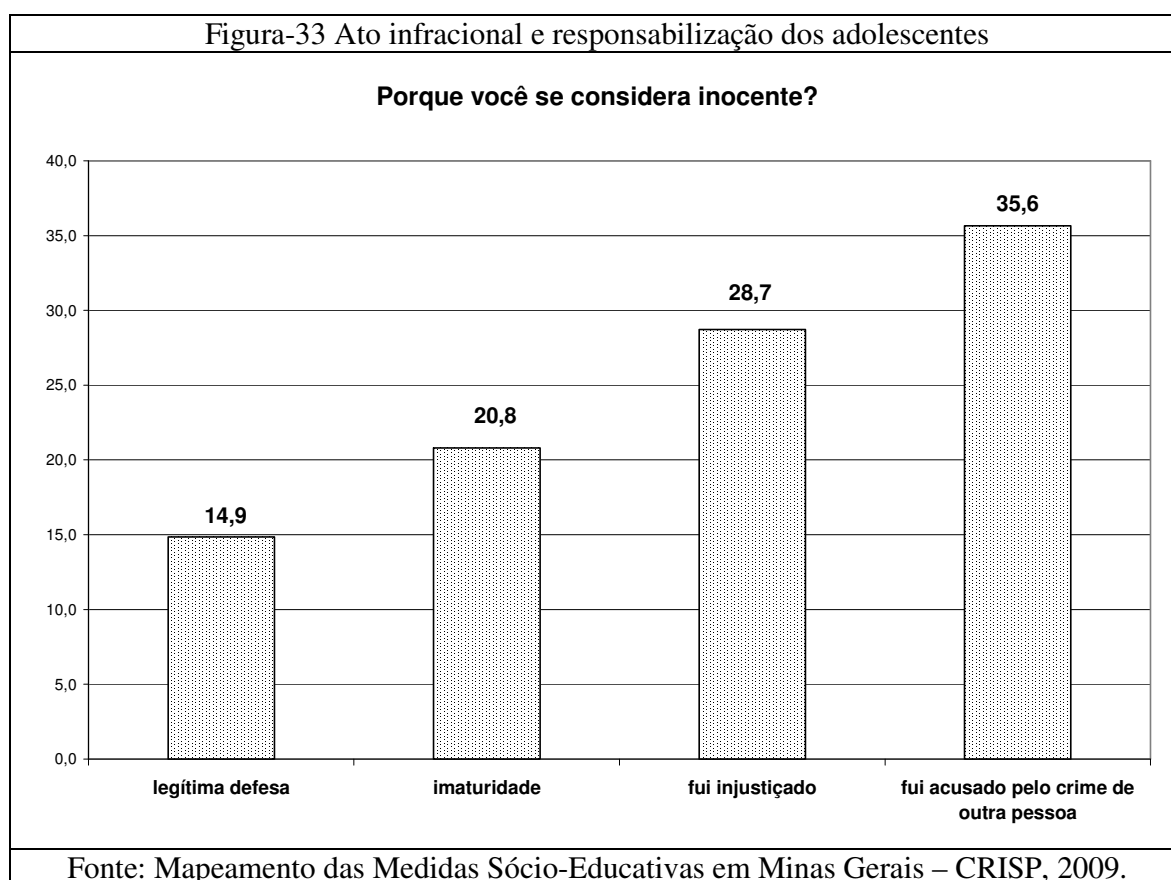
Quando interrogados a fazer uma auto-avaliação sobre sua responsabilidade sobre o ato infracional, a maioria (57,3%) dos respondentes se declarou culpado pelo ato infracional e 42,7% se consideraram inocentes.



Quanto às razões apresentadas pelos adolescentes sobre sua responsabilidade do ato infracional (aqueles que se consideraram culpados); 76,2% afirmaram que tem consciência que violaram a lei e que devem assumir a culpa e serem responsabilizados legalmente; 16,2% afirmaram que a dependência química e outros problemas relacionados a drogadição levaram ao ato infracional e 7,7% atribuíram o crime à irresponsabilidade e falta de experiência de vida.



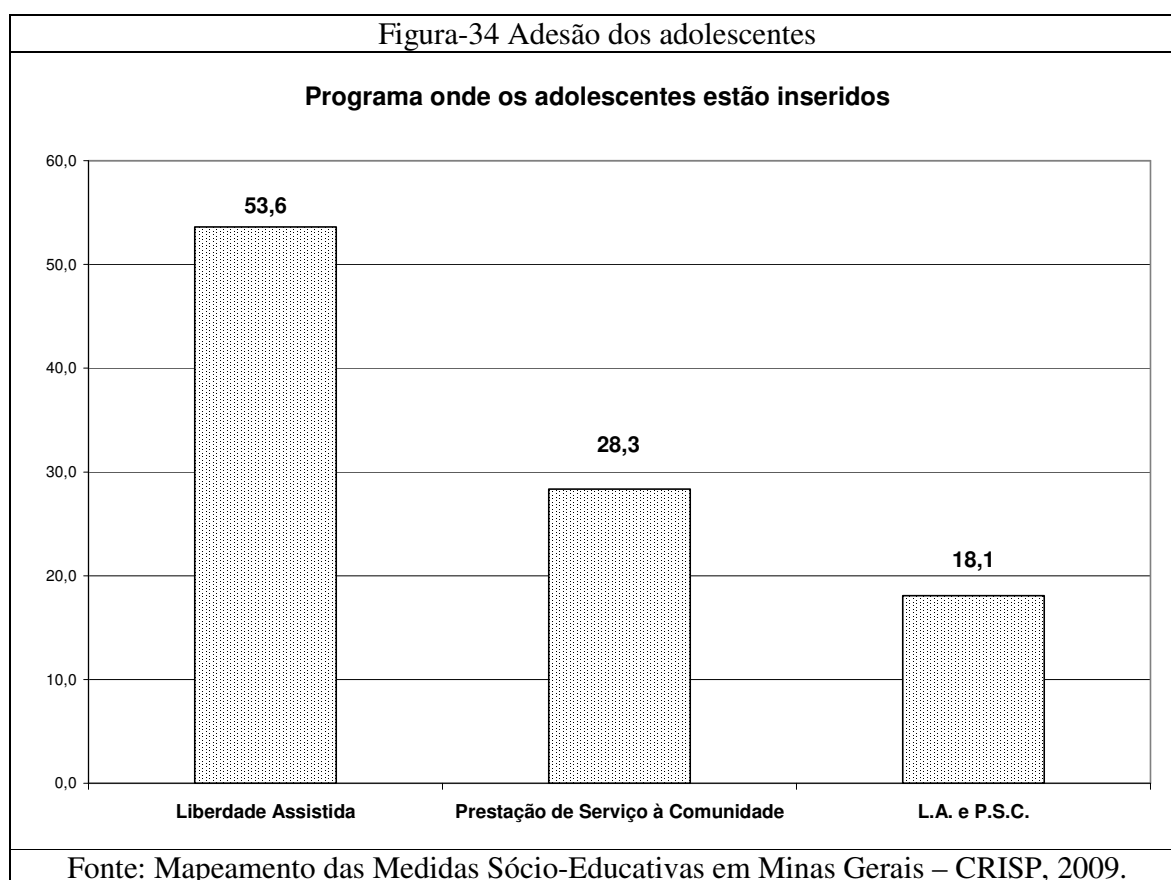
Quanto às razões apresentadas pelos adolescentes sobre sua inocência em relação ao ato infracional (aqueles que se consideraram inocentes); 35,6% afirmaram que foram acusados por um crime cometido por outra pessoa; 28,7% disseram que foram injustiçados; 20,8% alegaram imaturidade e ausência de intenção de prejudicar o outro, e 14,9% disseram que foram injustiçados, alegando legítima defesa, pois apenas se defenderam de uma ameaça ou agressão.



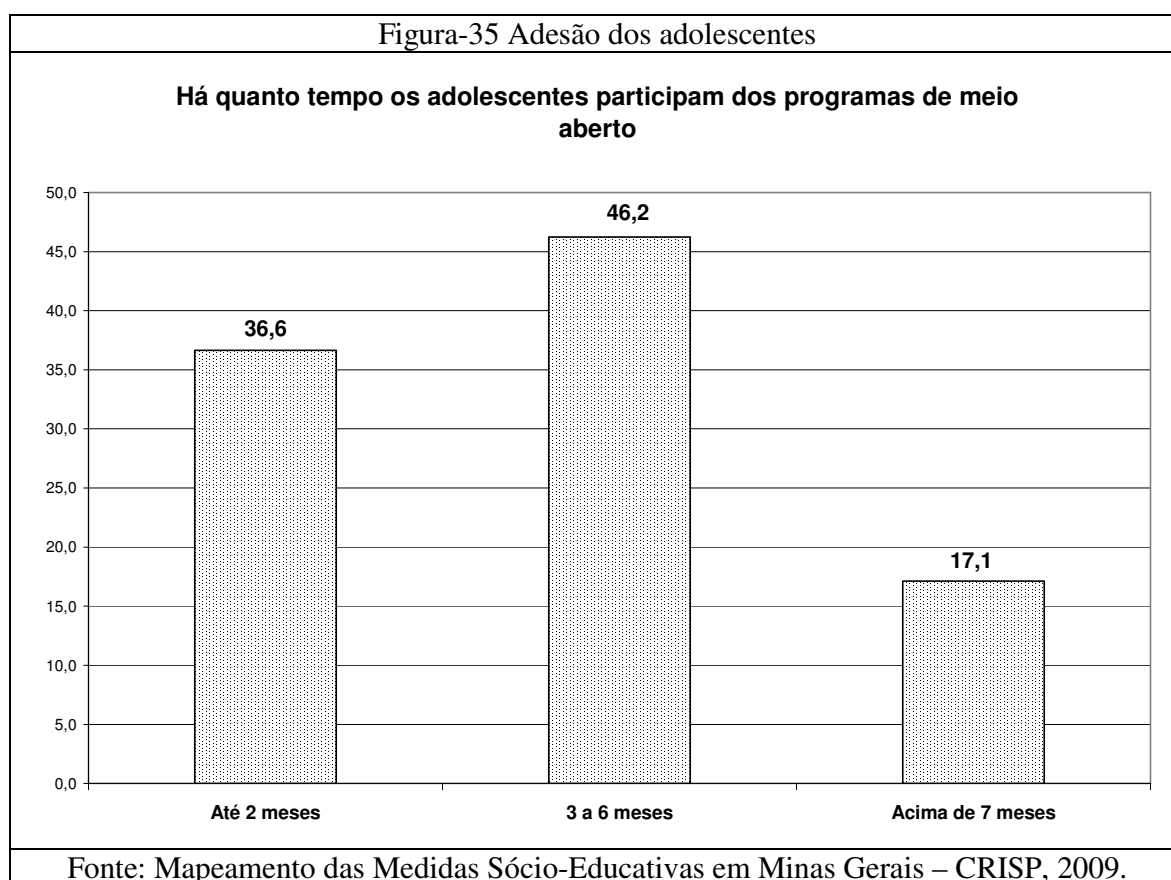


### **Inserção e adesão dos adolescentes às medidas sócio-educativas de meio aberto**

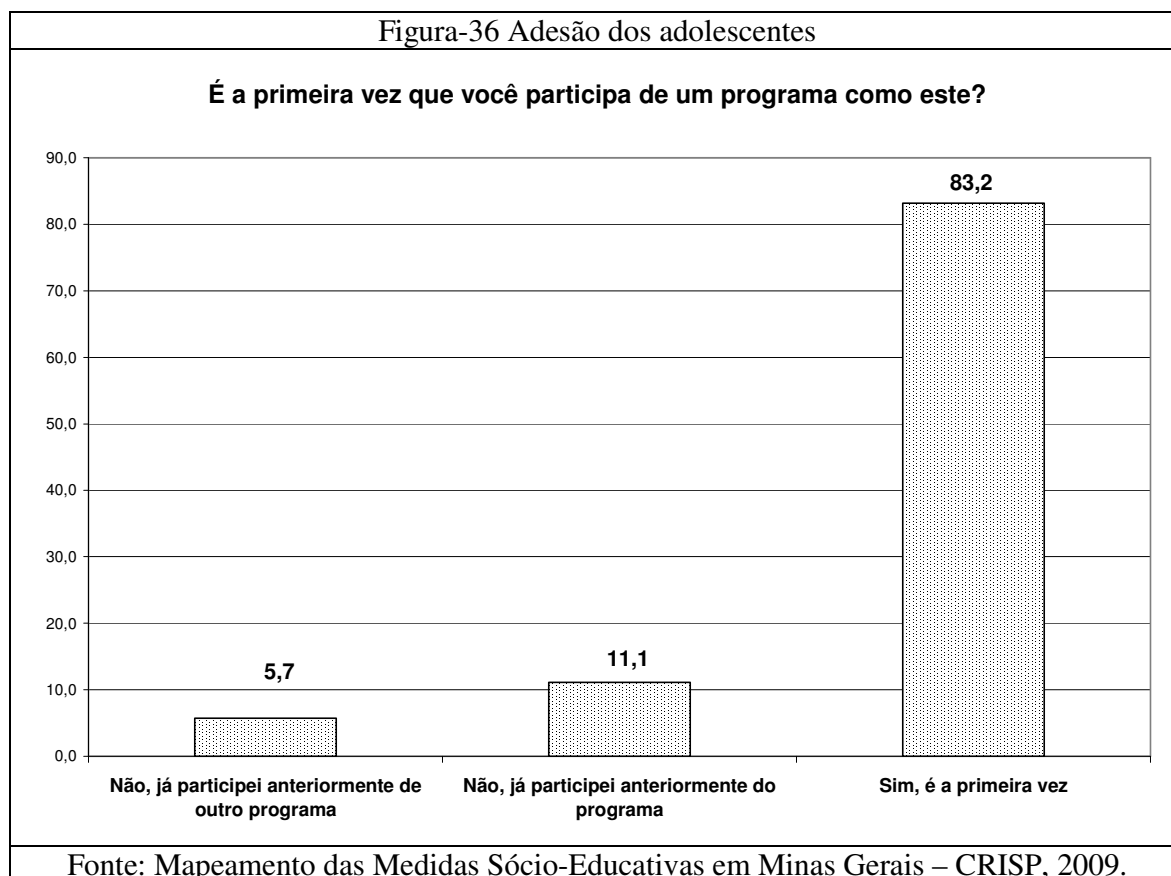
Entre os adolescentes pesquisados em cumprimento de medida sócio-educativa de meio aberto percebe-se a predominância da medida de liberdade assistida 53,6%. Em seguida, temos 28,3% dos adolescentes cumprindo medida de prestação de serviço à comunidade e 18,1% cumprindo as duas medidas concomitantemente.



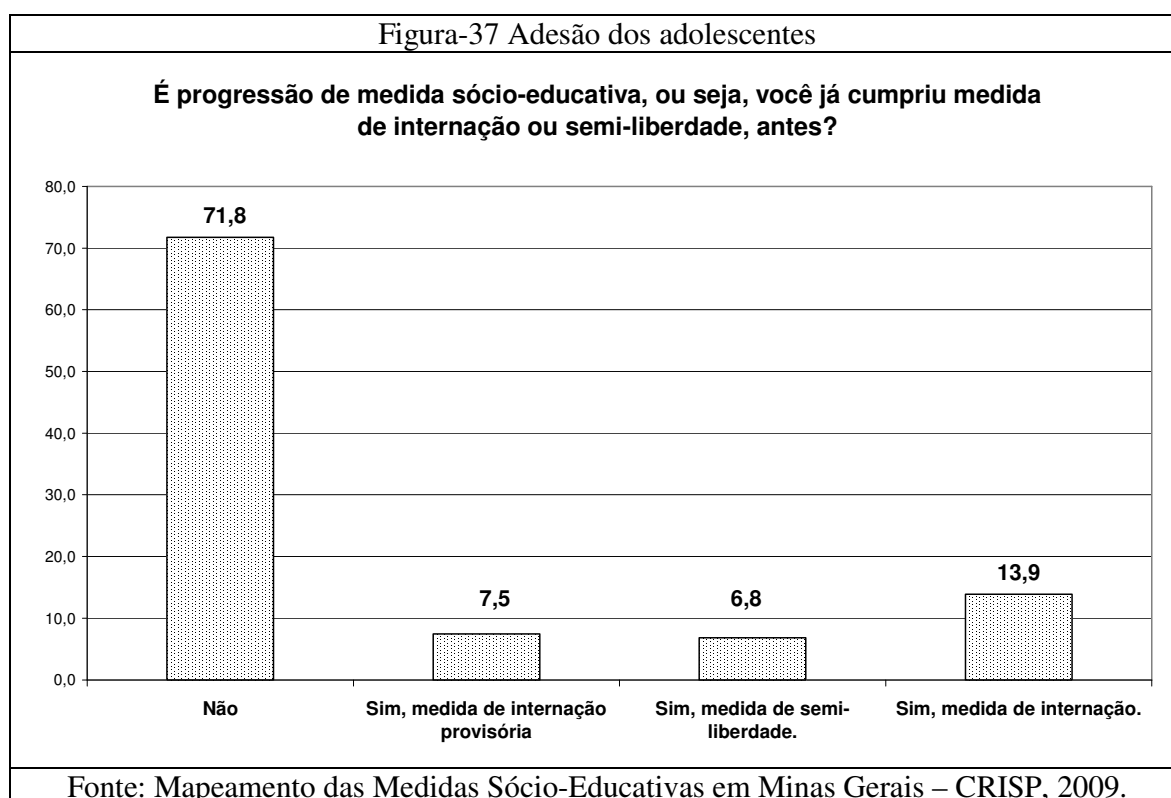
Quanto ao tempo de inserção dos adolescentes nos programas de meio aberto, cerca de 1/3 estão na fase inicial do programa (acolhimento e adaptação a metodologia de acompanhamento). A maioria dos adolescentes já passou pela fase de acolhimento e estão em atendimento entre três e seis meses e uma pequena parcela (17%) dos jovens são atendidos a mais de sete meses.



Quando interrogados se é a primeira vez que participam de um programa de meio aberto, 83,2% dos jovens responderam que não são reincidentes, ou seja, estão cumprindo pela primeira vez a medida sócio-educativa de meio aberto. Entre os demais adolescentes, 5,7% afirmou, que já participaram de outros programas e 11,1% disseram que já cumpriram a medida de meio aberto anteriormente.

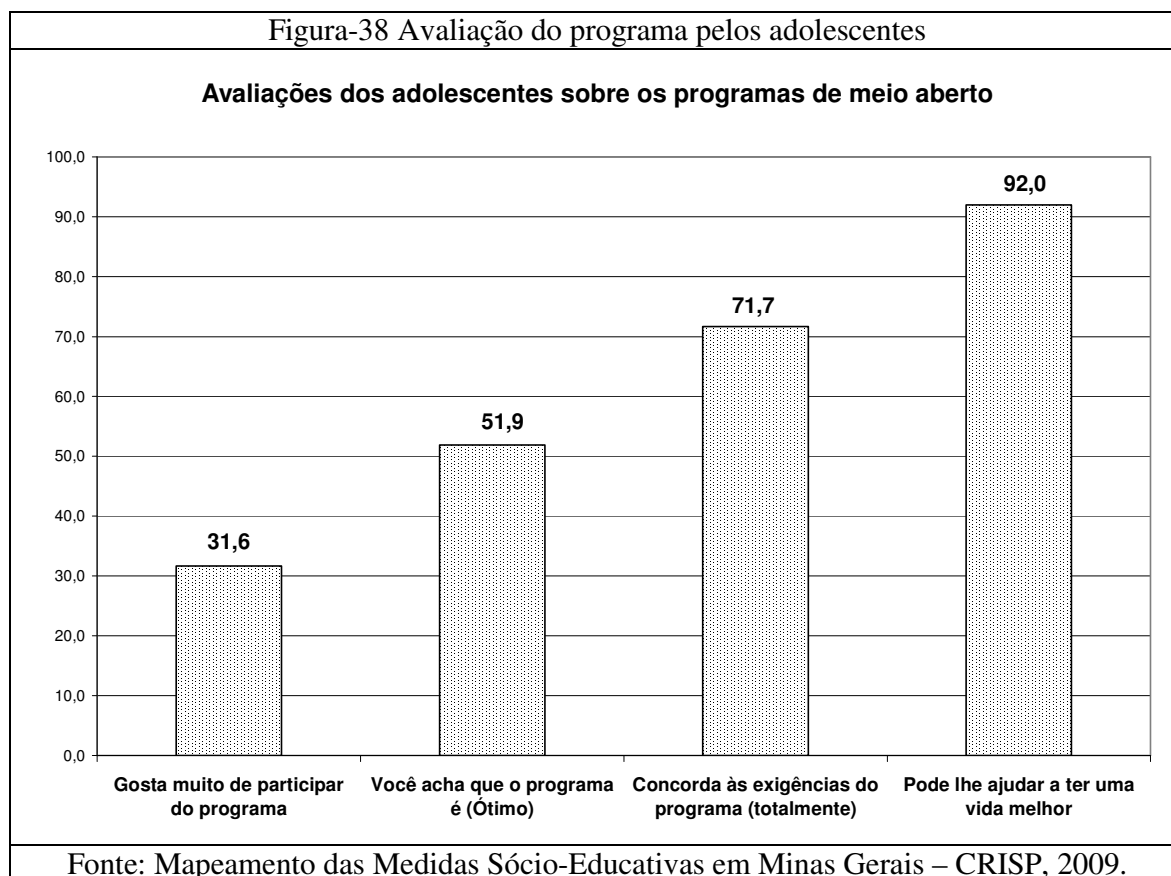


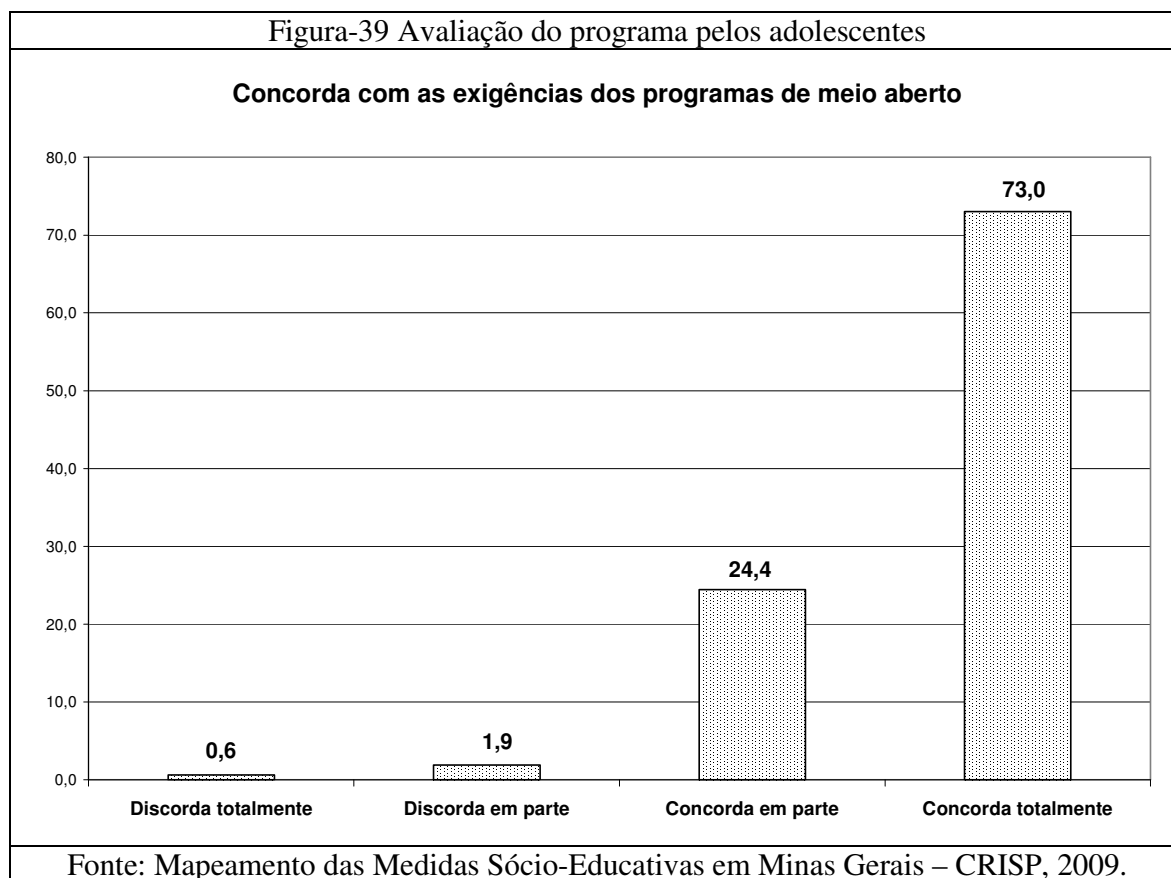
Quando questionados se estão em progressão de medida sócio-educativa, ou seja, se já cumpriram medida de internação ou semi-liberdade, anteriormente, 71,8% responderam negativamente. 7,5% informaram que estão em progressão de medida sócio-educativa e cumpriram medida de internação, 6,8% informaram que estão em progressão de medida sócio-educativa e cumpriram medida de semi-liberdade, e 13,9% informaram que estão em progressão de medida sócio-educativa e cumpriram medida de internação provisória.



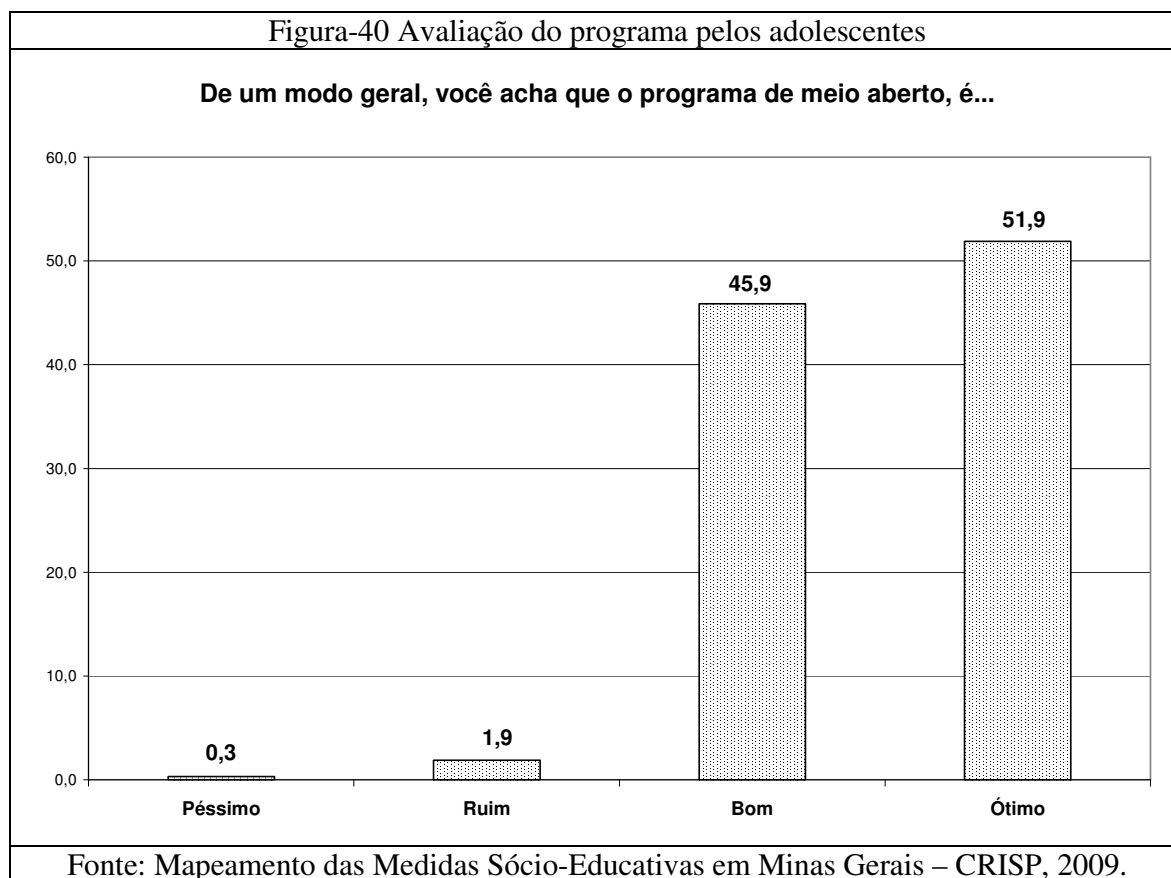
### **Avaliação dos alcances e limites dos programas de meio aberto**

Na avaliação feita pelos jovens em atendimento do programa, de suas atividades e de sua equipe técnica, a maioria dos respondentes (31,6%) afirmou que gosta muito de participar do programa, mais da metade (51,9%) avaliaram de forma global o programa como ótimo, mais de 2/3 dos jovens afirmaram que concordam totalmente com as exigências e acordos estabelecidos no programa e quase a totalidade, 92%, afirmaram que o programa pode lhe ajudar a ter uma vida melhor.

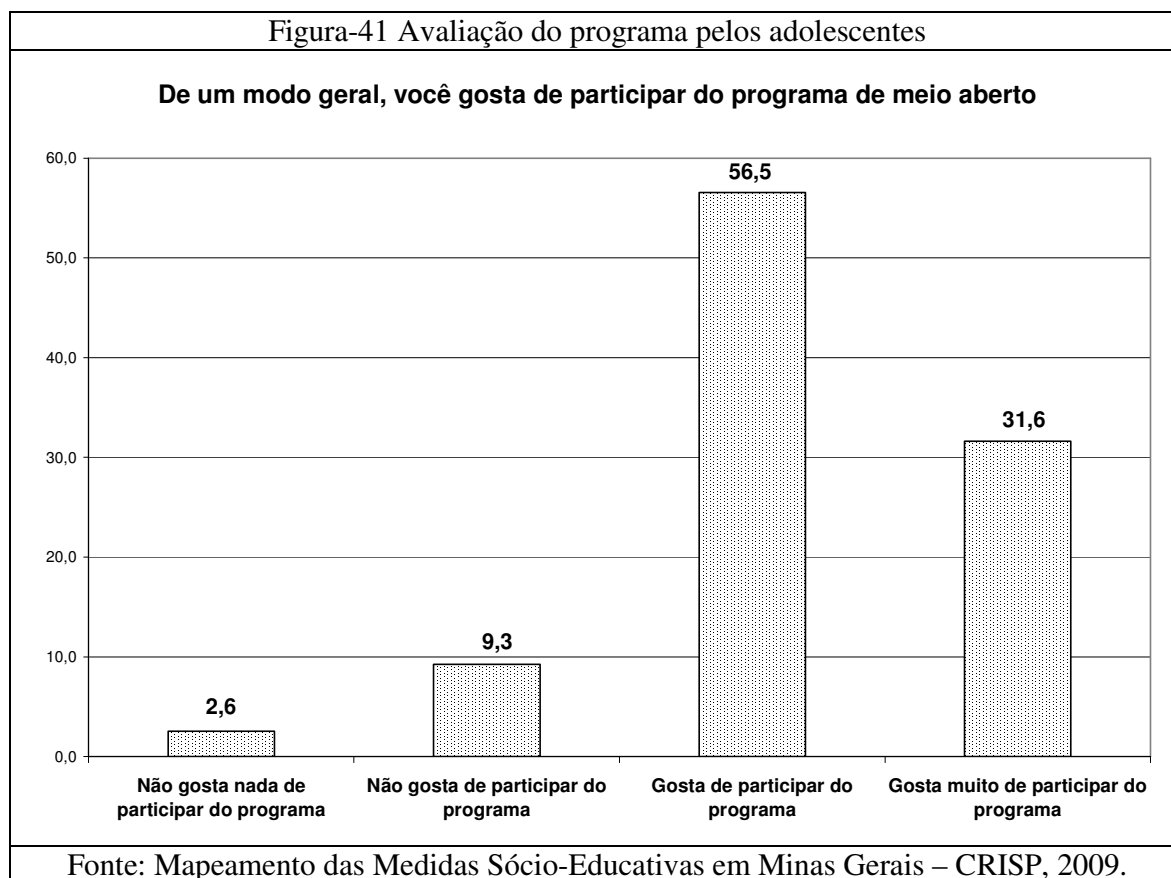




A maior parte dos adolescentes sob medida sócio-educativa (73%) declara concordar totalmente com as exigências dos programas de meio aberto e com os conselhos dos técnicos. Concordam em parte cerca de 24% dos respondentes. Uma discordância com relação a tais exigências e conselhos aparece em apenas 2,5% dos entrevistados, sendo que 0,6% discordam totalmente e 1,9% discordam em parte.

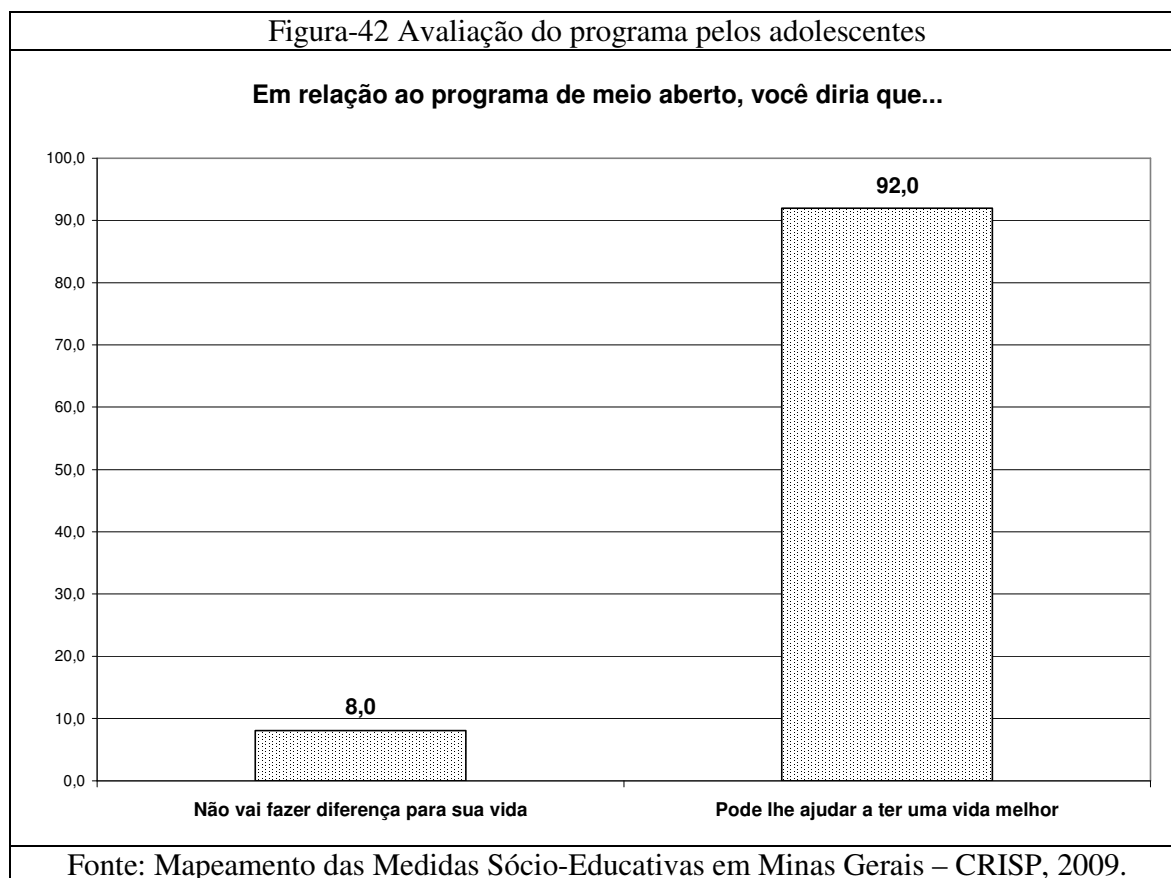


Pouco mais da metade dos adolescentes sob medida sócio-educativa (51,9%) avalia como ótimo, de um modo geral, o programa de meio aberto. Um pouco menos, 45,9% dos respondentes, considera ser bom o programa. Apenas 2,2% têm uma visão mais negativa, considerando-o como ruim (1,9%) ou péssimo (0,3%).



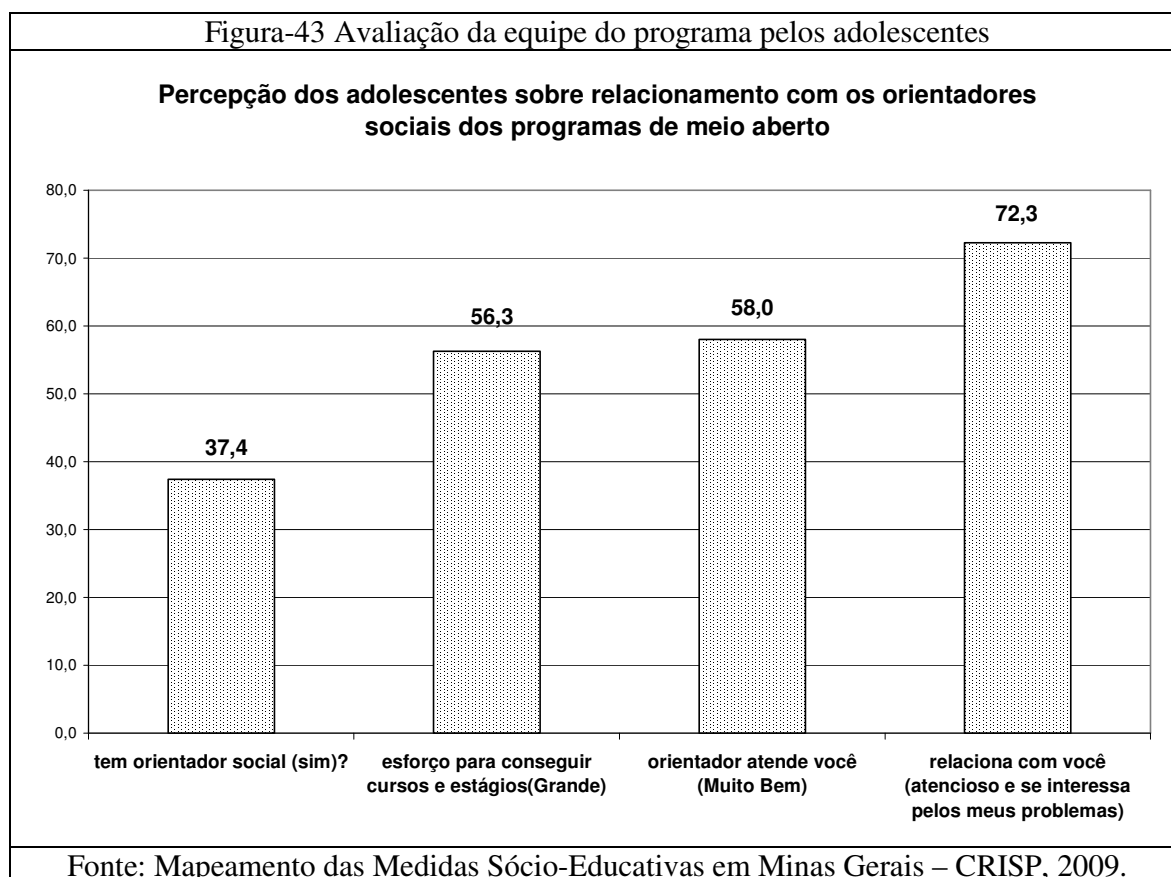
Menos de 1/3 dos adolescentes sob medida sócio-educativa (31,6%) declara *gostar muito* de participar do programa de meio aberto. A maior parte, 56,5%, afirma *gostar* e cerca de 9% dizem *não gostar* de participar do programa. Aqueles que *não gostam nada* de participar representam 2,6% dos jovens respondentes.



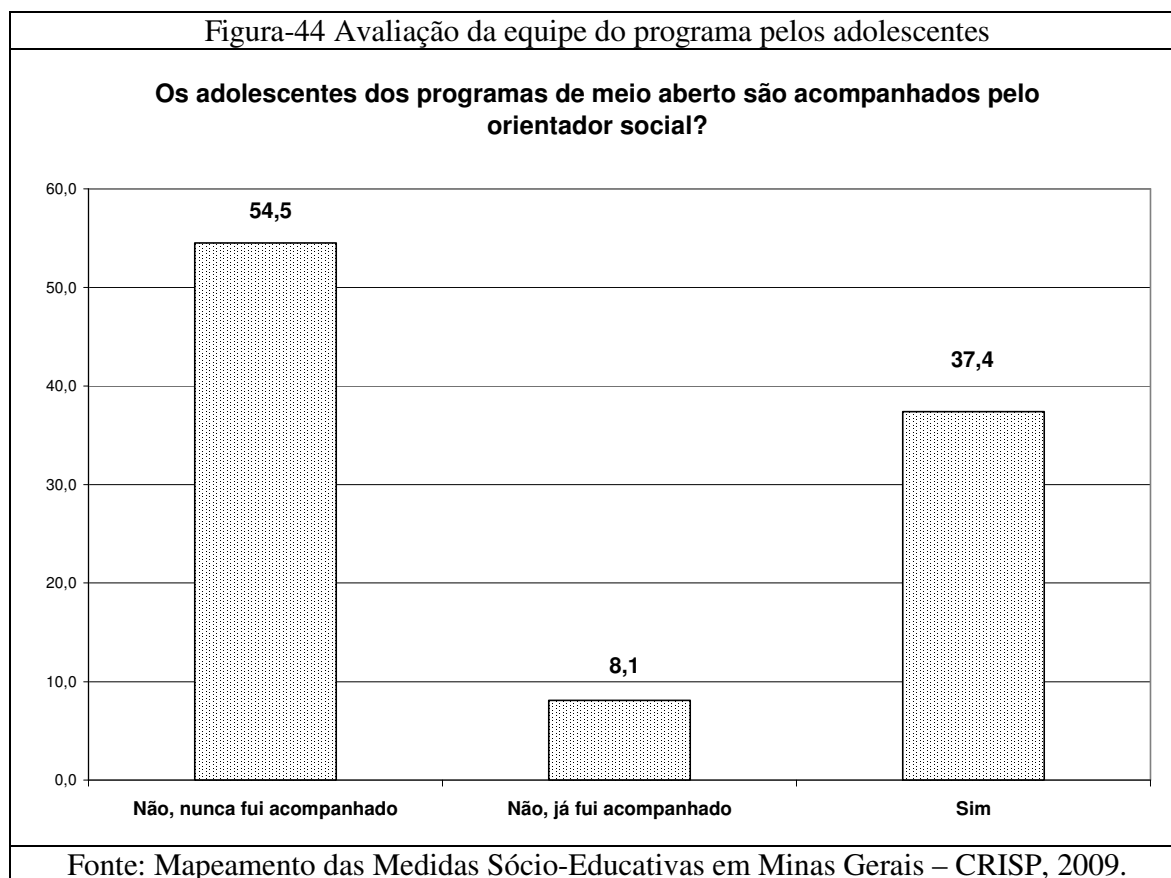


Quando questionados sobre se o programa de meio aberto pode ajudá-los a ter uma vida melhor, 92% dos adolescentes sob medida sócio-educativa respondem afirmativamente. 8% declaram que tal programa não influirá em suas vidas.

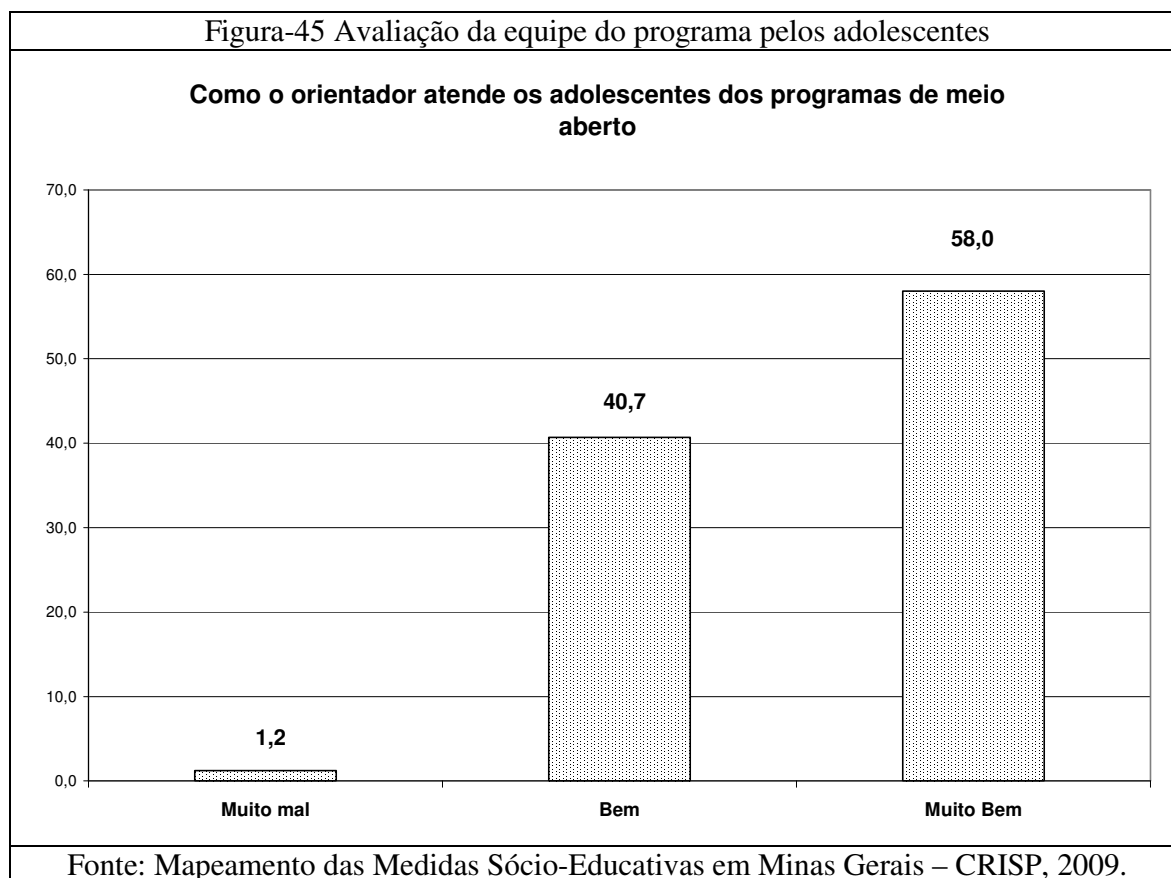
### Avaliação da equipe de atendimento dos programas de meio aberto



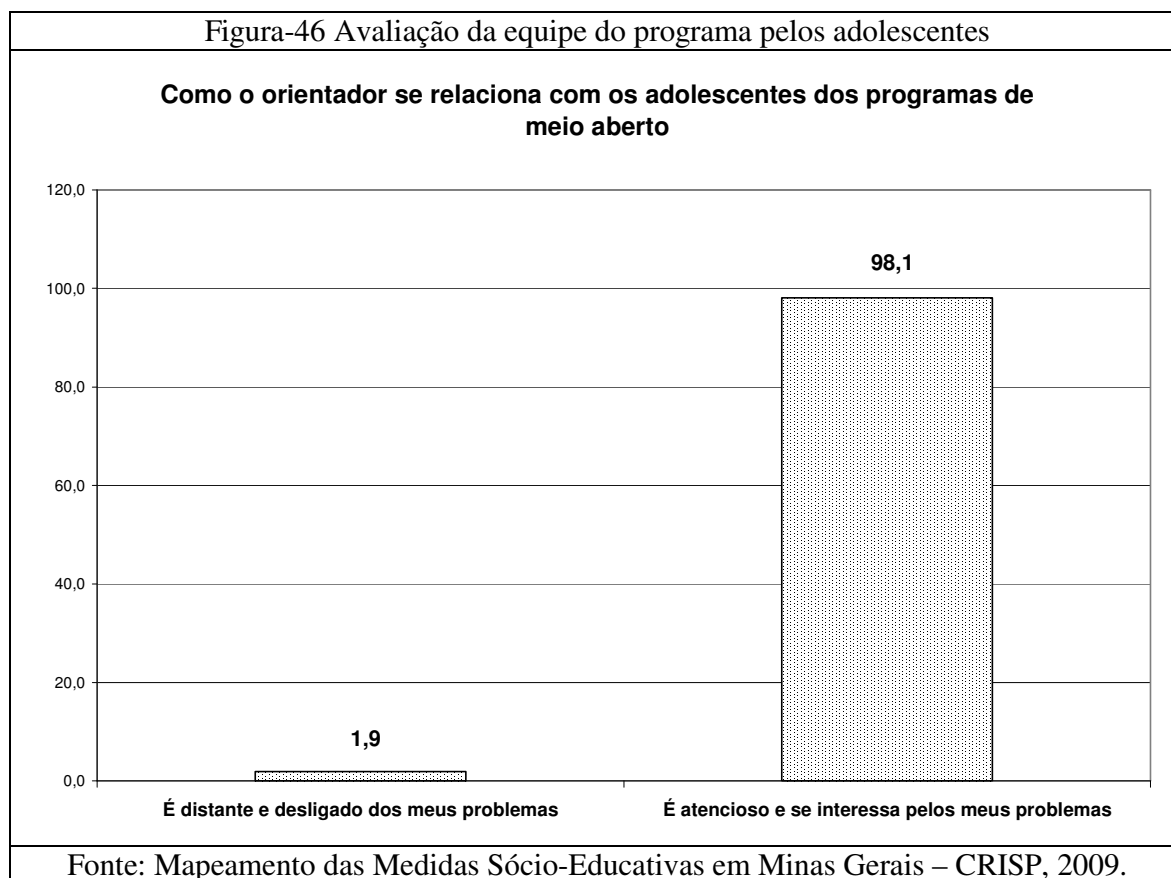
Em relação a orientadores sociais voluntários, apenas 37% dos adolescentes entrevistados afirmam serem acompanhados por um deles. Desses, 57% vêem um grande esforço por parte dos orientadores sociais no sentido de conseguir cursos e estágios para os adolescentes assistidos. Podemos dizer que os orientadores são, em geral, bem avaliados pelos adolescentes. 58% deles acreditam que são *muito bem* atendidos e 72% afirmam que os orientadores tem uma postura atenciosa e se preocupam pelos seus problemas.



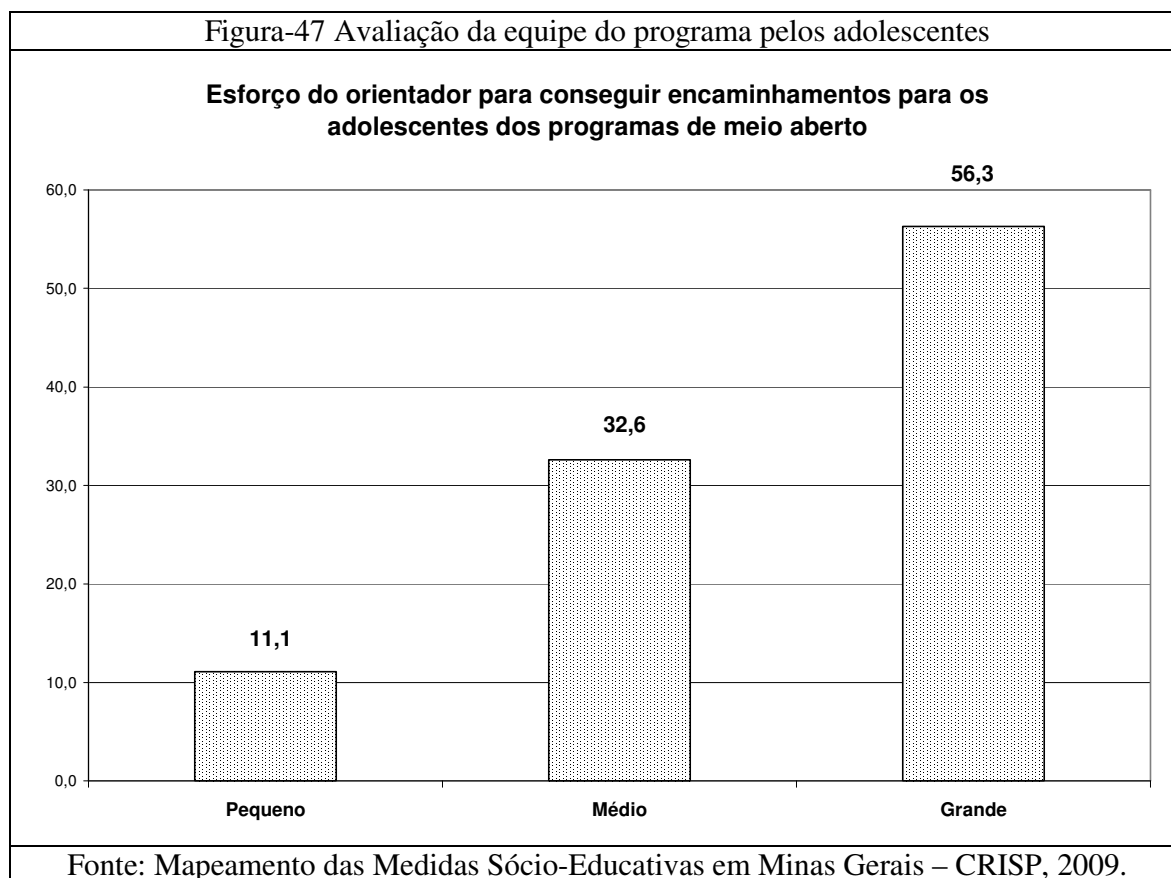
A maioria dos adolescentes entrevistados (54,5%) nunca teve um orientador social. 8,1% deles já foram acompanhados alguma vez, mas não mais. Pouco mais de 1/3 dos adolescentes (37,4%) são acompanhados atualmente por orientadores sociais.



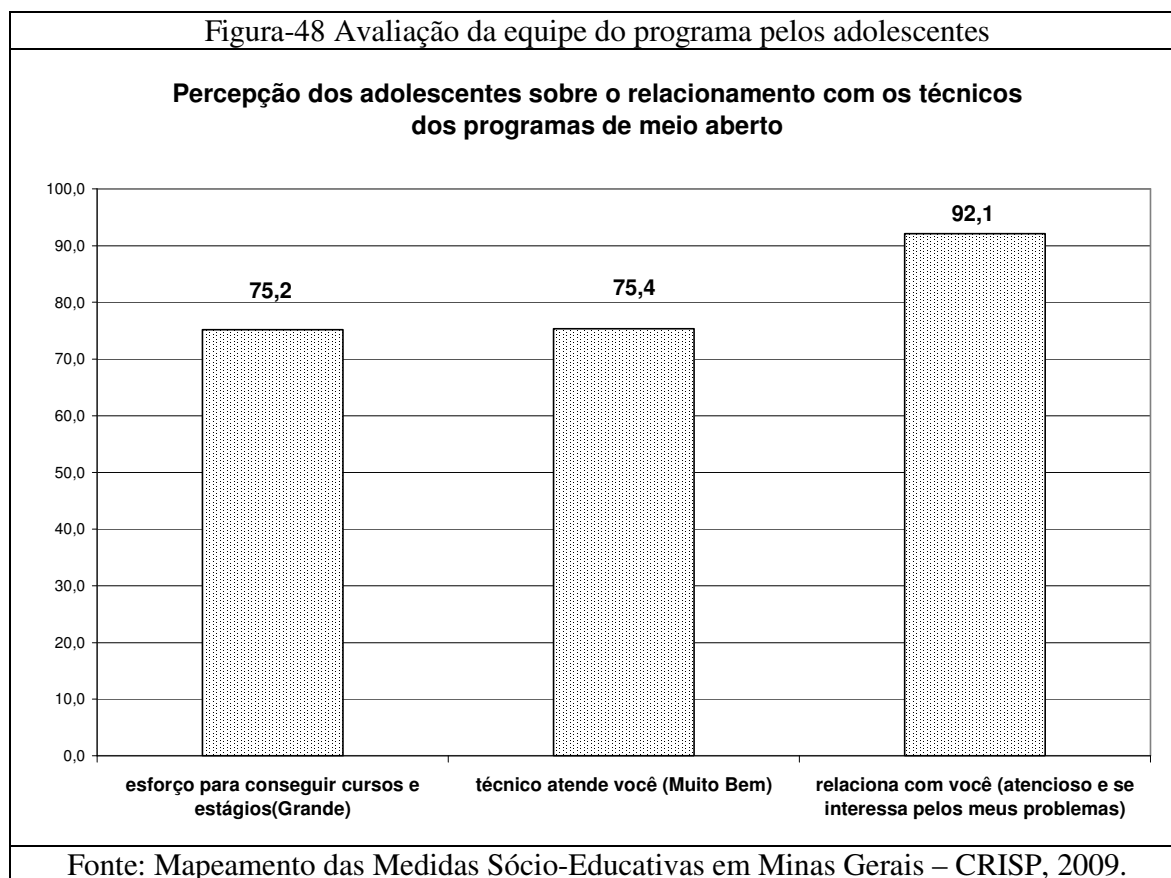
A maioria (58%) dos adolescentes que são acompanhados por um orientador social afirma ser *muito bem* atendido. 2/5 deles classificam esse atendimento com *bom*. Apenas 1,2% dos adolescentes diz ser muito mal atendido pelos orientadores.



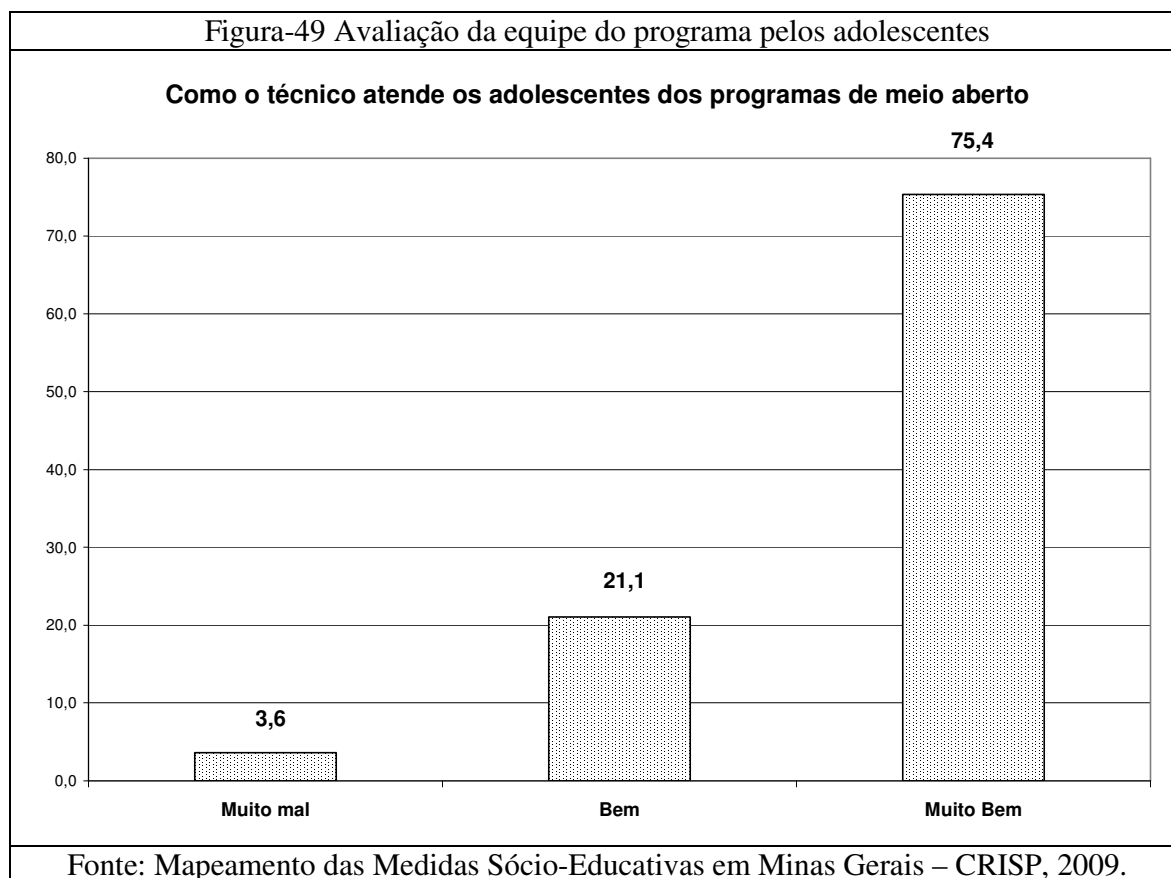
Quase à totalidade dos adolescentes entrevistados que são atendidos por um orientador social afirmam que este é atencioso e se interessa pelos problemas do adolescente. Uma parcela muito pequena (1,9%) considera seus orientadores distantes e desligados dos seus problemas.



A maior parte dos adolescentes (56,3%) considera *grande* o esforço dos orientadores para lhes conseguir encaminhamento para cursos, estágios e outras atividades. Cerca de um terço deles enxerga esse esforço como *médio* e 11,1% acham que é um esforço *pequeno*.

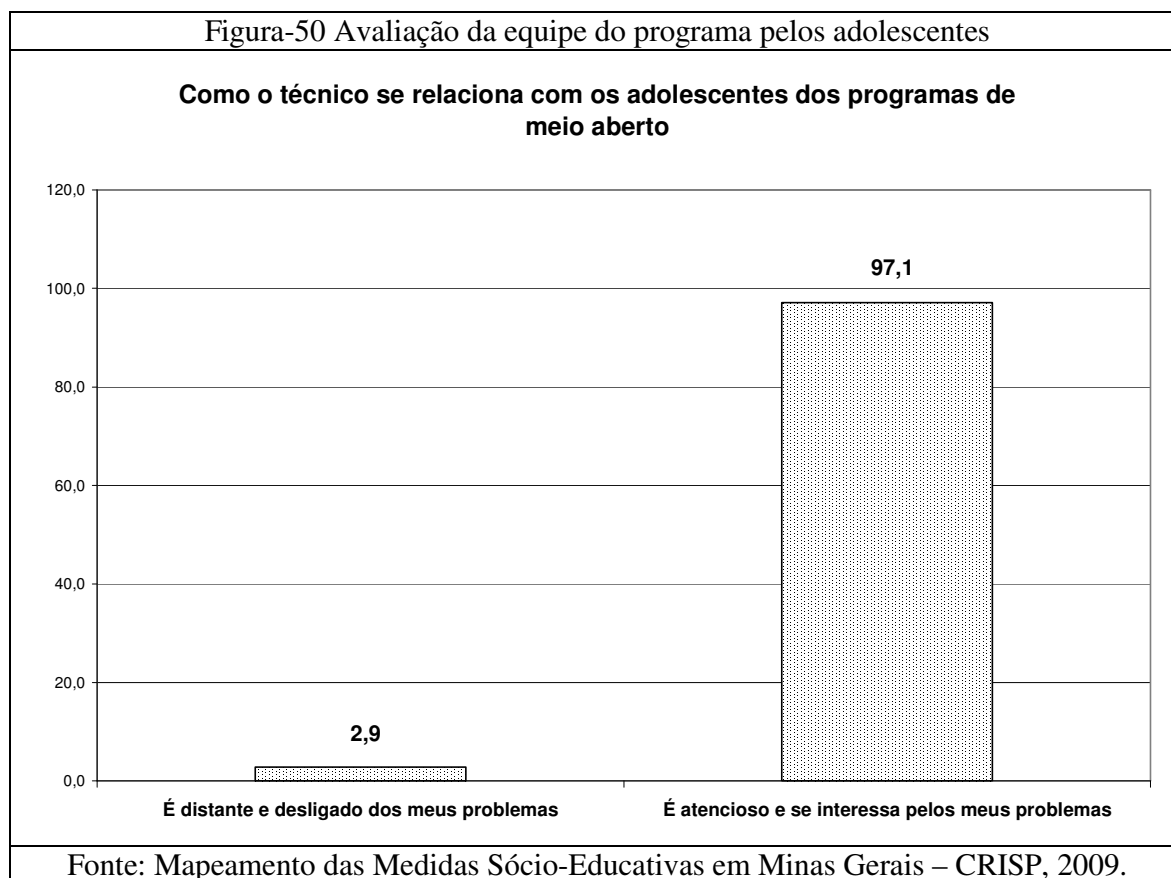


O desempenho dos técnicos é consideravelmente mais bem avaliado do que o desempenho dos orientadores. Cerca de  $\frac{3}{4}$  dos adolescentes pensa que os técnicos fazem um grande esforço para conseguir-lhes cursos e estágios e consideram muito bom o atendimento realizado por eles. Mais de 90% dos entrevistados avaliam os técnicos como atenciosos e interessados pelos seus problemas.

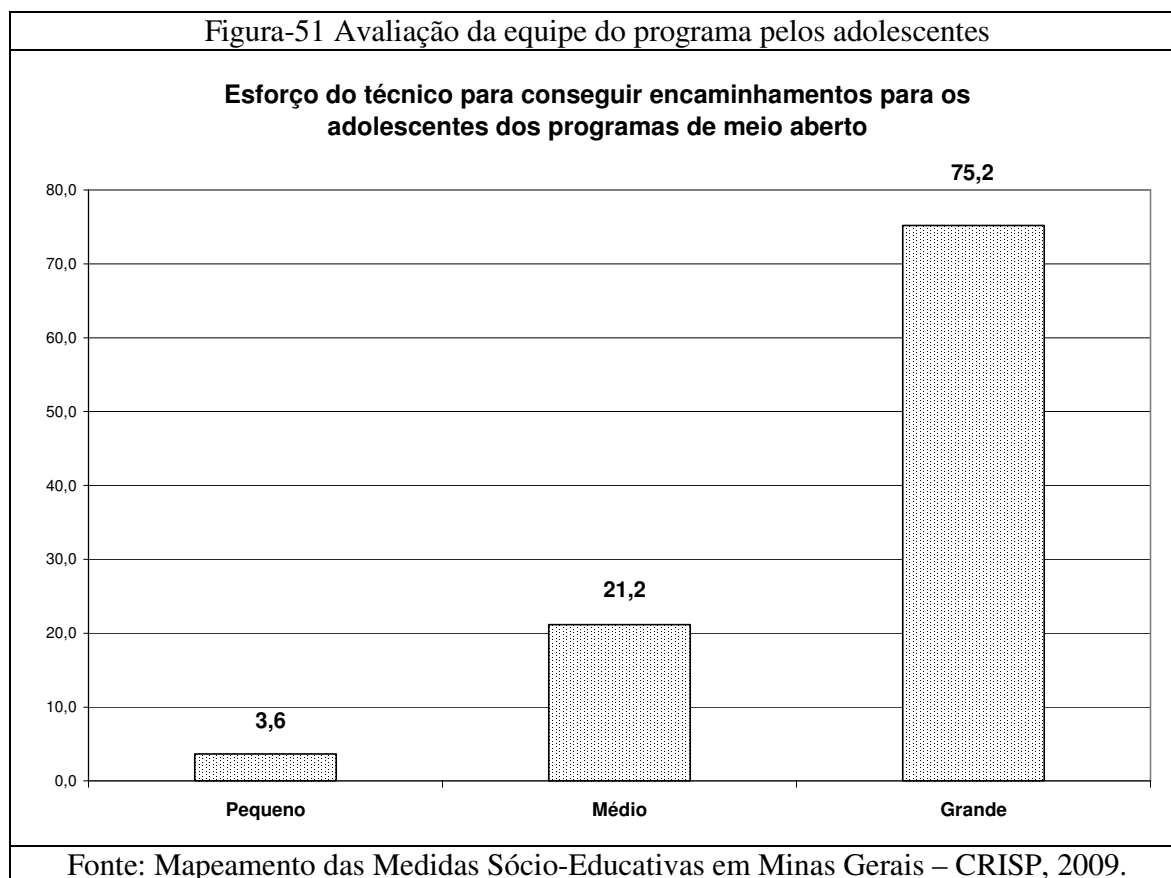


Uma porcentagem superior a  $\frac{3}{4}$  dos adolescentes crêem serem muito bem atendidos pelos técnicos, enquanto  $\frac{1}{5}$  diz ser bem atendido e cerca de 3% classificam o atendimento como muito ruim.



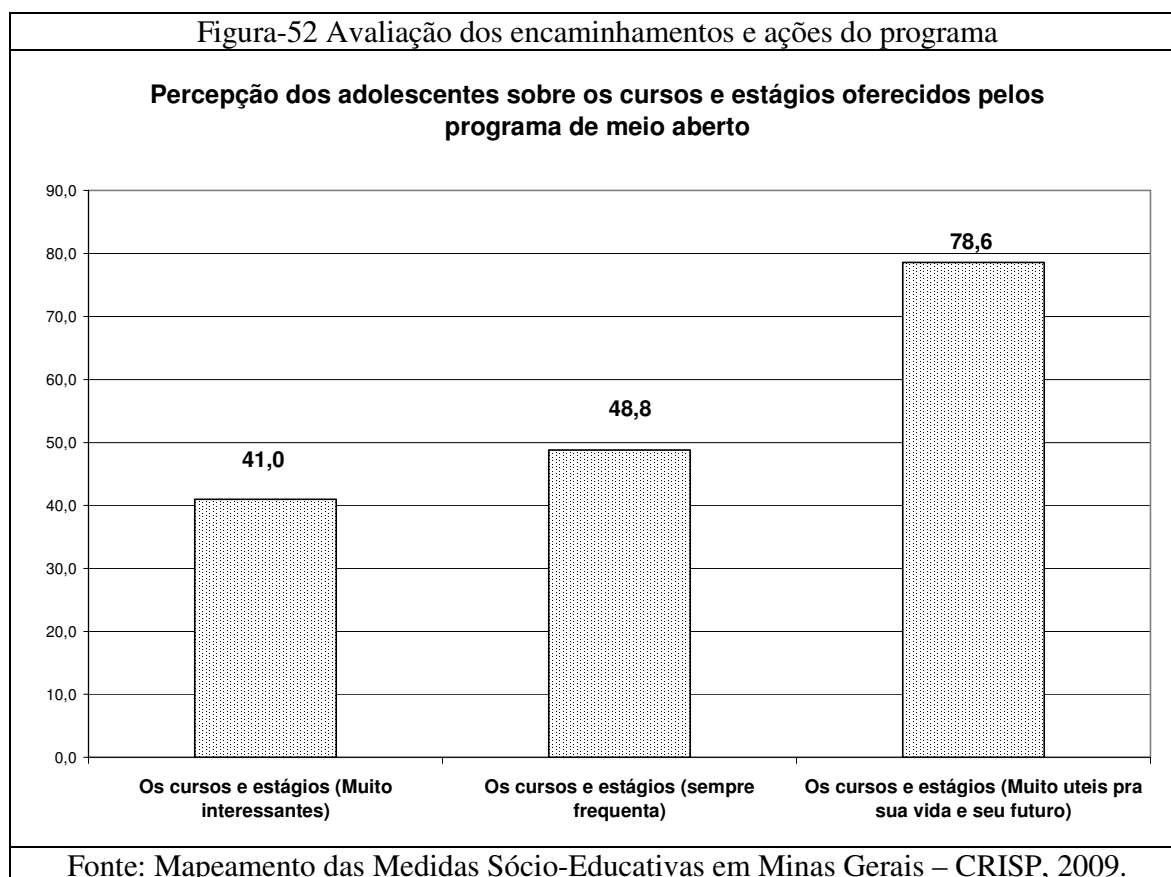


97,1% dos entrevistados consideram os técnicos atenciosos e interessados pelos seus problemas. Menos de 3% deles diz que os técnicos são distantes e desligados de seus problemas.



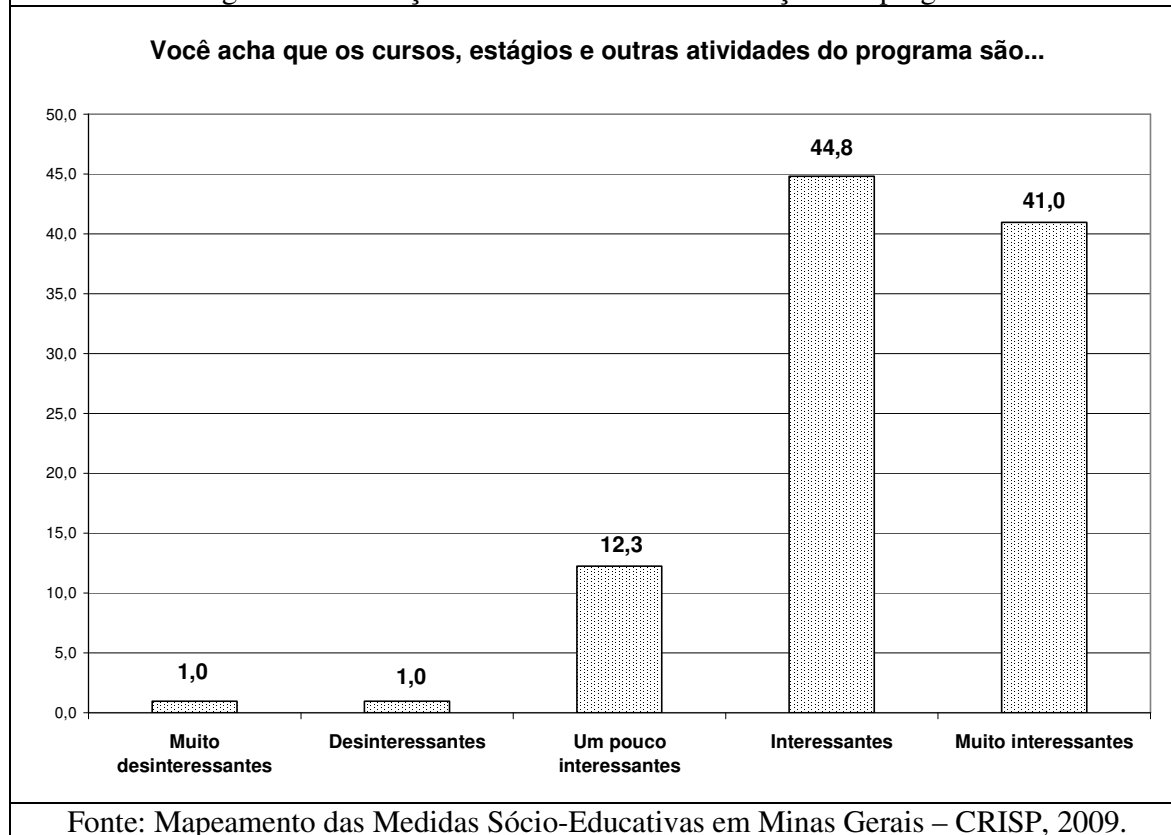
Mais de  $\frac{3}{4}$  dos entrevistados pensa que os técnicos fazem um grande esforço para lhes conseguir estágios e cursos, uma média bem mais alta do que os que pensam isso sobre os orientadores. 21% dos entrevistados pensam que os técnicos realizam um esforço médio nesse sentido e 3,6% deles afirmam que é um esforço pequeno.

### Avaliação dos encaminhamentos e ações oferecidas pelos programas de meio aberto

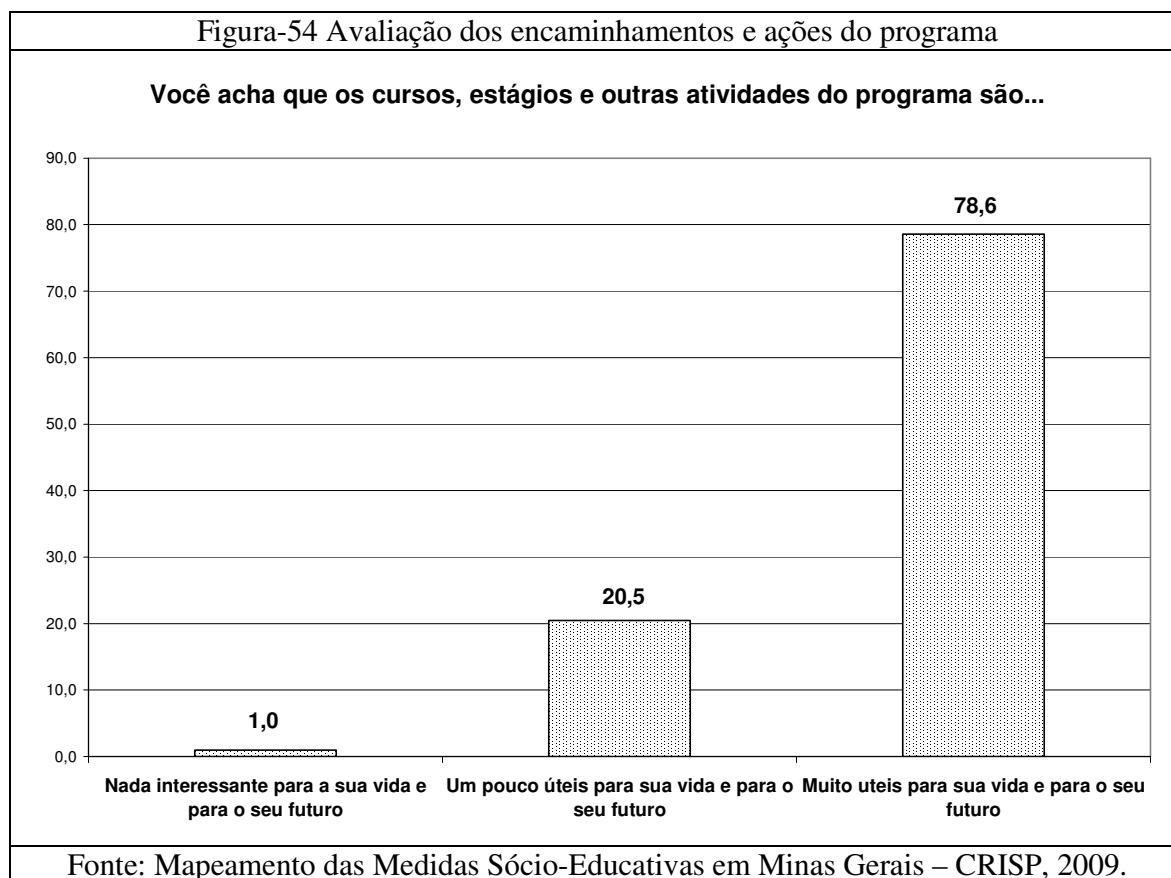


A percepção que os adolescentes sob medida sócio-educativa têm sobre os cursos e estágios oferecidos a eles pelos programas de meio aberto mostra-se positiva. 41% dos entrevistados consideram os cursos, estágios e outras atividades do programa muito interessantes. Sobre a assiduidade declarada pelos adolescentes tem-se que 48,8% daqueles que fazem ou fizeram os cursos e estágios sempre os freqüentavam. A maioria destes jovens, 78,9%, considera tais atividades como ‘muito úteis para sua vida e seu futuro’.

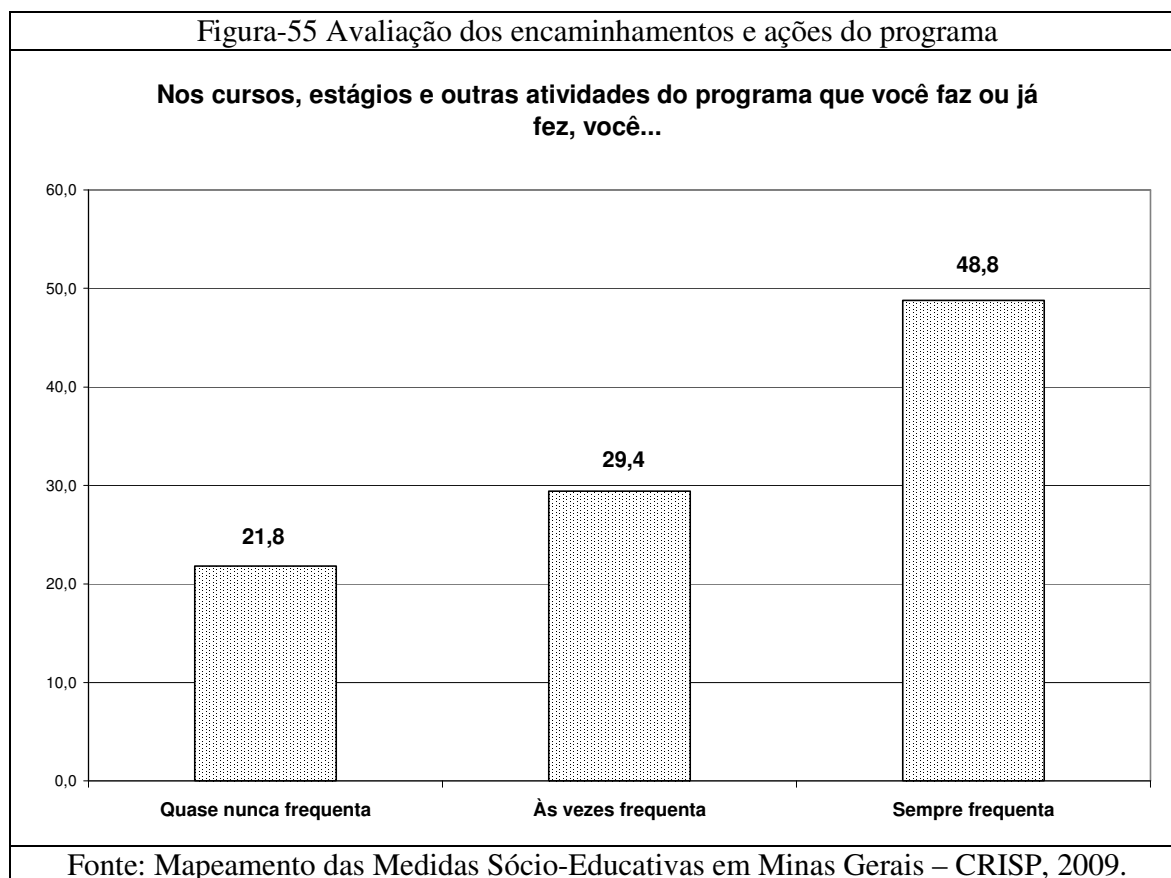
Figura-53 Avaliação dos encaminhamentos e ações do programa



Explorando melhor a percepção do quão interessante os cursos, estágios e outras atividades do programa são para os adolescentes sob medida sócio-educativa de meio aberto, percebe-se a dimensão da boa aceitabilidade entre eles. 44,8% dos adolescentes consideram tais atividades interessantes e 41% muito interessantes. Uma visão menos positiva dos cursos e estágios do programa é representada por 12,3% dos adolescentes, considerando-os ‘um pouco interessantes’. Apenas 2% possuem uma visão mais negativa destas atividades, considerando-as ‘desinteressantes’ ou ‘muito desinteressantes’.

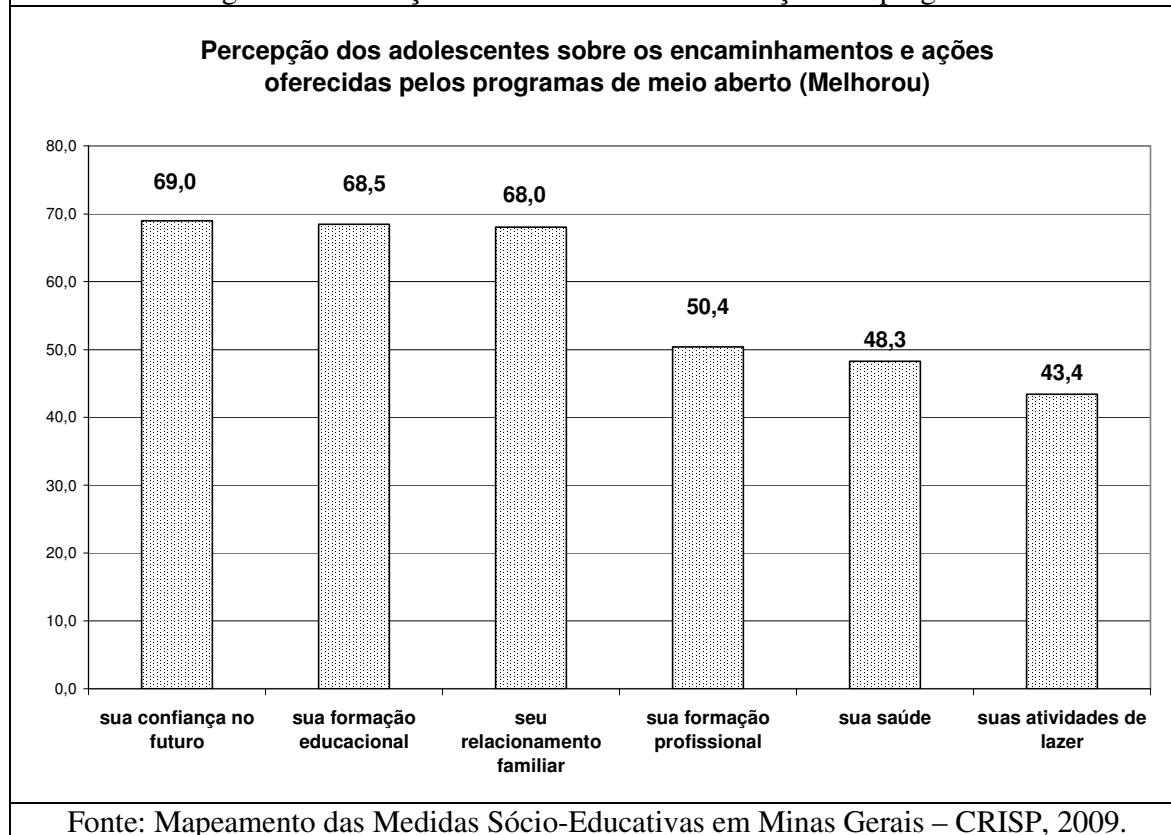


Quando questionados sobre a utilidade dos cursos, estágios e outras atividades do programa, 78,6 % os adolescentes sob medida sócio-educativa os consideram como muito úteis para suas vidas e futuro. 20,5 % do entrevistados consideram-nos um pouco úteis, e apenas 1 % dos adolescentes declarou que tais atividades não são úteis para sua vida e futuro.

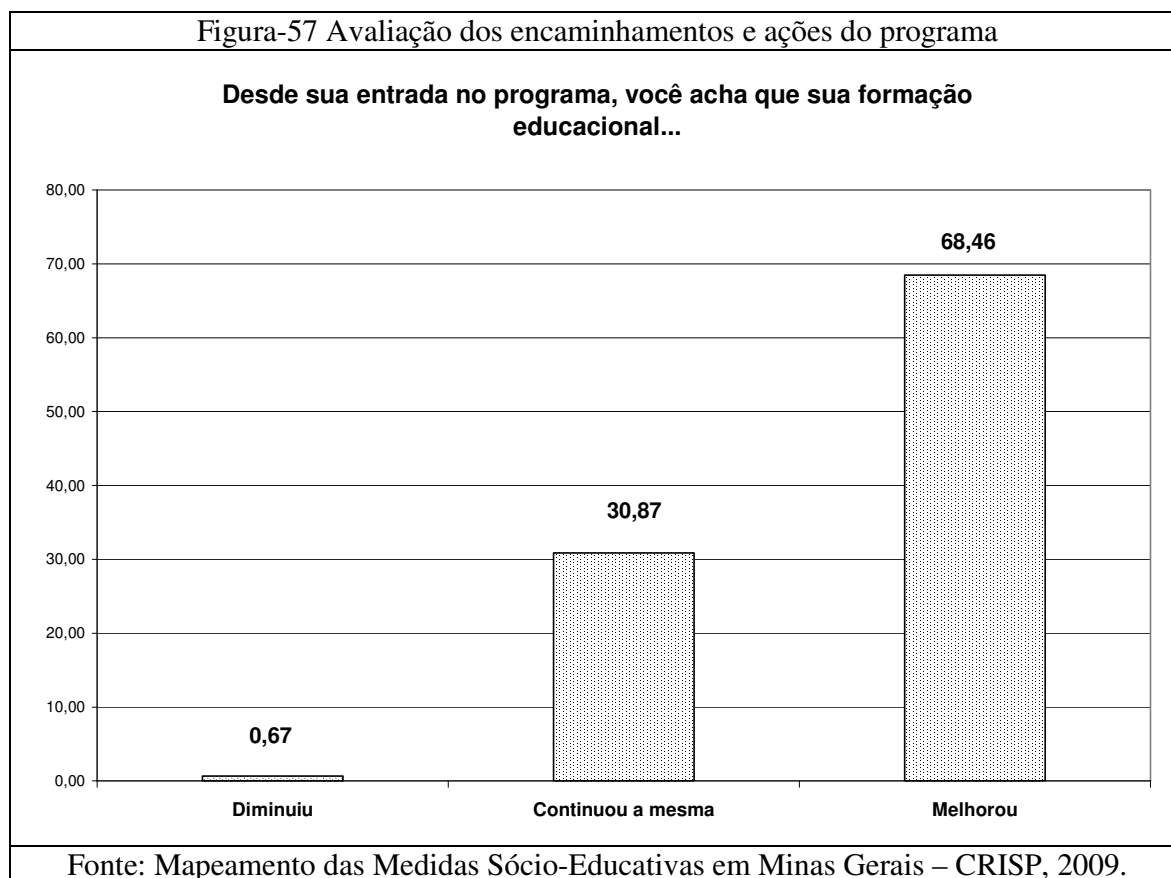


A partir da frequência declarada pelos adolescentes entrevistados que freqüentam ou freqüentavam aos cursos, estágios e outras atividades do programa, percebe-se uma aderência a eles não muito expressiva. Cerca de 49 % declararam sempre freqüentá-los. Aqueles que às vezes freqüentam (29,4 %) ou quase nunca freqüentam (21,8%) somam 51,2 %, representando pouco mais da metade dos entrevistados.

Figura-56 Avaliação dos encaminhamentos e ações do programa

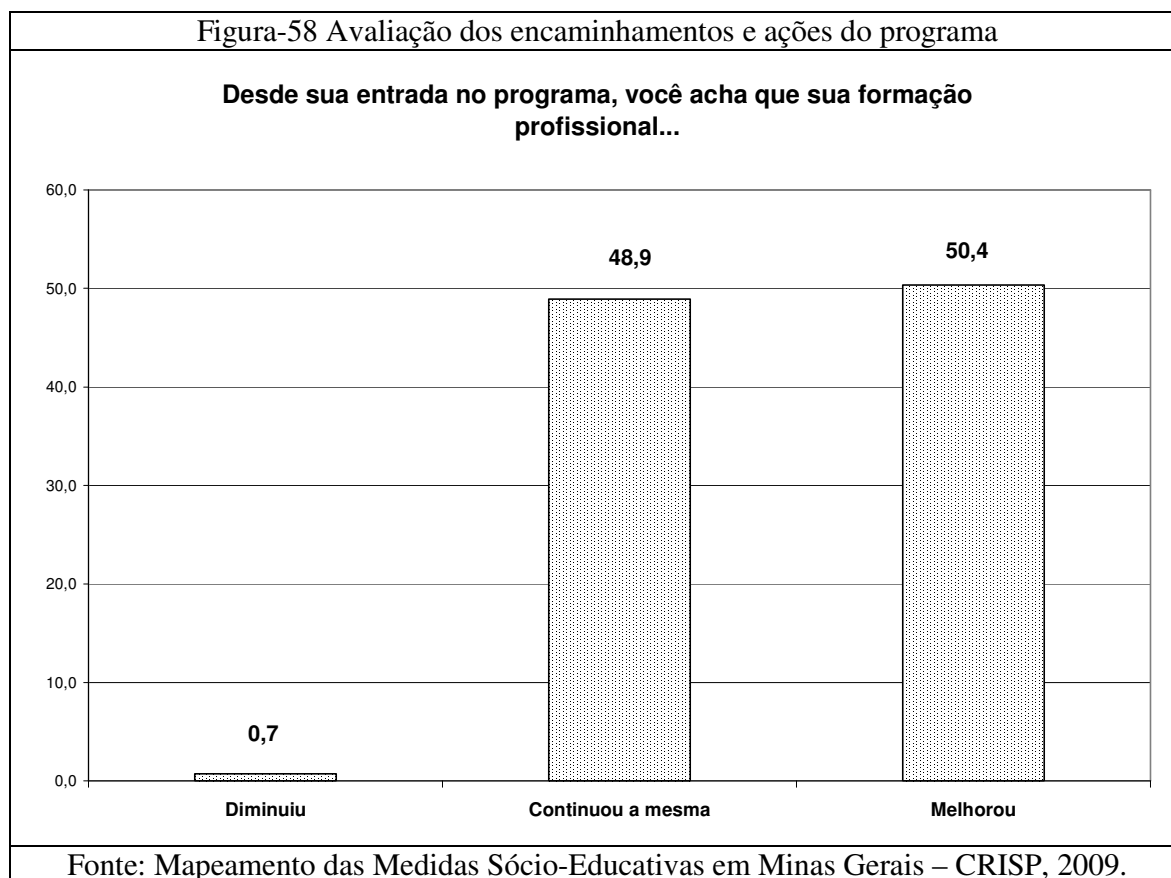


Os encaminhamentos e ações oferecidas pelos programas de meio aberto foram avaliados por grande parte dos adolescentes como determinantes para a melhoria em certos campos de suas vidas pessoais e profissionais. Sobre a confiança no futuro, 69 % afirmam estarem mais confiantes desde a entrada no programa. 68,5 % afirmam ter melhoras na formação educacional. Melhoras no relacionamento familiar foram afirmadas por 68 % dos entrevistados. 50,4 % declaram melhoras na formação profissional. Sobre a saúde pessoal, afirmam apresentar melhoras 48,3 % dos adolescentes desde a entrada no programa. Sobre as atividades de lazer uma parcela um pouco menor, 43,4 %, afirma ter melhoras.

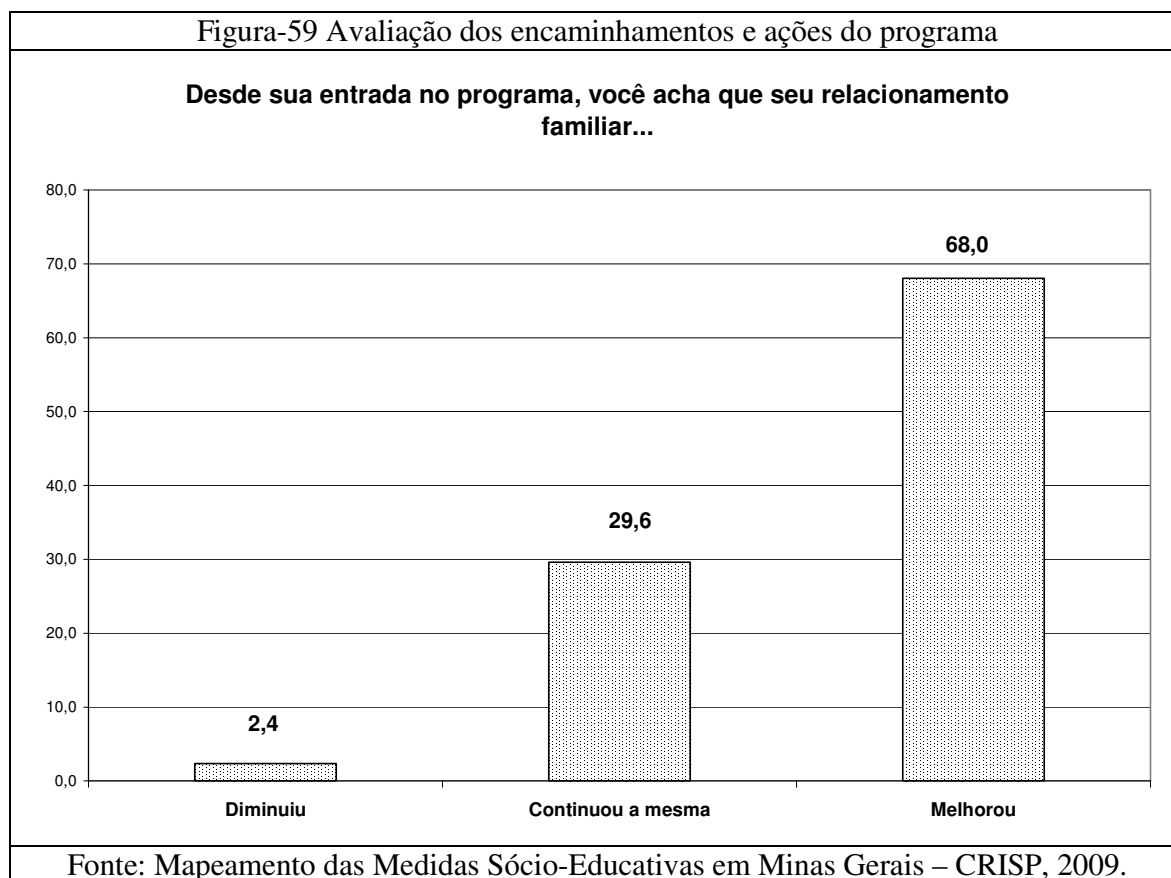


A maioria dos adolescentes sob medida sócio-educativa, quase 70%, afirma ter uma melhor formação educacional desde a entrada no programa de meio aberto. Cerca de 31 % declaram não perceberem mudanças, e menos de 1% acreditam que sua formação educacional piorou com a participação no programa.

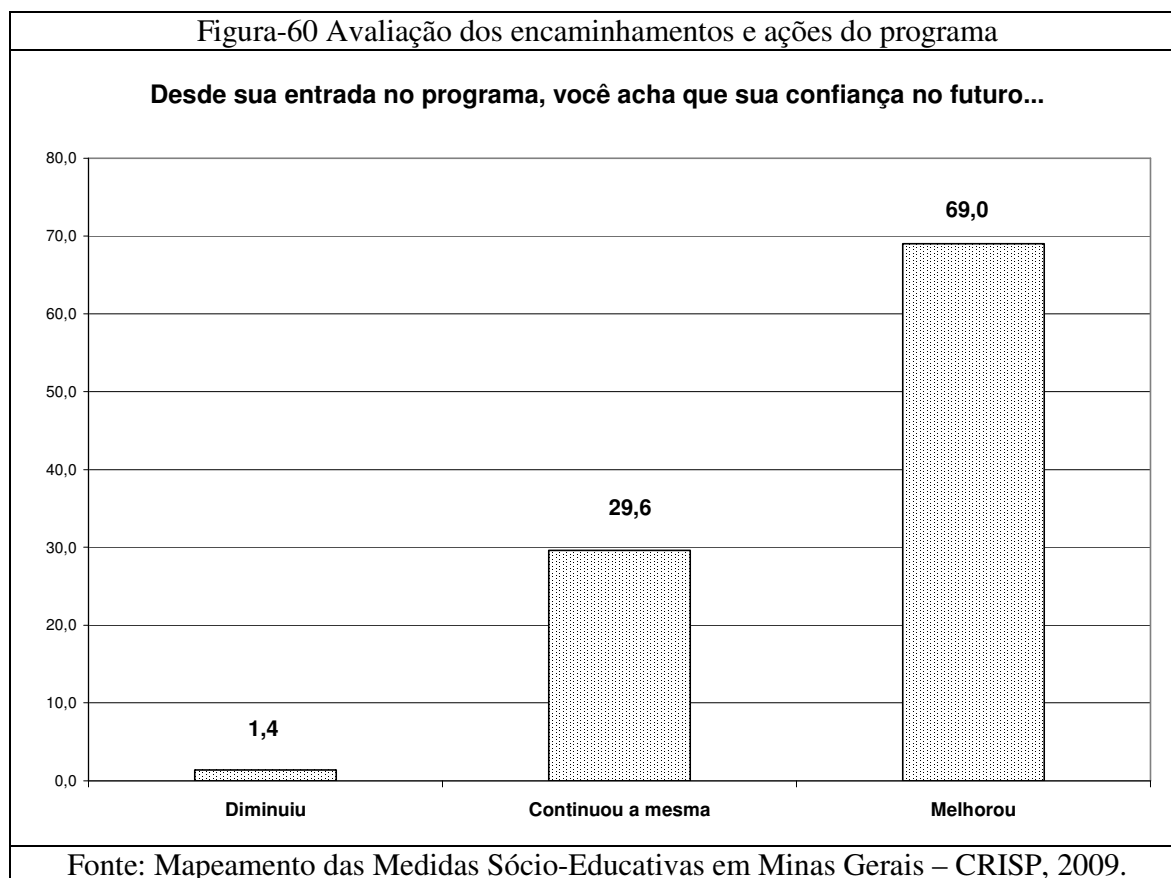




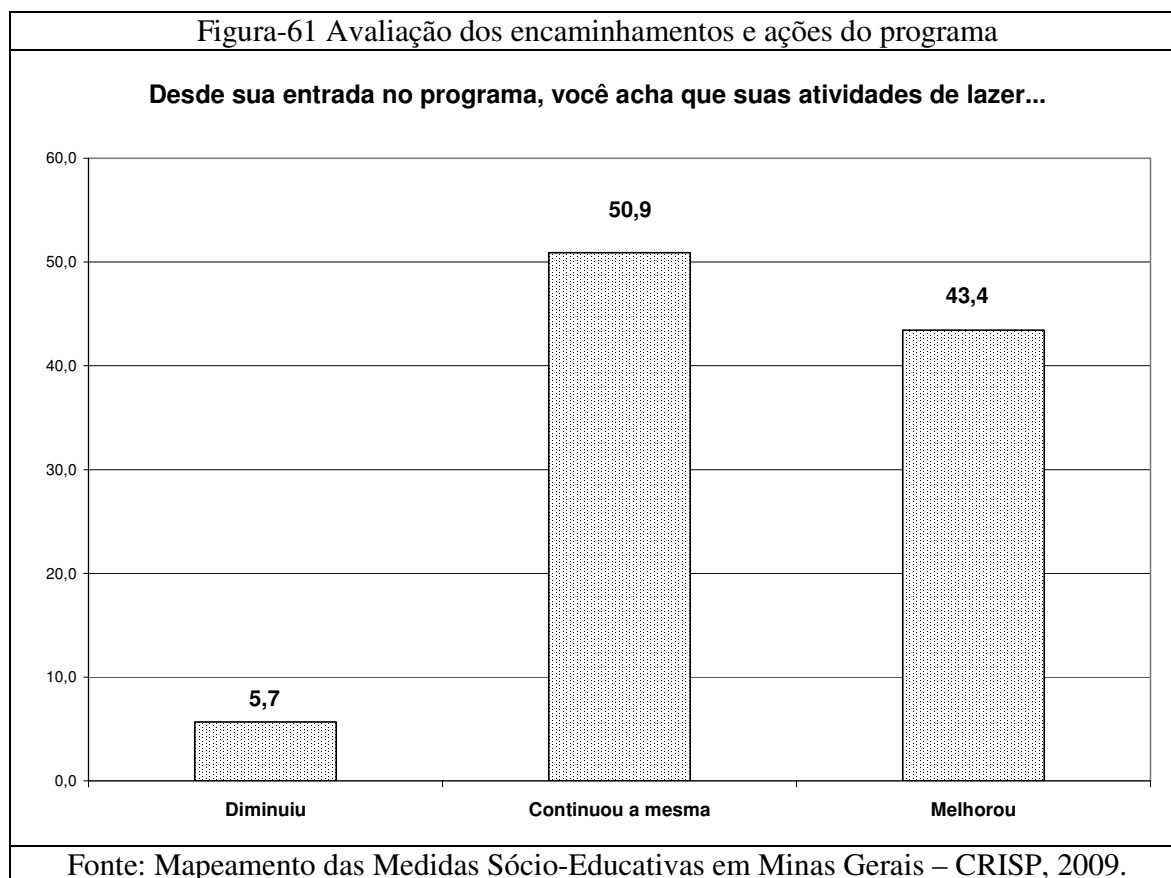
A percepção quanto a melhoras na formação profissional do entrevistado desde a sua entrada no programa divide-se entre os adolescentes. 48,9 % dos adolescentes declaram não perceber mudanças em sua formação profissional. Uma parcela semelhante 50,4 % dos entrevistados, afirma ter obtido melhoras em sua formação profissional. Menos de 1% declarou apresentar pioras nessa área.



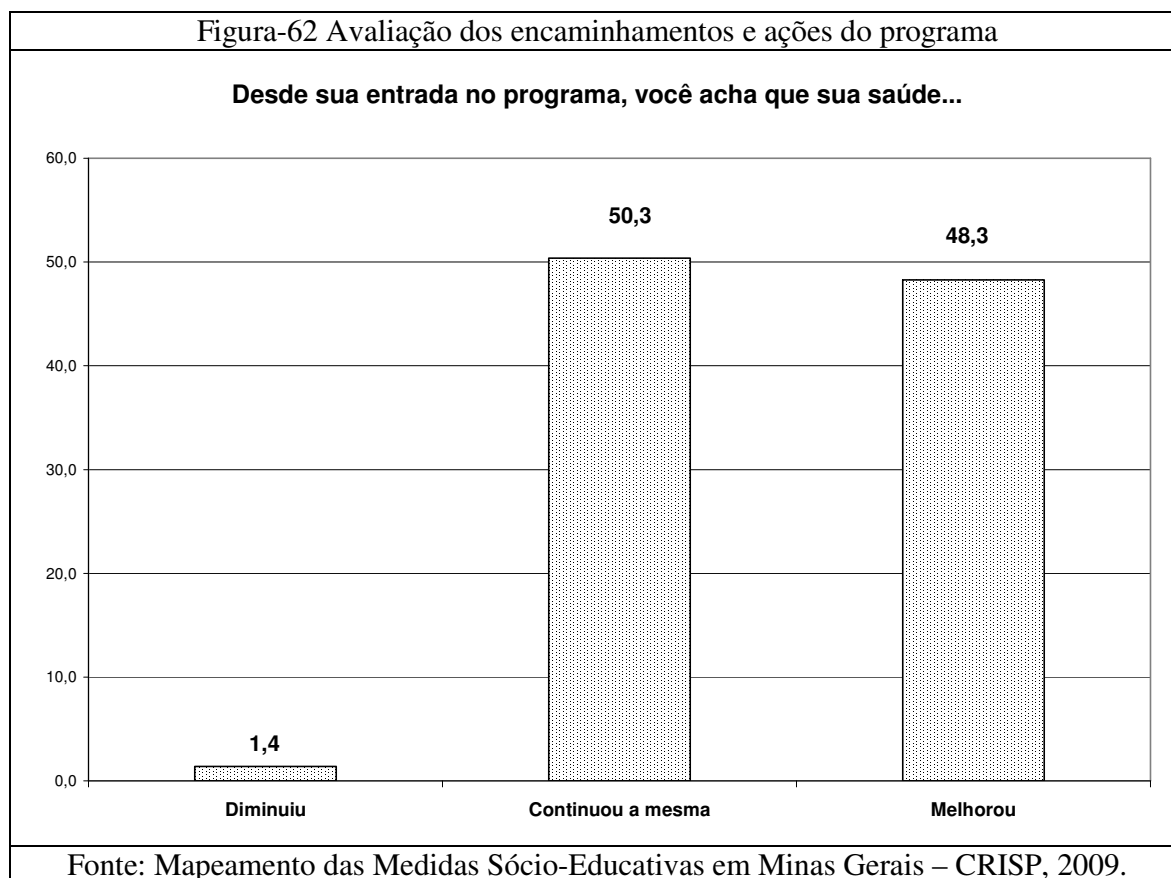
Sobre o relacionamento familiar, a maioria, 68 % dos adolescentes entrevistados, declara perceber melhoras nesta área desde o início dos programas de meio aberto. Quase 30 % afirmam não perceber mudanças no relacionamento com a família. Aqueles que perceberam pioras no relacionamento familiar desde a entrada no programa representam somente 2,4 % dos adolescentes.



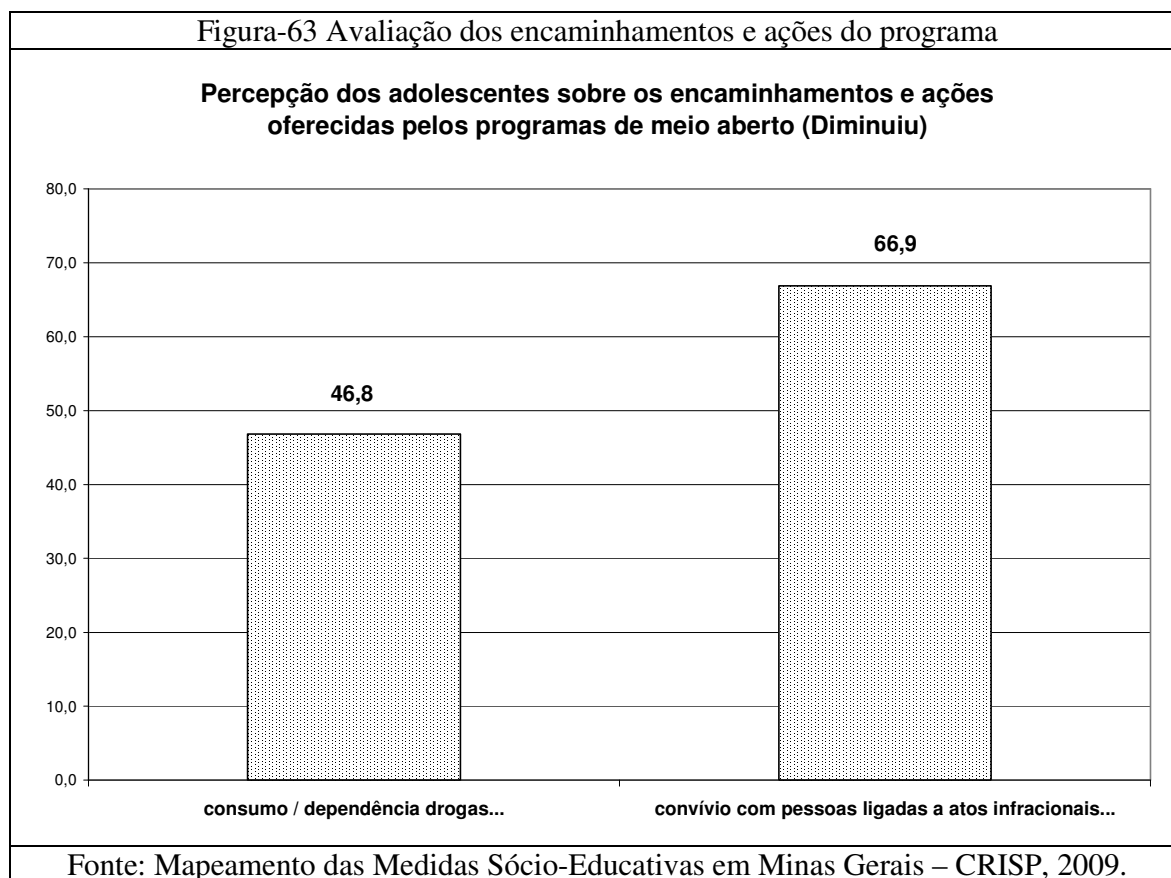
A entrada no programa de meio aberto foi percebida por 69% dos adolescentes sob medida sócio-educativa como causa para uma melhoria na confiança que têm no futuro. Quase 30% dos entrevistados declaram que tal confiança não se modificou após o início do programa, e apenas 1,4 % dos entrevistados afirmam-se com menos confiança do que tinham antes de participarem do programa de meio aberto.



Cerca de metade dos respondentes 50,9% declarou que não houve mudanças em suas atividades de lazer desde a entrada no programa de meio aberto. Aqueles que afirmaram terem percebido melhoras nesta área representam 43,4 % dos entrevistados. 5,7 % destes adolescentes declaram ter notado pioras em suas atividades de lazer.

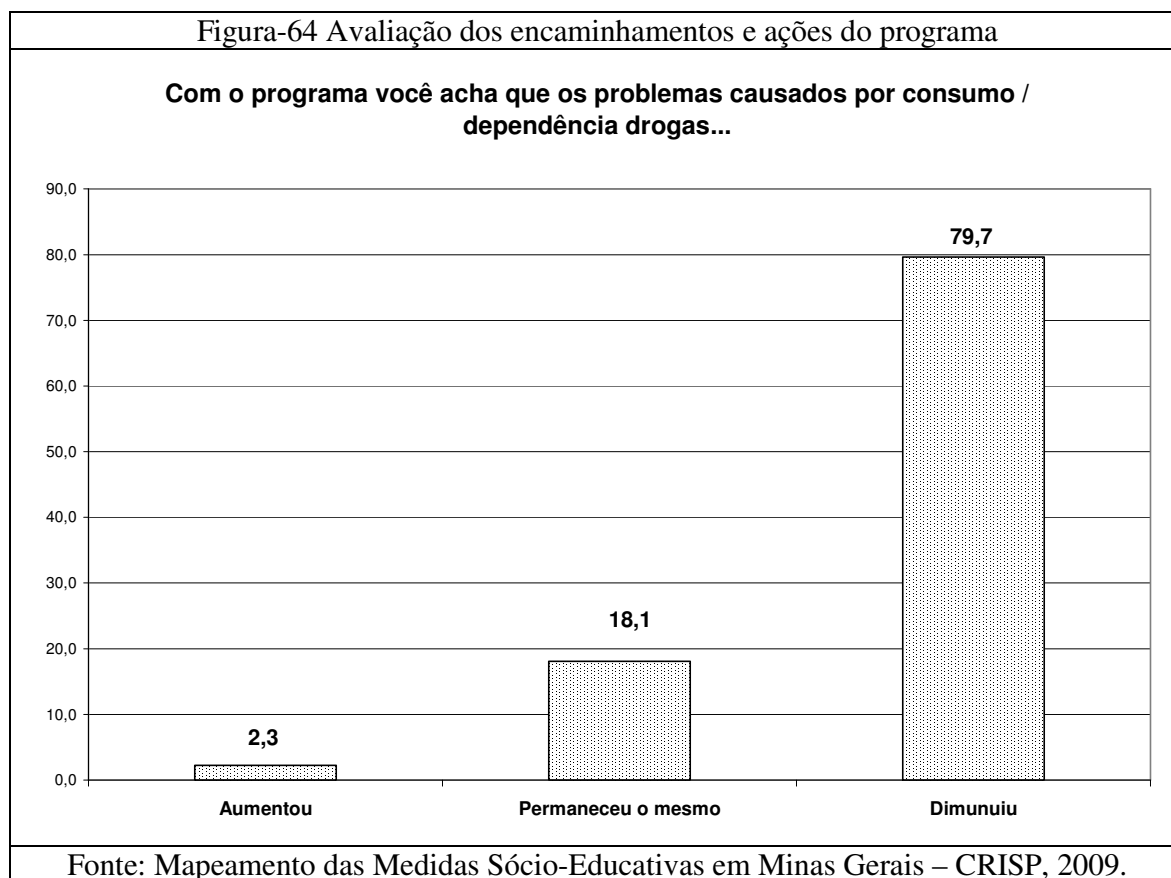


Quanto à saúde dos adolescentes sob medida sócio-educativa, aproximadamente 50% deles declaram não ter notado melhoras ou pioras desde a entrada no programa de meio aberto. A outra metade, um percentual de 48,3 %, diz ter havido melhoras na saúde. Assim, para apenas 1,4% dos entrevistados houve queda na qualidade de sua saúde.

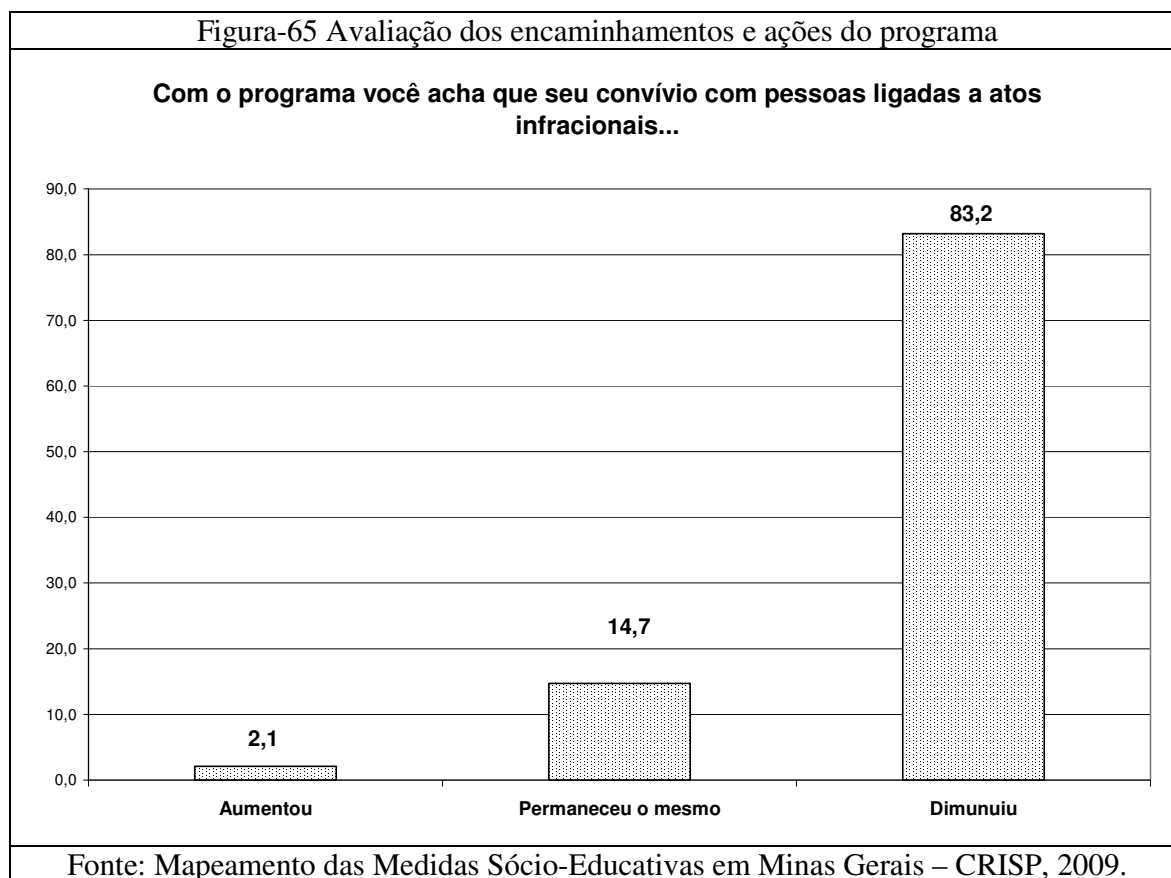


Do total de adolescentes respondentes, 66,9% declaram que através dos encaminhamentos e ações oferecidas pelos programas de meio aberto houve uma diminuição no convívio com pessoas ligadas a atos infracionais.

Quando questionados sobre o consumo e a dependência de drogas, um percentual um pouco menor, 46,8%, afirma ter ocorrido uma diminuição do uso e dependência a partir do acompanhamento pelo programa de meio aberto.



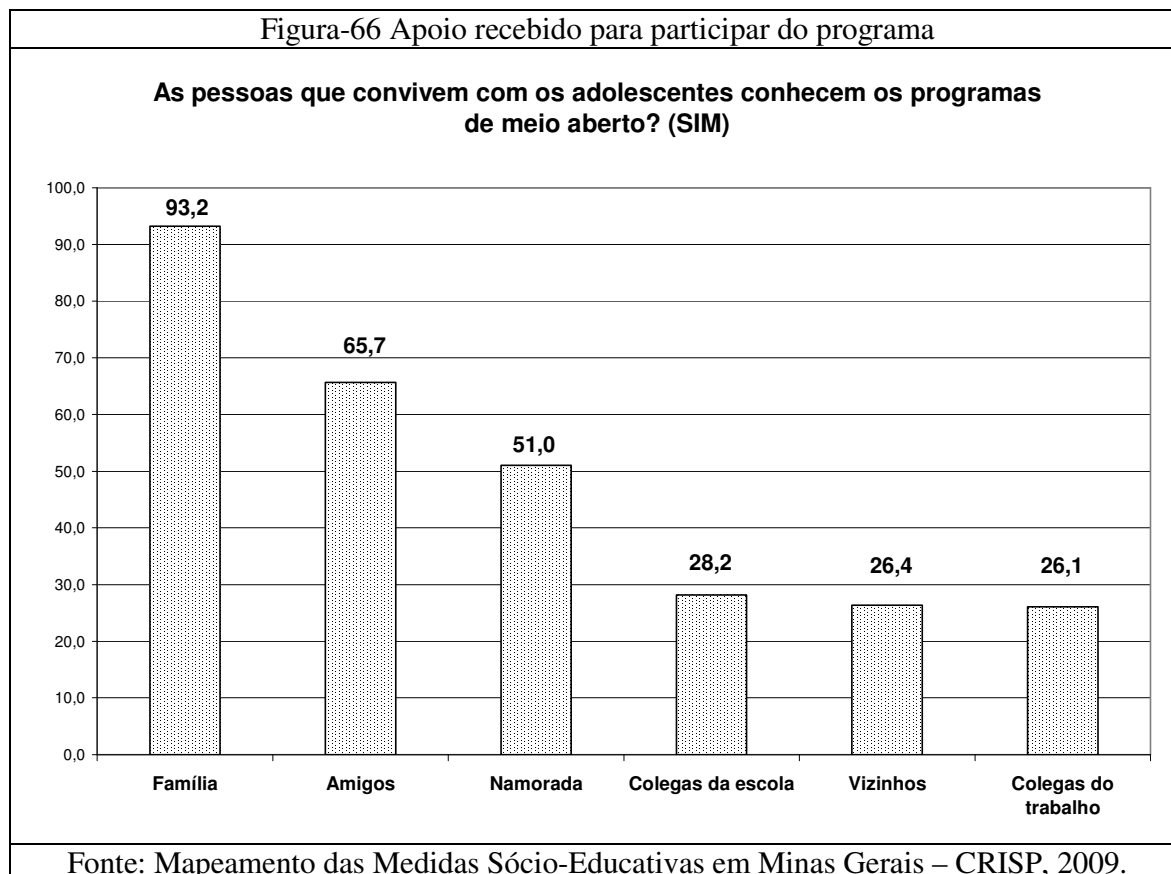
Do total de respondentes que são ou foram usuários de drogas, quase 80% deles dizem que com o programa de meio aberto perceberam queda nos problemas referentes ao consumo ou dependência de drogas. Cerca de 18% dos adolescentes afirmam continuar com os mesmos problemas e 2,3% declaram terem aumentado os problemas causados por consumo ou dependência química com o início dos encaminhamentos e ações oferecidas pelo programa de meio aberto.



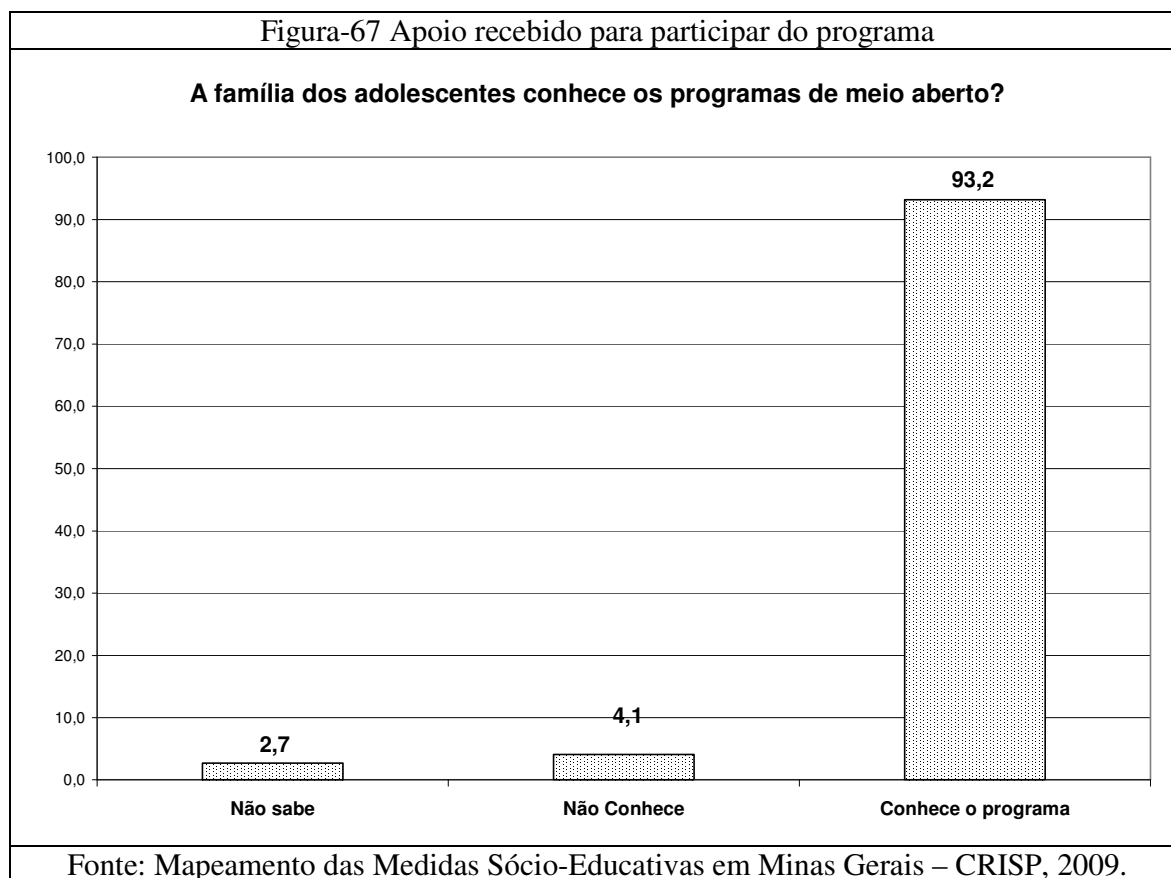
Sobre os adolescentes que convivem ou conviveram com pessoas ligadas a atos infracionais, 83% deles afirmam que tal contato diminuiu com o programa de meio aberto. Aproximadamente 15 % destes adolescentes não perceberam mudanças quanto ao convívio com tal grupo, e apenas 2% declaram ter um maior convívio agora com pessoas ligadas a atos infracionais do que antes de participar do programa de meio aberto.



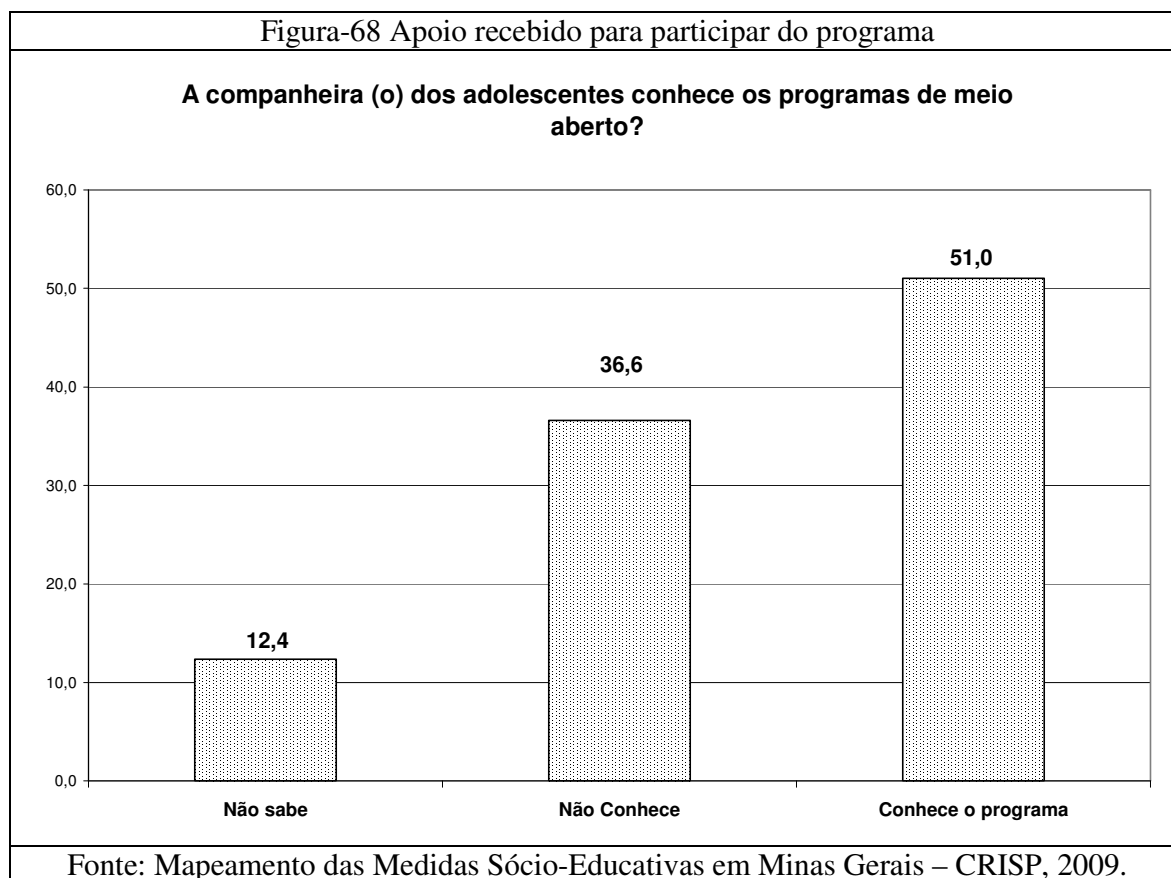
### Participação e apoio recebido pelos adolescentes dos familiares e amigos



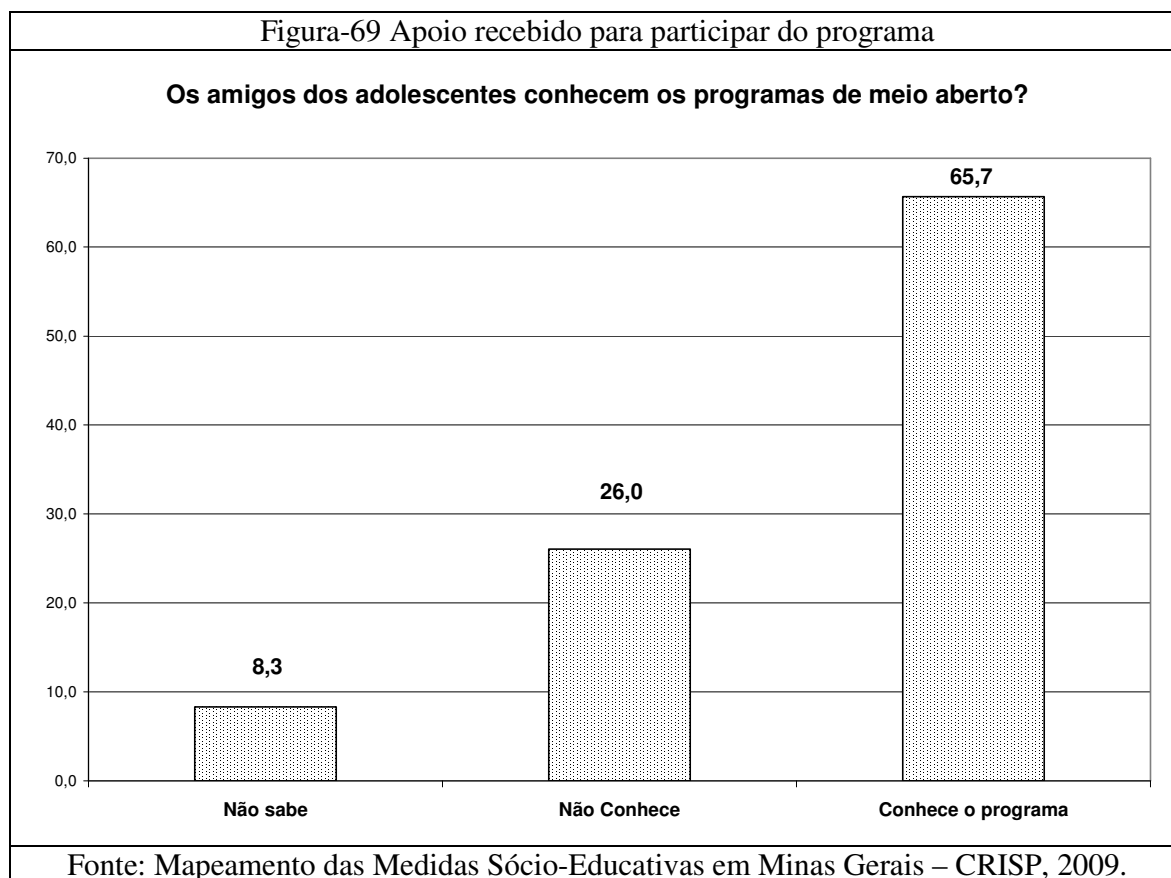
O quadro acima mostra o quanto alguns grupos de pessoas do círculo de convivência dos adolescentes sob medida sócio-educativa conhecem sobre os programas de meio aberto. A grande maioria dos respondentes, 93,2 %, afirma que a família conhece os programas. Aqueles que possuem amigos conhecedores dos programas representam 65,7 % dos entrevistados, e 51% afirmam que as (os) namoradas (os) os conhecem. Dentre os grupos com menores incidências de respostas afirmativas sobre o conhecimento dos programas de meio aberto estão colegas da escola (28,2%), os vizinhos (26,4%) e colegas de trabalho (26,1%).



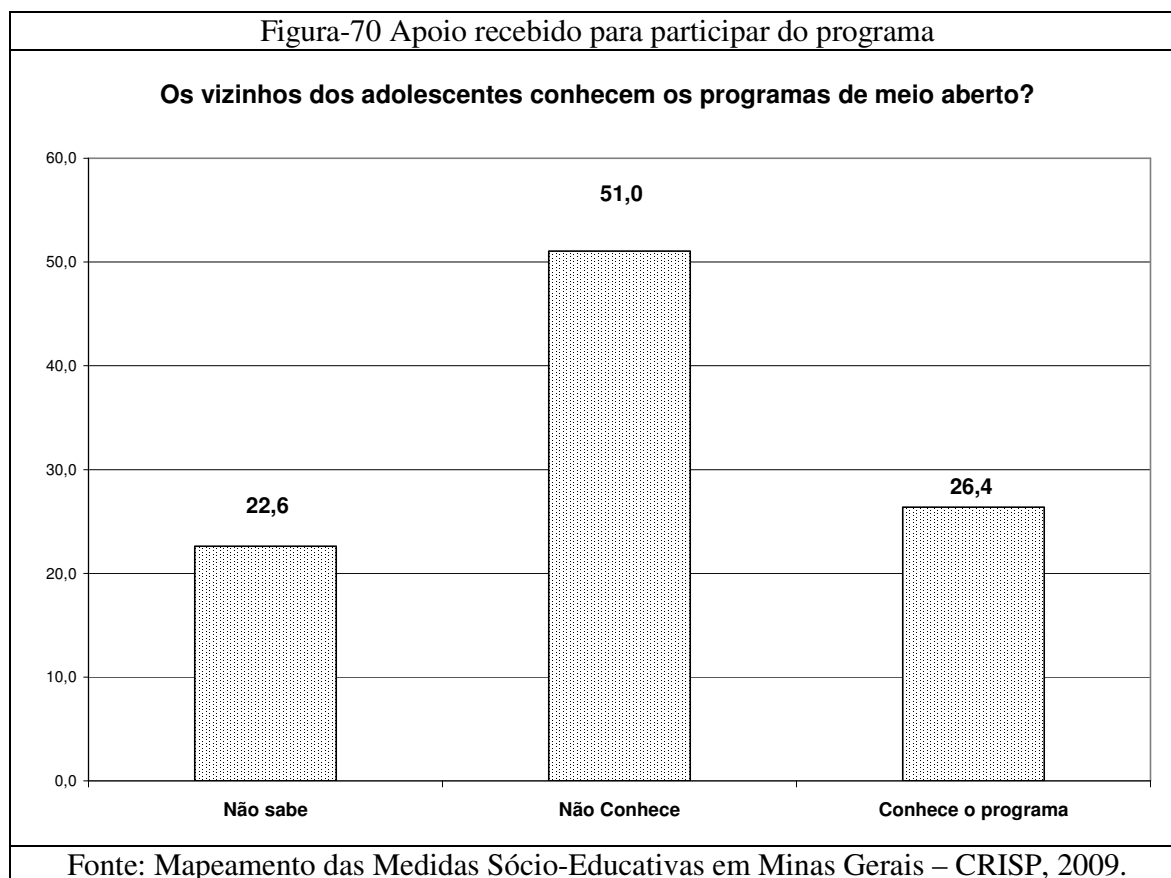
Como declarado pelos adolescentes sob medida sócio-educativa, as famílias de 93,2% deles conhecem os programas de meio aberto. 6,8% dos entrevistados não sabem, não possuem família ou a família desconhece o programa.



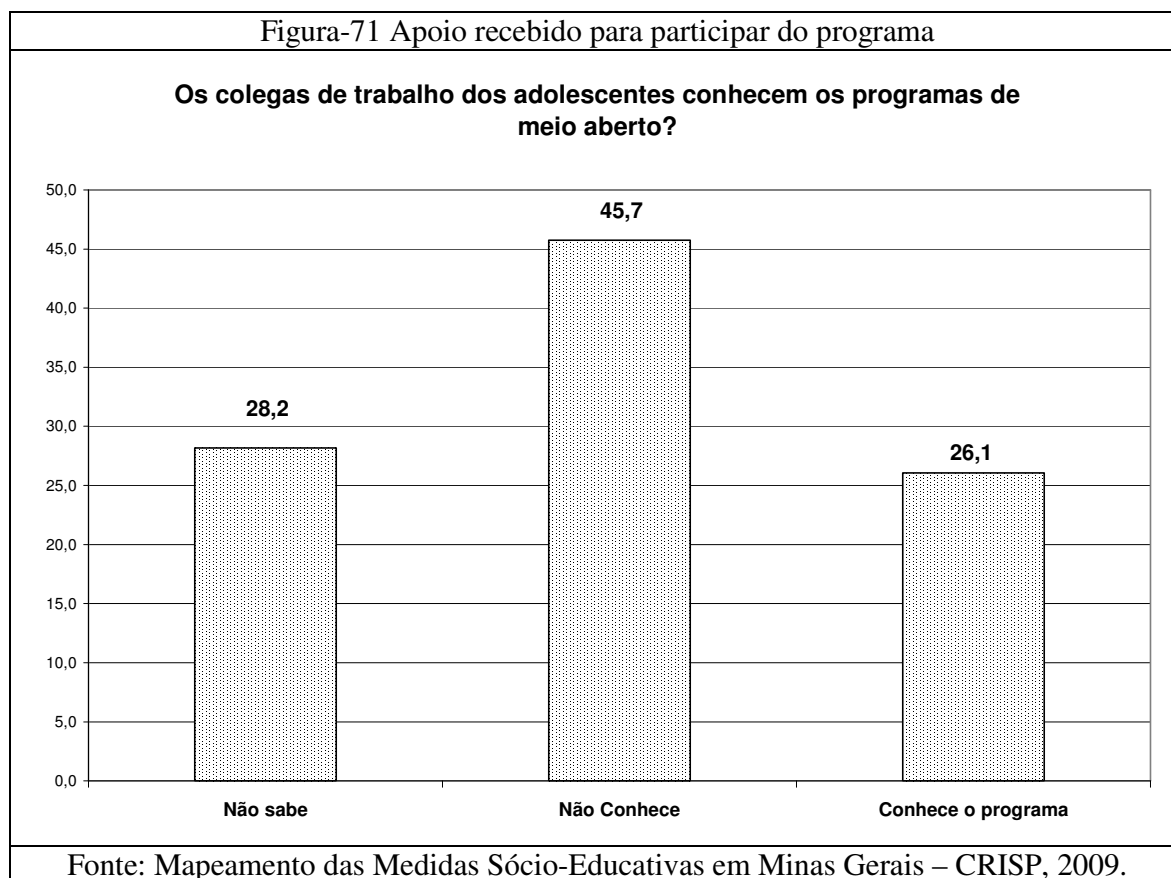
Do total de adolescentes sob medida sócio-educativa entrevistados, 51 % afirmam que as companheiras (os) conhecem os programas de meio aberto. Os outros 49% representam aqueles que de fato não conhecem o programa, os que não possuem namoradas (os) ou que não sabem se elas (es) conhecem os programas.



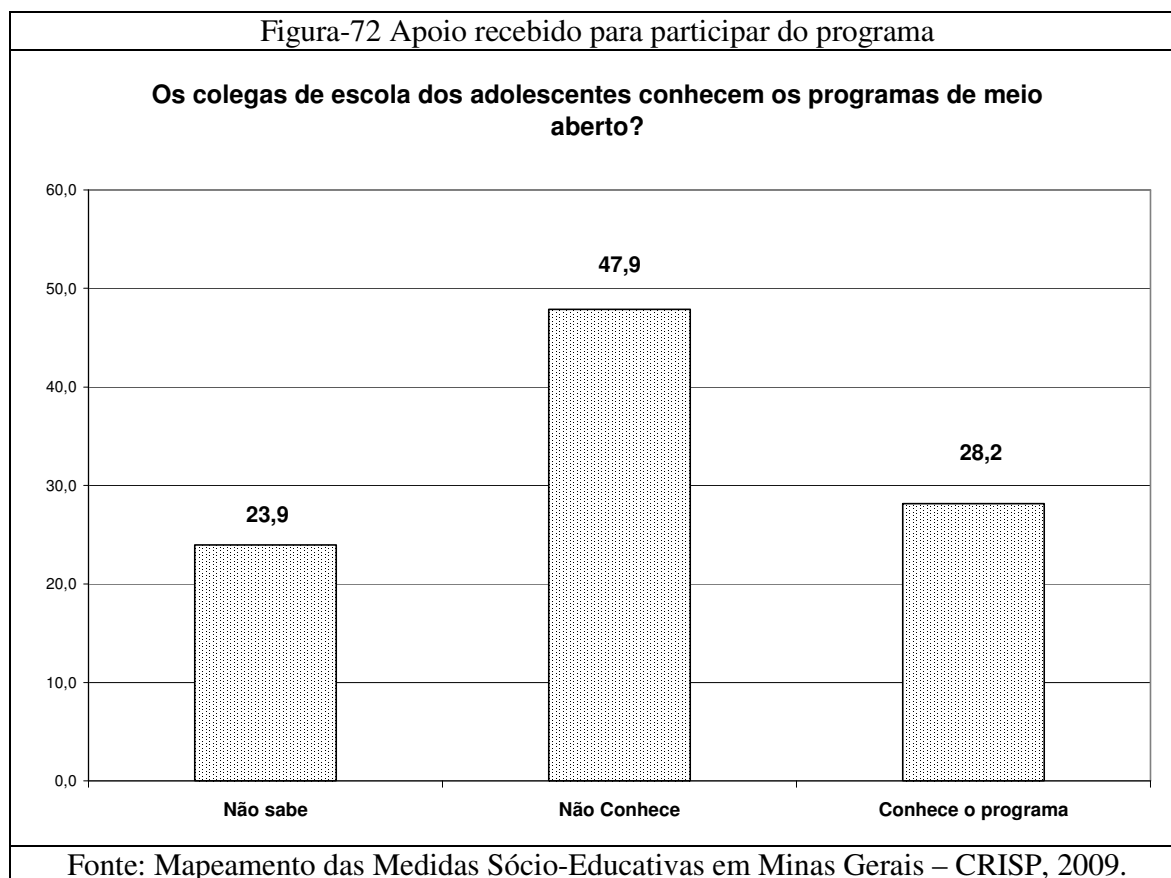
65,7% dos adolescentes sob medida sócio-educativa afirmam que seus amigos conhecem os programas de meio aberto. 34,3% representam aqueles entrevistados que declaram que os amigos não conhecem o programa, que não sabem se os amigos conhecem ou que não possuem amigos.



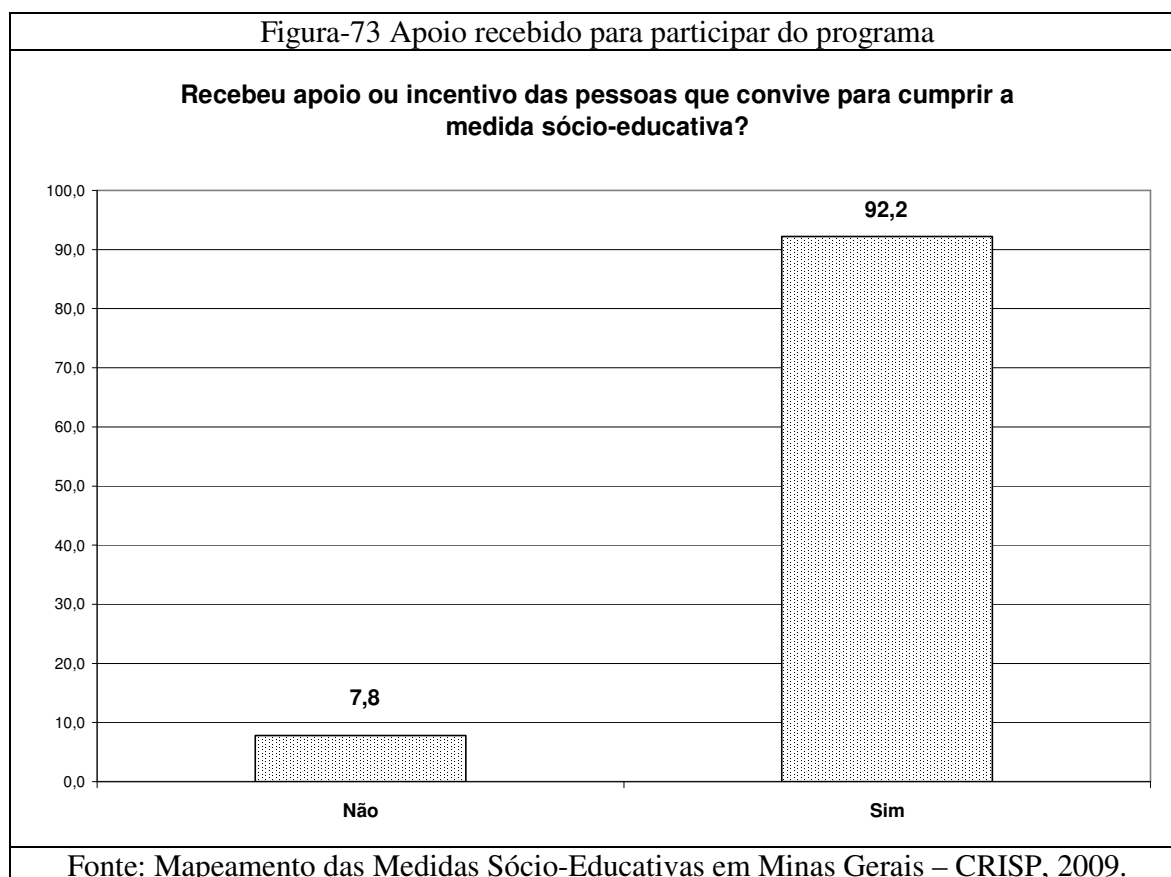
Os vizinhos conhecem o programa de meio aberto de 26,4% dos adolescentes entrevistados, de acordo com as respostas dos questionários analisados. 73,6% deles declaram que os vizinhos não têm conhecimento do programa, que não sabem se eles conhecem ou que não possuem vizinhos.



Os colegas de trabalho dos adolescentes sob medida sócio-educativa são apontados por 26% dos respondentes como grupo de pessoas que conhecem os programas de meio aberto. 73,9% dos adolescentes representam aqueles cujos colegas de trabalho desconhecem o programa, os que não sabem se eles conhecem ou aqueles que não possuem colegas de trabalho.



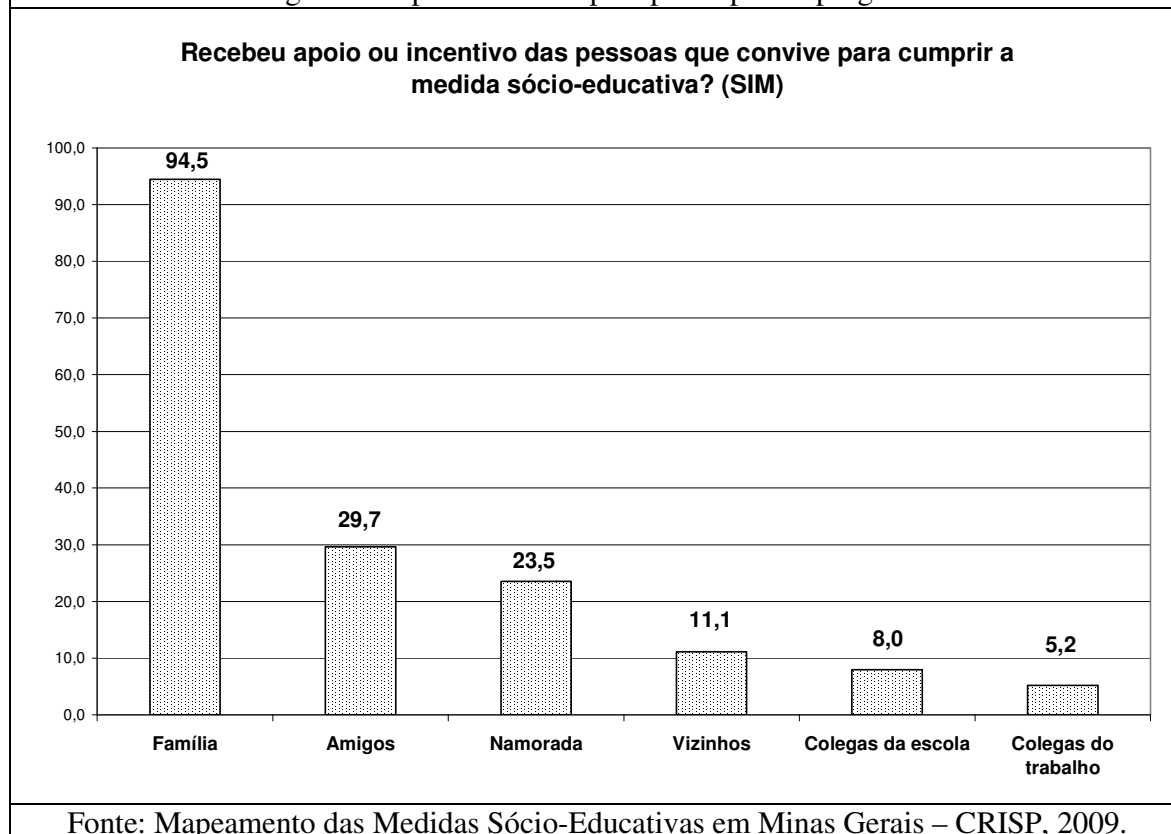
Em relação aos colegas de escola dos adolescentes sob medida sócio-educativa, 28,2% dos entrevistados indicam que eles conhecem os programas de meio aberto. 71,8% dos adolescentes declaram que os colegas de escola desconhecem os programas, que não sabem se eles conhecem ou que não possuem colegas de escola.



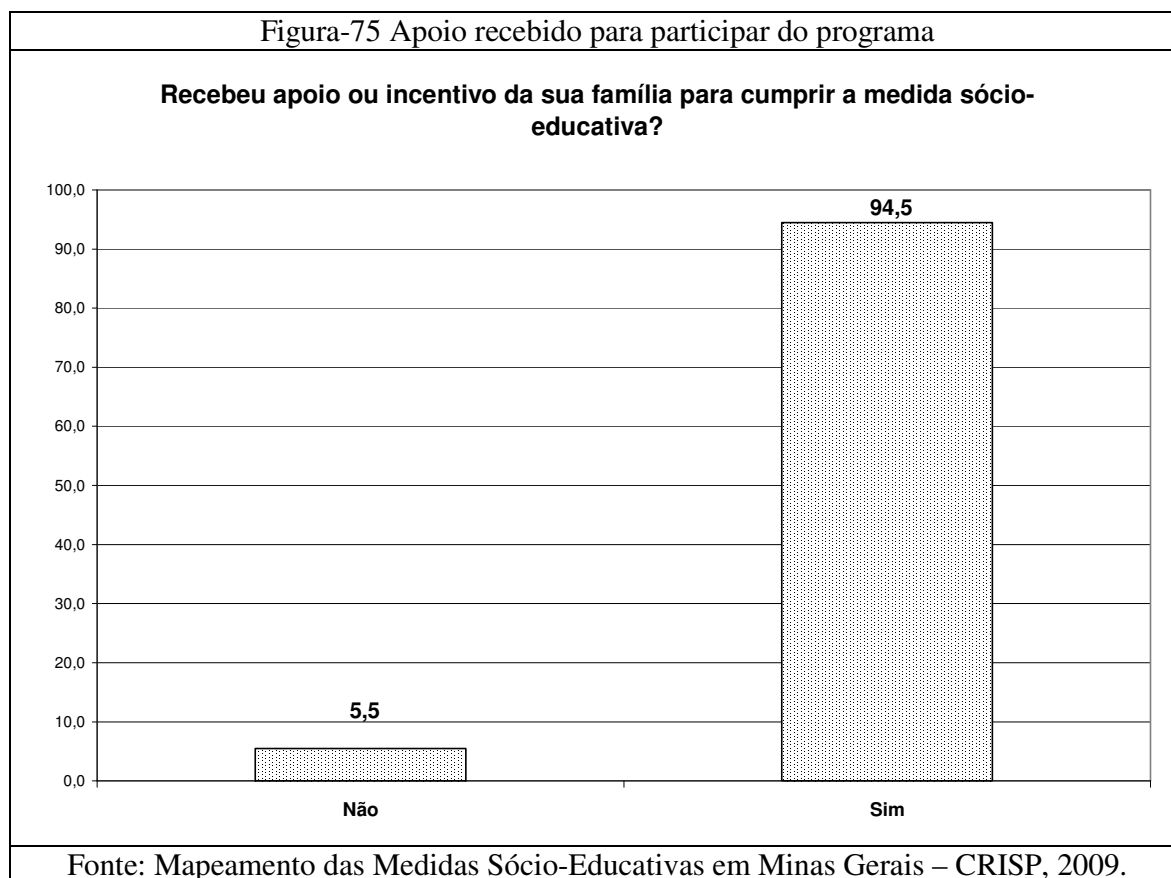
De acordo com a declaração dos adolescentes respondentes, a grande maioria, 92,2% deles recebem apoio e incentivos das pessoas próximas para que cumpram os programas de medida sócio-educativa de meio aberto. Ainda assim, 7,8% destes jovens afirmam não receber qualquer incentivo das pessoas com as quais convivem.



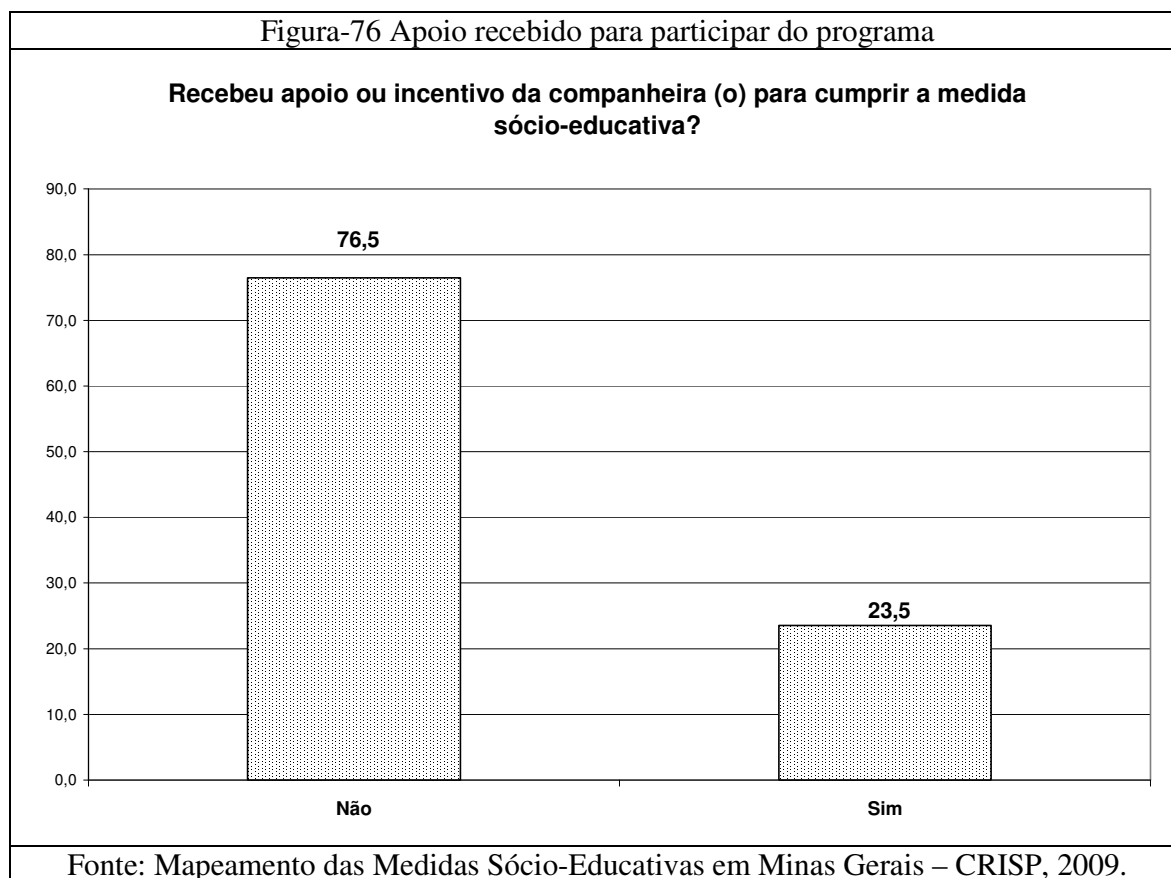
Figura-74 Apoio recebido para participar do programa



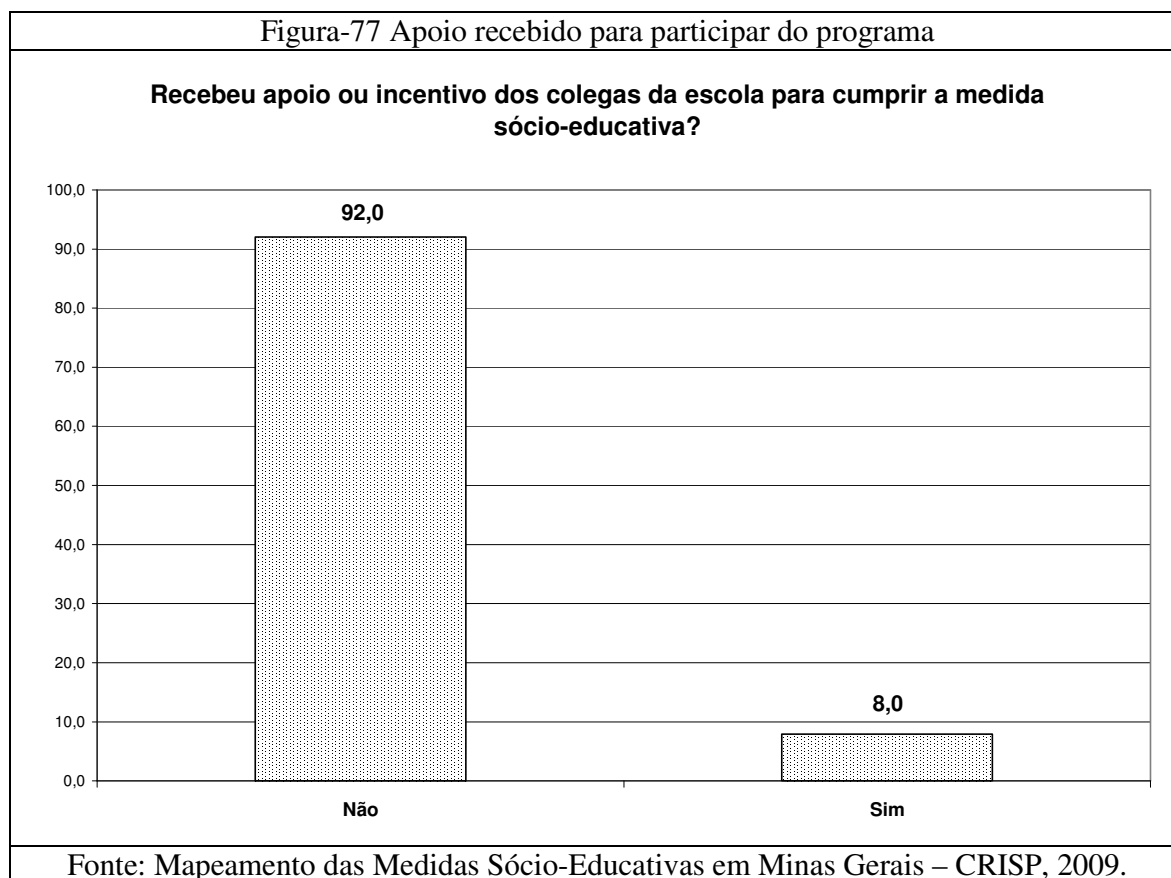
Ainda sobre as pessoas próximas aos adolescentes, sob medida sócio-educativa, o quadro acima mostra a percepção de apoio que estes jovens têm daqueles que os apóiam e estão no seu convívio. Do total de adolescentes que afirmam receber algum tipo de incentivo de pessoas próximas, 94,5% delas apontam a família como fonte de apoio para cumprir a medida sócio-educativa. Outros grupos de pessoas são apontados com menor frequência. Quase 30% dos respondentes destacam os amigos como grupo que os apóiam no cumprimento da medida sócio-educativa; 23,5% dizem que são incentivados pelas companheiras (os); os vizinhos são destacados por 11,1% dos adolescentes como grupo de incentivo; Já os colegas da escola e do trabalho são apontados, respectivamente, por 8% e 5,2% dos adolescentes entrevistados que recebem incentivos de pessoas próximas.



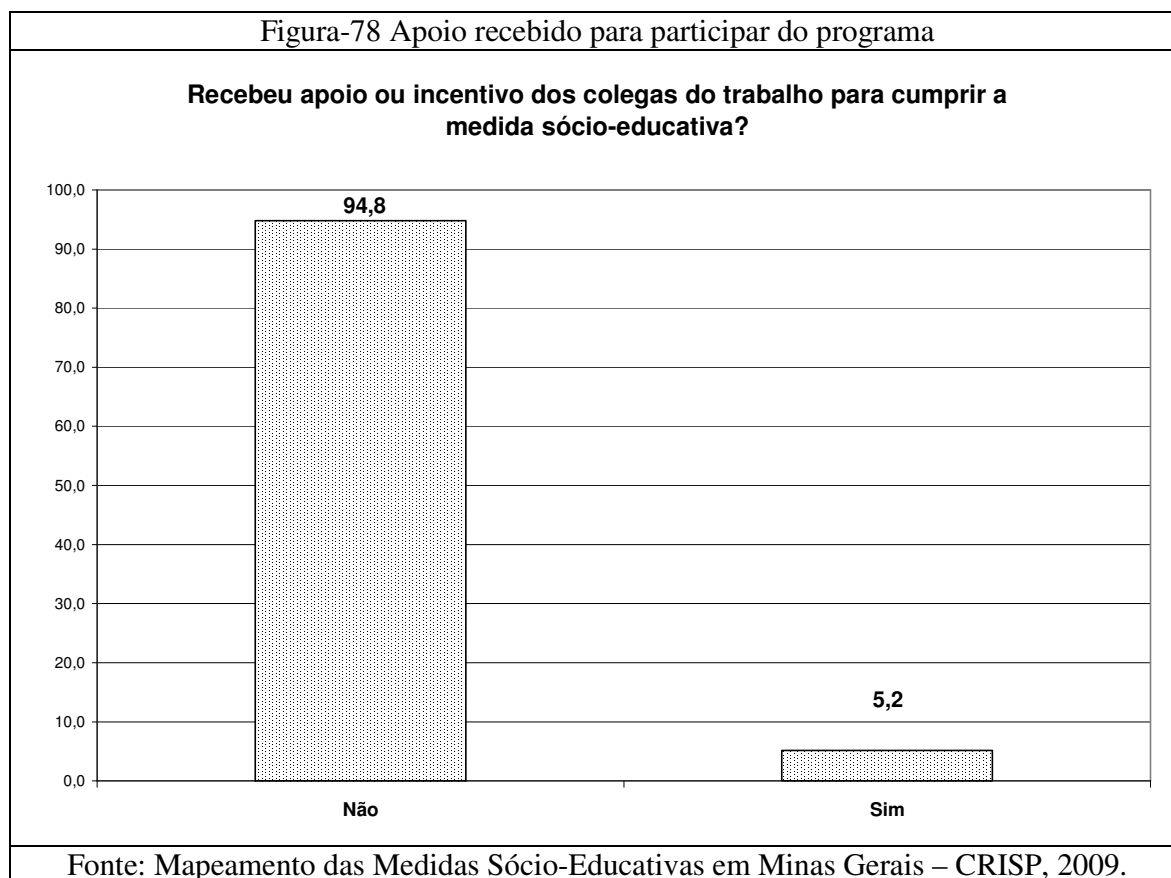
De acordo com os adolescentes sob medida sócio-educativa que declaram receber apoio ou incentivo para cumprirem medida sócio-educativa, a família participa deste apoio, sozinha ou ao lado de outros grupos de pessoas próximas para 94,5% dos adolescentes. Apenas 5,5% dos respondentes são apoiados por outros grupos que não o familiar.



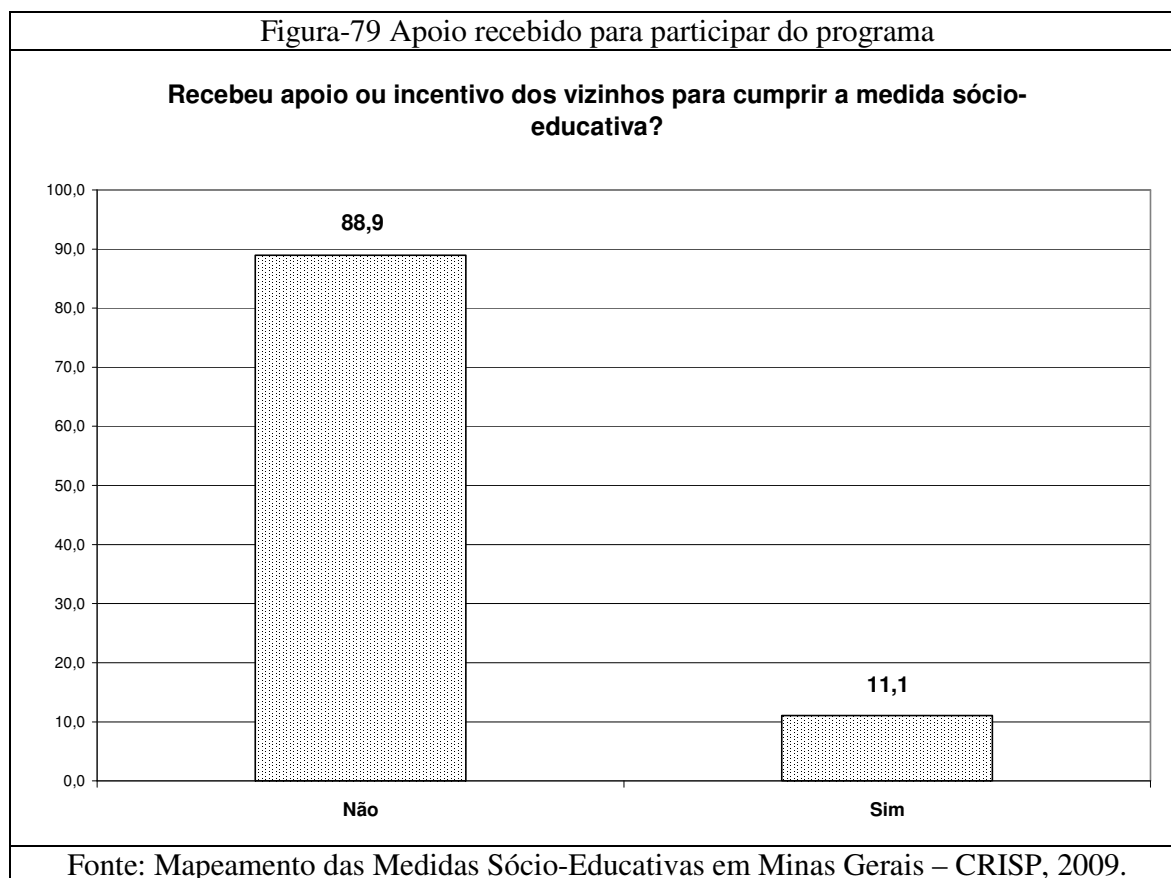
Dentre os adolescentes entrevistados que estão sob medida sócio-educativa e declaram receber apoio para o cumprimento do programa, a maioria, 76,5%, não o recebe de companheiras (os). Destes jovens, 23,5% são incentivados ao menos pelas companheiras (os).



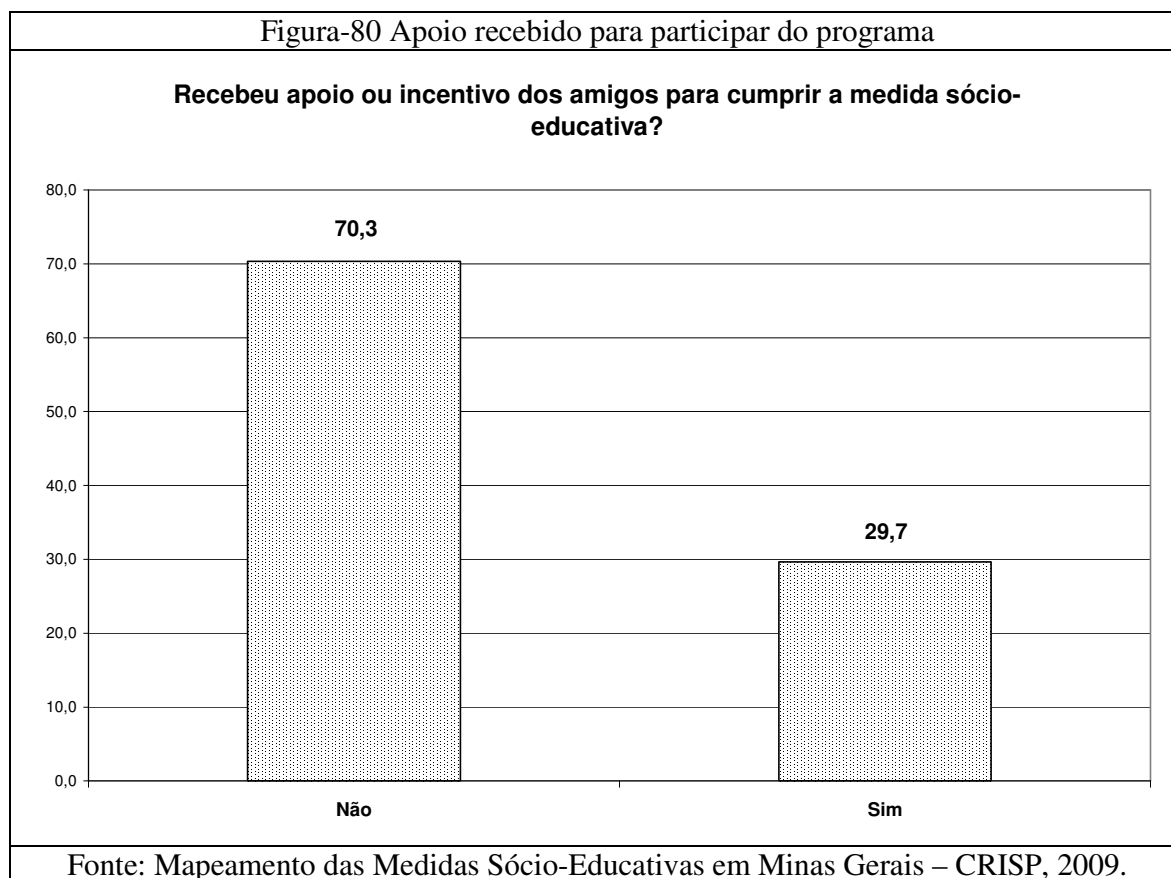
Daqueles adolescentes que declaram receber apoio de pessoas próximas para cumprirem à medida sócio-educativa, 8% deles indicam que tal incentivo vem, ao menos, dos colegas de escola. Assim, 92% dos entrevistados recebem apoio de outras pessoas, e não de colegas da escola.



Os colegas de trabalho são apontados como grupo que incentiva o jovem a cumprir a medida sócio-educativa de meio aberto para somente 5,2% dos adolescentes. 94,8% de jovens atribuem tal incentivo a outras pessoas próximas.



11,1% dos adolescentes entrevistados afirmam receber apoio ou incentivo de vizinhos para cumprirem a medida sócio-educativa de meio aberto. 88,9% dos jovens recebem apoio de outras pessoas dos seus grupos de convivência.

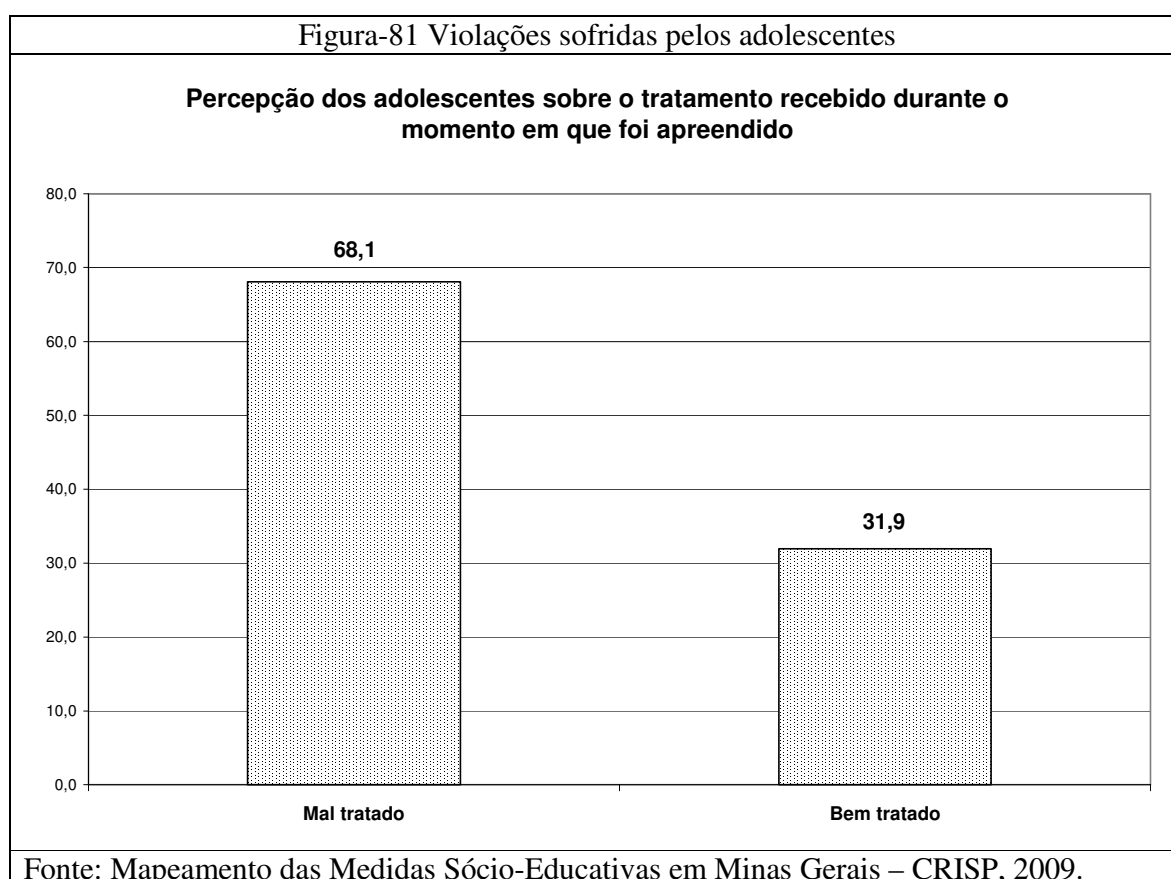


Os adolescentes que afirmam receber apoio ou incentivo de amigos para cumprirem a medida sócio-educativa representam 29,7% dos entrevistados. 70,3% atribuem tal apoio a outros grupos de pessoas.

### **Violação de direitos e violência institucional contra os adolescentes em conflito com a lei**

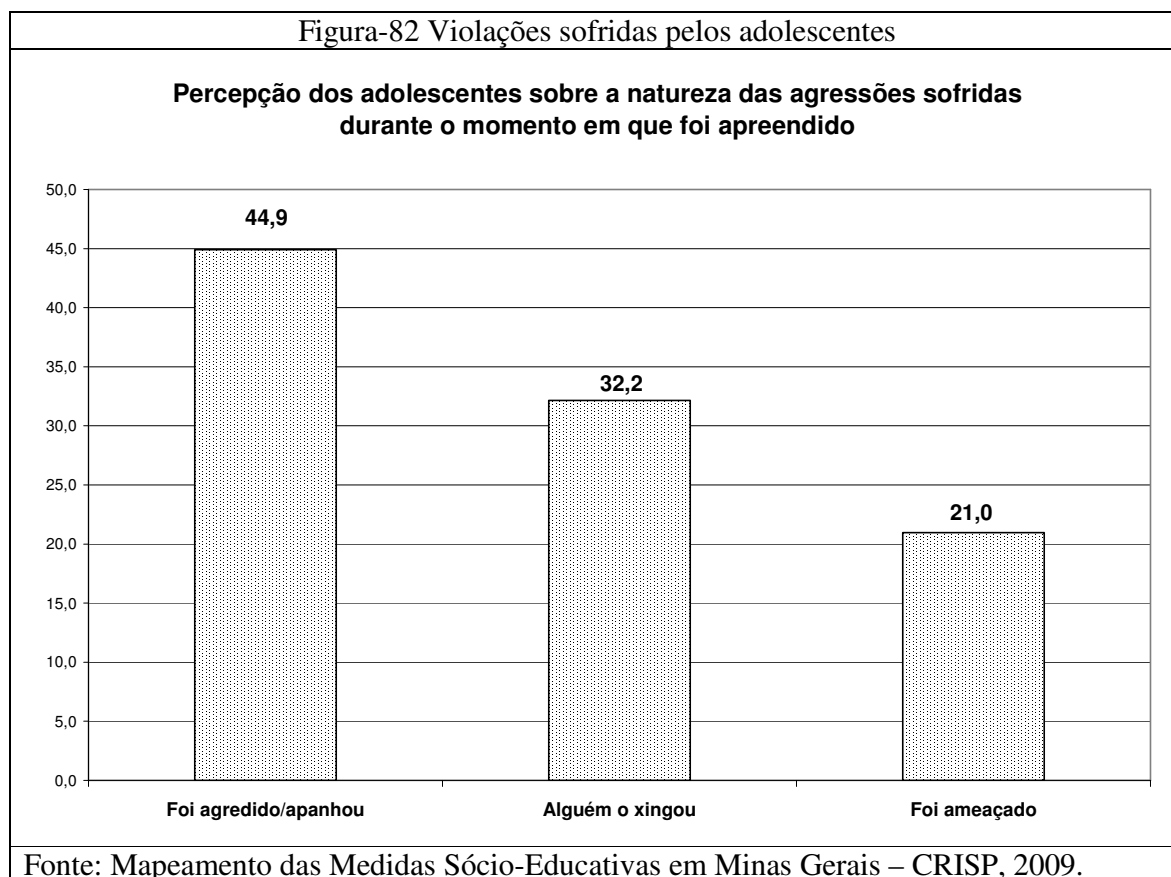
Um dos pontos considerados importantes para ser estudado refere-se à compilação das denúncias e violações de direitos reportados pelos adolescentes contra os servidores públicos do sistema de defesa social, especialmente nos procedimentos e atendimentos prestados pelas polícias, nas situações de apreensão e condução à delegacia. Buscou-se, nesse estudo, fazer um levantamento e sistematização das denúncias e violações de direitos, nas instituições da justiça voltadas ao atendimento dos adolescentes em conflito com a lei.

Sobre o processo de apuração do ato infracional, a fase policial é compreendida como ruim pela maioria dos respondentes. No momento da apreensão, 68% dos adolescentes afirmaram que foram mal tratados.

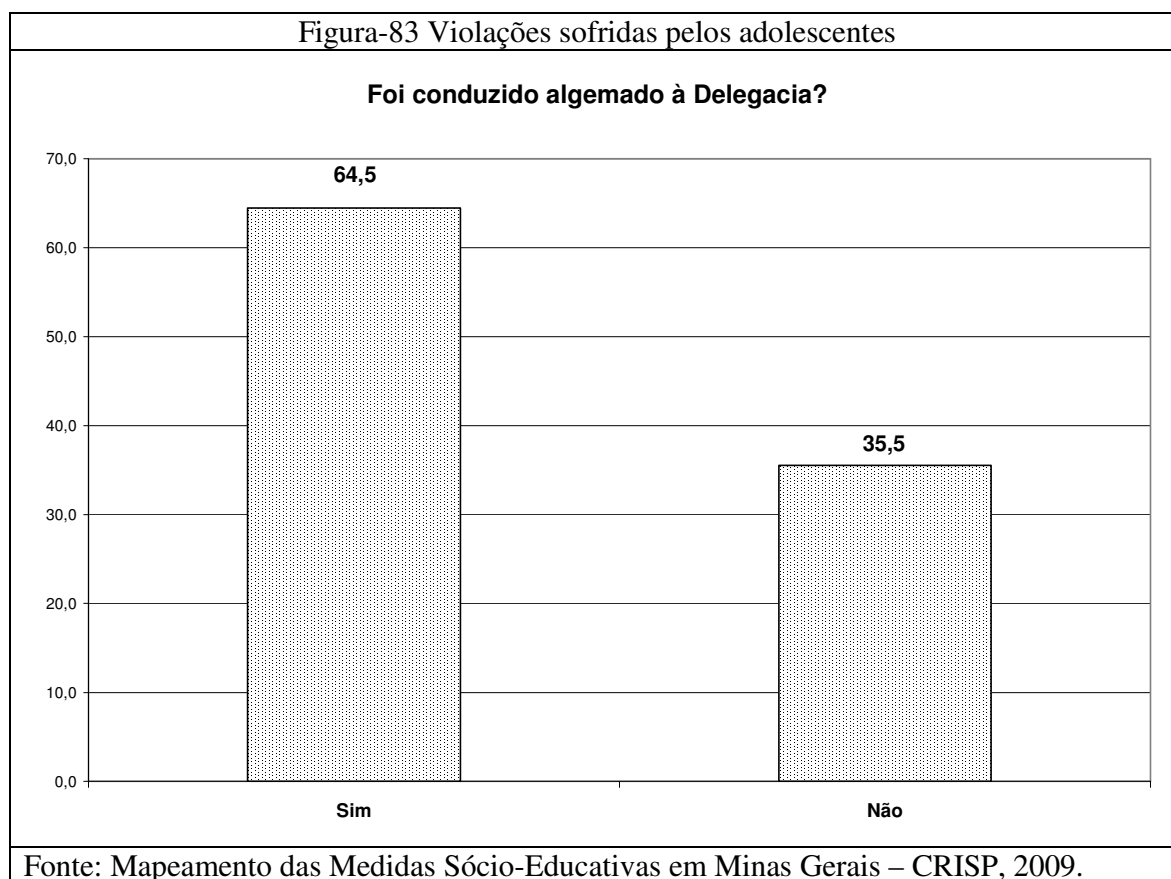




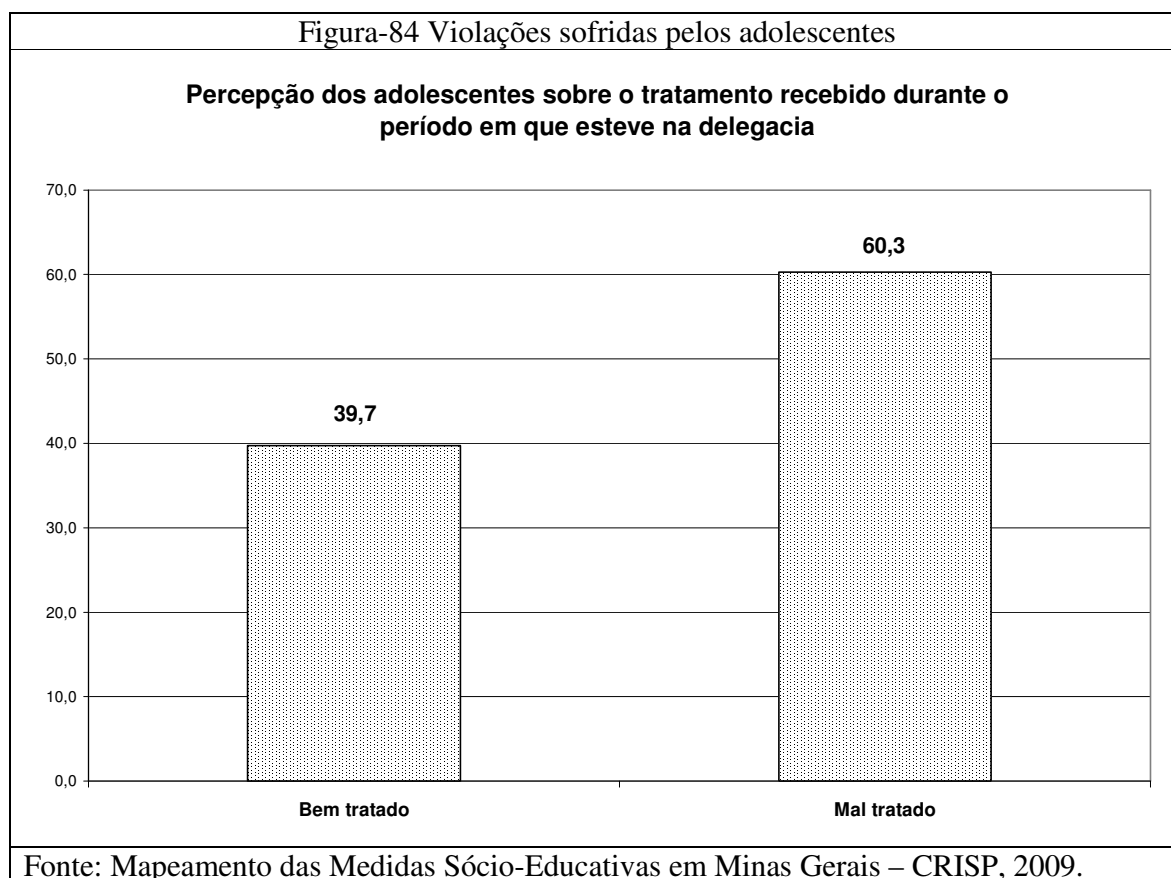
A vitimização sofrida pelos adolescentes durante a apreensão foram: agressões, (44%); ofensas, (32%) e ameaças, (21%).



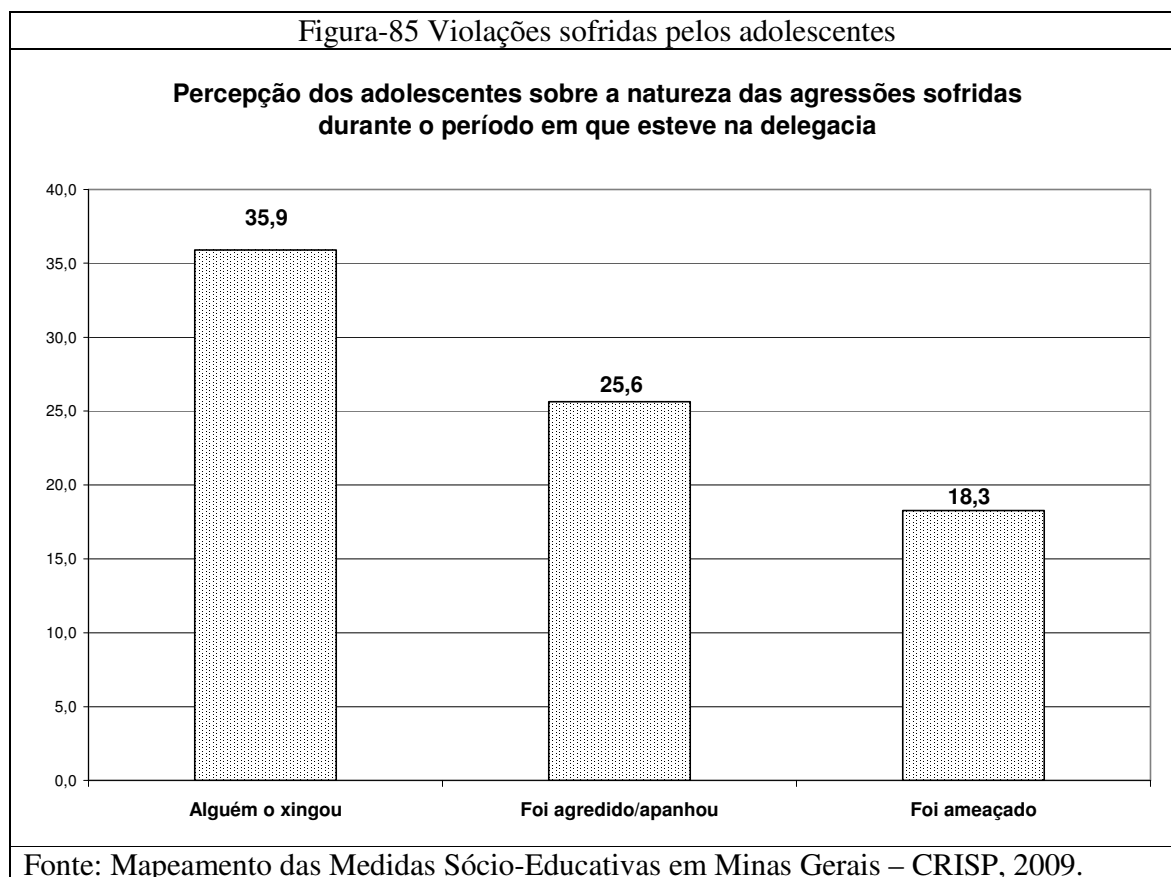
64% dos adolescentes foram conduzidos algemados à delegacia, segundo os próprios.



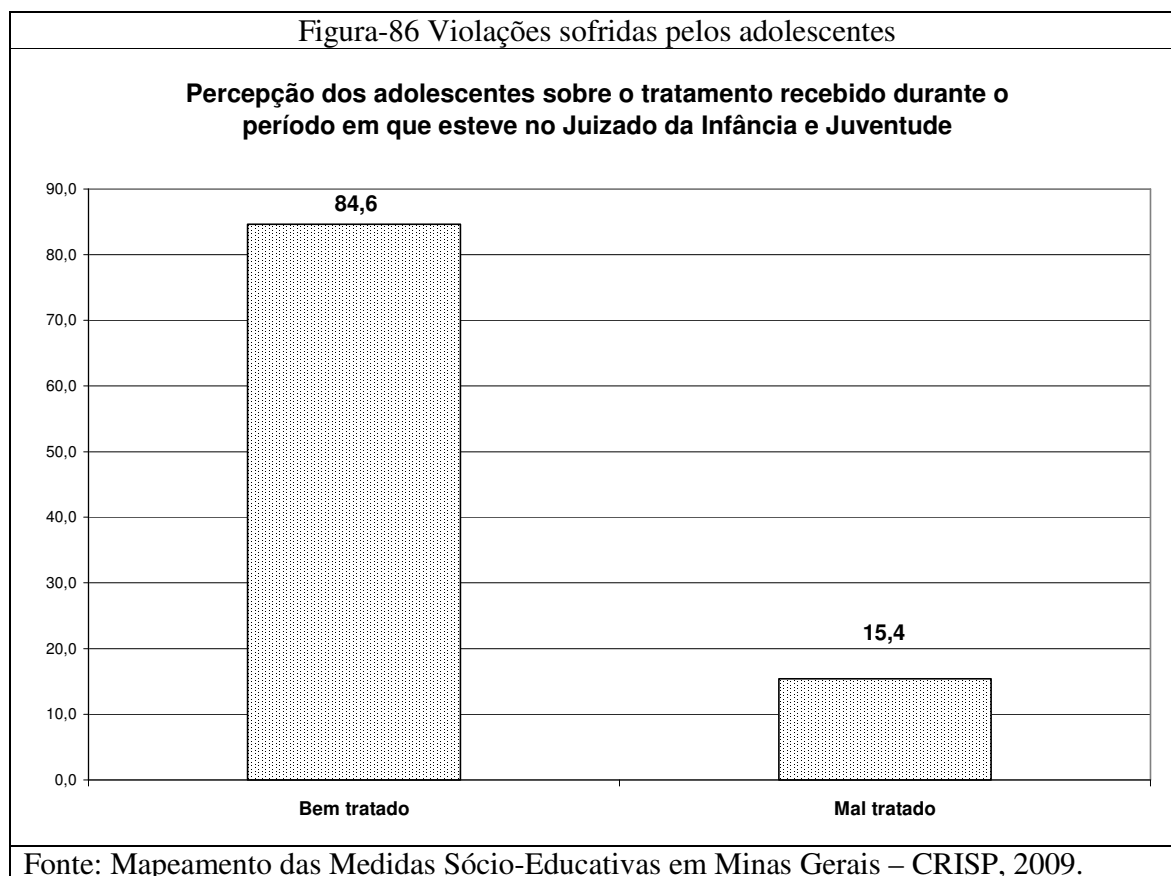
Mais de 60% afirmaram que foram mal tratados durante o período que estiveram na delegacia.

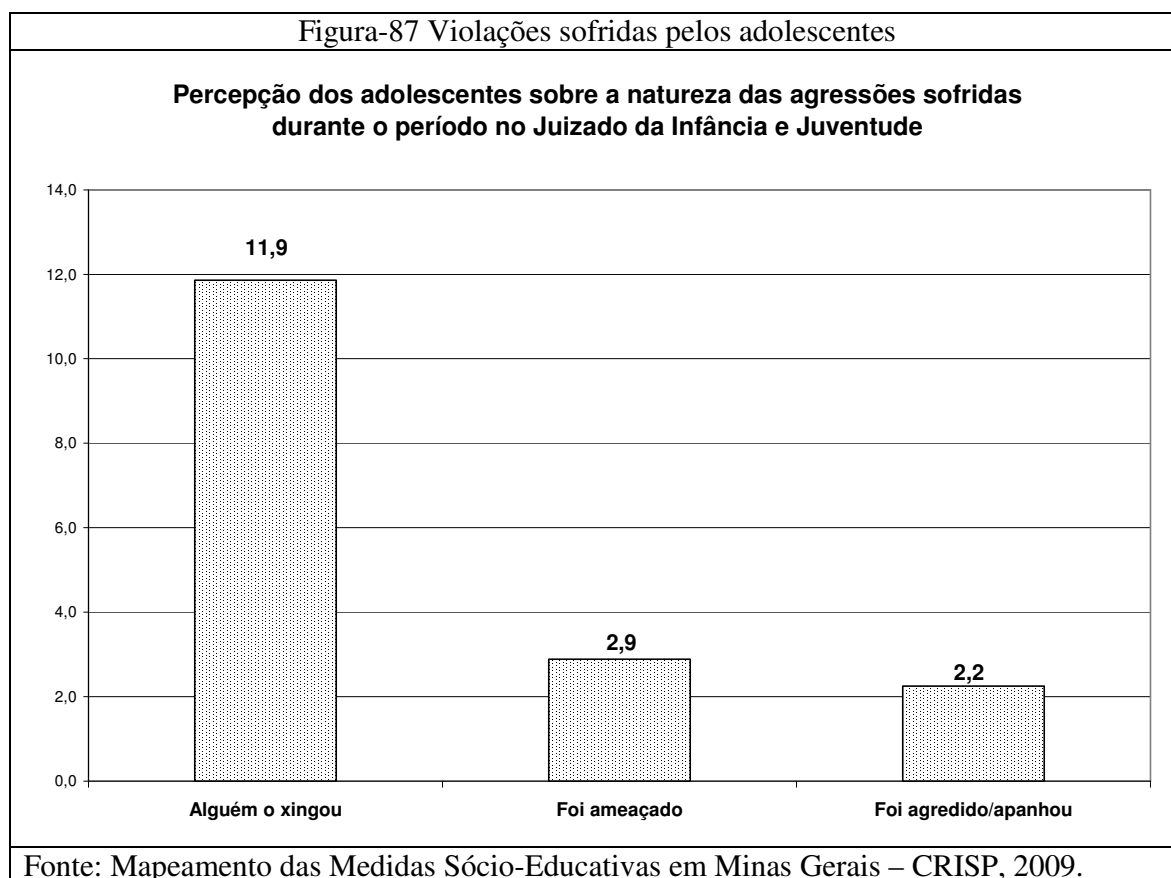


A vitimização sofrida na delegacia consistiu de ofensas, (36%); agressões, (27%) e ameaças, (18%).



Apenas 15% dos adolescentes reportaram que foram mal tratados na Vara da Infância e Juventude, a grande maioria (cerca de 85%) afirma ter recebido um bom tratamento.

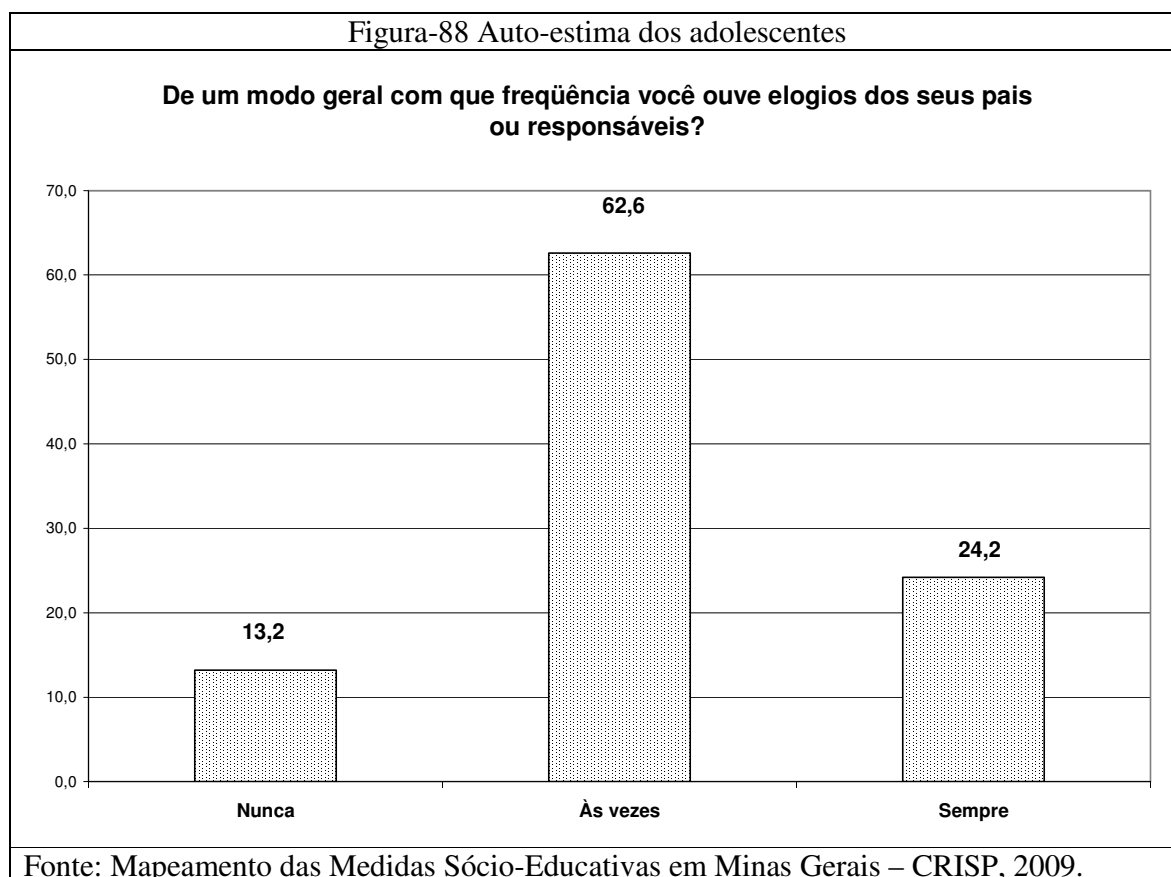




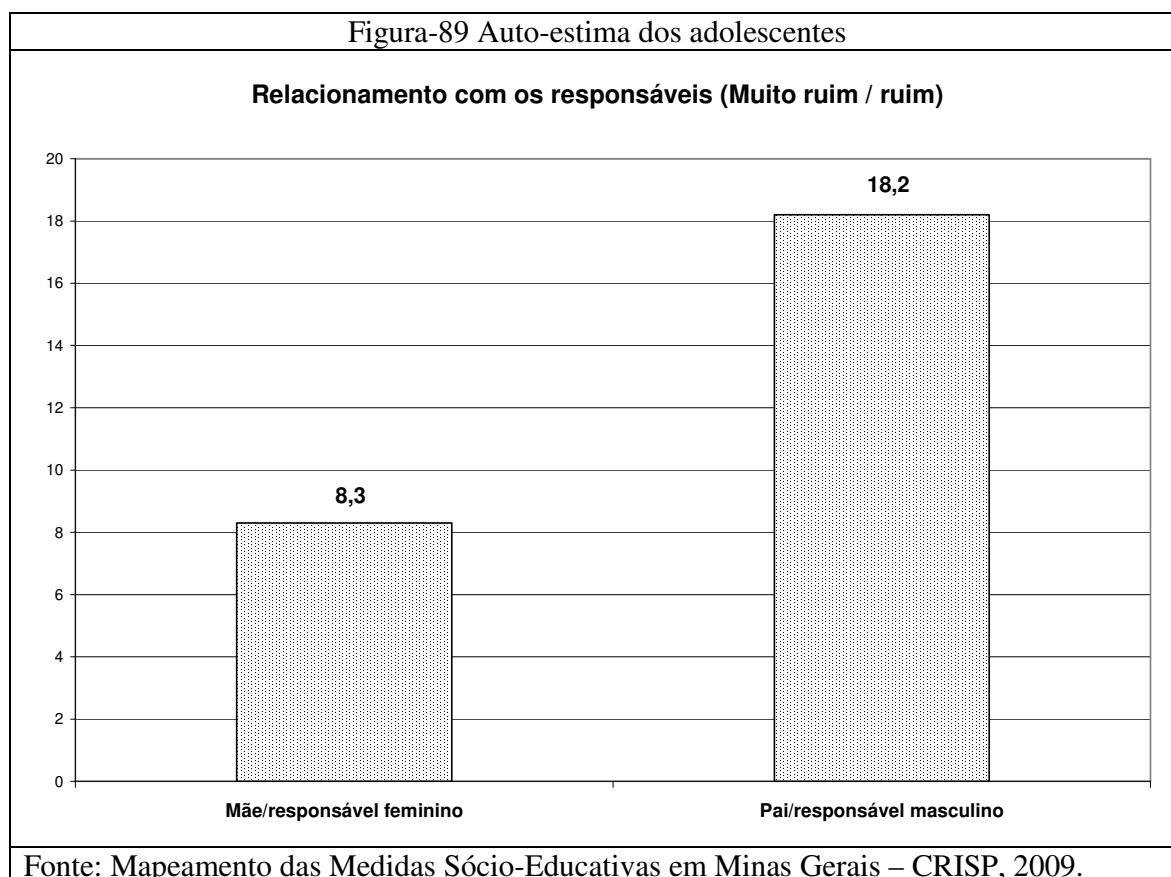
Durante o período que esteve na Vara da Infância e Juventude, 11,9% dos adolescentes afirmam ter sido xingados, 2,9% ameaçados e 2,2% agredidos, índices bastante baixos se comparados ao período que estiveram na delegacia e ao momento em que foram apreendidos.

As noções de “normalidade” e “naturalização” das violações revelam a falha sistemática em relação à proposta sócio-pedagógica das medidas sócio-educativas. As respostas dos jovens nos surveys, que se repetem nas entrevistas, refletem, de um lado, a realidade com que são tratados durante a passagem pelo sistema; de outro, a visão punitiva cristalizada na sociedade e exercida por representantes das agências estatais de controle.

**Auto-estima dos adolescentes em conflito com a lei em relação ao ambiente familiar, profissional e aos amigos.**

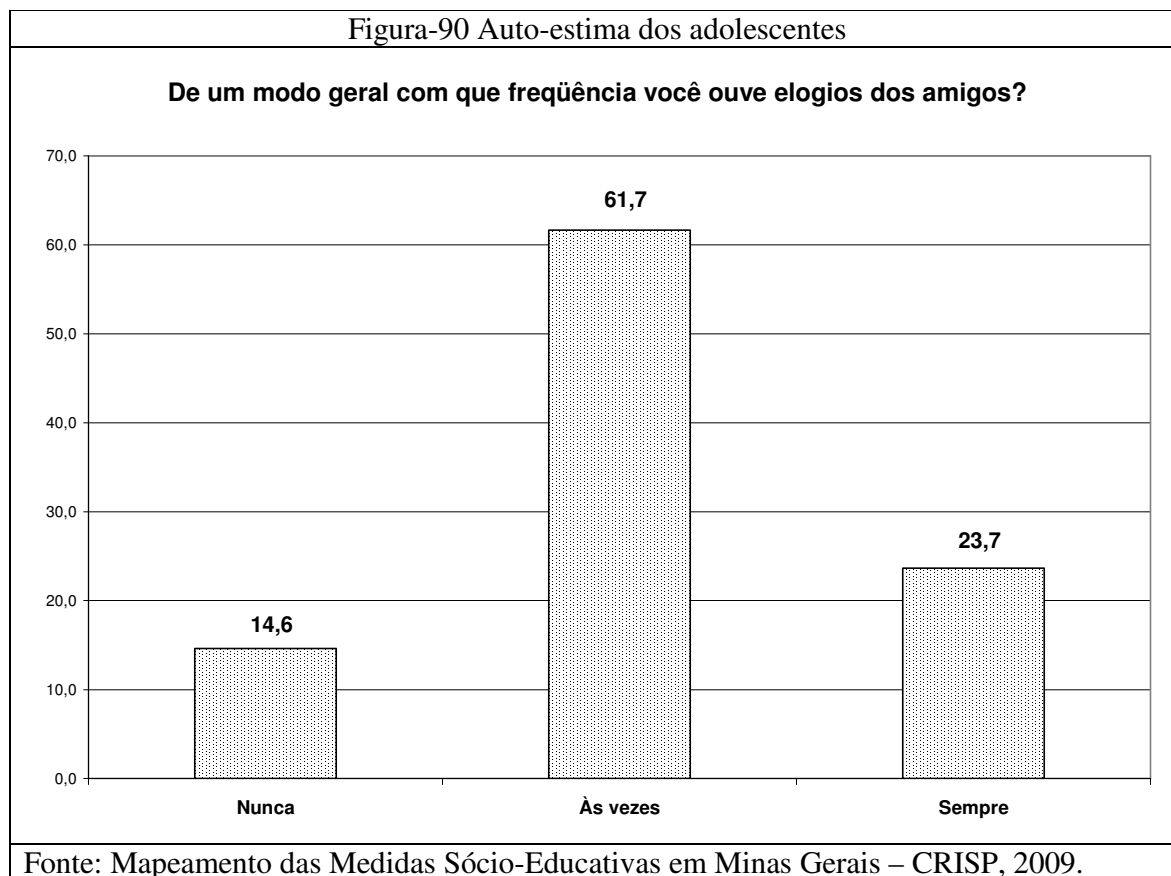


A maior parte dos adolescentes (62,6%) afirma receber elogios de seus pais ou responsáveis com alguma frequência. Do total, 13,2% diz nunca receber elogios e cerca de  $\frac{1}{4}$  dos entrevistados sempre recebe elogios de seus pais ou responsáveis.

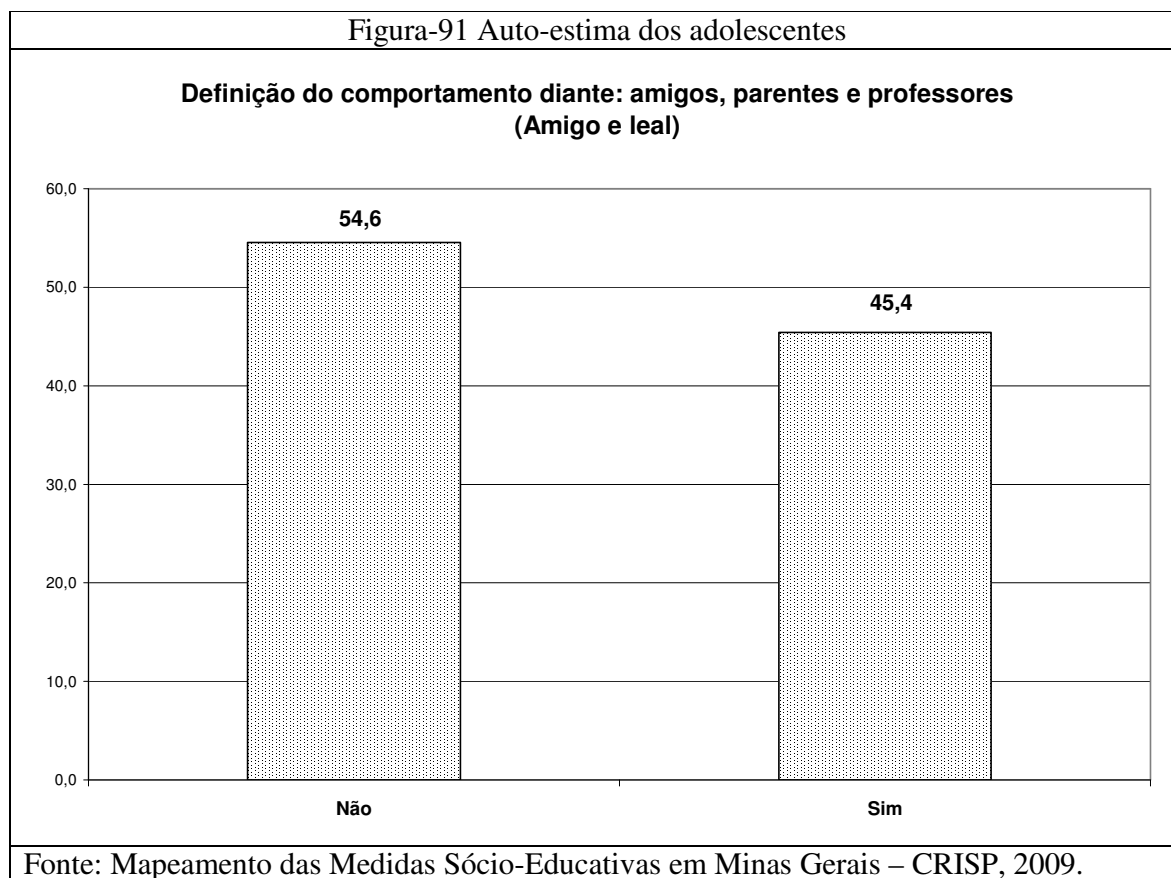


Cerca de 8% dos adolescentes entrevistados classificam como *ruim* ou *muito ruim* o seu relacionamento com suas mães ou responsáveis do sexo feminino. A relação dos adolescentes com seus pais ou responsáveis do sexo masculino, por sua vez, é classificada com ruim ou muito ruim por 18, 2% dos entrevistados, mais do dobro da resposta anterior.

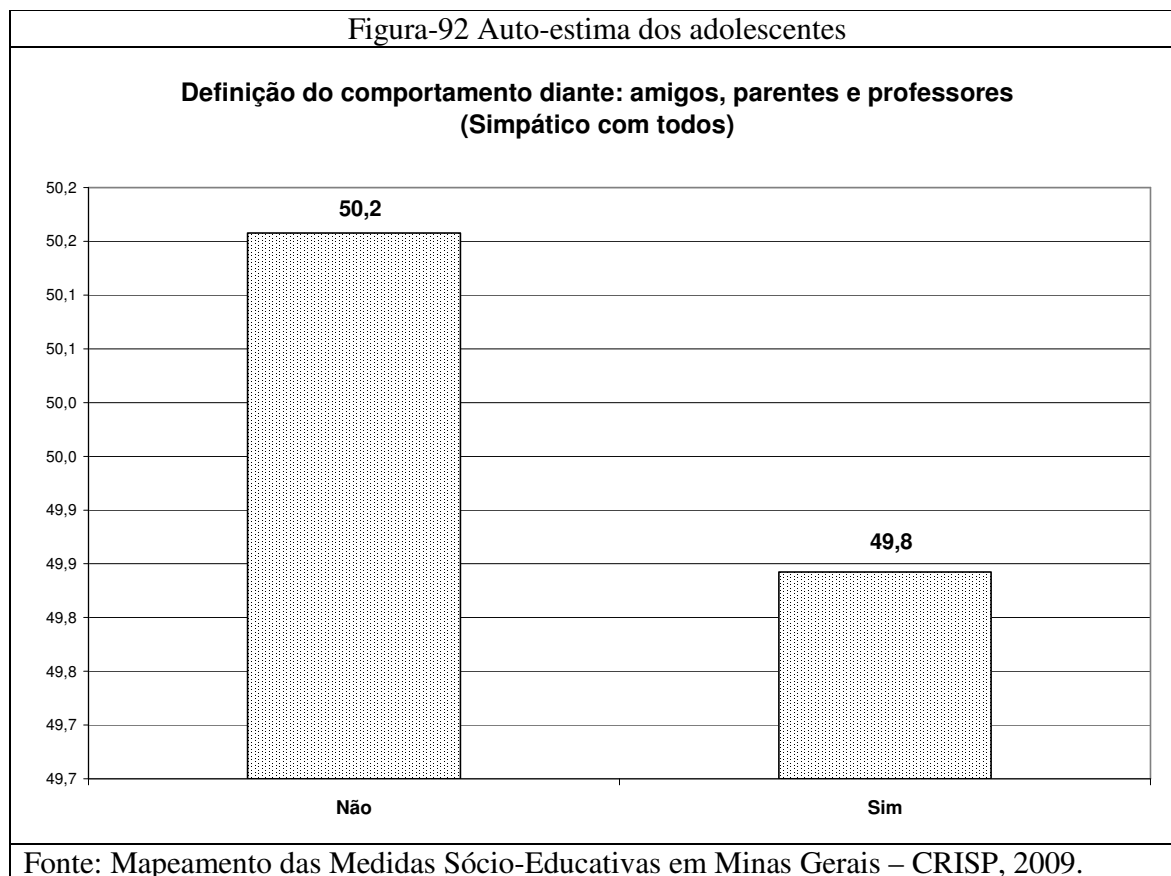




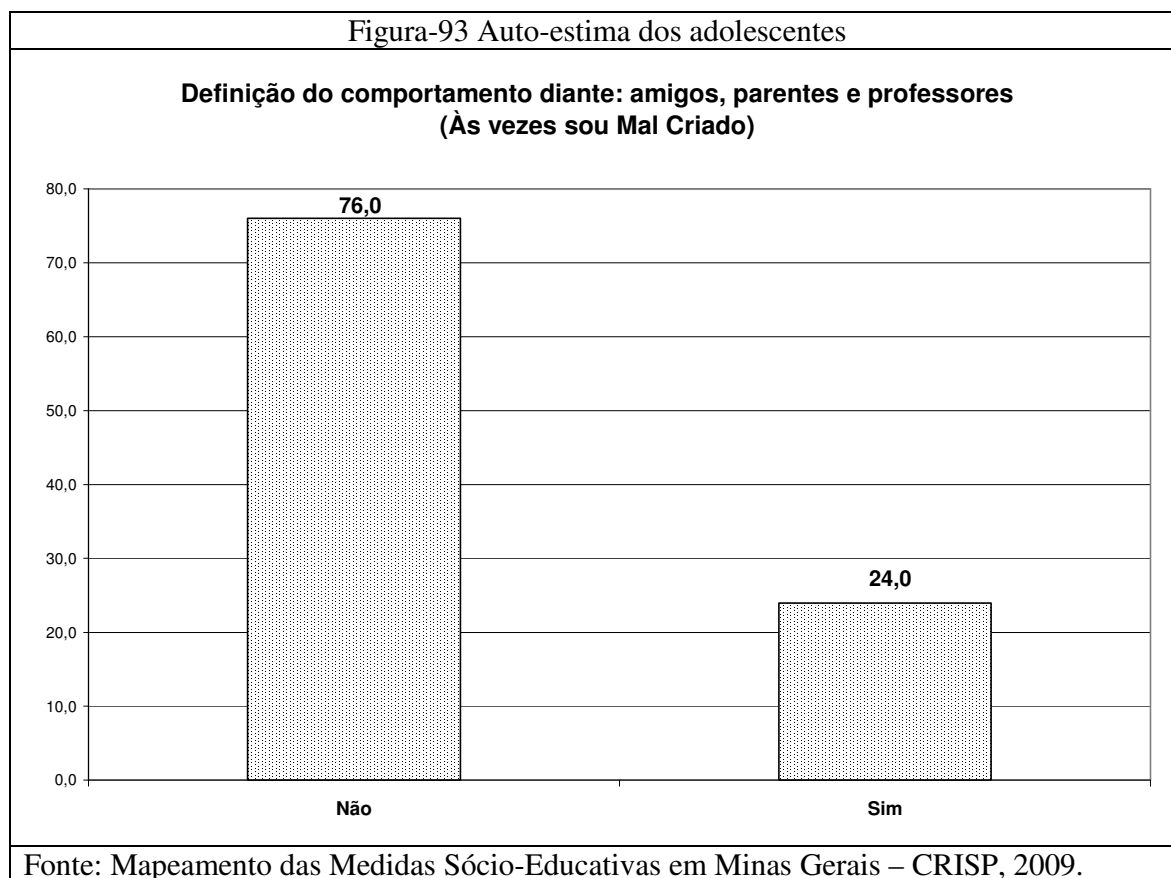
Mais da metade dos adolescentes (61%) diz *às vezes* ouvir elogios dos amigos. 23% afirma *sempre* receber elogios e a menor parte (14%), *nunca* os recebe.



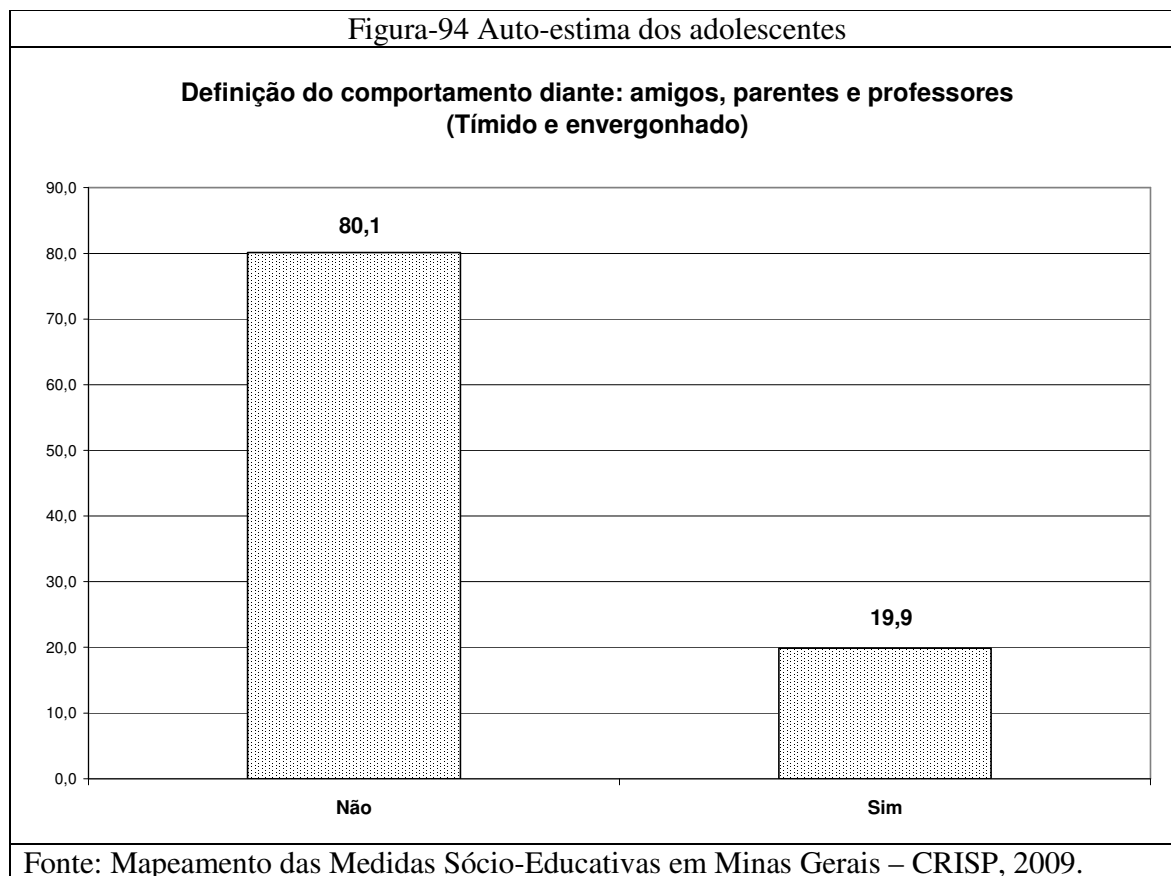
Com uma pequena diferença percentual, a maioria dos adolescentes (54,6%) não se vê como amigo e leal, enquanto 45,4% deles dizem se encaixar nessa descrição.



Cerca de metade dos adolescentes entrevistados diz ser simpático diante de amigos, parentes e professores e a outra metade acredita que não tem um comportamento simpático com todos.

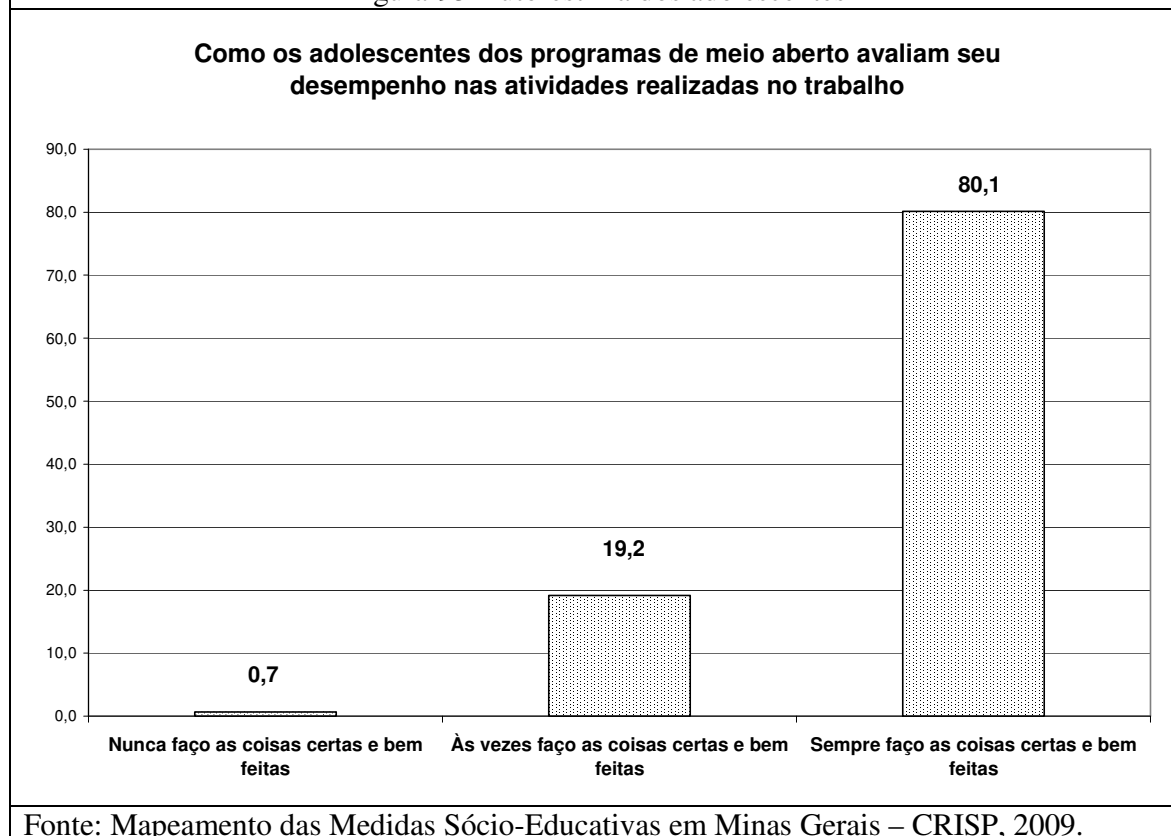


Aproximadamente  $\frac{1}{4}$  dos adolescentes se vê como mal criado às vezes.



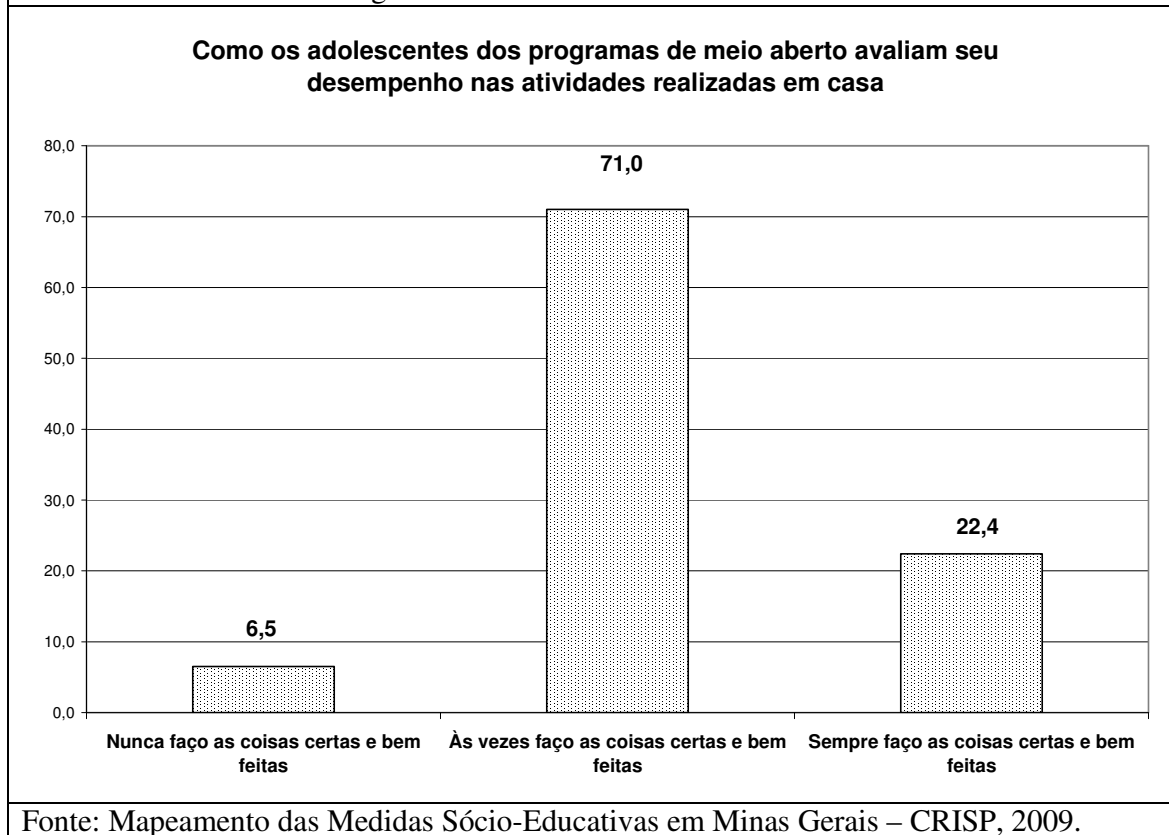
Cerca de 1/5 dos adolescentes se definem como tímidos e envergonhados.

Figura-95 Auto-estima dos adolescentes



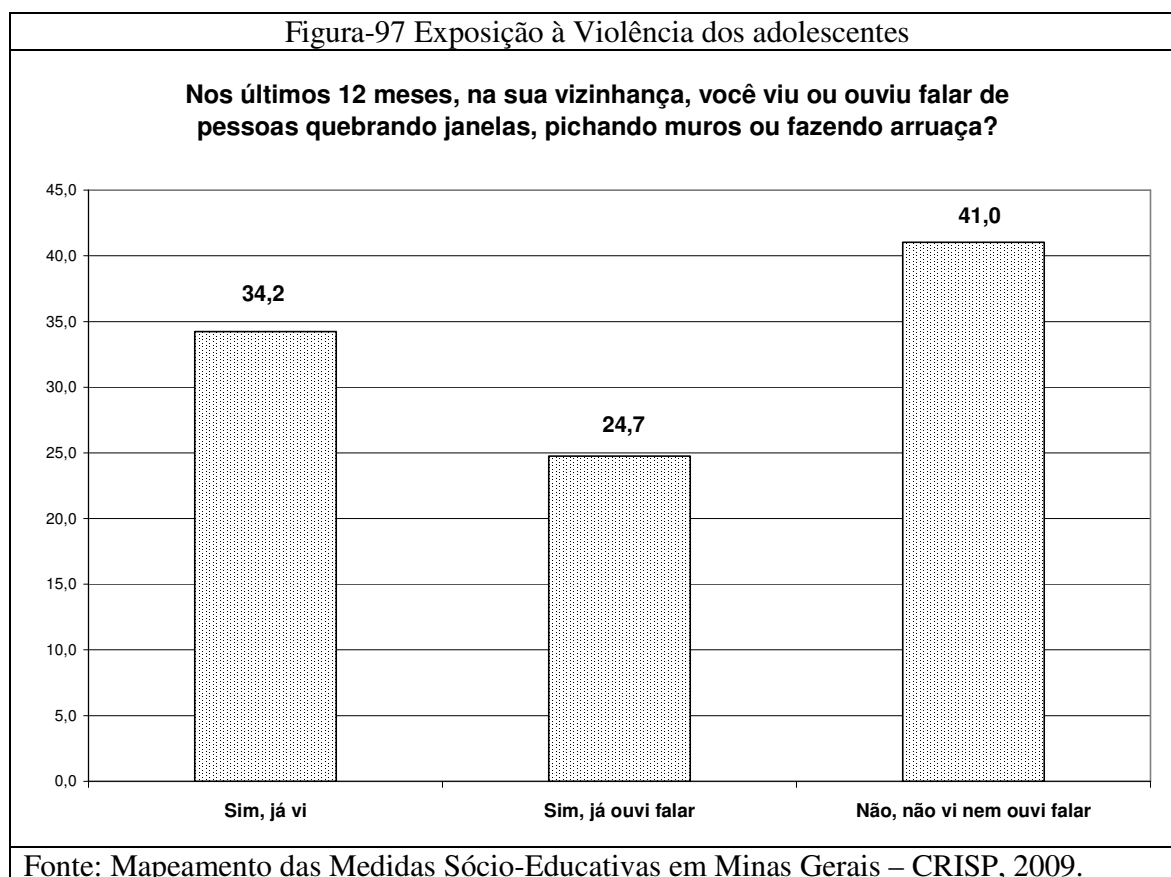
Cerca de 4/5 dos adolescentes entrevistados acreditam que sempre fazem as coisas certas e bem feitas no trabalho. Aproximadamente ¼ deles diz fazer as coisas certas e bem feitas com menos frequência- *às vezes*. Uma parcela muito pequena dos entrevistados diz *nunca* fazer as coisas certas e bem feitas no trabalho.

Figura-96 Auto-estima dos adolescentes



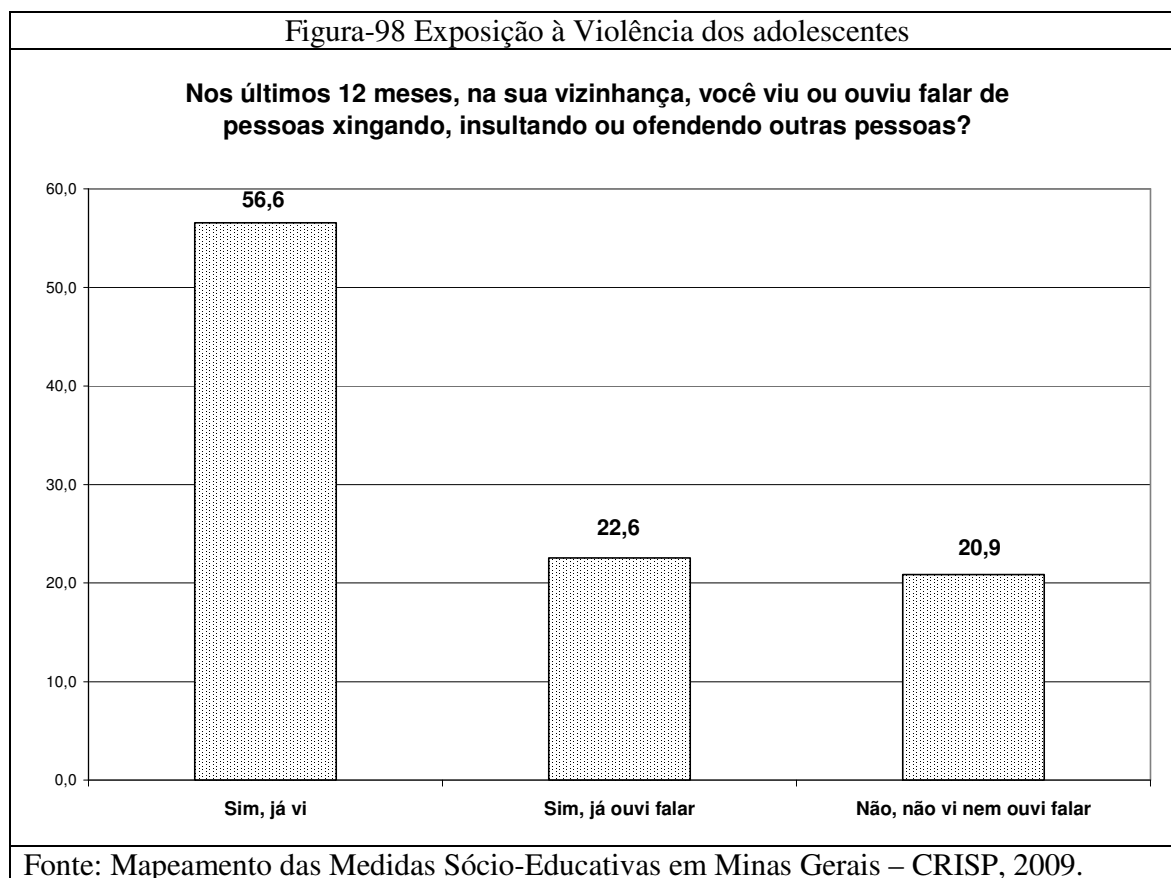
A maioria dos adolescentes entrevistados (71%) acredita que às vezes faz as coisas certas e bem feitas em casa. Aproximadamente  $\frac{1}{4}$  deles diz fazer as coisas certas e bem feitas com mais frequência -*sempre*. Uma parcela pequena dos entrevistados diz *nunca* fazer as coisas certas e bem feitas em casa. Apesar de pequeno, esse grupo é maior do que o grupo que afirma nunca fazer as coisas certas e bem feitas no trabalho.

**Exposição à violência e a fatores de risco no bairro de residência dos adolescentes em conflito com a lei.**

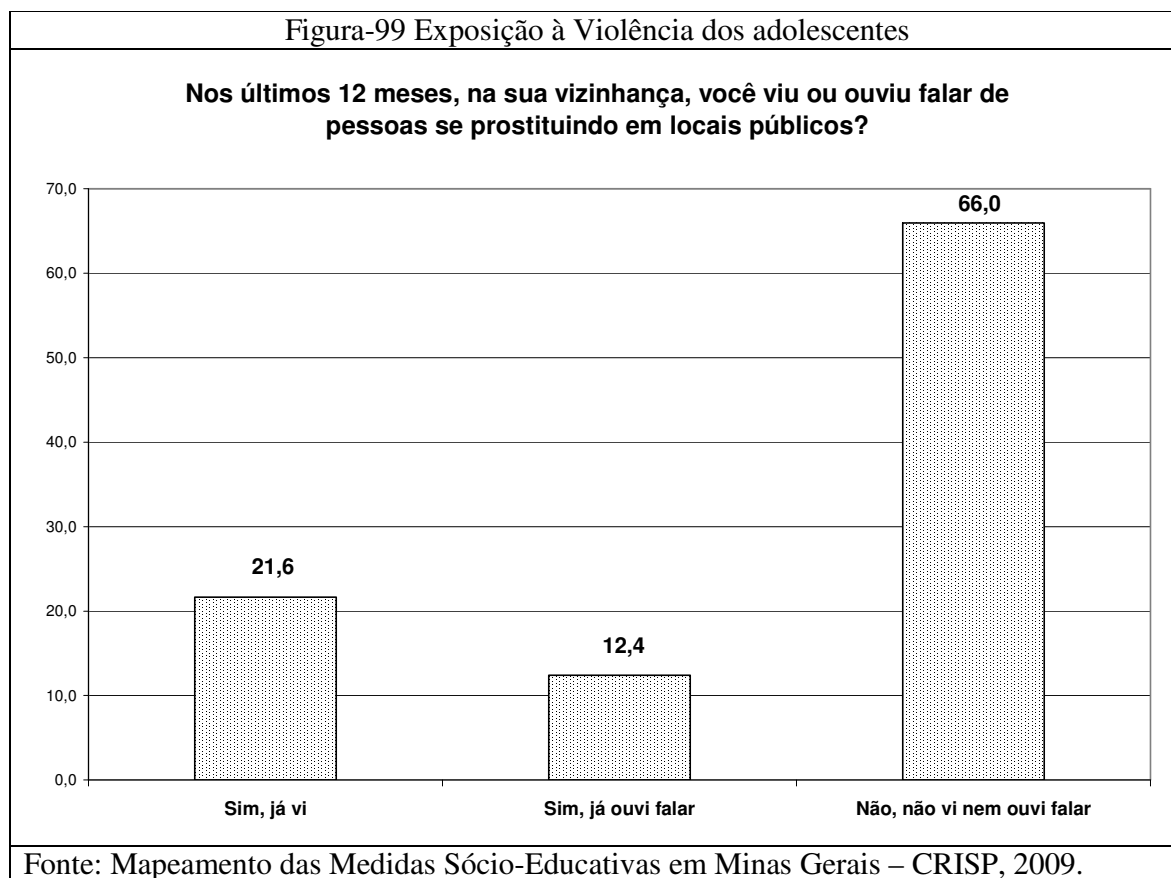


Cerca de 2/5 dos entrevistados diz nunca nem ter visto nem ouvido falar de pessoas quebrando janelas, pichando muros e fazendo arruaça em sua vizinhança nos últimos 12 meses. Os outros 3/5 dos entrevistados já tomaram conhecimento desse tipo de acontecimento, sendo que 34,2% deles dizem ter presenciado o ato e 24,7% afirmam ter ouvido falar.

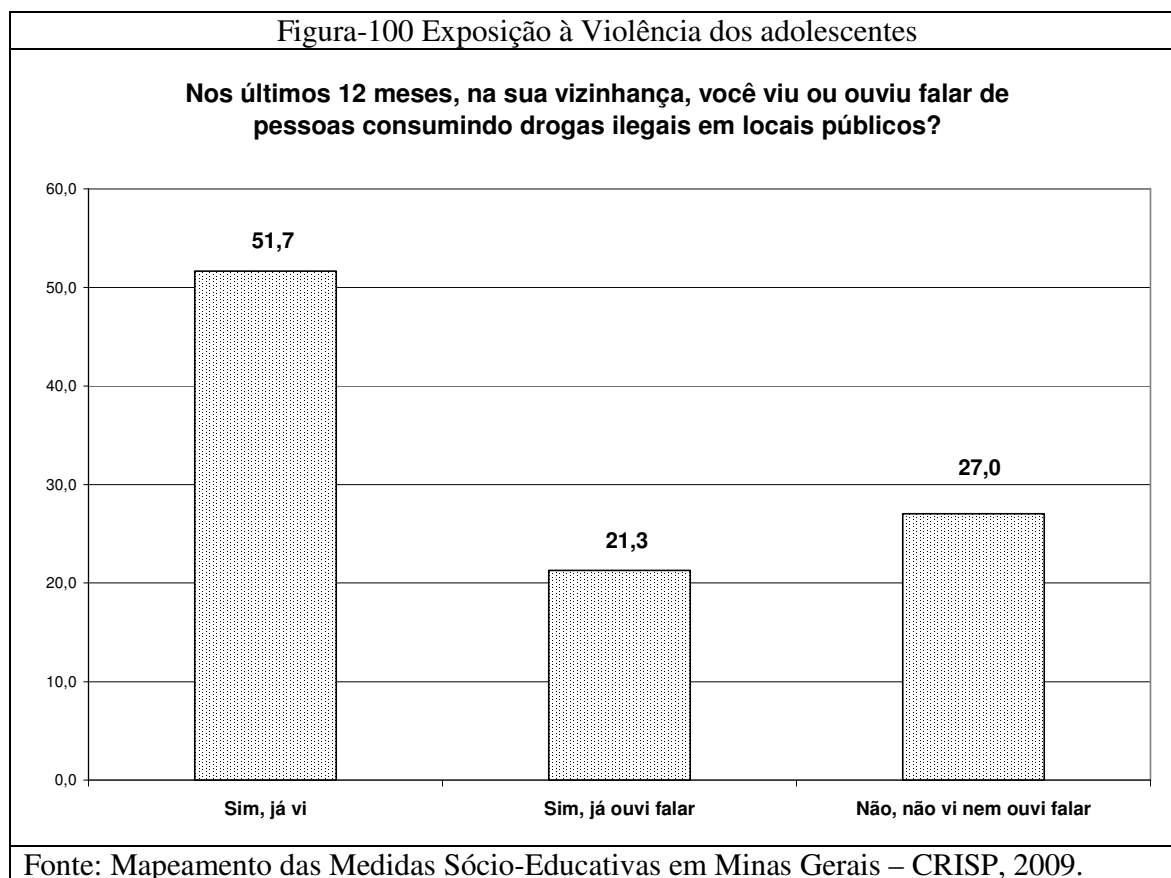




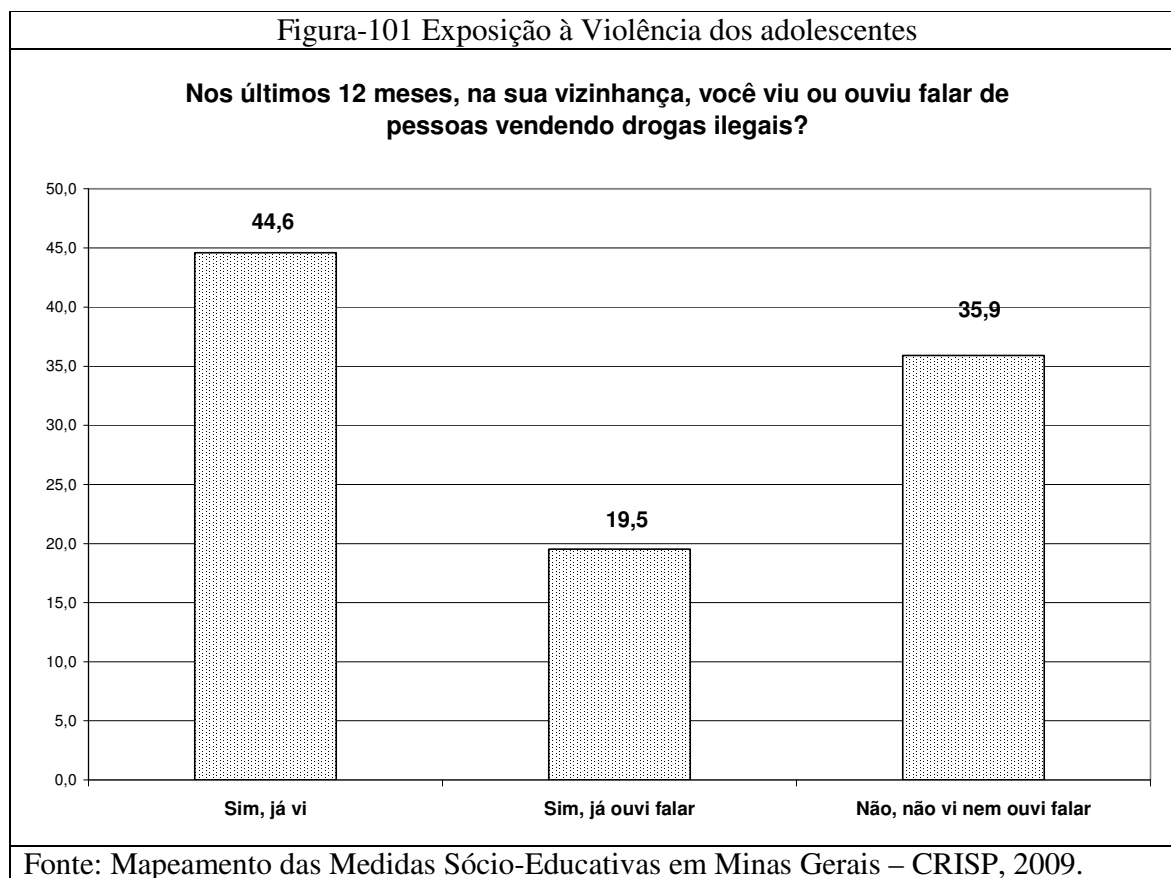
Mais da metade dos entrevistados afirma ter presenciado pessoas xingando, insultando ou ofendendo outras pessoas na sua vizinhança nos últimos 12 meses. 22,6% dos entrevistados dizem ter ouvido falar sobre fatos como esse. No total, 79,2% das pessoas tomaram conhecimento de fatos como esses em sua vizinhança e 20,9% não viram nem ouviram falar sobre isso.



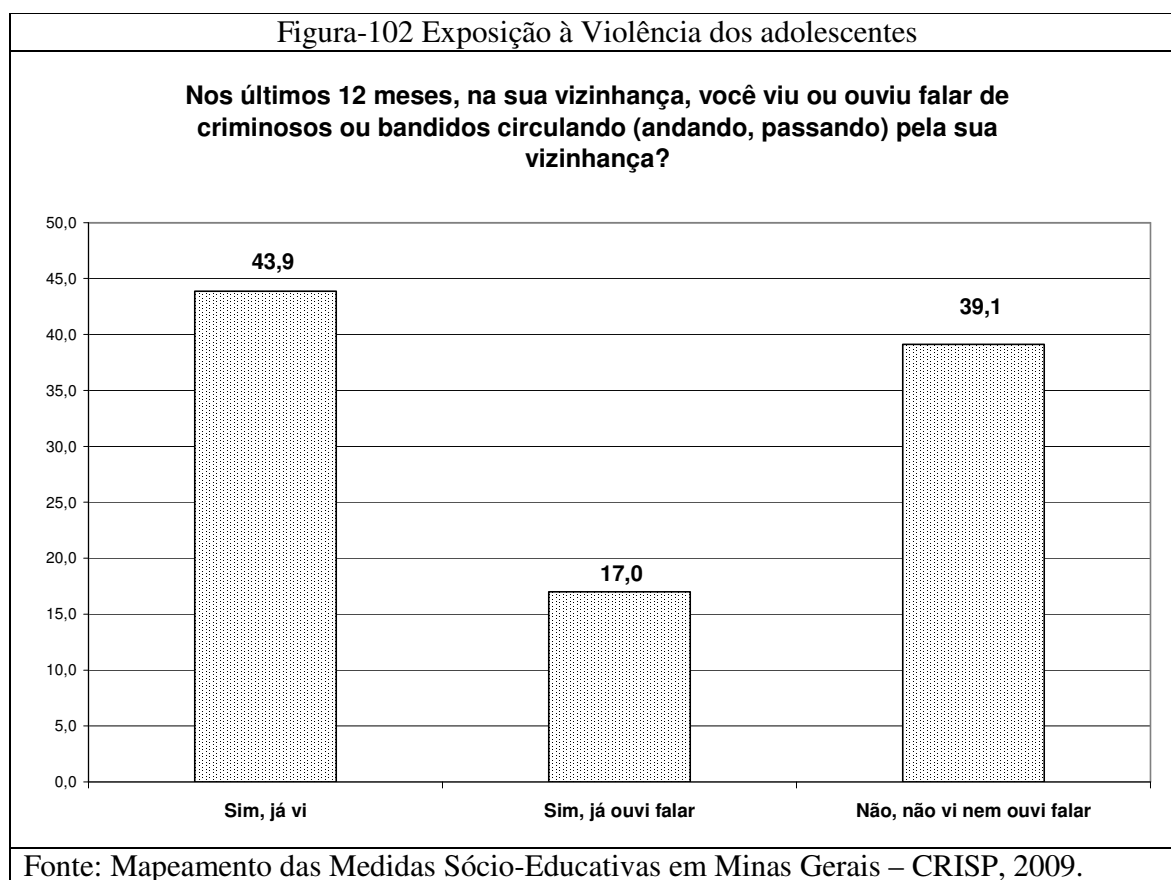
Mais de 3/5 dos entrevistados afirmaram nunca ter visto nem ouvido falar de pessoas se prostituindo em locais públicos na sua vizinhança nos últimos 12 meses. 34% já viram ou ouviram falar de situações como essa ocorrendo.



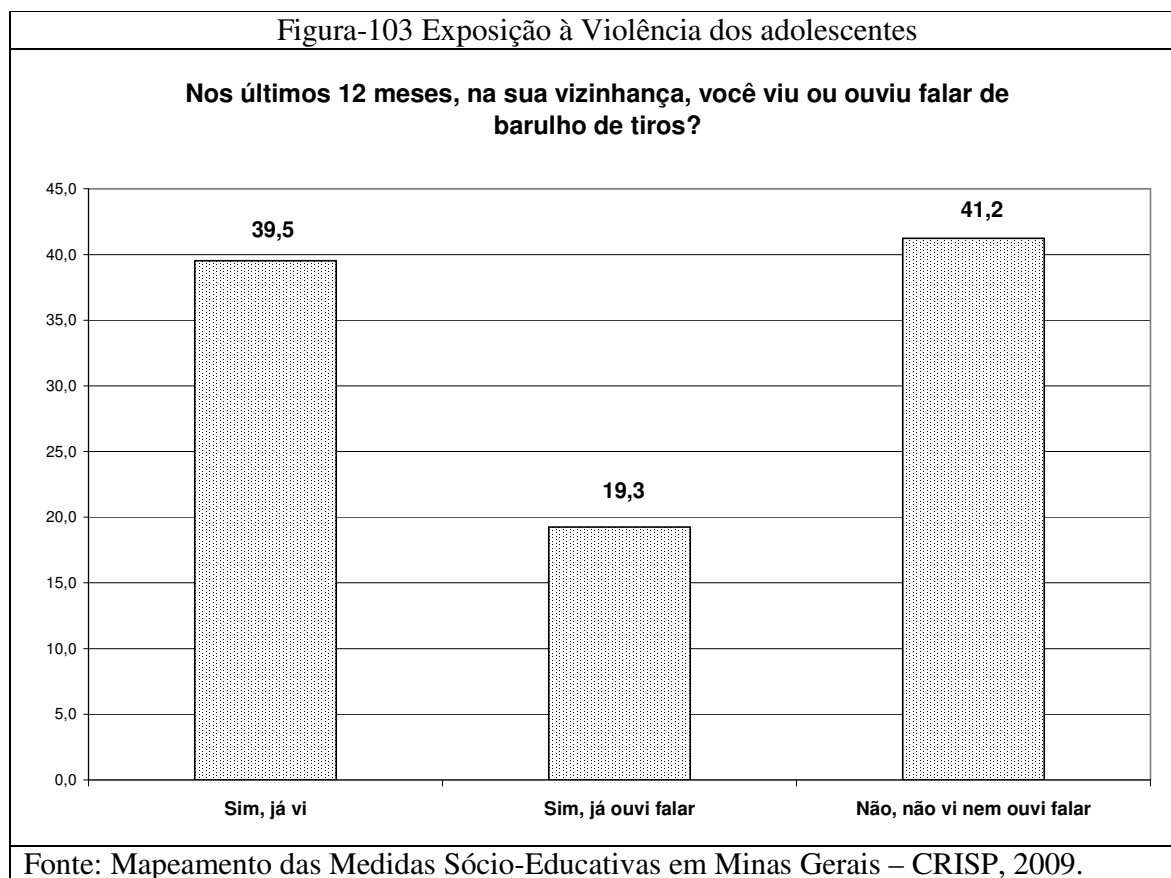
Pouco mais de metade dos entrevistados diz já ter visto pessoas consumindo drogas ilegais em locais públicos de sua vizinhança nos últimos 12 meses. Cerca de 1/5 deles diz já ter ouvido falar e 27% diz nunca ter visto nem ouvido falar de situações assim.



Mais de 3/5 dos entrevistados (64,1%) já tomou conhecimento de pessoas vendendo drogas ilegais na rua na sua vizinhança nos últimos 12 meses, sendo que 44,6% deles já viram e 19,5% ouviram falar sobre o fato. 35,9% dos adolescentes dizem não ter visto nem ouvido falar disso.



Cerca de 60% dos entrevistados já viram ou ouviram falar sobre criminosos ou bandidos circulando na sua vizinhança nos últimos 12 meses. Aproximadamente 40% não tomaram consciência de situações como essas.



Aproximadamente 60% dos adolescentes já ter visto ou ouvido falar de barulhos de tiros na sua vizinhança nos últimos 12 meses. Os outros 40% não viram nem ouviram falar de barulhos de tiro.

### **Survey organizacional dos programas de meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade)**

Do total de trinta e quatro cidades pesquisadas no estado de Minas Gerais, foram recebidos e processados dados de dezenove (19) municípios, quanto às demais cidades (13), todas informaram da impossibilidade de responder os questionários, pois o processo de implantação dos programas de meio aberto ainda estava em curso e não havia equipe própria dos programas.

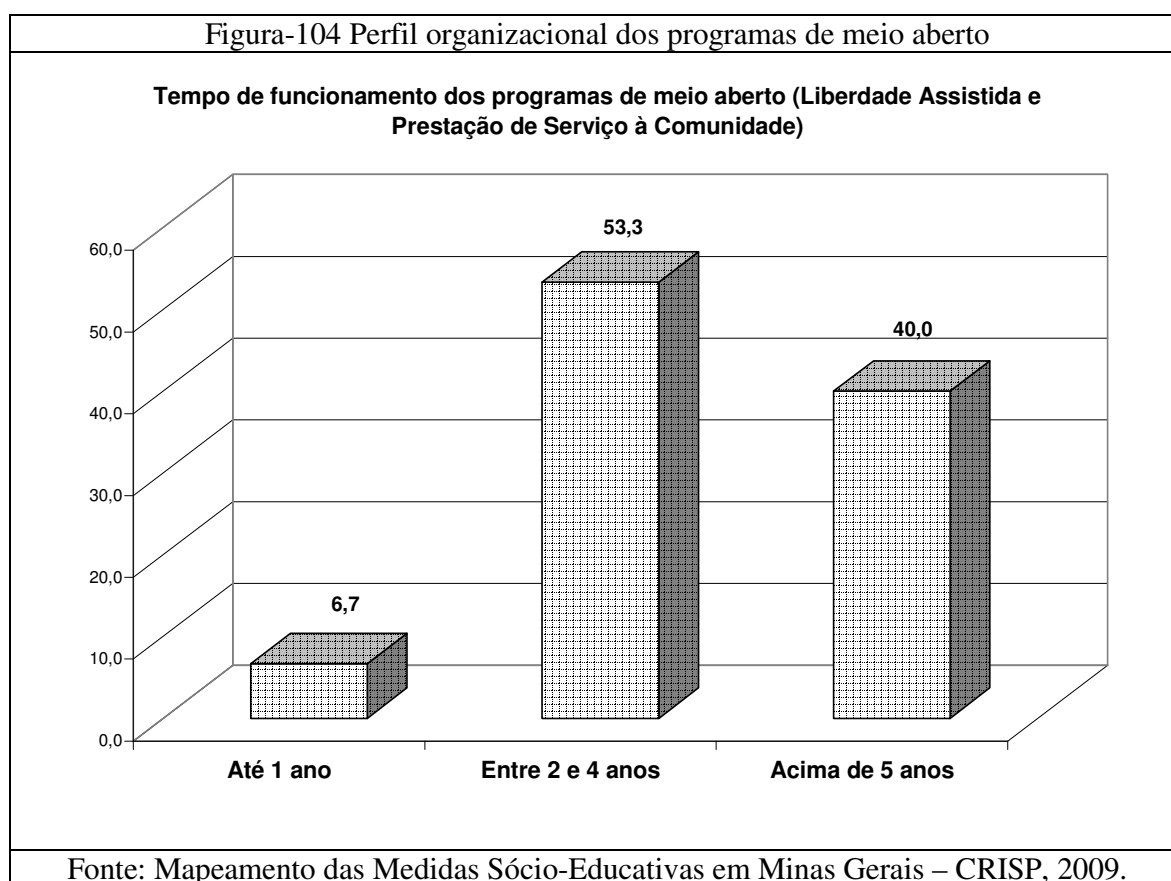
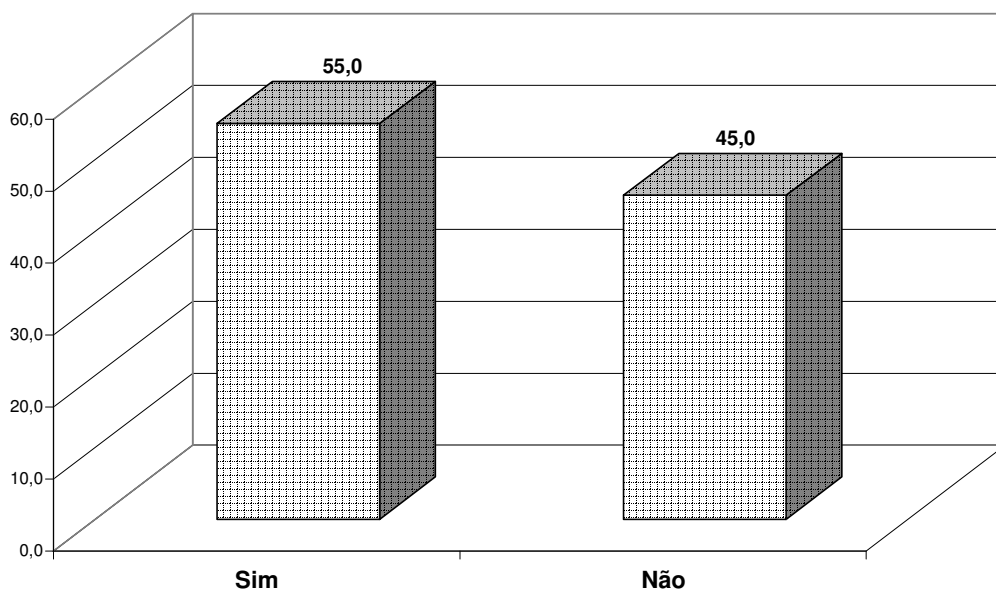


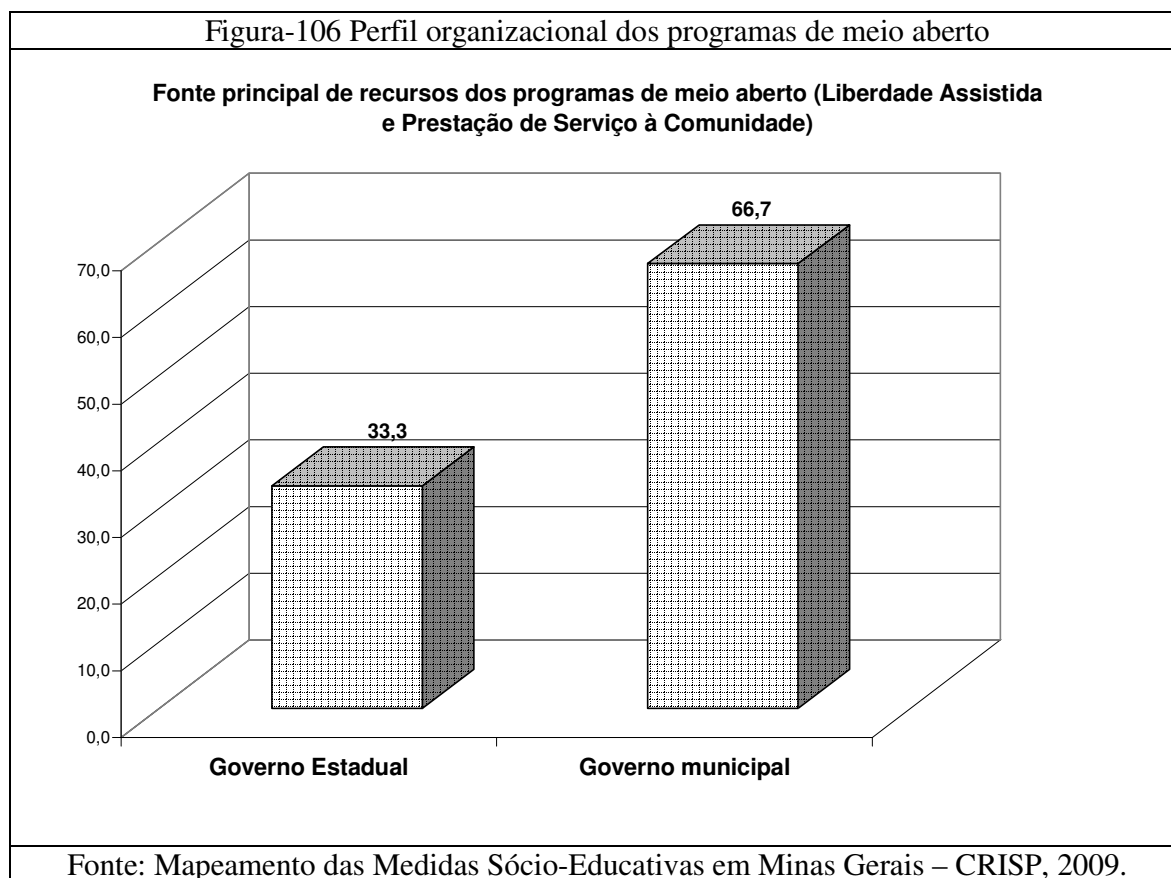
Figura-105 Perfil organizacional dos programas de meio aberto

**Há equipe específica para atendimento dos adolescentes que cumprem as medidas de meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade)**

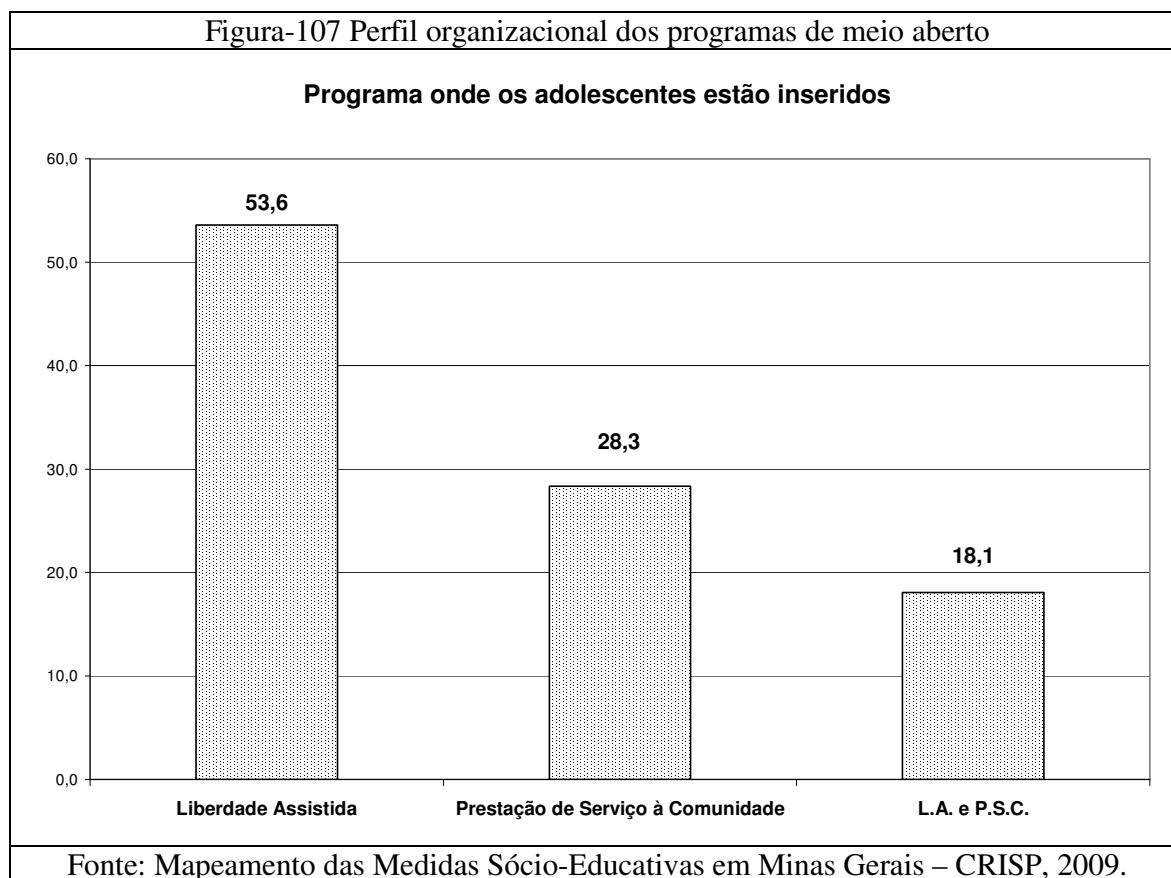


Fonte: Mapeamento das Medidas Sócio-Educativas em Minas Gerais – CRISP, 2009.





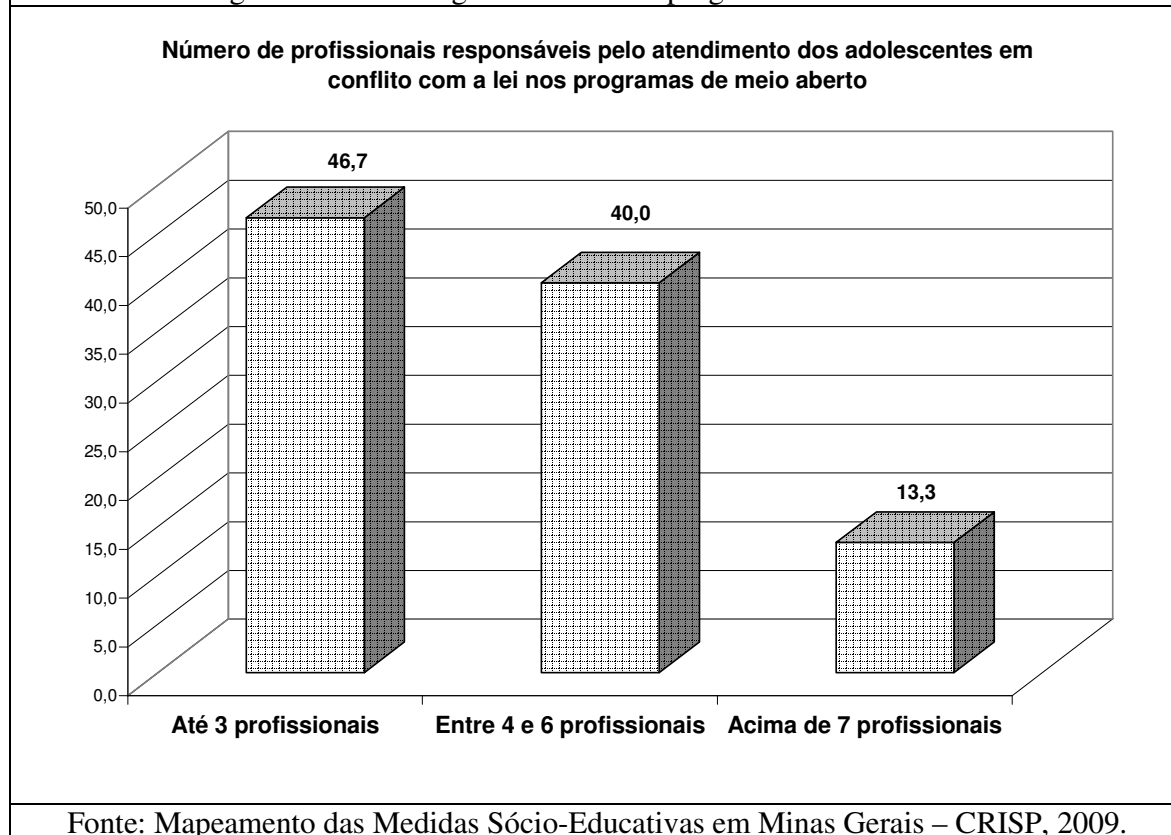
Quanto ao histórico dos programas de meio aberto nos municípios pesquisados, observamos que a maioria dos programas (60%) está em funcionamento há menos de cinco anos. Outra característica identificada que revela a imaturidade organizacional das medidas de meio aberto no estado é a inexistência de equipe específica para atendimento dos adolescentes em conflito com a lei em 45% dos programas de liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade. Quanto aos recursos financeiros para os programas de meio aberto, 66,7% informaram que tem no município sua fonte principal de recursos.



Quanto ao número total de adolescentes em atendimento em todos os programas de meio aberto nos municípios pesquisados, foi informado que 53,6% dos adolescentes cumprem medida de liberdade assistida conjuntamente. Em seguida, temos 28,3% dos adolescentes estão cumprindo a medida de prestação de serviço à comunidade e 18,1% estão cumprindo medidas acumuladas de liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade.

Podemos qualificar o atendimento dos programas de meio aberto através da mensuração de vários fatores, como o tamanho da equipe técnica, a formação e o número de profissionais por programa, quando e quantos profissionais foram capacitados e a razão entre o número de adolescentes atendidos e o número de profissionais por programas.

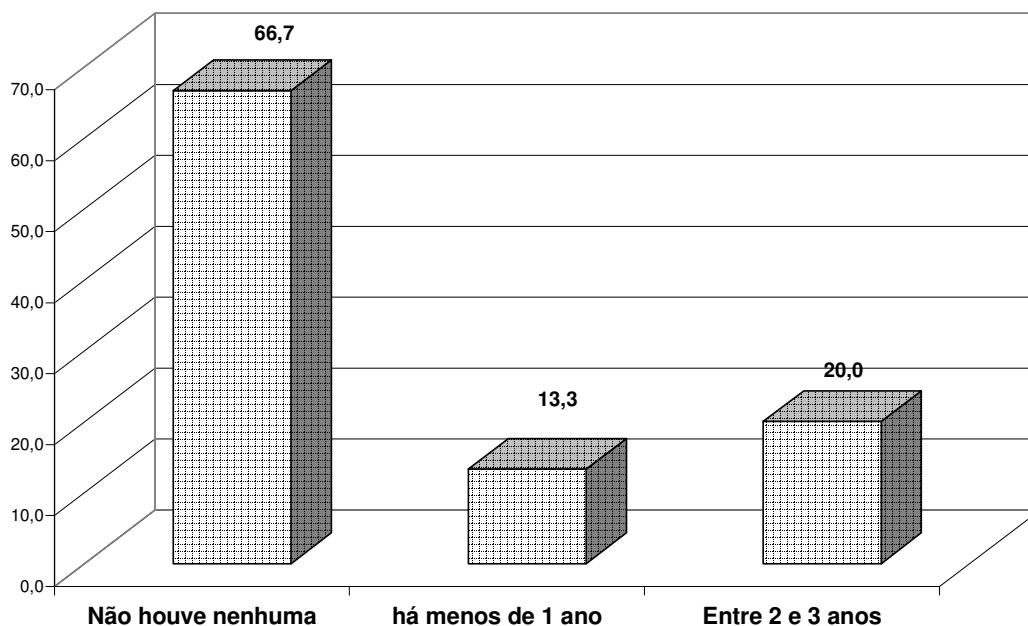
Figura-108 Perfil organizacional dos programas de meio aberto



Quase a metade dos programas (46,7%) informou que contam com até três profissionais em sua equipe para atendimento dos adolescentes infratores, 40% contam com equipes que variam de quatro a seis profissionais e apenas 13,3% possuem equipes com mais de sete profissionais. A capacidade técnica de atendimento dos programas pode ser qualificada pela razão entre o número de adolescentes atendidos e o número de profissionais responsáveis pelo acompanhamento, a média entre os programas pesquisados foi de 14 adolescentes por técnico, com uma variabilidade entre 4 e 32 adolescentes por técnico.

Figura-109 Perfil organizacional dos programas de meio aberto

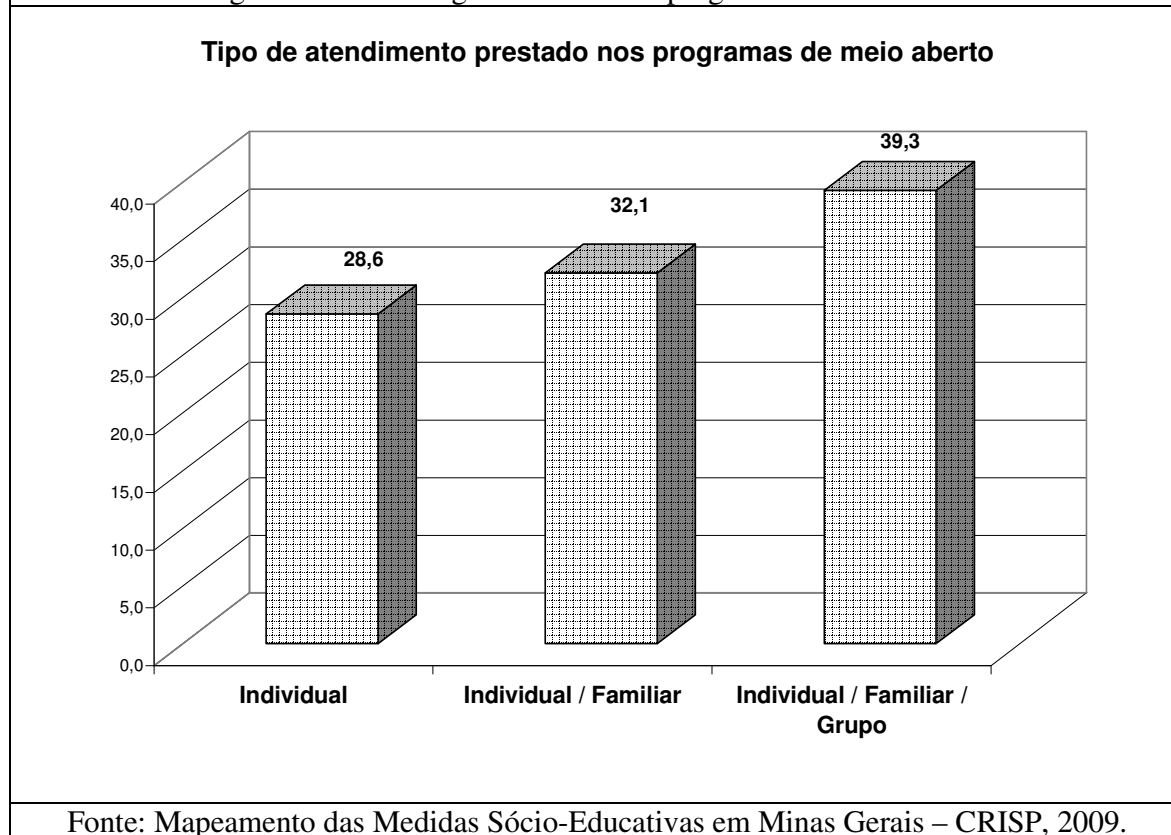
**Última capacitação dos profissionais responsáveis pelo atendimento dos adolescentes em conflito com a lei nos programas de meio aberto**



Fonte: Mapeamento das Medidas Sócio-Educativas em Minas Gerais – CRISP, 2009.

Mais de 2/3 dos profissionais dos programas de meio aberto afirmaram que não passaram por nenhuma capacitação. Entre aqueles que receberam capacitação, apenas 13,3% foram capacitados no último ano e 20% entre dois e três anos.

Figura-110 Perfil organizacional dos programas de meio aberto



Quanto à natureza e diversificação do tipo de atendimento prestado nos programas de meio aberto, destaca-se que 39,3% oferecem ao mesmo tempo todos os tipos de atendimento citados, ou seja, atendimentos específicos para acompanhamento individual, acompanhamento dos familiares e de grupos de adolescentes.

Relativamente à qualidade do atendimento dos programas de meio aberto, foram registrados vários progressos, com a criação dos CREAS (centros de referência da assistência social) mais compatíveis com a intersetorialidade e ação em rede como definidas nas normas legais (ECA; SINASE), e em vários municípios, há descentralização e municipalização integral das medidas sócio-educativas de meio aberto. Porém, ainda ocorrem inúmeros problemas, como programas improvisados e concebidos como apêndice do judiciário e da prefeitura, escassez de recursos humanos e financeiros, extrapolação da capacidade de atendimento dos técnicos, devido ao número reduzido das equipes e a

quantidade de adolescentes com medidas aplicadas e falta de capacitação dos recursos humanos.

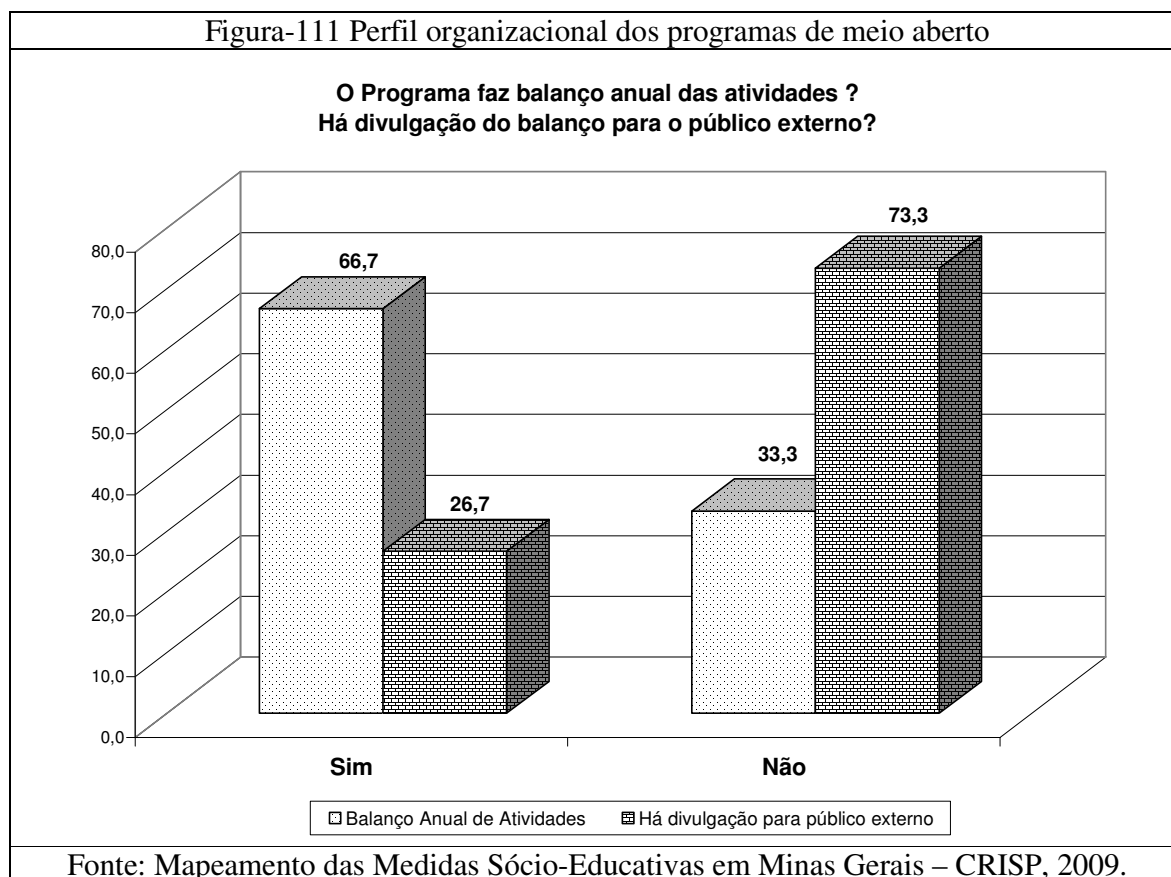


Figura-112 Perfil organizacional dos programas de meio aberto

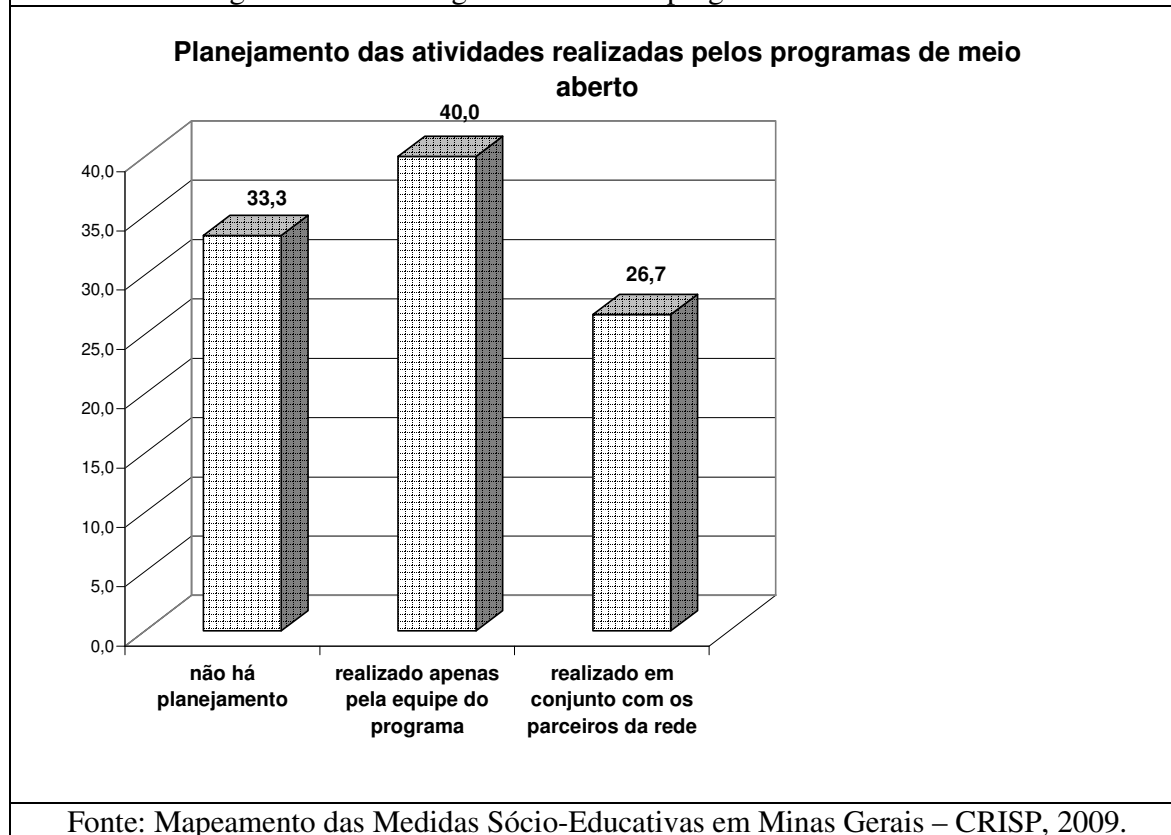
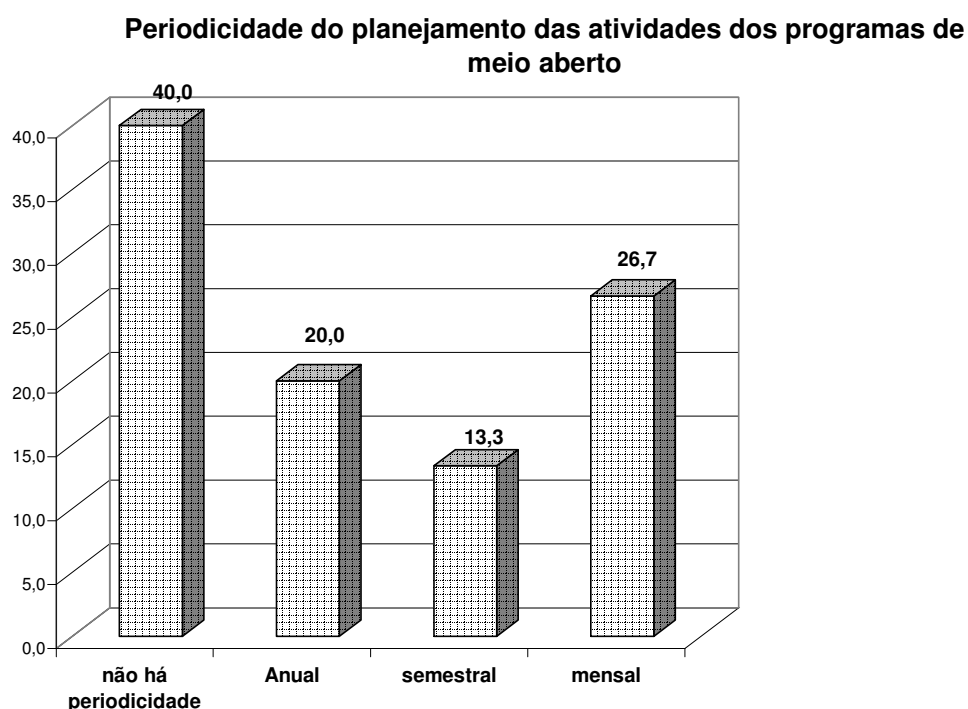


Figura-113 Perfil organizacional dos programas de meio aberto



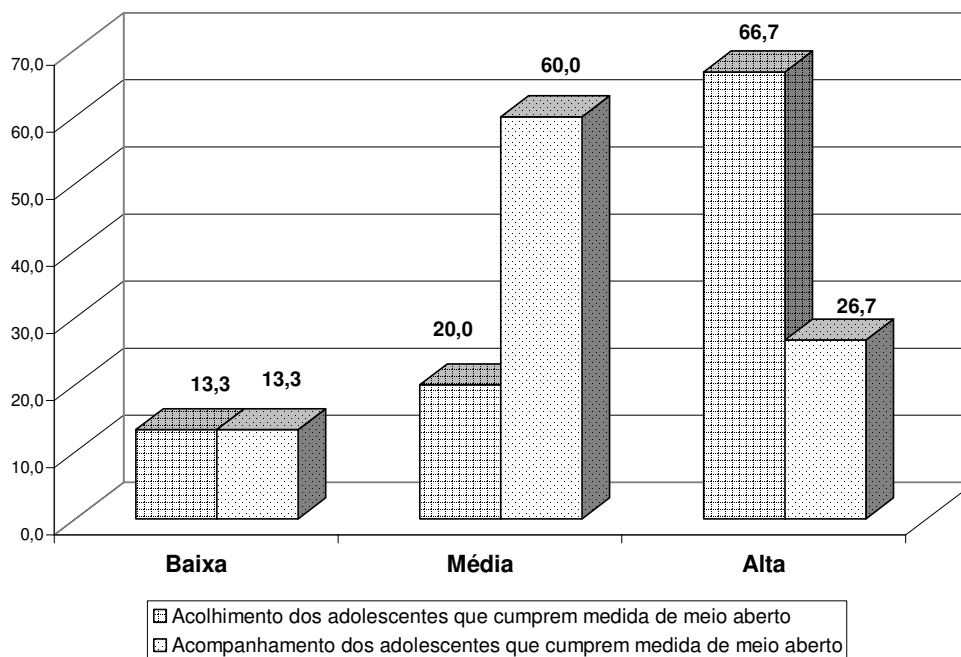
Fonte: Mapeamento das Medidas Sócio-Educativas em Minas Gerais – CRISP, 2009.

Quanto à transparência, gestão dos recursos e das informações armazenadas e planejamento das ações, não há uma política bem definida de accountability nos programas pesquisados. A maioria dos programas de liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade (66,7%) informaram que faz balanço anual de suas atividades mas não faz divulgação dessas atividades para público externo. Cerca de 1/3 dos programas não fazem qualquer planejamento de suas atividades, entre os que têm um planejamento de suas ações, quase a metade (40%) afirmou que constrói o planejamento de suas atividades sem levar em conta os parceiros da rede de defesa, atendimento e responsabilização.



Figura-114 Perfil organizacional dos programas de meio aberto

**Como os programas de meio aberto avaliam sua eficiência no atendimento aos adolescentes em conflito com lei**



Fonte: Mapeamento das Medidas Sócio-Educativas em Minas Gerais – CRISP, 2009.

Figura-115 Perfil organizacional dos programas de meio aberto

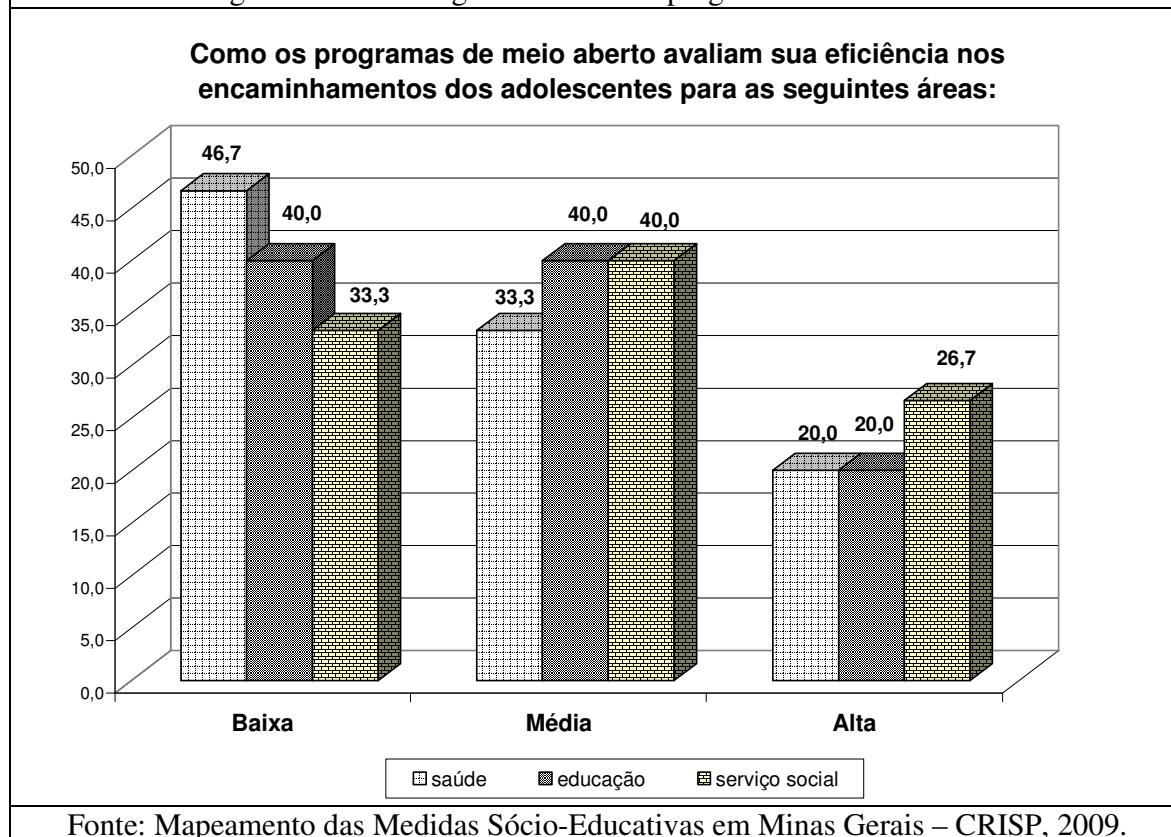
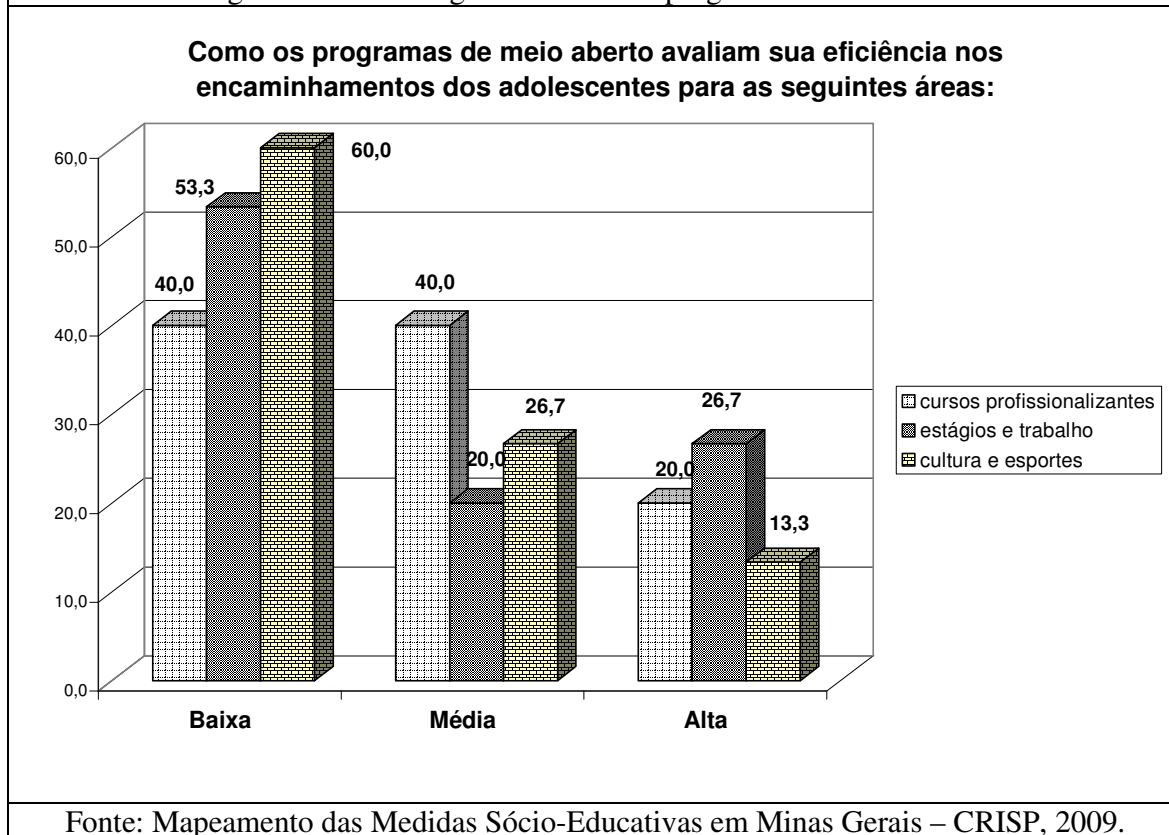


Figura-116 Perfil organizacional dos programas de meio aberto



As questões sobre auto-avaliação da eficiência dos programas no atendimento prestado e nos encaminhamentos realizados aos adolescentes mostram o reconhecimento de problemas e de auto-crítica. 67% dos programas responderam que são muito eficientes no acolhimento aos adolescentes que cumprem medida de meio aberto, ao mesmo tempo, apenas 27% afirmaram que o acompanhamento dado aos adolescentes que cumprem medida de meio aberto é muito eficiente.

Foram apontadas nas questões sobre auto-avaliação grandes dificuldades (todos considerados como baixa eficiência) nos encaminhamentos realizados para as áreas de saúde (47%); educação, (45,4%); serviço social, (33%); cursos profissionalizantes, (40%); estágios e trabalho, (53%); e cultura e esportes (60%).

Figura-117 Perfil organizacional dos programas de meio aberto

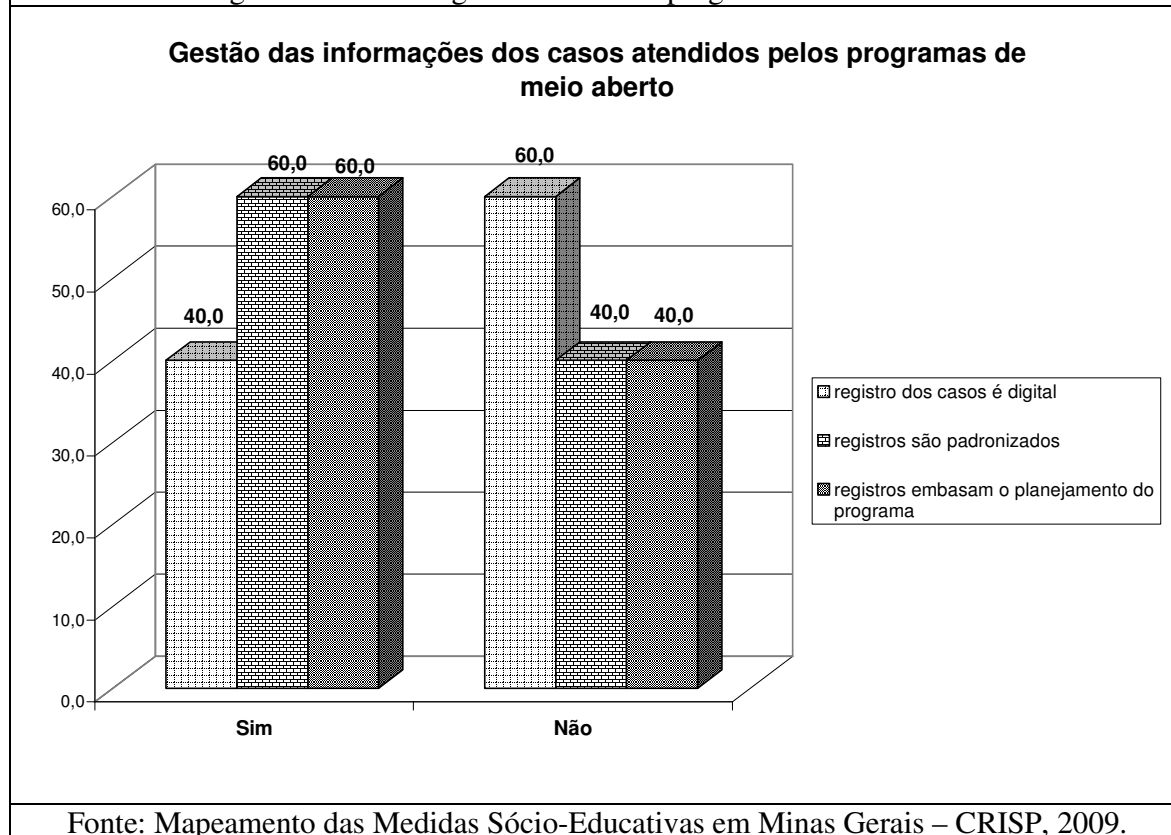
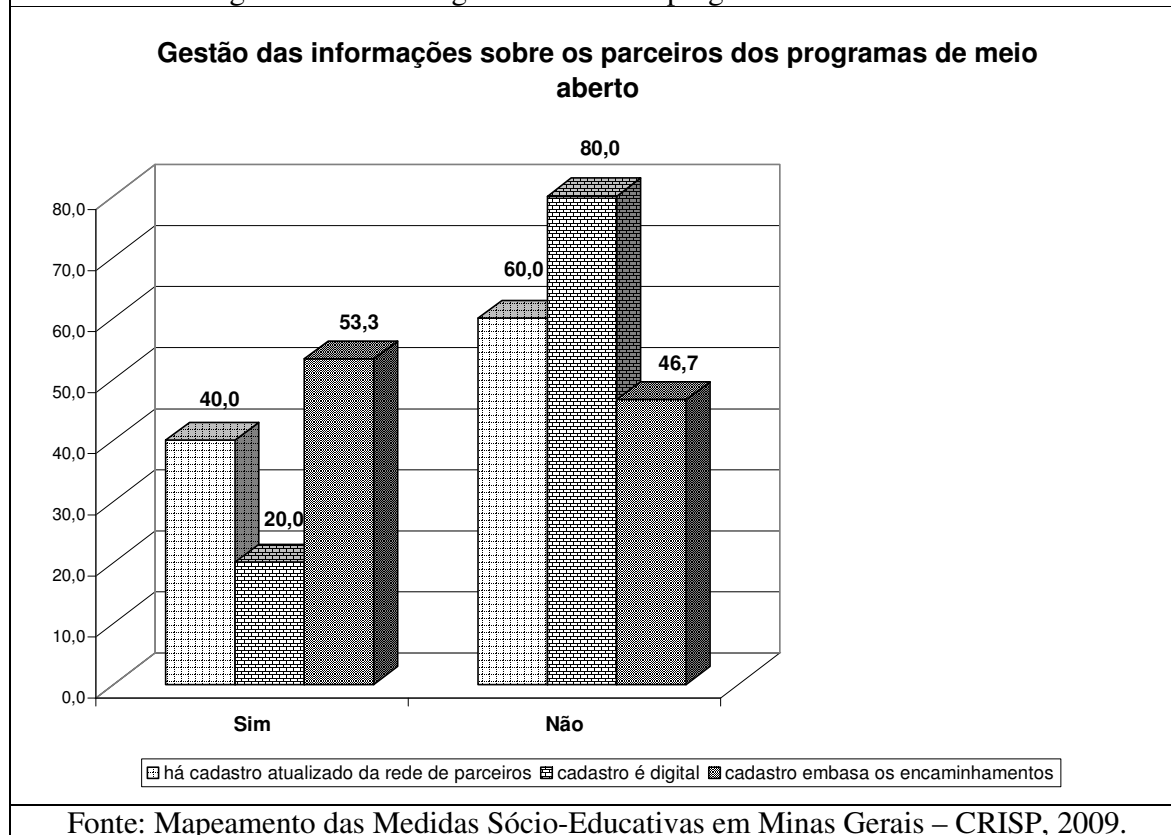


Figura-118 Perfil organizacional dos programas de meio aberto



Foram mensurados alguns tópicos da gestão informacional e do planejamento das atividades dos programas. O registro digital das informações armazenadas (dos adolescentes, justiça juvenil, do conselho tutelar, da rede de encaminhamentos etc) é realizado em apenas 40% dos programas. Em apenas pouco mais da metade (60%) dos programas os registros armazenados são padronizados e são utilizados para embasar o planejamento de suas atividades. Foram coletados também, dados sobre a rede de parceiros dos programas de meio aberto. Em 60% dos casos não há um cadastro atualizado da rede de parceiros e em 80% o cadastro não é digitalizado. Desta forma, o cadastro é utilizado para embasar os encaminhamentos realizados em apenas 53,3% dos casos.

Em decorrência da fragilidade organizacional dos programas quanto a uma política de transparência, gestão das informações e planejamento, quase a metade dos programas que planejam suas atividades, informaram que não há periodicidade para o planejamento.

Aproximadamente 85% das equipes de meio aberto não souberam informar qual o total de recursos executados pelos programas nos anos de 2006 e 2007.

A situação dos programas de meio aberto, (liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade) pesquisados em Minas Gerais pode ser assim sintetizada, no que se refere ao ambiente físico onde os programas realizam suas atividades, 47% não consideram adequadas às necessidades da proposta pedagógica. As inadequações variam desde a falta de privacidade para realização do atendimento, a escassez de salas de atendimento, de reunião, até a insegurança dos adolescentes em atendimento.

Quanto à integração intersetorial e articulação entre os programas de meio aberto e a rede de parceiros do sistema de defesa, atendimento e responsabilização da criança e do adolescente, foram citados alguns exemplos e esforços, que, embora sejam elemento importante, não criam por si só o espírito de integração e cooperação entre os distintos atores que compõem o sistema.

Existem ainda diversas queixas ou críticas das equipes dos programas que executam as medidas sócio-educativas de meio aberto aos representantes dos diversos segmentos do sistema de direitos da infância e adolescência, destacando-se a omissão dos Conselhos Municipais e Estaduais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, conflitos com o Judiciário e a violência policial, por exemplo. Os conselhos de direitos ainda são frágeis para exercer de seu papel de fiscalizador da política de atendimento sócio-educativo e a integração dos diversos parceiros ainda precisa ser efetivada.

**Recomendações para aperfeiçoamento dos programas de meio aberto e para novas avaliações.**

Em consonância com sua missão de realizar pesquisas acadêmicas de caráter aplicado às políticas públicas de segurança, o Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública, CRISP/UFMG expõe, a seguir, algumas sugestões e recomendações destinadas a Superintendência de Avaliação e Qualidade do Sistema de Defesa Social (SASDS) e a Subsecretaria de Atendimento às Medidas Sócio-educativas em Meio Aberto (SUASE), visando à adequação dos programas pesquisados as normativas preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pelo SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo) quais sejam: a) O adolescente como sujeito de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento, b) Afirmação da natureza pedagógica e sancionatória da medida sócio-educativa e c) Primazia das medidas sócio-educativas em meio aberto. Com a criação do SINASE, pelo CONANDA, em 2006, um novo desenho organizacional das medidas sócio-educativas (descentralização e municipalização) passou a ser exigido.

Em grande parte dos casos, as avaliações dos programas sociais têm sido irregulares e baseiam-se em opiniões pessoais de seus defensores ou detratores, que se manifestam através de grandes generalizações, caricaturas e experiências particulares.

Esse descaso com a avaliação tem vários significados, talvez os mais importantes sejam: a não racionalidade dos programas sociais e a falta de provas mais sistemáticas, rigorosas e objetivas para identificar deficiências e acertos.

A avaliação é o processo de julgar algo, e para isso é necessário conhecer primeiro o objeto a avaliar. Assim, o processo de avaliação implica e acarreta tarefas de identificação da informação e de obtenção desta informação (técnicas de coleta). As informações e dados selecionados devem ser pertinentes. A pertinência provém de sua relevância, isto é, da relação que mantêm com as decisões as quais a avaliação pretende servir, e de sua suficiência. A meta da avaliação de programas sociais é fazer um juízo sobre uma atividade, recurso ou resultado.

Trata-se do processo que tem por objetivo determinar até que ponto foram alcançados os objetivos previamente estabelecidos. Em outras palavras, analisar a disparidade entre uma situação desejada ou esperada e outra existente ou real.

Processos avaliativos só serão úteis se utilizados como meio para melhorar um programa. Devem servir para tomar decisões concretas. É necessário conhecer as qualidades e as fraquezas de um programa para modificá-lo.

Assumindo os preceitos sobre a relevância e função da avaliação para as políticas públicas, e seguindo a meta central das medidas de meio aberto, criar condições para que o adolescente construa um projeto de vida produtivo na coletividade e de ruptura com a prática do ato infracional, algumas estratégias foram elaboradas a partir dos dados coletados e analisados junto aos trabalhadores e adolescentes dos programas de meio aberto.

Além dos inúmeros argumentos apresentados que demonstram a importância de avaliar esta medida sócio-educativa, é necessário considerar que se trata de medida que evita a internação - e seus efeitos sobre a formação da identidade do adolescente - e ao mesmo tempo coloca para a família, a escola, grupos sociais e o Estado a responsabilidade de “dar conta” do que produz.

As conclusões e resultados das pesquisas que compõem o mapeamento estadual da qualidade e efetividade das medidas sócio-educativas em meio aberto em Minas Gerais ambicionam ser uma contribuição à consolidação de novos paradigmas de ação no âmbito das políticas públicas estaduais e municipais de execução de medidas destinadas a adolescentes em conflito com a lei.

Tendo esta pesquisa o escopo principal de identificação do perfil dos jovens em atendimento dos programas de meio aberto nos municípios selecionados de Minas Gerais, bem como a verificação de suas demandas, percepções e avaliações sobre o programa, podemos apontar algumas regularidades que indicam justamente áreas e elementos que ainda têm se mostrado insuficientes para que a medida aplicada alcance suas finalidades.



No que se refere mais especificamente às demandas apresentadas pelo público do programa, verificamos que a baixa escolaridade e a falta de profissionalização reforçam que tais jovens encontram-se em situação de exclusão social e de baixa inserção no mercado de trabalho. Este contexto favorece a marginalização e o estigma dos jovens atendimentos.

Notamos a partir dos relatos de jovens que, no período da pesquisa, a execução das medidas de meio aberto restringiu-se tão somente à realização de atendimentos individuais ou em grupo sem contemplar outras atividades comunitárias, recreativas, de esporte, cultura e lazer. Sugerimos que o programa estabeleça um cronograma de atividades, que promova encontros que possam ser utilizadas como ocasião privilegiada para a discussão de temas de cidadania, conscientização de direitos, informações preventivas de saúde, atividades culturais, entre outros. Se possível, o estabelecimento de mecanismos de gestão compartilhada, de discussão junto aos familiares dos objetivos que se almejam atingir com a medida.

Parece pertinente, também, a utilização da abordagem em grupos, para reduzir o desconhecimento do programa entre familiares, amigos e membros da comunidade, onde os jovens atendidos residem e convivem, como nos espaços e ambientes em que interagem, fundamentalmente na escola e no trabalho. Mas o objetivo principal e mais ambicioso desta abordagem seria envolver efetivamente os atores que interagem e têm influência sobre os jovens que cumprem a medida. Esta lacuna fragiliza os esforços empreendidos pela equipe do programa e compromete o principal fundamento da medida sócio-educativa em meio aberto, que é seu teor comunitário.

Outra medida capaz de gerar resultados importantes diz respeito ao desenvolvimento de grupos de orientação junto às famílias, com discussões acerca da situação jurídica do adolescente atendido no programa, o que desmistificaria a idéia do “filho problema”. Este grupo deverá conter parte das dificuldades e fragilidades da família, sendo norteado para a discussão das práticas de educação dos filhos.

Da mesma forma, o desenvolvimento de encontros mensais com representantes da comunidade de origem dos jovens atendidos pelo programa pode gerar a responsabilização coletiva frente à produção social do adolescente agente de violência e crime. Medidas

desta natureza têm como objetivo atacar o mito da classe perigosa encarnada atualmente no “jovem pobre violento”, derrubando a idéia de que ele é irrecuperável e que a única resposta do Estado seriam as práticas policiais/repressivas. Medidas como essa, incluem sensibilizar os equipamentos e a rede de serviços locais para o atendimento adequado aos jovens sob medida sócio-educativa.

É importante destacar que não são os adolescentes pobres os únicos agentes e vítimas da violência. Temos que assumir duas posições sobre esta idéia. Primeiro, ela é proveniente do senso comum e é difundida pelos meios de comunicação de massa que associam os adolescentes pobres às classes perigosas. Segundo é sobre eles que incide, quase exclusivamente, o aparato repressivo - policial - assistencial. As políticas públicas da assistência social e da justiça criminal devem estar imunes ao senso-comum e ter um caráter reparador (responsabilizar-tratar-educar) e preventivo (produzir padrão de conduta e projeto de vida evitando a reincidência).

Realizar e atualizar periodicamente os dados de caracterização dos jovens atendidos, da rede de serviços e das demandas e críticas que os usuários fazem sobre o programa, permitiria a criação de um processo de monitoramento bastante útil. Esses dados podem sustentar e se desdobrar em avaliações de caráter quantitativo e qualitativo. A produção desses dados e das avaliações subsequentes devem reverter para a manutenção ou redefinição dos objetivos, atividades e postura dos trabalhadores e das diretrizes dos programas de meio aberto. O desenvolvimento de sistemas de dados, para o monitoramento regular das tendências no comportamento violento, nas lesões e nas mortes, deve ser a base dos esforços de prevenção. Esses dados consistem em informações valiosas para a formulação de políticas e programas públicos, para evitar a violência juvenil e para avaliá-los.

As evidências científicas a respeito dos padrões e das causas da violência juvenil, tanto quantitativas quanto qualitativas, são essências para o desenvolvimento de respostas racionais e efetivas ao problema. Ainda que o conhecimento sobre a violência tenha avançado na última década no país, (fugindo da tutela jurídico-legal) existem lacunas que podem ser preenchidas através da pesquisa em áreas como verificação da validade e das vantagens relativas da utilização de registros oficiais, registros hospitalares e relatórios

preparados por serviços e programas públicos e de organizações não governamentais de atuação nessas áreas. Tais informações implicam em processos como a confecção de estudos comparativos entre jovens que cometeram crimes violentos e que cometeram crimes não violentos, a identificação de fatores de risco que têm efeitos diferenciais sobre a persistência, a escalada, a queda e o término da perpetração de crimes violentos em várias idades a identificação de fatores de proteção contra a violência juvenil, estudos longitudinais que medem uma grande variedade de fatores de risco e de proteção, para aumentar o conhecimento sobre as trajetórias de desenvolvimento da violência juvenil, além da construção de estimativas sobre o custo total da violência juvenil para a sociedade, de modo a fazer uma avaliação mais precisa da relação custo-benefício dos programas de prevenção e de tratamento.

A qualidade dos atendimentos realizados pela equipe de trabalhadores é um dado a ser destacado, uma vez que se trata de condição necessária para o sucesso do programa. No entanto, não é suficiente. Identificamos lacunas e a inexistência de atividades e encaminhamentos sem os quais a meio aberto não tem como prosperar, como o número elevado de jovens sem vínculo escolar, o baixo número de encaminhamentos para atividades profissionalizantes e a quantidade de jovens fora do mercado de trabalho.

A medida sócio-educativa meio aberto definida no ECA vai além do programa. Isso significa que o programa deve estar inserido dentro de uma política pública global voltada para a população jovem do município, que coordene e estabeleça canais de comunicação e recursos entre as diferentes áreas de atuação como saúde, educação, profissionalização, cultura, esporte, assistência social e o sistema de justiça. A natureza e a metodologia de trabalho do programa meio aberto o definem como um programa focalizado (público bem definido com atividades meio e fim específicas). Mas isso não significa que sua ação possa ocorrer isolada dos programas da sociedade civil ou da rede pública municipal e estadual. Falta um olhar global sobre os diversos programas que atendem esta parte da população, que ultrapasse uma visão particularizada, que avance no processo de passar da geração de programas sociais juvenis à construção de um projeto universal para a população jovem da cidade.

São várias as causas da ausência de uma política global para a população juvenil. Uma delas é a atuação e a relação entre os três níveis de governo sobre o tema. Apesar dos inúmeros programas federais voltados a este público, grande parte deles é executada sob a forma de transferência de recursos ao executivo municipal e estadual, organizações não governamentais e fundações, sem uma interlocução quanto aos princípios que devem guiar os programas, a metodologia de execução e sistemas comuns de avaliação.

Outro entrave é a complexidade do próprio ECA, que é um conjunto de princípios, leis e regras cuja implantação implica na qualificação de todos os profissionais envolvidos no trabalho com os adolescentes – do policial civil e militar responsável por sua apreensão, a promotores, juízes e responsáveis pelo atendimento direto. Como instrumento jurídico, o ECA não organiza as práticas e ações necessárias à sua execução, nem define os conteúdos pedagógicos e terapêuticos a serem utilizados no atendimento dos jovens nos programas em execução nos municípios, Estados e organizações não governamentais no país.

As análises das respostas colhidas através das inúmeras questões apresentadas aos jovens entrevistados, público alvo do programa, indicam uma clara percepção de que grande parte dos jovens inseridos no Meio aberto tem a clareza da finalidade desta medida, salvo raras exceções. Constata-se também a avaliação positiva das orientações e exigências próprias do programa (materializadas no acompanhamento realizado por técnicos e orientadores sociais) e do impacto nas situações de risco e vulnerabilidade a que os jovens estão expostos. Além do eixo de orientação e de elaboração de um projeto de vida construtivo, a medida em meio aberto se funda no alicerce escolarização/profissionalização e participação junto à comunidade. Justamente estes dois eixos são os mais falhos e demandam incremento e modificações segundo os entrevistados.

Pelos dados obtidos presume-se que o processo de descentralização da política de atendimento aos adolescentes em conflito com a lei está se efetivando. Os municípios estão assumindo os programas destinados à execução das medidas sócio-educativas, com uma implementação numérica significativa dos mesmos, concernentes às medidas de meio

aberto. No entanto, a qualidade desses programas foi altamente questionada pelos técnicos que participaram do estudo qualitativo que compôs o processo diagnóstico.

Ressalta-se a fragilidade do sistema de aplicação de medidas sócio-educativas não privativas de liberdade, a baixa municipalização do sistema e a falta de programas descentralizados no estado. Não houve ainda a assimilação por parte do Estado do princípio constitucional da prioridade absoluta e da incompletude institucional. As lentas mudanças ocorridas devem-se a movimentos de pressão, principalmente por parte do Ministério Público, do Judiciário e dos Conselhos, em alguns Estados.

Pode-se afirmar que a adequação do sistema de atendimento de meio aberto ao Estatuto é um processo ainda em curso, e, em alguns casos, lento e penoso, com avanços e retrocessos. Há importantes progressos conceituais e formais, algumas mudanças positivas nos programas e na sua operacionalização, e muito ainda por fazer no que diz respeito às instituições e às práticas cotidianas.

Considerando os dados fornecidos pelos profissionais dos programas e instituições de meio aberto que atendem adolescentes autores de ato infracional, há indicadores do forte envolvimento dos profissionais na elaboração do projeto pedagógico apesar das dificuldades no processo de implementação.

As dificuldades para o desenvolvimento de um projeto político – pedagógico podem estar relacionadas ao tamanho reduzido das equipes técnicas, a ausência de capacitação dos profissionais, ao escasso acesso a equipamentos e materiais e serviços necessários para a realização das atividades do programa.

Gestão compartilhada de informações e recursos:

A gestão das medidas sócio-educativas implica em ação conjunta de agências públicas e ongs de distintas naturezas. Implica, portanto, em parcerias, em reunir gestores para um fim de interesse comum. “E as parcerias freqüentemente constroem uma rede...”

O instrumento de operacionalização da gestão compartilhada de informações e recursos, que expressa à parceria, deve descrever a forma que se pretende desenvolver a gestão compartilhada. Os resultados das pesquisas quantitativa e qualitativa revelam que na gestão das medidas sócio-educativas nos municípios pesquisados em Minas Gerais o instrumento deve constar, dentre outros, os seguintes compromissos:

- 1) Implantar banco de dados;
- 2) Manter sistema de avaliação e monitoramento;
- 3) Aumentar a participação dos orientadores sociais nas medidas sócio-educativas em meio aberto;
- 4) Conhecer experiências bem sucedidas de outras municipalidades do Estado;
- 5) Padronizar a documentação de encaminhamento dos adolescentes junto aos parceiros da rede municipal;
- 6) Possibilitar a circulação de informações sobre a gestão das medidas sócio-educativas;
- 7) Elaborar estratégias de intervenção.

Definir padrões e indicadores de desempenho da gestão:

- 1) nº de adolescentes por técnicos e orientadores sociais que cumprem a medida;
- 2) nº de atendimentos prestados pelos técnicos e orientadores aos adolescentes;
- 3) nº de reuniões dos gestores das medidas sócio-educativas em meio aberto;
- 4) nº de deliberações dos gestores das medidas sócio-educativas em meio aberto;
- 5) nº de metas alcançadas pelos gestores das medidas sócio-educativas em meio aberto;
- 6) nº de diligências efetuadas na execução das medidas;
- 7) nº de adolescentes que cumprem a medida no prazo previsto;
- 8) nº de adolescentes e/ou familiares incluídos em programas sociais;
- 9) nº de adolescentes inseridos no mercado de trabalho;
- 10) nº de adolescentes reinseridos / mantidos na escola;
- 11) nº de adolescentes que não se envolvem com a prática infracional novamente;

12) nº de adolescente reincidentes;

13) nº de adolescentes envolvidos com a prática infracional;

Socializar as avaliações de desempenho dos serviços e coletivamente aprimorar programas e serviços de forma a avançar em resultados e impactos efetivos na proteção e desenvolvimento de adolescentes.

A disponibilidade e o acesso às medidas alternativas ao encarceramento pode ser o meio mais eficaz de tratar os adolescentes que transgridem a lei. A eficácia dessas medidas depende necessariamente de sua execução na comunidade dos jovens atendidos. O Estatuto da Criança e do Adolescente preconiza o privilégio a medidas em meio aberto, que favoreçam ao jovem a reinserção comunitária e efetiva inclusão social e jurídica, entendendo a internação dos adolescentes em instituições como o último recurso e pelo período mínimo necessário.

Sabe-se que do ponto de vista da eficiência e dos custos, tais medidas em meio aberto são altamente mais vantajosas do que a medida de internação (ILANUD, nº14, 2001). Além disso, não faltam argumentos para demonstrar o fracasso do modelo repressivo, que recorre indistintamente às medidas privativas de liberdade para os jovens em conflito com a lei. Os adolescentes privados de sua liberdade são altamente vulneráveis ao abuso, à vitimização e à violação de seus direitos. A elevada reincidência dos jovens encarcerados e a falta de estratégias pedagógicas e terapêuticas nos centros de internação (Silva & Gueresi, 2003) condenam o uso indiscriminado desta medida como única alternativa para o tratamento e a recuperação dos adolescentes em conflito com a lei.

Enfatizando a relevância da elaboração de uma política municipal integrada para os adolescentes, priorizando aqueles em conflito com a lei, recomendamos que sejam elaboradas alianças estratégicas junto às demais secretarias dos municípios (Educação, Saúde, Cultura e Profissionalização), e redes de solidariedade junto a entidades e instituições da sociedade civil.

### Referências Bibliográficas

- ADORNO. "A Criminalidade Urbana Violenta no Brasil: Um Recorte Temático". BIB, SP, nº 35, 1993.
- ADORNO, BORDINI e LIMA. O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana. São Paulo em Perspectiva, 13(4) 1999, pp. 62-74.
- ALVAREZ, M. C. Controle social notas em torno de uma noção polêmica, São Paulo em Perspectiva, 18(1): 168-176, 2004.
- ALVIM, M.R.B. et alii (1988) – “Infância e Sociedade no Brasil, Uma análise da literatura”, In: *Bib*, N.26.
- ARAÚJO, Silvana. “Da caridade à justiça: uma análise da justiça de menores”. In: Os conflitos sociais da menoridade. RJ: Programa de Políticas Públicas do Centro de Ciências Sociais / PUC, 1984.
- ARIÉS, P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BAILLEAU et alii. La justice pénale des mineurs em Europe. *Déviance et Société*, 2002, vol. 26, n.3.
- BAILLEAU. F. La justice pénale des mineurs em France ou l’émergence d’un nouveau modele de gestion des illégalismes. In: La justice pénale des mineurs em Europe. *Déviance et Société*, 2002, vol. 26, n.3, pp.403-421.
- BOURDIEU, P. O poder Simbólico. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1998.
- CARDIA, N. “A violência urbana e os jovens”. In: PINHEIRO, P.S. (org.). São Paulo sem medo. Um diagnóstico da violência urbana. Rio de Janeiro, Garamond, 1997.
- CAVALLIERI, A. Falhas do Estatuto da criança e do adolescente, organizador Alyrio Cavallieri. RJ: Forense, 1995.
- CRAWFORD, A. La reforme de la justice des mineurs em Anglaterre et au Pays de Galles. In: La justice pénale des mineurs em Europe. *Déviance et Société*, 2002, vol. 26, n.3, pp.387-402.
- CRISP – “Avaliação do Programa Liberdade Assistida da Prefeitura de Belo Horizonte”. Universidade Federal de Minas Gerais, Relatório de Pesquisa, 2005.
- DOOB e TONRY, Varieties of Youth Justice. Youth crime and youth justice: comparative and cross-national perspectives, edited by Michael Tonry and Anthony Doob. The University of Chicago, 2004, pp. 1-20.
- ELIAS, Norbert. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2000.
- \_\_\_\_\_, (1990) - *O Processo Civilizador*, RJ, Zahar, Vol. I. e II.



- \_\_\_\_\_. Introdução à Sociologia. 2ª ed., Lisboa:Edições 70, 2005.
- FREITAS, W. Espaço urbano e criminalidade: lições da Escola de Chicago. São Paulo: IBCCRIM, 2002.
- GARLAND, D. As contradições da “sociedade punitiva”: o caso britânico. Sociologia e Política, n.13: 1999.
- HARRIS, Philip W. WELSH, N. and BUTLER, Frank. A Century of Juvenile Justice. The University of Chicago, Criminal Justice vol.1 chapter 8. 2000. pp. 359-425.
- LIMA, MISSE, E MIRANDA. Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia. BIB, SP, ANPOCS/Relume Dumará, n.50, 2 sem, 2000.
- MARINHO, F. Ambiente Urbano e Crime. Dissertação apresentada ao curso de mestrado em sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003
- MERTON, R. K. (1968) “Estrutura Social e Anomia”, in Sociologia : Teoria e Estrutura. Ed. Mestre Jou. São Paulo : págs. 203-270
- MENDEZ, E. Garcia. Infância e cidadania na América Latina. São Paulo: Hucitec, 1998.
- MISSE, M. et alii. (1973). Delinquência Juvenil na Guanabara. Uma Introdução Sociológica. RJ, Tribunal de Justiça da Guanabara e Juizado de Menores da Guanabara.
- PRIORE, Mary del. História da criança no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.
- RIZZINI, I. A Criança e a Lei no Brasil – Revisitando a História (1822-2000) Rio de Janeiro USU Ed. Universitária, 2000.
- SALLA, F. GAUTO, M. ALVAREZ. M.C. A contribuição de David Garland a sociologia da punição. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v.18, n.1, nov. 2006.
- SIERRA, Vânia Morales.A Judicialização da Infância: o processo de implantação e execução do Estatuto da Criança e do Adolescente nas cidades do Rio de Janeiro, Niterói e Marica. RJ 2004
- SINHORETTO, J. Ir aonde o povo está, etnografia de uma reforma da justiça. Tese USP, 2006.
- SPOSATO, Karyna Batista. O direito penal juvenil. Revista dos Tribunais, SP, 2006.
- VOLPI, Mário. Os adolescentes e a lei: o direito dos adolescentes, a prática de atos infracionais e sua responsabilização – Brasília: ILANUD, 1998. p. 100.
- ZALUAR, Alba. “Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização” Perspectiva, Fundação Seade, SP, v. 13, nº 3, 2004.
- WASELFISZ, J.J., (Coord), (1998) - *Juventude, Violência e Cidadania*, RJ, Cortez.
- WAIZBORT, Leopoldo. Elias e Simmel In: \_\_\_\_\_. (Org.) Dossiê Norbert Elias. São Paulo:Edusp, 2001.